

MÁRCIA DE ALMEIDA JARDIM

## ***ANTENAS DO LEGISLATIVO***

Uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rachel Meneguello.

BANCA

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rachel Meneguello (orientadora)

Prof<sup>o</sup>. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo

Prof<sup>a</sup>. Dra. Heloiza Helena Gomes de Matos

Prof<sup>o</sup>. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia

Campinas  
2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**J284a** **Jardim, Márcia de Almeida**  
**Antenas do legislativo: uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil / Márcia de Almeida Jardim .**  
**- Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

**Orientador: Rachel Meneguello.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. São Paulo (Estado) – Assembléia Legislativa. 2. São Paulo (SP) – Câmara Municipal. 3. Televisão legislativa. 4. Televisão e política. 5. Governo representativo e representação. 6. Mídia. I. Meneguello, Rachel, 1958- . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**(cn/ifch)**

**Título em inglês: Aerials of parliament: an analysis of TV parliament channels in Brazil**

**Palavras chaves em inglês (keywords):**

**São Paulo (State) – Legislative Assembly**  
**São Paulo (SP) – City Council**  
**Parliament television**  
**Television and politics**  
**Representative government and representation**  
**Media**

**Área de Concentração: Ciências Sociais**

**Titulação: Doutor em Ciências Sociais**

**Banca examinadora: Rachel Meneguello, Fernando Antonio Farias de Azevedo, Heloíza Helena Gomes de Matos, Valeriano Mendes Ferreira Costa, Vera Lúcia Michalany Chaia.**

**Data da defesa: 09-12-2008**

**Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais**

Dedico esta tese  
A todo e qualquer leitor  
Que tenha interesse em se aventurar  
Nas ondas da televisão legislativa brasileira.

A todos  
Desejo um bom mergulho  
E a descoberta de novas praias.

## **HOJE É OUTRO DIA**

Quando abro cada manhã a janela do meu quarto

É como se abrisse o mesmo livro

Numa página nova...

Mário Quintana

“Questionar o dado-por-certo. Mergulhar abaixo da superfície do significado.

Recusar o óbvio, o literal, o singular.

Em nosso trabalho, muitas vezes e com razão, o simples se torna complexo, o óbvio opaco.

Luzes brilhantes fazem desaparecer as sombras.

Está tudo nos cantos”.

(Roger Silverstone, 2002:35)

“By changing the boundaries of social situations, electronic media do not simply give us quicker or more thorough access to events and behaviors.

They give us, instead, new events and new behaviors”.

(Joshua Meyrowitz, 1985:43)

## AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, redigir os “agradecimentos” é a parte mais gratificante do “fazer tese”. Não apenas por representar o fechamento de um projeto, normalmente longo e exigente, mas principalmente pela rara oportunidade de nos fazer refletir sobre as relações humanas que nos cercam de forma mais próxima. Olho para os lados e fico imensamente feliz ao constatar que todos os parceiros permanecem ao meu lado. Nada ficou par trás.

A realização desta tese deve-se ao apoio incondicional da minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Rachel Meneguello. Suas orientações, sempre precisas e valiosas, vinham em forma de estímulo e respeito, de desafio e incentivo. Juntas, vivenciamos um processo de “orientação mediada”, já que muitos dos nossos encontros foram virtuais. Confesso que, no início, fiquei um pouco incomodada, sentia falta do contato pessoal, do olho-no-olho, da linguagem corporal. No entanto, com o tempo, percebi que estava me beneficiando muitíssimo com reuniões que passaram a ter registro. O simples exercício de escrever as minhas dúvidas, já contribuía para organizar o pensamento, planejar o trabalho e estabelecer cronogramas. Assim, dúvidas e sugestões puderam ser “mastigadas” inúmeras vezes. Para mim, foi uma nova experiência de orientação que se mostrou muito produtiva. Para a Prof<sup>a</sup> Rachel, tenho certeza que lhe tomou muito mais tempo. À Prof<sup>a</sup> Rachel Meneguello, meu agradecimento especial.

Aos professores que participaram do meu exame de qualificação, Prof<sup>a</sup> Vera Chaia e Prof<sup>o</sup> Fernando Azevedo, gostaria de agradecer o apoio e as contribuições que foram fundamentais para o aprimoramento e execução do trabalho. E ao Prof<sup>o</sup> Luis Felipe Miguel, a quem devo muitas indicações de leituras, além de sugestões primorosas.

Agradeço ainda à jornalista Maria do Carmo Limas (Madu), da Secretaria de Comunicação da Assembléia Legislativa de São Paulo, por me introduzir no universo das “ondas” TVs legislativas brasileiras. E ao jornalista Rodrigo Lucena, diretor da TV da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que me abriu todos os “canais” legislativos. À Vânia Caraméz, da ALESP, pela orientação sobre liderança partidária. Ao jornalista Armando Forti, do Centro de Comunicação da CMSP, por me acompanhar pelos “corredores” da Câmara. Lia Salomão fez as transcrições das entrevistas, sua colaboração poupou-me de um tempo enorme e me deu a segurança que o trabalho exigia. Sirlei Pavani fez a checagem de dados e revisão de tabelas. Kelly levantou dados sobre CPIs e formatou quadros. Daniel Fejgelman teve paciência suficiente para me atualizar na informática e rever a formatação. Chico Sant’Ana e Iroã Dulce, pesquisadores e funcionários do Senado, não mediram esforços para disponibilizar informações. A todos eles o meu profundo agradecimento.

Ao longo destes cinco anos, adoeci algumas vezes, da alma e do corpo. Às minhas colaboradoras nestes momentos, Dra. Ana Maria Fonseca Zampieri e Dra. Carmita Abdo, um agradecimento de corpo e alma. No percurso, a amizade mais antiga mostrou sua vitalidade e força, obrigada Dê. Novas amizades mostraram que a intimidade e a cumplicidade são possíveis, sempre, obrigada Nelma, Linda e Suzana.

Finalmente, quero agradecer a minha família o apoio, o carinho e os exemplos. Meus pais, através da persistência cotidiana e a coragem. Meu irmão, com seu caráter e empreendedorismo. Às minhas filhas, Thais, Rita e Sofia, agradeço o incrível empenho que tiveram para superar suas dificuldades e a maturidade para aceitar as minhas. Ao Evaldo, mais do que agradecer a viabilização desta tese, agradeço o compartilhamento de um projeto de vida.

## RESUMO

O objetivo desta tese é explicar o impacto da TV legislativa sobre o comportamento parlamentar. A hipótese é a de que a TV legislativa tem potencial para estimular mecanismos de *accountability*, primeiro, porque seu modelo tem características que a tornam “*accountable*”, no sentido de contribuir para a informação (e formação) do cidadão e, segundo, porque ela estimula comportamento responsivo dos representantes no exercício do seu mandato. Outra hipótese é a de que o impacto da TV legislativa é diferente nos diferentes níveis do Poder Legislativo, estadual, capital e interior.

Para responder às indagações lançadas e sustentar as hipóteses construídas, a pesquisa contou com três entradas. A primeira foi o mapeamento das TVs legislativas brasileiras e a segunda entrada consistiu em uma radiografia das TVs legislativas das Assembleias Legislativas, da TV da Câmara de São Paulo e das TVs das Câmaras municipais do estado de São Paulo. A terceira entrada contou com entrevistas realizadas com parlamentares das Casas legislativas e com os profissionais responsáveis pelas TVs da Assembleia Legislativa de São Paulo, da Câmara de São Paulo e de treze Câmaras municipais.



## **ABSTRACT**

The aim of this thesis is to explain the impact of parliament TV on the parliamentary behavior. The hypothesis is that the parliament TV has the potential to stimulate accountability mechanisms, first because its model has characteristics that make it accountable, meaning to contribute to the information (and formation) of the citizen and, second, because it stimulates the responsible behavior of its representatives during their mandate. Another hypothesis is that the impact of the parliament TV is different in the different levels of the Legislative Power, state, capital and countryside.

To answer the questions and sustain the built hypothesis, the research counted on three approaches. The first one was the mapping of the Brazilian parliament TVs and the second one was the radiography of the parliament TVs from the Legislative Assembly, City Council TV of São Paulo and Town Hall TVs from the State of São Paulo. The third approach counted on interviews made with parliament representatives from the Legislative Houses and with responsible professionals by the Legislative Assembly TV of São Paulo, from the City Council of São Paulo and thirteen Town Halls.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
---------------------------	-----------

## PARTE I

### REFERENCIAL TEÓRICO

#### **CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MÍDIA:**

#### **ACCOUNTABILITY E RESPONSABILIZAÇÃO**

1.1	Introdução .....	31
1.2	Representação política e meios de comunicação: contradições e potencialidades .....	32
1.3	<i>Accountability</i> : para além da prestação de contas, a responsabilização dos representantes .....	50
1.4	Mídia e <i>accountability</i> : uma nova forma de controle social? .....	55
1.5	Ambiente informacional: a mídia entre os papéis de “guardião da democracia” e o “denuncismo” .....	58
1.6	TV Legislativa um duplo-papel: “mídia das fontes” e fonte para a mídia .....	69
1.7	Considerações finais .....	74

## PARTE II

### MAPA E RADIOGRAFIA DA MÍDIA ELETRÔNICA LEGISLATIVA

### NO BRASIL

#### **CAPÍTULO 2 – A EXPERIÊNCIA DA TV LEGISLATIVA**

2.1	Introdução .....	79
2.2	A experiência internacional .....	80
	2.2.1 Os canais de televisão legislativos estadunidenses e canadenses .....	80
	2.2.2 A tradição da TV Pública: a experiência européia .....	85
	2.2.3 A experiência latino-americana .....	86
2.3	Modelo de telecomunicações brasileiro: uma experiência singular .....	88
2.4	Gênese da Televisão Legislativa no Brasil .....	91
2.5	O Mapa da Mídia Eletrônica Legislativa no Brasil .....	95

2.6	TV Legislativa e <i>Accountability</i> : as variáveis selecionadas para a pesquisa .....	97
2.6.1	A tecnologia de acesso à programação da TV legislativa .....	99
2.6.2	Modalidade das transmissões das sessões plenárias .....	101
2.6.3	Perfil da Programação: o que se vê na “telinha” .....	106
2.6.4	Modelo de Gestão e Direção das TVs das Assembléias Legislativas .....	108
2.7	Considerações finais .....	116

## **CAPÍTULO 3 – ENTRE AS PIONEIRAS: A TV DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

3.1	Introdução .....	121
3.2	TV da Assembléia Legislativa de São Paulo: entre as pioneiras .....	121
3.3	Alcance e abrangência da TV da Alesp: da rede de cabos à rede legislativa digital ....	123
3.4	Dança das cadeiras: novos presidentes na Casa, novos diretores na TV .....	125
3.5	Grade de Programação da TV da Alesp: muitas variações, pouca inovação .....	131
3.5.1	O caso do Programa “Assembléia Popular” .....	139
3.6	Estrutura e orçamento da TV da Alesp .....	145
3.7	Considerações finais .....	148

## **CAPÍTULO 4 – AS TVs LEGISLATIVAS NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO E A TV CÂMARA DA CAPITAL**

4.1	Introdução .....	151
4.2	TVs Legislativas Municipais no estado de São Paulo: o universo possível .....	151
4.2.1	O Mapa das TVs Legislativas Municipais no estado de São Paulo .....	155
4.2.2	Amostra das TVs Legislativas Municipais Paulistas: definição de critérios .....	156
4.3	A radiografia das TVs Legislativas Municipais Paulistas .....	159
4.3.1	Tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação .....	159
4.3.2	Visibilidade na “telinha”: aspectos regimentais das Câmaras Municipais .....	160
4.3.3	Grade de Programação das TVs das Câmaras Municipais .....	164
4.3.4	Modelo de Gestão e Direção das TVs das Câmaras Municipais .....	165
4.4	Muitas TVs em uma única TV: o caso da TV da Câmara Municipal de São Paulo .....	167
4.5	Considerações finais .....	182

## **PARTE III**

### **ANTENAS DO LEGISLATIVO**

#### **CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA E CENÁRIO DA PESQUISA**

5.1	Introdução .....	187
5.2	O desenho da pesquisa: a fala de dois públicos – parlamentares e profissionais .....	188
	5.2.1 Plano amostral: critérios para definição da amostra dos parlamentares .....	189
5.3	Quando se fala sobre si mesmo: a suspeição sobre os resultados .....	193
5.4	Trabalho de campo .....	194
5.5	Instrumento de coleta de dados: questionário e roteiro de entrevistas .....	196
5.6	Quem está falando: perfil dos parlamentares entrevistados .....	197
5.7	Análise das entrevistas: abordagem quantitativa e qualitativa .....	206
5.8	Considerações finais .....	207

#### **CAPÍTULO 6 – LUZ, CÂMERA, AÇÃO: COM A PALAVRA, OS PARLAMENTARES**

6.1	Introdução .....	211
6.2	Opinião dos parlamentares sobre a atuação da Mídia na cobertura do trabalho do Poder Legislativo .....	212
6.3	De injustiçados a mal-comportados: razões para a imagem negativa do Poder Legislativo .....	227
6.4	Conhecimento e opinião sobre a estrutura de comunicação das Casas Legislativas ....	232
6.5	O papel da TV legislativa, pelos legisladores .....	243
6.6	Mudanças no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa .....	256
6.7	O aspecto do custo da TV legislativa .....	273
6.8	Avaliação da TV Legislativa .....	277
6.9	Audiência da TV Legislativa .....	281
6.10	Modelo de Gestão da TV Legislativa .....	286
6.11	Direção das TVs Legislativas .....	290
6.12	Programação das TVs Legislativas .....	292
6.13	Campeões de audiência: as transmissões das comissões parlamentares de inquérito – CPIs .....	299
6.14	Quando a luz vermelha, ‘no ar’, assusta: relatos de resistências de parlamentares à introdução da TV Legislativa .....	311
6.15	Considerações Finais .....	313

<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>321</b>
------------------------	------------

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>333</b>
---------------------------	------------

## **ANEXOS**

1	Roteiro da entrevista realizada com ex-presidentes de Casas Legislativas .....	341
2	Roteiro da entrevista realizada com os diretores de TVs legislativas .....	343
3	Perfil nominal completo dos parlamentares entrevistados .....	347
4	Questionário aplicado na entrevista com os parlamentares .....	351

## LISTA DE TABELAS

Tabela 5.6.1	Amostra por região e mandato legislativo .....	198
Tabela 5.6.2	Sexo e faixa etária - amostra total e por região .....	199
Tabela 5.6.3	Escolaridade e Curso Superior- amostra total e por região .....	200
Tabela 5.6.4	Partido Político e cargo - amostra total e por região .....	202
Tabela 5.6.5	Quantidade de mandatos exercidos - amostra total e por região .....	203
Tabela 5.6.6	Principal atividade antes de ser parlamentar - amostra total e por região ....	204
Tabela 5.6.7	Participação regular em Programas de TV ou rádio - amostra total e por região .....	205
Tabela 6.2.1	Meios de comunicação mais utilizados para se informar sobre assuntos políticos (em 1º lugar) - amostra total e por região .....	214
Tabela 6.2.2	Mídia contribui para rejeição à política .....	216
Tabela 6.2.3	Jornalistas desconhecem funcionamento Poder Legislativo .....	217
Tabela 6.2.4	Sensacionalismo fala mais alto do que rigor e isenção .....	218
Tabela 6.2.5	Poder da mídia para fazer e desfazer um presidente .....	219
Tabela 6.2.6	Força da mídia comercial na construção da imagem do Poder Legislativo - amostra total e por região .....	220
Tabela 6.2.7	Desinteresse da mídia em divulgar matérias positivas .....	221
Tabela 6.2.8	Preservação do sigilo das fontes .....	222
Tabela 6.2.9	Opinião sobre a divulgação do trabalho parlamentar - amostra total e por região .....	223
Tabela 6.2.10	Opinião sobre a atuação da Mídia na divulgação do trabalho parlamentar amostra total e por região .....	225
Tabela 6.2.11	Opinião dos parlamentares sobre a memória do eleitor brasileiro - amostra total e por região .....	227
Tabela 6.3.1	Razões para imagem negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública - somatória <sup>2</sup> das respostas - amostra total e por região .....	229
Tabela 6.4.1	Meios de comunicação que a Casa Legislativa dispõe para a divulgação do trabalho parlamentar - somatória das respostas - amostra total e por região	234
Tabela 6.4.2	Opinião sobre a comunicação do parlamentar com o eleitor depois da eleição - amostra total e por região .....	237

Tabela 6.5.1	Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa <sup>1</sup> – amostra total e região ..	247
Tabela 6.5.2	Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa - somatória das respostas - amostra total e região .....	250
Tabela 6.5.2.b	Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa - seleção de categorias “bloco <i>accountability</i> ” - somatória das respostas - amostra total e região ...	252
Tabela 6.6.1	Mudança no comportamento dos Parlamentares após início das atividades da TV Legislativa – amostra total e por região .....	258
Tabela 6.6.2	Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa – amostra total e região .....	262
Tabela 6.6.3	Quais as mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa - amostra total e região – somatória das respostas .....	269
Tabela 6.7.1	Opinião sobre o custo da TV Legislativa – amostra total e por região .....	274
Tabela 6.7.2	Relação entre importância e custo da TV legislativa - amostra total e por região .....	277
Tabela 6.8.1	Avaliação do cumprimento do papel da TV Legislativa de divulgar atividade parlamentar - amostra total e por região .....	278
Tabela 6.8.2	Frequência com que assiste à TV Senado - amostra total e por região .....	280
Tabela 6.8.3	Avaliação da TV Senado - amostra total e por região .....	281
Tabela 6.9.1	Opinião sobre a importância da TV legislativa - amostra total e por região	282
Tabela 6.9.2	Comentários recebidos pelos parlamentares das pessoas sobre a TV Legislativa - amostra total e por região .....	284
Tabela 6.10.1	Opinião sobre adoção de modelo de gestão e isenção e independência da TV legislativa - amostra total e por região .....	287
Tabela 6.11.1	Opinião sobre a direção da TV legislativa - amostra total e por região.....	291
Tabela 6.12.1	Opinião sobre a grade de programação da TV legislativa - amostra total e por região .....	294
Tabela 6.13.1	Mudança de opinião em relação à transmissão das sessões das CPIs depois das CPIs do Bingo e Mensalão - amostra total e por região .....	301
Tabela 6.13.2	Opinião sobre transmissão de sessões de CPIs - amostra total e por região	302
Tabela 6.13.3	Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa - amostra total e região	304
Tabela 6.13.4	Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa - somatória das respostas .....	307

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2.2.1	Canais Legislativos na América Latina .....	87
Quadro 2.5.1	Canais Legislativos pertencentes às Assembléias Legislativas Estaduais ..	97
Quadro 2.6.1	Tecnologia de Acesso das Televisões das Assembléias Legislativas .....	101
Quadro 2.6.2	Aspectos Políticos e Regimentais das Assembléias Legislativas Estaduais	104
Quadro 2.6.3	Características da Gestão das Televisões das Assembléias Legislativas Estaduais no Brasil .....	111
Quadro 2.6.4	Características da Gestão das Televisões Legislativas na América Latina, Estados Unidos e França .....	112
Quadro 2.6.5	Orçamento das Assembléias Legislativas Estaduais .....	115
Quadro 3.4.1	Presidentes da ALESP e Diretores da TV – de 1996 a 2006 .....	131
Quadro 3.5.1	Grade de programação da TV ALESP .....	138
Quadro 3.5.2	Média de Entidades por programa “Assembléia Popular” .....	144
Quadro 3.5.3	Dez entidades ou cidadãos que mais vezes participaram do Programa “Assembléia Popular” Período de 10/03/2005 a 13/04/2006 .....	145
Quadro 4.2.1	Municípios com cobertura de TV a Cabo Estado de São Paulo – 2007 .....	153
Quadro 4.2.1 b	Municípios com TV Legislativa com transmissão a cabo - estado de São Paulo .....	156
Quadro 4.2.2	Amostra dos municípios da pesquisa “Antenas do Legislativo” - estado de São Paulo .....	158
Quadro 4.3.1	Tecnologia de Acesso das Televisões das Câmaras Municipais do Estado de SP .....	160
Quadro 4.3.2	Aspectos Políticos e Regimentais das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo .....	162
Quadro 4.3.3	Categorias de Programas veiculados nas Televisões das Câmaras Municipais estado de São Paulo – amostra .....	165
Quadro 4.3.4	Características da Gestão das TVs das Câmaras Municipais estado de São Paulo – amostra .....	166
Quadro 5.2.1	Líderes partidários da Assembléia Legislativa de São Paulo (006) .....	191
Quadro 5.2.2	Líderes partidários da Câmara Municipal de São Paulo (2006) .....	192
Quadro 5.6.1	Parlamentar com programa na Mídia comercial – nominal .....	206



Quadro 6.2.1	Ambos, Poder Legislativo e Mídia têm papel na divulgação do trabalho parlamentar – Parlamentares nominais por região, partido, cargo e mandato .....	224
Quadro 6.5.1	Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre o Papel da TV legislativa .....	245
Quadro 6.6.1	Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre as mudanças no comportamento parlamentar após o início das atividades da TV legislativa .....	259
Quadro 6.6.2	Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após inicio das atividades da TV Legislativa Seleção categoria “aparência / estética” .	266
Quadro 6.6.3	Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após inicio das atividades da TV Legislativa Seleção categoria “querer aparecer / busca de visibilidade” .....	268
Quadro 6.6.4	Somatória das categorias mudanças no comportamento dos parlamentares após TV Legislativa, por classificação: contribui, neutra e não-contribui - Amostra total e região .....	273
Quadro 6.13.1	Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões das CPIs .....	303
Quadro 6.13.2	Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa - Somatória das respostas por categoria .....	309

## APRESENTAÇÃO

A questão da representação política está no centro dos debates das Ciências Sociais e tratar da relação entre mídia e política pode contribuir para a compreensão das transformações e limites da relação entre representantes e representados na contemporaneidade que, por sua vez, é marcada pela centralidade dos meios de comunicação de massa. Nesta perspectiva, esta tese discute aspectos da TV legislativa brasileira e busca explicar o seu impacto sobre o comportamento dos parlamentares. O pressuposto de que as Casas Legislativas desempenham importante papel na relação de representação política já que se configuram como esferas privilegiadas de deliberação dos assuntos de interesse público.

A abordagem de governo representativo sustentada por Manin (1995), e adotada nesta tese, é a de que ele passou por diferentes crises ao longo da sua existência sem que houvesse uma ameaça insuperável ao sistema considerando que, apesar destas crises levarem a transformações, não significaram alterações nos quatro princípios básicos que o definem, a eleição do representante pelo representado, a independência relativa dos primeiros em relação à vontade dos segundos, a liberdade de opinião política e a presença de debate antes dos processos de deliberação.

Cabe observar que a capacidade que o governo representativo tem demonstrado de superação de crises não quer dizer que ele não venha acumulando um “déficit de representação”, tendo em vista a crescente distância entre representantes e representados determinada, entre outros fatores, pelas limitações que a democracia eleitoral apresenta. Nesta tese, compartilho da preocupação com a democratização do processo de representação política, ou seja, com o

alargamento da representação para que seja possível a inclusão da diversidade social, considerando a recente leitura de Urbinati (2006) sobre a idéia de unir as noções de democracia e representatividade.

A “democracia de público” (Manin, 1995) é a noção que possibilita tratar a relação de representação política com base no conceito de *accountability*, entendido como os mecanismos de prestação de contas que os representantes fazem para com os representados e do controle social que estes últimos exercem em relação aos primeiros.

A dimensão vertical da *accountability* é a que mais diretamente interessa ao objeto desta tese. De forma geral, esse processo tem sido definido a partir de uma dimensão horizontal, que diz respeito ao controle que os poderes estabelecidos exercem entre si, e uma dimensão vertical ligada ao processo eleitoral, momento de relação direta entre representantes e representados (O’Donnell, 1998; Lattman-Weltman, 2001; Manin, Przeworski e Stokes, 2006; Miguel, 2005). A dimensão vertical da *accountability* está vinculada ao eixo da participação e da representação com potencial, dependendo das condições e dos arranjos institucionais, para aproximar representantes e representados tornando o sistema representativo mais democrático (Arato, 2002).

Nesta direção, a concepção de *accountability* que se adotou nesta pesquisa é mais ampla e complexa do que a já usual noção de “prestação de contas” dos representantes e procurou trabalhar a idéia de responsabilização dos representantes pelo mandato, dito de outra forma, um comportamento responsivo dos representantes. Por definição, os representantes têm interesse na sua reeleição e, assim, buscam estar atentos às preferências dos representados para que estes façam uma avaliação retrospectiva positiva do seu mandato (Miguel, 2005). É esta atitude de responsabilização dos representantes no desempenho do papel de representação política, especialmente no período entre as eleições, que mais diretamente interessa a esta pesquisa com objetivo de investigar o impacto da televisão legislativa sobre o comportamento parlamentar e

seus efeitos na qualidade da relação de representação. Dessa forma, a questão que se buscou responder, é se os representantes passaram a apresentar um comportamento mais responsivo após o início das atividades da TV legislativa, independentemente das motivações políticas para tal (reeleição, pressões do partido, pressões da mídia tradicional, manifestação de eleitores).

Os movimentos sociais e a mídia também podem atuar como mecanismos complementares nos processos de *accountability*, na medida em que apresentam potencial para interferir tanto na dimensão horizontal, quanto na dimensão vertical. É suficiente notar aqui que apesar dos movimentos sociais e da mídia apresentarem dinâmicas distintas de interferência na relação de representação política, ambos produzem a mesma natureza de sanção, a sanção simbólica (Peruzotti e Smulovitz, 2001).

Não se trata, no espaço desta tese, de sustentar que os movimentos sociais e a mídia constituem uma terceira dimensão da *accountability*; o esforço, aqui, vai na direção de buscar incluir, de forma satisfatória, estes novos aspectos à questão da representação política, com destaque para a mídia, já que a idéia central desta tese é que os meios de comunicação de massa têm efeitos sobre a relação de representação política. Na realidade, é possível afirmar que a mídia permeia os quatro princípios do governo representativo descrito por Manin (1995), na medida em que ela passou a ser indissociável da vida social e política e, assim, se tornou constitutiva da nossa experiência cotidiana (Silverstone, 2002).

Existe consenso na literatura em torno da idéia de que a mídia possui interesses políticos e econômicos próprios, colocando em cheque o paradigma da neutralidade da sua atuação. Por outro lado, vários estudos apontam na direção da complexidade da mídia argumentando que a defesa dos seus interesses não impede a circulação de uma diversidade de vozes que contribuem para estimular práticas democratizantes (Canclini, 2002; Martin-Barbero, 2004); dessa forma, a

mídia apresenta potencial para incluir e excluir vozes na esfera pública ao dar acessibilidade a conteúdos que, de outra forma, estariam restritos a determinados públicos.

A questão que se coloca é que a mídia, principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos associados aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade, faz juízo da política com efeitos sobre a relação de representação política. A possibilidade que a mídia tem de dar visibilidade aos acontecimentos políticos é o que lhe confere um “empoderamento” perante os representantes e representados. No entanto, na relação que se estabelece entre mídia e política não está em jogo apenas a questão da “publicização” que a primeira opera das situações que envolvem a segunda. Para melhor compreender a natureza e a dimensão dos efeitos dos meios de comunicação na representação política é preciso levar em consideração outros aspectos que dizem respeito não só à natureza da mídia e dos seus mecanismos de operação mas, também, ao impacto da mídia eletrônica sobre o comportamento social.

Na busca de fiscalizar os governantes no exercício de suas funções públicas, a mídia procura desempenhar o papel de “guardiã da democracia”, porém os excessos cometidos através dos mecanismos de edições e enquadramentos predominantemente negativos, bem como a falta de espaço para a divulgação das atividades do Poder Legislativo, não contribuem para democratizar a relação de representação política (Chaia, 2004; Azevedo, 2005; Lattman-Weltman, 2002; Jorge, 2003).

Porém, no final dos anos 80, aparece uma novidade no cenário midiático nacional e internacional que são as “mídias das fontes”, definidas como meios de comunicação pertencentes às próprias fontes de informação, que podem ser órgãos governamentais, corporações, sindicatos ou movimentos sociais, e que fazem a produção e veiculação de mensagens (Sant’Anna, 2006). Um aspecto que envolve as “mídias das fontes”, e que interessa mais diretamente às questões

colocadas por esta tese, diz respeito à ampliação da diversidade no ambiente informacional que, através da atuação destas novas mídias, rompe com o monopólio da mídia comercial sendo possível, até, que as “mídias das fontes” pautem a mídia comercial (Rodrigues, 2002).

O ponto crucial é que a mídia eletrônica altera o padrão de acesso à informação que passa a se dar sem a exigência do compartilhamento do mesmo espaço físico, com efeitos sobre o comportamento social (Meyrowitz, 1985). Nesta direção os acontecimentos sociais mediados adquirem uma complexidade ainda maior considerando que o emissor perde o controle sobre o público que terá acesso ao conteúdo. Como o objeto desta pesquisa é a TV legislativa, outra questão que se coloca é a do impacto no comportamento dos parlamentares das câmeras constantemente acompanhando e registrando, mesmo que com limitações, os principais acontecimentos da Casa.

Nesta tese eu argumento que a TV legislativa brasileira é uma “mídia da fonte” porque nos legislativos onde ela existe, e ela está presente no nível federal, estadual e municipal, ela é um meio de comunicação criado e financiado pelo Poder Legislativo. O papel da TV legislativa, enquanto uma “mídia da fonte”, não é fazer juízo dos representantes, apenas operacionalizar a relação destes com os representados configurando, assim, o que Thompson (1995) vai chamar de interação “não-mediada”. A partir desta definição, várias questões se colocam. Qual o significado desta interação para a política, mais especificamente, para a relação de representação política? Quais os efeitos da TV legislativa sobre os mecanismos de *accountability*, ela funciona apenas como acesso à informação ou estimula outras práticas? Onde a TV legislativa está presente e como se define a experiência brasileira em comparação à experiência internacional? Quais os principais aspectos que definem o modelo de TV legislativa adotado no Brasil? Em que medida estes aspectos contribuem para que esta “mídia da fonte” seja *accountable*, no sentido de tornar acessíveis conteúdos (informações) efetivamente úteis para que o cidadão faça o monitoramento

dos seus representantes? Apesar da relevância das indagações, a questão central que motivou esta tese foi explicar o impacto da TV legislativa sobre o comportamento dos parlamentares.

A partir dos pressupostos de que a relação de representação política é mediada pelos meios de comunicação e de que a mídia eletrônica tem efeitos sobre o comportamento social, a hipótese desta tese é de que a TV legislativa no Brasil apresenta potencial para estimular práticas de controle social sobre os representantes; primeiro, porque seu modelo tem características que a tornam “*accountable*”, no sentido de contribuir para a informação (e formação) do cidadão e, segundo, porque ela estimula um comportamento responsivo por parte dos representantes no exercício do seu mandato na medida em que torna acessível aos representados o comportamento e as posições políticas dos representantes, com o conhecimento destes últimos. Outra hipótese é a de que o impacto da TV legislativa não é o mesmo nos diferentes níveis do Poder Legislativo, estadual e municipal, diferenciando-se, ainda, a Câmara Municipal de São Paulo e de municípios do interior do estado paulista.

Para responder às indagações lançadas e sustentar as hipóteses construídas, a pesquisa contou com três enfoques que abordaram diferentes dimensões e ângulos da TV legislativa. A primeira foi motivada pela mais absoluta e completa ausência de dados sobre o assunto, assim, a idéia foi fazer o mapeamento das TVs legislativas brasileiras para saber onde elas existiam. Com o objetivo de verificar se as TVs legislativas brasileiras poderiam ser consideradas *accountables*, a segunda entrada consistiu em uma radiografia das TVs legislativas das Assembléias Legislativas, da TV da Câmara de São Paulo e das TVs das Câmaras municipais do estado de São Paulo; com base em quatro variáveis principais, modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão adotado. Por sua vez, a terceira entrada teve natureza de trabalho de campo propriamente dito, a partir de entrevistas realizadas com parlamentares das

Casas legislativas e com os profissionais responsáveis pelas TVs da Assembléia Legislativa de São Paulo, da Câmara de São Paulo e das treze Câmaras municipais que compuseram a amostra da pesquisa desenvolvida.

Além da preocupação central com a questão da democratização da relação entre representantes e representados, algumas outras motivações levaram-me a escolha da TV legislativa como objeto de pesquisa. Um levantamento preliminar apontava uma tendência de expansão desta mídia no país em dois níveis do Poder Legislativo, estadual e municipal, lembrando que ela já estava presente no nível federal, com a TV Senado, desde 1996, e a TV Câmara a partir de 1998; tendência verificada, também, em outros países. Como se observou, este processo de expansão está, em grande medida, associado ao desenvolvimento tecnológico já que a TV legislativa era restrita à tecnologia de transmissão via cabo.

Em 2005, denúncias provocaram uma crise política envolvendo o governo federal e levaram o Congresso a aprovar CPIs, dos “Correios”, do “Bingo” e do “Mensalão”, que tiveram suas reuniões transmitidas ao vivo, que obtiveram uma audiência surpreendente com repercussões que contribuíram para colocar a TV legislativa na pauta da mídia. A mídia era majoritariamente contrária à criação da TV legislativa com base na alegação de que ela própria já cumpria o papel de informar o cidadão sobre as atividades do legislativo e, dessa forma, a TV legislativa representava um gasto indevido de dinheiro público porque estaria sendo usado apenas para promoção político-eleitoral dos parlamentares. Por outro lado, os parlamentares defendiam a iniciativa justificando que ela representava um avanço significativo para a democratização e transparência no exercício do mandato. Tendo em vista este cenário e a carência de estudos para orientar o debate, esta pesquisa buscou contribuir para a discussão desenvolvendo um instrumental teórico-metodológico para a análise da TV legislativa.



Como principais contribuições desse trabalho de pesquisa temos a explicação para a gênese da TV legislativa brasileira, o mapeamento do seu universo, a discussão dos principais aspectos do modelo adotado e a comparação deste com referências internacionais, o modelo norte-americano, o francês e o dos países latino-americanos. O impacto da TV legislativa sobre o comportamento dos representantes e a opinião destes e dos profissionais sobre a mídia e a TV legislativa completam o estudo.

O trabalho está estruturado em três partes. A primeira é formada por um capítulo “Representação Política e Mídia: *accountability* e responsabilização”, dedicado à discussão do referencial teórico. Uma seção trata das relações entre meios de comunicação e esfera pública e outra do conceito de *accountability*, entendido não só como mecanismos de prestação de contas dos representantes, mas também como o processo de responsabilização dos representantes na sua relação com os representados, é discutido na terceira seção. Na terceira seção é reservado espaço para o detalhamento da relação entre mecanismos de *accountability* e a mídia. A quarta seção analisa o ambiente informacional e o papel de “guardião” da democracia que a mídia desempenha na cobertura que realiza do Poder Legislativo e a tendência ao chamado “denuncismo”, também apresenta uma breve análise comparativa da cobertura feita pela TV Comercial e pela TV legislativa das atividades do Poder Legislativo e do comportamento dos representantes. O conceito de “mídia das fontes” é discutido na última seção deste capítulo.

A segunda parte, composta por três capítulos, é dedicada ao levantamento que resultou no mapeamento e radiografia das TVs legislativas brasileiras e aos estudos de caso da TV legislativa da Assembléia Legislativa de São Paulo e da TV da Câmara Municipal de São Paulo. O segundo capítulo, “A experiência da TV Legislativa”, trata na sua primeira seção das experiências internacionais, com destaque para os modelos norte-americano e francês que, apesar das profundas diferenças que guardam entre si, são considerados como referências nos estudos

sobre o tema. Com o objetivo de localizar a TV legislativa no cenário midiático brasileiro, a segunda seção faz uma breve apresentação do nosso modelo de telecomunicações e das mais recentes experiências na área no continente latino-americano. A terceira seção deste capítulo analisa especificamente a experiência da TV legislativa brasileira, com a apresentação do mapa da mídia eletrônica legislativa no Brasil. Por fim, na seção quatro, são discutidos os critérios para a definição das quatro variáveis estudadas, a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão, usadas para estudar os efeitos da TV legislativa sobre o estímulo de um comportamento responsivo dos representantes.

A terceira parte do trabalho está dividida em dois capítulos. O capítulo cinco, “Desenho metodológico e cenário da pesquisa”, está dividido em seis seções, a primeira discute os dois públicos escolhidos para as entrevistas, profissionais das TVs legislativas e parlamentares, e apresenta os critérios para a definição da amostra dos parlamentares. A segunda seção trata do cuidado necessário na análise das entrevistas, considerando que, em muitos trechos, o objeto das entrevistas são os próprios entrevistados, sugerindo, assim, uma suspeição sobre os resultados. A experiência da realização do campo tem um breve relato na quarta seção. A seção cinco discute em detalhes os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, o questionário aplicado nas entrevistas com os parlamentares e o roteiro das entrevistas em profundidade feitas com os profissionais das TVs legislativas. O perfil dos parlamentares entrevistados, deputados estaduais paulistas, vereadores paulistanos e vereadores do interior paulista, é apresentado na sexta seção. A última seção é dedicada às técnicas metodológicas quantitativas e qualitativas adotados na análise das entrevistas.

O capítulo seis, “Luz, câmera, ação: com a palavra, os parlamentares”, apresenta os resultados das mais de quarenta horas de entrevistas. Vários foram os temas abordados

relacionados a diferentes aspectos da TV legislativa, como o papel da TV legislativa, mudanças no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV, grade de programação, custo, direção e modelo de gestão. Também se abordou a importância da TV legislativa para a divulgação do trabalho parlamentar e a opinião dos parlamentares sobre as transmissões das sessões de comissões parlamentares de inquérito – CPIs. O conhecimento dos parlamentares sobre as mídias das suas respectivas Casas Legislativas foi investigado, considerando que a TV legislativa é apenas uma das “mídias das fontes” destas estruturas do Poder Legislativo.

Por fim, alguns temas mais gerais da relação dos parlamentares com a mídia comercial também mereceram atenção desta pesquisa em função do seu potencial explicativo para o objeto em estudo. Dentre esses temas, a questão central que se buscou analisar trata da opinião dos parlamentares sobre o trabalho de cobertura do trabalho legislativo feito pela mídia comercial e a opinião sobre as razões para a imagem predominantemente negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública; isto porque estas opiniões, como se verá , têm efeitos sobre a opinião dos parlamentares em relação à TV legislativa.

# CAPÍTULO 1

## **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MÍDIA: *ACCONTABILITY* E RESPONSABILIZAÇÃO**

### **1.1. Introdução**

A questão da representação política ocupa lugar de destaque nos debates das Ciências Sociais, quer para argumentar no sentido da sua crise, ou da sua transformação, discussão que está além dos objetivos desta tese; no entanto, não há como tratar da relação entre Mídia e Política, esta sim, objeto desta pesquisa, sem abordar a relação entre representantes e representados. Nesta direção, investigar as relações entre Mídia e Política, em particular entre televisão e Poder Legislativo, pode contribuir para a compreensão da qualidade e dos desafios colocados para a representação política na atualidade. Dessa forma, a mídia eletrônica pertencente às Casas Legislativas desempenha papel de inegável importância, já que as últimas configuram-se como esferas privilegiadas de deliberação dos assuntos de interesse público.

A perspectiva adotada nesta pesquisa parte do pressuposto de que as TVs legislativas não podem ser analisadas com base apenas no critério de audiência, nem em visões reducionistas e contraditórias de que elas, ou estariam a serviço dos parlamentares como instrumento de publicidade, ou dos cidadãos como fonte de informação sobre as atividades do Poder Legislativo; o que, apesar de importante para a construção da cidadania, representa pouco diante do potencial para estimular práticas democratizantes. Os canais de televisão do Poder Legislativo são considerados, aqui, como um meio de comunicação de massa singular porque capazes de estabelecer, em uma sociedade em que as relações entre representantes e representados são mediadas pelos meios de comunicação, uma relação não-mediada entre os mesmos. O objetivo

deste capítulo é apresentar os referenciais teóricos que orientaram o desenvolvimento desta tese, como os conceitos de representação política e esfera pública, mais as noções de *accountability* e de mídia das fontes, buscando refletir sobre o impacto da mídia eletrônica legislativa na relação de representação política.

Este capítulo está dividido em seis sessões, excluída esta introdução. A segunda sessão trata das relações entre meios de comunicação e esfera pública. O conceito de *accountability*, entendido não só como mecanismos de prestação de contas dos representantes, mas também como o processo de responsabilização dos representantes na sua relação com os representados, é discutido na terceira sessão. Na quarta sessão é reservado espaço para o detalhamento da relação entre mecanismos de *accountability* e a mídia. A quinta sessão analisa o ambiente informacional e o papel de “guardiã” da democracia que a mídia desempenha na cobertura que realiza do Poder Legislativo e a tendência ao chamado “denuncismo”, e apresenta uma breve análise comparativa da cobertura das atividades do Poder Legislativo e do comportamento dos representantes processada pela TV Comercial e pela TV Legislativa. O conceito de “mídia das fontes” é discutido na última seção deste capítulo.

## **1.2. Representação política e meios de comunicação: contradições e potencialidades**

É suficiente notar aqui em relação ao sistema de representação política que, apesar de existirem diferentes visões sobre o mesmo, existe, também, certo consenso em torno da idéia de que ele passa por processos de reconfigurações. As abordagens de Bernard Manin (1995) e Nádía Urbinati (2006) serviram de referencial para a reflexão sobre a relação entre representantes e representados e outros autores contribuíram para que se aprofundasse a discussão sobre o aspecto dos mecanismos de controle social sobre a atividade de representação política, a chamada *accountability*.

O argumento central desenvolvido por Nádía Urbinati é o da originalidade e singularidade do conceito de representação política que é percebido de forma ampla e dinâmica, sendo que as formas de controle social não se restringem às eleições; em suas palavras, “a representação política é um processo circular (susceptível ao atrito) entre instituições estatais e as práticas sociais” (2006:192). A reflexão da autora traduz a sua preocupação com a democratização do processo de representação política, ou dito de outra forma, com o alargamento da representação para que seja possível a inclusão da diversidade social, tendo em vista ser relativamente recente a idéia de unir as noções de democracia e representatividade.

Por sua vez, Bernard Manin (1995) vai investigar as experiências de governo representativo e reunir evidências para sustentar que este passa por transformações, metamorfoses, como o autor define, contrariamente à visão de crise insuperável do sistema. Com base na genealogia do governo representativo, Manin constrói três tipos-ideais, o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia do público”; nos quais estariam presentes, independentemente do tipo, os quatro princípios do governo representativo, a saber, a eleição dos representantes pelos representados, a independência relativa dos primeiros para com a vontade dos segundos, a liberdade de opinião política e a existência de debate antes dos processos de deliberação dos assuntos de interesse público.

Cabe ressaltar que os tipos de governo representativo elaborados por Manin (1996), como ele próprio chama atenção, são uma construção teórica que busca examinar o aspecto central nas relações de representação políticas consideradas significantes. Neste sentido, além dos tipos de Manin não cobriem todas as possibilidades, eles podem manifestar-se simultaneamente. É importante destacar que Manin não faz referência a um caráter evolutivo dos tipos, pelo contrário, a sua formulação da “democracia do público”, como se verá adiante, permite

interpretações pessimistas sobre o quadro atual e o futuro da democracia representativa, principalmente em função do papel desempenhado pela Mídia.

Para Manin (1996), o parlamento é o elemento central do governo representativo do tipo “parlamentar”, que foi consagrado no modelo inglês instaurado após a Revolução até o século XIX, quando o representante era alguém de confiança do representado, que desfrutava de prestígio local e com o qual havia possibilidade de manter relações pessoais. No modelo da “democracia de partido”, a partir do final do século XIX e início do século XX, a centralidade da figura do representante é substituída pelos partidos políticos de massa, situação que parecia ser um claro indício de crise do governo representativo, mas que Manin vai demonstrar tratar-se apenas de uma transformação do sistema; igualmente, quando os meios de comunicação de massa, no final do século XX, substituem os partidos políticos e passam a ocupar o centro do “palco da política”, para usar uma metáfora do autor.

É digno de nota que a interpretação que Manin (1996) faz da questão da representação política não é a única possível, no entanto, sua visão sobre o papel dos meios de comunicação de massa na mediação da relação entre representantes e representados mostra-se como uma abordagem adequada na tentativa de explicar o impacto da TV legislativa sobre o comportamento dos parlamentares, problema desta tese. Um último aspecto da análise do governo representativo feita por Manin que gostaria de destacar, cuja relevância para este estudo ficará mais clara adiante, é o fato de não haver, por parte dos representantes, obrigatoriedade no cumprimento das suas promessas de campanha. Esta liberdade dos representantes, como já mencionado, é, segundo Manin (1996), um dos princípios do governo representativo que, nesta perspectiva, sempre se diferenciou de um governo “do povo pelo povo”

*Promessas podiam ser feitas, programas podiam ser apresentados, mas os representantes, sem exceção, mantiveram a liberdade de decidir se deviam ou não cumpri-los. Sabendo que as eleições se repetiriam a intervalos regulares, os representantes que haviam assumido compromissos públicos podiam contar com*

*dificuldades para se reeleger, caso não cumprissem as promessas feitas. Contudo, eles tinham a liberdade para sacrificar a perspectiva de uma reeleição, caso circunstâncias excepcionais lhes impusessem prioridades mais relevantes do que a carreira política. Mais importante ainda é que os representantes podiam manter a esperança de que, numa nova candidatura, viessem a ter condições de convencer os eleitores de suas razões para desrespeitar as promessas anteriores. O governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores: esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular (1996:6).*

Por um lado, a ausência de dispositivos institucionais que obriguem o cumprimento das promessas<sup>1</sup> de campanha não é, necessariamente, um problema para a representação, desde que garantidas eleições livres e periódicas, momento no qual os representantes serão avaliados pelos representados. Por outro lado, nos governos representativos contemporâneos, na “democracia do público” para seguir a tipologia de Manin, o mecanismo eleitoral pode apresentar-se falho e, assim, ser insuficiente para garantir a representatividade da representação, ou seja, a capacidade do sistema para realizar a inclusão da diversidade e a superação das desigualdades sociais (Arato, 2002; Lattman-Weltman, 2002; Miguel, 2005).

Neste ponto, pode ser esclarecedora a contribuição do trabalho de Nádia Urbinati (2006) sobre o tema da representação ao diferenciar democracia representativa e democracia eleitoral, apontando os aspectos que tornam a representação democrática. Para a autora, a representação política é definida, principalmente, pela negatividade, ou seja, pelo que ela não é, nem contrato, nem nomeação, “a representação não pode ser reduzida nem a um contrato (de delegação) firmado através das eleições nem à nomeação de legisladores como substitutos do soberano ausente, porque sua natureza consiste em ser constantemente recriada e dinamicamente ligada à sociedade (p.195)”.

---

<sup>1</sup> Segundo Manin, Pzeworski e Stokes (2006), existem justificativas históricas para a ausências de mecanismos que obriguem ao cumprimento das promessas de campanha, “existem boas razões para as instituições democráticas não ter mecanismos para obrigar a obediência ao mandato. Nós escolhemos políticas que representam nossos interesses ou candidatos que nos representam como pessoas, mas queremos que os governantes sejam capazes de governar” (p.119).



No entanto, para a devida compreensão da complexidade da representação política contemporânea, Urbinati (2006) argumenta que a representação é uma relação dinâmica entre representantes e representados. Nesta concepção, a continuidade ou crise no sistema é determinada pela relação entre representantes e representados que, assim, passa a não se restringir aos processos eleitorais e de deliberação; nas palavras da autora, “A representação não pertence apenas aos agentes ou instituições governamentais, mas designa uma forma de processo político que é estruturada nos termos da circularidade entre as instituições e a sociedade e não é confinada à deliberação e decisão na assembléia” (p. 201).

Ao romper com o modelo estático, ainda conforme Urbinati (2006), a teoria política da representação muda o foco da relação entre representantes e representados do eleitor para o cidadão e identifica uma circularidade entre as instituições e as práticas sociais de forma a vincular a representação à participação. Nesta perspectiva, é possível interpretar a representação política como um processo de autoconstrução, onde os dois atores, representantes e representados, participam ativamente e são admitidas rupturas sem que estas signifiquem a extinção do sistema, no qual os representados esperam que os representantes desempenhem as suas funções de representá-los, caso contrário, caberá aos representados o direito do exercício do *poder negativo*

*Uma teoria democrática da representação deve ser capaz de explicar os eventos de continuidade bem como as crises e, além disso, envolver a idéia de que o povo soberano conserva um poder negativo que lhe permite investigar, julgar, influenciar e reprovar seus legisladores. Esse poder é negativo por duas importantes razões: sua finalidade é deter, refrear ou mudar um dado curso de ação tomado pelos representantes eleitos; e ele pode ser expresso tanto por canais diretos de participação autorizada (eleições antecipadas, referendo, e ainda o recall, se sensatamente regulado, de modo que não seja imediato e, acima de tudo, rejeite o mandato imperativo ou instruções) quanto por meio dos tipos indiretos ou informais de participação influente (fórum e movimentos sociais, associações civis, mídia, manifestações) (Urbinati; 2006:209).*

A introdução da dimensão da participação do cidadão, por sua vez, remete-nos à discussão da esfera pública, espaço onde ela se materializa. Segundo Habermas (2003), a idéia de esfera pública é indissociável da prática da discussão e do debate sobre os assuntos de interesse público na busca da produção de consensos que são, necessariamente, provisórios porque resultam da construção das forças hegemônicas de cada momento, assim, a esfera pública “É o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional” (Habermas, 2003:155).

Por outro lado, a partir da noção de “contra-públicos” e de “empoderamento”, Nancy Fraser (1993) discute os limites da democracia e aponta para a existência de competição e conflitos na própria construção da esfera pública. Para Fraser, os múltiplos públicos, com potencial emancipatório, enfrentam a questão das desigualdades, estrutural nas sociedades democráticas de capitalismo tardio, como é o caso da sociedade brasileira, elaborando “estilos alternativos de comportamento político e normas alternativas de discurso político”<sup>2</sup> (1993:8). A questão é que o potencial emancipatório dos “contra-públicos” está relacionado, entre outros fatores, ao consumo de bens culturais e simbólicos que se processa de forma desigual pelos diferentes grupos sociais, dito de outra forma, alguns grupos possuem práticas e discursos mais poderosos do que outros no sentido de sua validação na esfera pública

*In stratified societies, unequally empowered social groups tend to develop unequally valued cultural styles. The result is the development of powerful informal pressures that marginalize the contributions of members of subordinated groups both the everyday life contexts and in official public spheres. Moreover, these pressures are amplified, rather than mitigated, by the peculiar economy of the bourgeois public sphere (Fraser, 1993:11-12).*

---

<sup>2</sup> Tradução da autora.

O aspecto do “empoderamento” desigual dos grupos sociais produz efeitos sobre a relação que estes estabelecem com os meios de comunicação que, assim, não depende de uma determinação apriorística do tipo positiva ou negativa quando se considera a ampliação do espaço de participação e deliberação dos “contra-públicos”. Cabe ressaltar que, para Fraser (1993), a relevância da ação dos “contra-públicos” para a ampliação e democratização da esfera pública não deve ser confundida com uma interpretação destes como sendo “pólos da virtude”<sup>3</sup> porque isto significaria uma visão idealizada dos mesmos.

Ainda em relação às desigualdades entre os públicos, Rousiley Maia (2003) discute a importância da apropriação pelos “públicos fracos” do “estilo cultural” dos “públicos fortes” sem que isto implique, necessariamente, em perda de identidade por parte dos primeiros. Pelo contrário, a luta pela inclusão, ou seja, pelo reconhecimento de diferenças e direitos, passa por um aprendizado para superar o que Maia (2003) define como condições de “desigualdade comunicativa” em que se encontram os “públicos fracos”, que não dominam a linguagem e a gramática de um sistema comunicacional dominado pela lógica do mercado<sup>4</sup>.

A “desigualdade comunicativa” também influencia de forma significativa as disputas e conflitos que se concretizam no Congresso entendido, nesta perspectiva, como arena de debates e deliberações que resultantes da correlação de forças entre os diferentes públicos desiguais, em determinado cenário. Segundo Nancy Fraser (1993), o desafio que este contexto de desigualdades coloca para a teoria crítica da democracia consiste no fato de que a desigualdade, nas sociedades contemporâneas, não se resolve através, apenas, das garantias formais de acesso e participação.

---

<sup>3</sup> Para uma crítica da ação dos movimentos sociais enquanto “pólos da virtude” nos processos de democratização dos países latino-americanos, ver Dagnino (2002).

<sup>4</sup> Para detalhes sobre a representação dos movimentos sociais, ver artigo de Alessandra Aldé e Fernando Lattman-Weltman, “O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso ‘estado de natureza’”, *Revista Contracampo*, Niterói: MDII/UFF, n.5, 2000.

Dessa forma, as desigualdades culturais dos “contra-públicos” subalternos configuram-se como significativas desvantagens para os conflitos de interesses que tomam lugar na esfera pública.

Por sua vez, quando olhamos para o conjunto das transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 80, com a ampliação do acesso à participação na esfera pública, podemos observar que os meios de comunicação também passaram por mudanças significativas. Neste sentido, cabe pensar o papel que os meios de comunicação desempenharam no processo de construção e alargamento do espaço público que, por sinal, ainda se encontra em curso.

Uma primeira observação sobre este processo de transformação no qual a mídia está inserida é a de que, apesar da persistência de papéis que podem ser identificados com práticas de dominação e exclusão social, a mídia assumiu novos papéis que podem ser associados a práticas com potenciais democratizantes. Esta reflexão me leva a justificar a necessidade de considerar o impacto dos meios de comunicação de massa no sistema de representação política, inclusive, porque a mídia é, atualmente, como mostra Silverstone (2002), indissociável da vida social e política porque é constitutiva de nossa experiência cotidiana

*Venho afirmando que devemos estudar a mídia porque ela tem uma importância fundamental para a experiência. Ela anima, reflete e exprime a experiência, nossa experiência, dia após dia. Disse que tal estudo deve implicar uma concepção da mídia não como uma série de instituições, produtos ou tecnologias, ou não apenas essas coisas, mas como um processo, um processo de mediação. A mídia se faz. Nós a fazemos. E ela é feita para nós (p. 147).*

Para outros dois autores, Nestor Canclini (2002) e Joshua Meyrowitz (1985), a experiência social mediada pela mídia eletrônica também é o ponto crucial para a análise das relações de representação na contemporaneidade. Segundo Canclini, a relação entre esfera pública e meios de comunicação pode ser pensada a partir da representação que estes últimos fazem da cidade e dos cidadãos. A crescente complexidade da vida urbana, para Canclini (2002),

é acompanhada pela explosão de circuitos comunicacionais – jornal, rádio e TV – que são “os principais agentes construtores do sentido urbano” (p. 44). No entanto, a questão colocada por Canclini é saber qual é o desenho dado à esfera pública pelos meios de comunicação, dito de outra forma, se as opiniões e assuntos que circulam contribuem para uma postura reflexiva do cidadão frente à sua situação de desigualdade social, ou se, por outro lado, são meramente reprodutoras das mesmas.

Ainda segundo Canclini (2002), mais do que os jornais e o rádio, a TV tem o potencial de estar presente, ao mesmo tempo, em praticamente a totalidade dos lares, em todos os lugares da cidade, influenciando o imaginário e produzindo a sensação de experiência social da vida na cidade

*O que é possível saber e imaginar sobre a megacidade não nos chega tanto pelas limitadas experiências diretas que temos ao viajar por ela, mas sim pelas notícias e reflexões que o olhar “onisciente” da televisão instala nos lares. Com o auxílio de helicópteros que percorrem a urbe, com câmeras ‘no lugar dos fatos’, com convidados que viveram diretamente, constrói visões verossímeis que simulam recompor o sentido global da vida cidadã (p.48).*

Nesta direção, Thompson (1995) vai falar da noção da “quase-interação mediada” através da qual “os indivíduos situados em contextos domésticos privados são capazes de vivenciar acontecimentos públicos e privados” (p.317). Segundo Thompson, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, em especial da televisão, o acesso aos conteúdos do domínio público deixa de exigir o compartilhamento de um mesmo local, com conseqüências positivas e negativas, tanto para a natureza dos próprios acontecimentos, como para a experiência que passa a ser mediada e privada

*É a própria acessibilidade da publicidade mediada que deu origem a novas oportunidades, como, também, a novos problemas. Novas oportunidades, no sentido de que a maior acessibilidade à publicidade medida pode possibilitar que um número maior de pessoas participem, de certo modo, em esferas de informação e comunicação. (...) Mas essas oportunidades também podem apresentar novos problemas, pois a maior acessibilidade e participação poderá tornar mais difícil aos que exercem o poder*

– seja no domínio público ou no privado – controlarem e restringirem o acesso à informação, um controle do qual seu poder pode, até certo ponto, depender (1995:318).

O impacto da mídia eletrônica no comportamento social também é a preocupação de Joshua Meyrowitz (1985), porém, ele lança luz sobre a discussão ao argumentar que, para além do potencial para incluir e excluir vozes na esfera pública, a mídia eletrônica tem efeitos sobre a relação entre espaço público e privado e sobre o comportamento social. As inúmeras evidências apontadas por Meyrowitz em seu livro *No Sense of Place* (1985) retratam experiências do dia-a-dia; a simplicidade das evidências não compromete o argumento, pelo contrário, contribui para realçar a sofisticação da construção do autor que centraliza sua análise no impacto da mídia eletrônica sobre o comportamento social, este último entendido de maneira ampla, o que possibilita incorporar no seu modelo, inclusive, as relações entre representantes e representados.

Para analisar o impacto da mídia eletrônica no comportamento social, com efeitos sobre a diluição de fronteiras entre os eventos que acontecem no espaço público e no espaço privado, Meyrowitz, intencionalmente, afasta-se das abordagens que focam a explicação na análise de conteúdo, majoritárias segundo o autor e se aproxima da idéia da acessibilidade ao conteúdo. A diferença na abordagem não é só sutil como inovadora e contribui de forma definitiva para a compreensão do fenômeno em toda a sua complexidade e abrangência. O ponto crucial para o qual Meyrowitz (1985) chama atenção é a mudança no “padrão de acesso” à informação que, com a mediação da mídia eletrônica, passa a ser um “duplo acesso à informação”. Primeiro, tem o acesso dos cidadãos ao conteúdo em si e, segundo, o acesso de outros atores sociais ao fato de que os cidadãos tiveram acesso ao conteúdo. É esta última informação que tem efeitos sobre o

comportamento social dos atores sociais; nas palavras do autor, “o conhecimento de que as pessoas têm acesso à informação é, em si mesmo, uma informação social significativa”<sup>5</sup> (p.91).

Cabe ressaltar que não se trata, no espaço desta tese, de discutir princípios e modelos que expliquem o comportamento social, mas de apontar para a necessidade de incluir a mídia no debate da representação política, na medida em que ela se transformou no principal elemento da mediação entre representantes e representados (Manin, 1995). O que se busca ressaltar é que se trata de uma mediação que vai além do mecanismo de operacionalização de transmissão de informação (conteúdo), o que por si só já seria significativo; é uma mediação com efeitos sobre as fronteiras entre espaço público e privado e da natureza da relação de representação política (Canclini, 2002; Meyrowitz, 1985; Silverstone, 2002; Thompson, 1995).

É suficiente notar aqui que, como demonstrado por Meyrowitz (1985), a mídia eletrônica coloca em operação novos e singulares mecanismos de interação social que, assim, passam a ser situações sociais mediadas, ou seja, que não acontecem “face-a-face”, situações que tinham como exigência o compartilhamento do mesmo local. Para Meyrowitz, outros dois aspectos são fundamentais para a compreensão do impacto da mídia eletrônica sobre o comportamento social, as ausências, por um lado e, por outro, a visibilidade que é dada a conteúdos que, na situação anterior, estavam resguardados no domínio do espaço privado que, por sua vez, era nitidamente separado do espaço público.

A introdução, feita por Meyrowitz (1985), da dimensão da ausência para explicar o comportamento social nas diversas situações que fazem parte da experiência cotidiana dos cidadãos pode, a princípio, parecer estranha tendo em vista tratar-se de interações; no entanto, fica fácil entender o seu sentido a partir dos inúmeros exemplos que o autor descreve. Entre as muitas situações apontadas por Meyrowitz para sustentar este aspecto das ausências, pode-se citar

---

<sup>5</sup> Tradução da autora, “knowledge of people’s access to information is itself a significant piece of social information”.

o encontro de estudantes, rapazes, no vestiário masculino da escola. Para o autor, o comportamento dos rapazes – entendido no seu sentido mais amplo, que inclui, entre outras dimensões, a linguagem oral e corporal - é determinado não só pela presença de outros rapazes, mas, também, pelas ausências, no local da interação (vestiário), de meninas, professores e do diretor da escola.

Usando a analogia com a arquitetura à qual o próprio Meyrowitz recorre, vamos imaginar que, de repente, as paredes do vestiário – que representam, aqui, a segmentação social, rapazes e moças, estudantes e professores, estudantes e diretor - deixassem de existir, como efeito da introdução de uma câmera<sup>6</sup> no vestiário e, dessa forma, meninas, professores e diretor, passassem a ter acesso ao comportamento dos rapazes. Sem dúvida, o acesso ao conteúdo para os atores que estavam excluídos do local da interação teve um grande impacto e representa uma novidade que só se tornou possível através da mediação dos meios de comunicação.

Nesta direção, ainda segundo Meyrowitz, os acontecimentos sociais mediados adquirem uma complexidade ainda maior considerando que o emissor perde o controle também sobre o público que terá acesso ao conteúdo. No exemplo do vestiário, os rapazes (emissor) não sabem se apenas as meninas ou, além destas, os professores e até mesmo o diretor da escola terão acesso ao seu comportamento (conteúdo). Aqui já é possível perceber que o ponto crucial não é o conteúdo em si que será transmitido pela mídia eletrônica, nem se este conteúdo vai ser efetivamente acessado por todos, mas o fato do desenvolvimento da mídia eletrônica, especificamente a TV, produzir a diluição das fronteiras entre o espaço público e o privado; e mais, produzir um

---

<sup>6</sup> Até relativamente pouco tempo atrás este exemplo pareceria bastante extremado, porém, atualmente, a banalização provocada pela invasão da privacidade com os programas de televisão com formato de “reality show” dá um tom ingênuo ao exemplo. De qualquer forma, o ponto para o qual Meyrowitz chama atenção é outro.



ambiente informacional em que praticamente todos os segmentos da sociedade tem a possibilidade de acessar, publicamente e simultaneamente.<sup>7</sup>

Tanto Meyrovitz quanto Thompson, preocupados em compreender os efeitos do impacto dos meios de comunicação de massa na mediação das relações sociais, dedicaram parte significativa dos seus estudos para tratarem especificamente da questão da relação de representação política. Em seu livro *No Sense of Place* (1985), Meyrowitz dedica todo um capítulo para analisar, minuciosamente, o tema da relação entre representantes e representados mediada pela televisão. Segundo Meyrowitz, os políticos são os que mais sofrem com o impacto da mídia eletrônica em função, basicamente, de dois fatores, eles precisam dos meios de comunicação para viabilizar um processo de comunicação eficaz com os cidadãos e, segundo, os políticos, comparativamente ao cidadão comum, comportam-se de forma mais ritualística, o que representa um grande apelo para a linguagem televisiva (1985:276).

Dessa forma, estabelece-se uma relação de simbiose entre políticos e mídia, onde os primeiros demandam espaço para divulgação de seu perfil, discursos e atividades e, por outro lado, a mídia demanda notícia. Porém, como veremos em detalhes na seção seis deste capítulo, esta relação simbiótica entre políticos e mídia é desequilibrada, sendo que, na maioria das vezes, ela é mais vantajosa para a mídia que, mediante o seu poder de incluir e excluir vozes e de dar a sua visão sobre os acontecimentos, ela leva o político a uma posição de dependência e fragilidade. Na posição entrincheirada pela mídia em que os políticos encontram-se, qualquer deslize de comportamento, não necessariamente de conduta ética, por menor que seja, transmitido por poucos minutos, pode comprometer uma carreira que demorou anos para ser construída, nas

---

<sup>7</sup> Está além dos objetivos desta tese a discussão sobre o processo de recepção. Da mesma forma que Meyrowitz, a tentativa, aqui, é chamar atenção para os efeitos nas relações sociais mediadas pela mídia eletrônica com base, entre outros fatores, na simultaneidade e acessibilidade sem a necessidade do compartilhamento do mesmo local. Para uma discussão sobre o processo de recepção ver, entre outros, Dominique Wolton (1996).

palavras de Meyrowitz, “Um único ato inapropriado pode desqualificar o político para completar um ritual em andamento”<sup>8</sup> (1985:276).

Para Meyrowitz, a desmistificação dos políticos, metamorfoseados pela mediação da televisão, de homens perfeitos e imortais, em homens que transpiram, gaguejam e cometem erros, é interpretada como algo negativo para a relação entre representantes e representados. O autor faz uma análise retrospectiva do perfil dos presidentes dos Estados Unidos e da relação destes com os meios de comunicação de cada época, o jornal e o rádio e a televisão. A conclusão é de que a televisão, ao expor conteúdos pertencentes, anteriormente, ao espaço privado dos políticos, simultaneamente, a uma audiência diversificada, acaba por modificar a relação de representação política, com efeitos sobre o comportamento dos representantes e o imaginário dos representados que, assim, têm acesso a uma informação de diferente natureza.

Esta nova situação criada pela mídia eletrônica que exige dos políticos constante vigilância dos seus atos, considerando que qualquer deslize, pode comprometer a sua imagem<sup>9</sup>, “A nova mídia demanda que os políticos andem e falem firmemente e sem pensar através de uma corda bamba da performance. Qualquer lado é perigoso: poucos segundos de silêncio ou um tropeço na língua pode levar a uma queda nas pesquisas”<sup>10</sup> (Meyrowitz, 1985:275).

Cabe ressaltar que, apesar da visão ingênua de Meyrowitz sobre a questão da representação política, baseada em um ideal de homem público superior ao homem comum, o

---

<sup>8</sup> Tradução da autora. “A single inappropriate act can disqualify political performers from completing an ongoing ritual”.

<sup>9</sup> Exemplo desta situação é a resposta da então Ministra do Turismo do Governo Lula, Marta Suplicy, em entrevista coletiva após o lançamento do Plano Nacional de Turismo, em 13/06/07, quando questionada sobre o caos nos aeroportos, no auge da crise aérea: “Relaxa e goza porque você vai esquecer os transtornos”. A Ministra, que também é sexóloga, foi durante criticada na mídia, o vídeo da entrevista circulou na internet (you tube) e a Ministra viu-se forçada a, no mesmo dia, vir a público pedir desculpas através de nota oficial pela “frase infeliz”. No entanto, como argumenta Meyrowitz (1985), a situação estava registrada e não há como escondê-la do cidadão “Because private interactions with reporters were once distinct from the public communications released in newspapers, much of a politician’s ‘personality’ was well hidden from the average citizen” (p.272).

<sup>10</sup> Tradução da autora. “The new media demand that the politician walk and talk steadily and unthinkingly along a performance tightrope. On either side is danger: a few seconds of silence or a slip of the tongue can lead to a fall in the polls”.

autor, por outro lado, não deixou de chamar atenção para os exageros e distorções cometidos pela mídia comercial, ao fazer uso, por exemplo, dos processos de edição, divulgando conteúdos de domínio privado e que pertencem a contextos particulares (sidestage perspective), com efeitos negativos sobre a imagem da política e dos políticos ao produzir um deslocamento de situações e atores sociais no tempo e no espaço

*The sidestage perspective offered by television makes normal differences in behavior appear to be evidence of inconsistency or dishonesty. We all behave differently in different situations, depending on who is there and who is not. Yet when television news programs edit together videotape sequences that show a politician saying and doing different things in different places and before different audiences, the politician may appear, at best, indecisive and, at worst, dishonest (1985:271).*

Já para Luis Felipe Miguel (2002), a desmistificação dos políticos processada pela mídia eletrônica pode ser interpretada como algo positivo, na medida em que é possível imaginar uma aproximação entre representantes e representados com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a convergência tecnológica, com ganhos para a democratização da relação de representação, até porque, segundo Miguel, na política sempre existiu um processo de ritualização, assim

*É necessário, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a mídia é um fator central da vida política contemporânea e que não é possível mudar este fato. Ou seja, é ocioso alimentar a nostalgia de ‘tempos áureos’ da política, quando imperava o verdadeiro debate de idéias, sem a preocupação com a imagem ou a contaminação pelas técnicas da publicidade comercial. Em primeiro lugar, porque o retorno ao passado é implausível. Mas também porque tal época de ouro nunca existiu. Antes do advento da televisão, outros fatores ‘viciavam’ o discurso político. (2002:158).*

Independentemente dos excessos e avanços, o fato é que este cenário da midiaticização da política, ainda segundo Meyrowitz (1985), coloca para os políticos pelo menos dois novos e grandes desafios, primeiro, a administração da sua imagem e, segundo, do conteúdo de suas falas que, em qualquer local onde forem proferidas, torna-se-ão, compulsoriamente, acessíveis a todos os segmentos sociais. Com a televisão, um discurso feito por um candidato a prefeito para um

público específico, por exemplo, de empresários na área de transportes, na sede de sua entidade de classe, será tornado público, simultaneamente, para toda a audiência de eleitores do município.

Neste sentido, uma determinada situação social, com conteúdo e contexto específicos, vai circular para outros locais e, assim, estará exposta a diferentes interpretações, por diferentes públicos. Não importa que nem todos assistam ao evento ao mesmo tempo, a questão central é que o evento, anteriormente restrito a determinado público e espaço, passou a ser capturado pelas câmeras das emissoras de TV que, ao registrarem o evento têm, ainda, a opção de disponibilizá-lo em diferentes momentos, para diferentes audiências.

Dessa forma, ocorre uma significativa perda de controle por parte do político sobre a construção da sua imagem e do contexto político, com efeitos sobre a relação de representação. No máximo, para Meyrowitz (1985), o político aprenderá a “conviver com a situação”, o que é completamente diferente de “controlar a situação”; as novas situações passam a ser monitoradas pelas câmeras e, assim, “diminuem a distância entre político e eleitor” (p.272). Todos os espaços dos eventos políticos passam a ser “invadidos” pela TV e, neste sentido, modificados, desde acontecimentos mais privados, como encontros entre lideranças, até os reconhecidamente públicos, como comícios, convenções partidárias e o comportamento dos parlamentares nas sessões plenárias e das comissões, no exercício de suas atividades, ou seja, dos representantes

*When electronic media attempt to reveal to their audience what is “really” going on, they often change what is going on. There is a parallel here to the changing role of the sports umpire with the advent of the “instant replay”. A new direction of information flow undermines former authority and control (Meyrowitz, 1985:29).*

Nesta altura, é importante deixar claro que a mídia, apesar de desempenhar significativo papel de mediação das relações sociais, não é neutra, dito de outra forma, ela não se encontra acima de influências e interesses, políticos e econômicos, pelo contrário, ela é – como apontado por diversos autores – absolutamente suscetível a eles. No entanto, é interessante notar que, a

exemplo dos movimentos sociais, a mídia não pode ser localizada nem no pólo da virtude, nem no pólo oposto.

Segundo Silverstone, a mídia, no seu poder de estruturação da experiência cotidiana, “conecta e separa a um só tempo. Inclui e ao mesmo tempo exclui. Oferece liberdade de expressão e reclama direitos de vigilância e controle. Ela também possibilita e impede. Cria novas desigualdades, assim como procura eliminar antigas” (2002:268). Nesta perspectiva, quando analisa a participação da mídia na cobertura de denúncias de corrupção na Colômbia, Martin-Barbero (2004) aponta para a ambigüidade da visibilidade nos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que chama a atenção para as potencialidades de ampliação do espaço público como resultado da visibilidade midiática

*As mídias estiveram, assim, mais comprometidas com a lógica da publicidade do que com a ampliação do público, porém, ainda assim infligiram um golpe à corrupção, a qual, sem essa ação, teria percorrido seu caminho tortuoso sem maiores contratempos (p. 100-101).*

Dessa forma, apesar da certeza de que a mídia, constituída enquanto empresa<sup>11</sup> nas sociedades contemporâneas, possui interesses bem definidos e por uma questão, inclusive de sobrevivência, atua em sua defesa; podemos pensar que a mídia não agenda<sup>12</sup> tão somente os assuntos que dizem respeito aos seus interesses comerciais e políticos. Segundo Avritzer (1999), a ação de outros atores políticos, como os movimentos sociais, pode vir a desempenhar importante papel na formação da agenda pública: “los movimientos sociales no sólo crean nuevos significados. También actúan para volver visibles esos nuevos significados al ser procesados e incorporados a los medios de comunicación masiva” (p. 84).

---

<sup>11</sup> “O mercado da mídia está cada vez mais concentrado (e internacionalizado). As empresas que o dominam têm um peso crescente na economia como um todo. O fenômeno chamado de “convergência tecnológica” vem agrupando indústrias de informação e entretenimento, de aparelhos eletrônicos e de telefonia em mega-conglomerados, que via de regra tem também participação em outros ramos de produção. Por fim, as empresas de mídia são, em grande parte, dependentes de outras grandes firmas capitalistas, suas anunciantes” (Miguel, 2002:164).

<sup>12</sup> Apesar da importância do tema para o estudo da relação entre mídia e política, a discussão do aspecto do agendamento não está entre os objetivos desta tese.

A complexa dinâmica que se estabelece na relação entre movimentos sociais e meios de comunicação é perpassada por mecanismos contraditórios de autonomia e dependência, entre ambas as partes que, por sua vez, representam diferentes interesses em disputa. Por um lado, os movimentos sociais precisam dar publicidade a sua luta como um dos recursos de sua ação estratégica. Por outro, os meios precisam garantir a sua legitimidade enquanto veículo de informação diante de uma audiência que se transformou ao longo destes cinquenta anos e que se apresenta como um público mais exigente em relação aos temas abordados e atento aos enquadramentos realizados.

Esta visão de que a mídia tanto pode reproduzir as desigualdades como contribuir para a democratização do espaço público também é compartilhada por Canclini (2002) no seu estudo sobre a influência dos meios de comunicação no imaginário dos cidadãos na Cidade do México. Assim, existe nas cidades uma diversidade de experiências comunicacionais que interagem formando o cenário midiático e alimentando o ambiente informacional que, dependendo das condições políticas e dos arranjos institucionais, pode ser mais ou menos democrático

*Certamente, são impróprias as afirmações generalizadas que atribuem indiscriminadamente ao conjunto das indústrias culturais a virtude de ter ampliado o horizonte informativo das massas. No entanto, se fizermos uma distinção entre os meios mais comercializados, mais dependentes dos índices de audiência e, portanto, meros reprodutores dos gostos e senso comum majoritários, e, por outro lado, aqueles que se preocupam em difundir a informação e representar as vozes críticas, deveremos reconhecer que estes últimos conseguiram enriquecer as pautas de discussão nas sociedades contemporâneas (Canclini, 2002:50-51).*

Retomando a discussão mais específica sobre a representação política, Nádía Urbinati (2006) afirma que os representantes têm a prerrogativa do exercício do *poder negativo* quando acreditam que não estão sendo bem representados e, nesta direção, a questão que se coloca é através de quais mecanismos os representantes podem exercer esse poder. Os mecanismos que os representados podem colocar em prática para o exercício do seu *poder negativo* sobre os

representantes dizem respeito à *accountability*, que consiste em mecanismos de controle social aos quais os representados têm acesso para imporem sanções aos representantes, mais especificamente, como se verá na próxima seção deste capítulo, ao que se convencionou chamar por *accountability* vertical.

### **1.3. *Accountability*: para além da prestação de contas, a responsabilização dos representantes**

O sistema de representação política, segundo Manin (1996), tem como um de seus princípios básicos a autorização, por um período de tempo determinado, o mandato, que o cidadão concede, por intermédio da sua participação no processo eleitoral, ao governante, para se fazer representar na esfera de deliberação que é o Poder Legislativo. Cabe ressaltar que, como já discutido na seção anterior deste capítulo, esta autorização não deve ser tomada como um simples e restrito ato – a eleição – mas como um processo exercido pelos representados, ao longo do período do mandato dos representantes, exercitando a sua prerrogativa do “poder negativo”; assim, a representação política, nas palavras de Urbinati, refuta a idéia “de que o ato de autorização seja mais importante do que o processo de autorização” (2006:203).

Nesta direção, o conceito de *accountability* diz respeito a essa complexa relação que se estabelece entre representantes e representados e procura “saber até que ponto e de que modo os primeiros prestam contas do que fazem por delegação soberana dos segundos” (Lattman-Weltman, 2001:2). Inúmeras são as dimensões envolvidas na operação dos mecanismos de *accountability* e é possível identificar algumas mais diretamente relacionadas com a mídia, especificamente com a televisão.

De maneira mais ampla, o processo de *accountability* vem sendo tratado na literatura a partir de uma dimensão horizontal, entendida como o controle que os poderes estabelecidos

exercem entre si, em um sistema de “checks and balances”, e uma dimensão vertical que diz respeito ao processo eleitoral, que define um momento de relação direta entre representantes e representados (O’Donnell, 1998; Lattman-Weltman, 2001; Arato, 2002; Manin, Przeworski e Stokes, 2006; Miguel, 2005). É importante deixar claro que esta divisão é apenas analítica porque as duas dimensões interagem constantemente.

A dimensão horizontal da *accountability* que consiste, como mencionado, na separação dos poderes e no sistema de “pesos e contrapesos” que uns exercem sobre os outros, significa dizer que ela está localizada no plano das instituições e das agências estatais, com prerrogativa para aplicar punições contra outros agentes do estado que incorram em faltas ou crimes (O’Donnell, 1998). Nesta perspectiva, a dimensão horizontal da *accountability* pode ser definida como sendo o “reino da lei” e está diretamente associada à aplicação de punições de caráter formal aos representantes que incorram em ações consideradas ilegais, como os atos de corrupção e de improbidade administrativa (Lattman-Weltman, 2001).

No entanto, segundo O’Donnell (1998), para um funcionamento eficiente destes procedimentos de punição, considerando os desafios de representatividade e legitimidade nas democracias contemporâneas, faz-se necessário a formação de um trabalho em rede dessas instituições e agências, já que a ação isolada de cada uma delas não teria a mesma eficácia

*An important but seldom noticed point is that these agencies can only rarely be effective in isolation. Their proceedings can move public opinion, but normally their ultimate effectiveness depends on decisions by courts (or eventually by legislatures willing to consider impeachment), especially in major cases. Effective horizontal accountability is not the product of isolated agencies, but of networks of agencies (up to and including high courts) committed to upholding the rule of law (1998:119).*

Por sua vez, a dimensão vertical da *accountability* é aquela relacionada ao eixo da participação e da representação, localizada no processo eleitoral e, neste sentido, é a dimensão que mais diretamente interessa ao objeto desta tese. Para Arato (2002), a importância da



dimensão vertical do processo de *accountability*, ou *accountability* política como o autor prefere, reside na interação entre representantes e representados, com potencial, dependendo das condições e arranjos institucionais, para aproximá-los e, assim, tornar o sistema representativo mais democrático. A eleição é o momento em que o cidadão tem a oportunidade de participar e exercer o seu direito de escolha, basicamente, entre reconduzir um representante ou votar em um novo candidato. Na base deste processo de escolha, está uma avaliação prospectiva, ou seja, de ações passadas, que o representado faz ao contrapor as propostas de campanha e o comportamento do representante e decidindo entre recompensá-lo com a reeleição, ou puni-lo ao votar em outro candidato

Um dos aspectos da relação de representação resultante do processo eleitoral destacado por Manin (1996) é o fato de não haver nenhum tipo de instrumento legal que exija dos representantes o cumprimento de suas promessas. Esta desvinculação possível entre as decisões que os governantes tomam e as posições que foram assumidas na campanha pode contribuir para enfraquecer o potencial de controle dos governados sobre os primeiros, na medida em que os eleitores podem ver diminuído o seu interesse<sup>13</sup> em monitorar o comportamento dos governantes (Manin, Przeworski & Stokes, 2006). No entanto, a atitude de monitoramento dos representantes, essencial para o bom funcionamento da *accountability* vertical, está associada não só ao interesse pela política mas, também, à “provisão de informação adequada e plural (não apenas sobre a atuação dos governantes, mas sobre o mundo social de modo geral)” (Miguel, 2005:29).

Se, por um lado, a *accountability* vertical pressupõe uma atitude de monitoramento dos representantes pelos representados, por outro, ela prevê uma atitude de responsabilização dos representantes pelo mandato, ou seja, de responsividade dos mesmos que, segundo Miguel (2005), refere-se à “sensibilidade dos representantes à vontade dos representados; ou, dito de

---

<sup>13</sup> A falta de interesse pela política do chamado “cidadão comum” vem sendo debatida na literatura desde os clássicos estudos de Lippmann.

outra forma, à disposição dos governos de adotarem as políticas preferidas por seus governados” (p.28). Por definição, os representantes buscam a sua reeleição e, independentemente de quais sejam os objetivos que levam os políticos a investirem na sua reeleição, se com vistas à realização de interesses particulares ou se imbuídos de espírito público; o fato é que eles precisam monitorar o próprio comportamento e imagem para evitar danos à sua reeleição.

Também no caso da *accountability* vertical, a exemplo da dimensão horizontal, podemos pensar no modelo de fronteiras, na medida em que o poder de controle que os cidadãos experimentam nas eleições é limitado, entre outros fatores, pela regra da periodicidade que estabelece que elas ocorram apenas de tempos em tempos. De qualquer forma, é no rito da eleição que o representante exerce o seu “poder negativo”, na designação de Urbinati (2006), ou poder de sanção sobre o representado, reconduzindo-o ao cargo, ou votando em outro candidato.

Cabe ressaltar que, em qualquer das duas dimensões da *accountability* consideradas, o aspecto da sanção, aplicada diretamente pelos governados nos processos eleitorais ou através das instituições, é central a estes mecanismos de controle social sobre os governantes. No entanto, as punições passíveis de serem aplicadas variam profundamente em sua natureza, de acordo com a dimensão da *accountability* em questão. Não se trata, aqui, de diferenciá-las pelo seu grau de importância, até porque ambas as dimensões são constituintes das democracias representativas e desempenham papéis complementares, mas de pensar os limites dos mecanismos de representação política e as suas transformações mais recentes.

Dessa forma, ganha importância a discussão sobre a eficiência destes mecanismos de *accountability* que pode ser traduzida, em última instância, como a eficiência do próprio regime democrático representativo e de suas instituições. Atualmente, neste debate, não há como não considerar o impacto das ações dos movimentos sociais e da mídia sobre a relação entre representantes e representados.

Porém, ao contrário do consenso formado em torno da necessidade de relacionar estes novos aspectos à questão da representação, não dispomos, ainda, de um modelo que os incorpore de forma satisfatória, apesar dos avanços significativos trazidos pelas contribuições de diferentes autores preocupados com o tema, entre eles Arato (2002), Peruzzotti e Smulovitz (2001), Lattman-Weltman (2001), Miguel (2005) e Manin, Przeworski & Stokes (2006). Estes estudos apresentam em comum a preocupação de interpretar os efeitos dos movimentos sociais e da mídia sobre o sistema de representação política em sua complexidade; eles buscam evitar argumentos reducionistas de apelo fácil que os consideram simplesmente como positivos ou negativos para a qualidade da democracia.

O processo de reconfiguração do sistema de representação política nos estados democráticos contemporâneos deixa transparecer os vários fatores que contribuem para a limitação dos mecanismos de *accountability*, tanto na sua dimensão horizontal, quanto na vertical, limitação esta que se reflete principalmente na ampliação da distância entre representantes e representados. Em relação à dimensão vertical da *accountability* não é apenas o aspecto da periodicidade eleitoral, um limite normativo das democracias representativas, que compromete a relação de representação, mas a somatória de uma gama de variáveis que inclui desde a questão partidária, passando pela escolaridade, o acesso à informação, até a “mídiatização” das campanhas eleitorais.

Apesar da relevância da discussão sobre o processo de centralidade dos meios de comunicação nos processos políticos contemporâneo, tanto para os cargos executivos, quanto para os legislativos, ela não está entre os objetivos deste trabalho. No entanto, como será discutido nas seções 4 e 5 deste capítulo, dois aspectos da relação entre mídia e política – a “mídiatização” das campanhas eleitorais e a cobertura do legislativo pela mídia – também estão associados à questão da visibilidade e dos mecanismos de *accountability*.

A reflexão desenvolvida até aqui sobre o processo de *accountability* trata dos mecanismos de controle social sobre o exercício do poder político nos espaços das diferentes instituições presentes nas sociedades democráticas contemporâneas. Dessa forma, podemos pensar em termos de fronteiras no desempenho dos papéis dos atores sociais, bem como no respeito a regras, orientações, valores e atitudes. A tentativa foi mostrar que a noção de *accountability* é, na realidade, bem mais ampla e complexa do que a já usual tradução de *accountability* como o processo de “prestação de contas” dos representantes. Nesta direção, a próxima seção vai buscar fazer uma reflexão sobre a relação entre os meios de comunicação e os mecanismos de *accountability*.

#### **1.4. Mídia e *accountability*: uma nova forma de controle social?**

Os movimentos sociais e a mídia, segundo Peruzzotti e Smulovitz (2001), são formas alternativas de controle social que podem contribuir para diminuir o déficit de legitimidade das democracias representativas contemporâneas, ou seja, para diminuir a distância entre representados e representantes e, nesta medida, foram designados por esses autores como mecanismos de *accountability* social

*al concentrarse em los mecanismos tradicionales de accountability – elecciones, separación de poderes y existência de un sistema de pesos y contrapesos entre las distintas ramas del gobierno, esos análisis ignoran el crecimiento de formas alternativas de control político basadas en las acciones de los ciudadanos y de los medios (p. 24).*

Ainda segundo Peruzzotti e Smulovitz (2001), os movimentos sociais e a mídia podem atuar interferindo tanto na dimensão horizontal, quanto na dimensão vertical da *accountability*. A escolha do termo interferência para descrever a ação destes atores sociais e da mídia não é aleatória, pelo contrário, busca traduzir a forma como eles estimulam mecanismos de controle social sobre os governantes, os quais podem materializar-se tanto por vias institucionais, como

por vias não institucionais. A interferência institucional pode ser verificada quando são acionados recursos de ações legais.

Apesar dos movimentos sociais e da mídia apresentarem dinâmicas distintas de interferência na relação de representação política, eles produzem uma mesma natureza de sanção, a sanção simbólica, significativamente diferente da sanção imposta pelas dimensões horizontal e vertical da *accountability*. Porém, Peruzzotti e Smulovitz (2001) argumentam que este fato não deve ser usado para desvalorizar a importância do impacto destes mecanismos porque, considerados em sua dinâmica, é possível observar que acionam os mecanismos tradicionais de controle com conseqüências materiais, ao “imponer costos reputacionales que pueden tener consecuencias políticas que se manifiestan institucionalmente” (p. 35).

Nesta perspectiva, a efetividade da sanção simbólica pode ser verificada empiricamente com base no acompanhamento da ação dos movimentos sociais e da mídia. Como mencionado, a noção de *accountability* social discutida por Peruzzotti e Smulovitz (2001), além de incluir os movimentos sociais e a mídia, prevê, também, o estabelecimento de complexas estratégias de atuação entre os dois, movimentos sociais e mídia. De qualquer forma, são as conseqüências das ações da mídia que interessam ao objeto deste trabalho e, assim, serão nelas que irei concentrar-me.

A questão que se coloca é saber se a TV legislativa pode funcionar como mecanismo de *accountability* social, considerando que ela publiciza os debates e processos de deliberações dos assuntos de interesse público que acontecem nas Casas Legislativas, bem como o comportamento e posições dos representantes, de forma mais ampla do que a mídia comercial. Dessa forma, podemos imaginar que a TV legislativa é *accountable*, dito de outra forma, ao informar os cidadãos sobre as atividades desenvolvidas no Poder Legislativo e, também, mais especificamente sobre o comportamento dos parlamentares, a TV legislativa desempenha um

papel de controle social sobre o representante e contribui para alimentar o ambiente informacional no período entre eleições. No entanto, para desempenhar este papel, a TV legislativa precisa garantir a combinação de determinadas variáveis, como será discutido no capítulo dois desta tese.

Contrariamente à rígida periodicidade eleitoral, os mecanismos de *accountability* social<sup>14</sup> apresentam a vantagem da possibilidade de serem acionados de acordo com a demanda e “podem ser dirigidos para o controle de temas, políticas ou funcionários particulares” (Peruzzotti e Smulovitz, 2001:33)<sup>15</sup>, ou seja, estes mecanismos podem influenciar no chamado processo de “agendamento” da mídia. O aspecto do “agendamento” discute a força e a influência da mídia na definição da pauta dos assuntos que serão considerados como relevantes para se tornarem objeto de discussão e deliberação pública, como mostra os inúmeros estudos<sup>16</sup> na área

*Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição da agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões (Miguel, 2002:171).*

Nesta direção, a possibilidade que determinados movimentos sociais e meios de comunicação apresentam, em contextos específicos, de agendar temas usualmente ausentes da pauta de um sistema de mídia dominado pela lógica comercial, como é o caso brasileiro, é de grande relevância para a ampliação e democratização da esfera pública. É com base nesta visão de que outros meios de comunicação, que não os pertencentes à mídia comercial, possam agendar

---

<sup>14</sup> Luis Felipe Miguel reconhece a importância do papel dos movimentos sociais e da mídia nas democracias representativas contemporâneas, mas não concorda com Peruzzotti e Smulovitz em dar a elas “o *status* de uma terceira dimensão da *accountability*” (2005:27) pela natureza apenas simbólica das sanções que podem aplicar.

<sup>15</sup> Tradução da autora.

<sup>16</sup> Pode-se afirmar que já existe uma tradição de estudos nesta área nos Estados Unidos, inclusive, de pesquisas quantitativas que buscam medir o poder de “agendamento” da mídia impressa junto ao Poder Legislativo (Arnold, Douglas R., 2006). No Brasil, pode-se destacar, entre outras, as pesquisas de Luis Felipe Miguel (2002), Malena Rodrigues (2002), Vladimir Jorge (2003), Vera Chaia (2004) e Fernando Azevedo (2005).

temas para o debate público que, nesta pesquisa, se investiga a TV legislativa a partir da hipótese de que ela possa contribuir para estimular mecanismos de *accountability*.

Agora, para melhor compreender os vários aspectos e efeitos da TV legislativa sobre a relação de representação política, objetivo desta tese, é preciso, também, analisar a relação da mídia comercial com a política, dito de outra forma, a mediação que a mídia faz da política; isto porque a TV legislativa, como de resto toda a estrutura comunicacional das Casas Legislativas, não opera de forma isolada. A TV legislativa, apesar de operar com base em uma lógica própria, absolutamente distinta da mídia comercial, como se discutirá em detalhes na seção seis deste capítulo, está inserida em um cenário midiático diversificado e contraditório, onde circulam diferentes vozes através da convergência de diferentes meios de comunicação com efeitos sobre o imaginário dos cidadãos e o comportamento dos parlamentares.

### **1.5. Ambiente informacional: a mídia entre os papéis de “guardião da democracia” e o “denuncismo”**

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; ou seja, a mídia é o lugar em que circulam as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. Nesta seção, a tentativa é de contextualizar o papel central que a mídia desempenha na relação de mediação social ao dar acesso a mensagens a um público que, se não fossem os meios de comunicação de massa, não teriam este acesso. Cabe ressaltar que, nesta seção, a análise está centrada na chamada mídia comercial.

O monitoramento que os representados fazem do trabalho dos seus representantes é, em grande parte, mediado pelos meios de comunicação de massa. Se, por um lado, a cobertura que a mídia comercial faz dos acontecimentos políticos viabiliza o funcionamento das democracias

representativas contemporâneas; por outro, este processo está intimamente associado à formação da imagem da classe política e das instituições democráticas. De acordo com a noção de capital político<sup>17</sup>, a imagem é um dos principais bens de um parlamentar que, assim, se vê na condição de envidar todos os esforços com o objetivo de preservá-la, principalmente considerando um ambiente informacional significativamente hostil que, segundo Heloiza Matos (1995)

*Não importa o quanto as Casas trabalhem – nem se, comprovadamente, mesmo na avaliação de órgãos críticos como o DIAP, nunca tenha se trabalhado tanto: a imagem na grande mídia é a de lentidão e de ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria. Nem mesmo uma certa conformidade com os projetos do Executivo rende frutos à imagem do Congresso: a acusação mais freqüente ouvida em telejornais e lida em editoriais é a de resistência às reformas e lentidão na votação (p.5).*

A possibilidade que a mídia tem de dar visibilidade, ou não, aos acontecimentos políticos é o que lhe confere um “empoderamento” perante os representantes e as instituições. A questão que se coloca em relação ao processo de dar publicidade à Política, operado pela Mídia, diz respeito ao tratamento que é dado pelos meios de comunicação aos fatos que são tornados públicos, o chamado “enquadramento”<sup>18</sup>; na medida em que é o impacto na qualidade da democracia causado pelos efeitos da exposição da versão que a mídia dá aos eventos o que efetivamente interessa, e não a visibilidade interpretada de forma isolada, já que não existe imparcialidade no processo de construção da notícia.

Para além do aspecto do “enquadramento”, a questão da visibilidade operada pela Mídia pode ganhar contornos ainda mais ameaçadores para as práticas democráticas, especialmente em sociedades desiguais, como é o caso da brasileira, quando opera o mecanismo inverso ao de “tornar público”, que é o mecanismo da invisibilidade de vozes e de projetos, o mecanismo da exclusão social, assim, segundo Miguel (2002)

---

<sup>17</sup> Para discussão detalhada ver, entre outros, Miguel (200b).

<sup>18</sup> Para uma discussão detalhada sobre a noção de “enquadramento” ver, Erving Goffman, *Frame Analysis* (1986).



*O problema é que os discursos que ela (Mídia) vincula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação representam mal a diversidade social, o que acarreta conseqüências significativas para o exercício da democracia (p. 161).*

Ilustrativa do aspecto de visibilidade e “enquadramento” operado pelos meios de comunicação são as campanhas eleitorais midiáticas no Brasil, fenômeno relativamente recente, com início na metade da década de 80. As campanhas eleitorais ganharam as telas, não só no formato da propaganda gratuita obrigatória, mas, também, no formato de debates, entrevistas e acompanhamento do dia-a-dia dos candidatos nos noticiários. O fato de a Mídia dar publicidade às campanhas eleitorais pode ser considerado como um avanço para a consolidação da democracia, que prevê eleições livres e periódicas e onde o cidadão tenha acesso à informação. Por outro lado, como mostra Rubim (2002) ao analisar as campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, a visibilidade não pode ser confundida com uma postura de neutralidade dos meios, nem da pluralidade e diversidade de vozes presentes na sociedade.

A relação que se estabelece, independentemente do meio de comunicação – mídia impressa ou televisiva, comercial ou legislativa - entre produtores de informação - os jornalistas - e os políticos, detentores de mandato ou não, é outro aspecto da relação mídia e Poder Legislativo que gostaria de chamar a atenção. Para Rodrigues (2002), na sua pesquisa sobre a imprensa e a cobertura do Congresso, os congressistas “procuram influenciar a agenda midiática no corpo-a-corpo com os jornalistas” (p. 94); dito de outra forma, também é possível que políticos “agendem” a mídia através de entrevistas ou conversas “em off” com jornalistas e, assim, consigam dar publicidade, no sentido de tornar público, determinado assunto de seu interesse.

Neste caso, trata-se da necessidade dos políticos, em uma sociedade centrada na mídia, de terem acesso à visibilidade; porém, não se trata de qualquer visibilidade, é importante para o

detentor de mandato, em particular aqueles com vistas à reeleição, aparecer na mídia com um “enquadramento” com “valência positiva”. Cabe ressaltar que são vários os fatores<sup>19</sup> envolvidos no poder de agendamento dos políticos, no entanto, a “desigualdade comunicativa” (Maia, 2003) e o perfil individual têm influência significativa neste poder que, muitas das vezes, reflete as disputas e conflitos que permeiam as relações no Congresso. Como mostra Rodrigues (2002), na sua análise da relação de José Genoíno com o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados nas inúmeras vezes em que foi Deputado Federal, “(ele) Cria frases eficazes para temas controversos, sobressai-se midiaticamente. Na Câmara, há quase unanimidade sobre ser ele confiável fonte, que projeta simpatia no intercâmbio de informações” (p. 90).

Mídia e Política são, atualmente, campos intimamente relacionados e a imagem, que pode ter valência<sup>20</sup> positiva ou negativa, dos representantes que a primeira contribui para construir, a partir da visibilidade e do enquadramento dado aos acontecimentos, tem efeitos sobre a dimensão vertical da *accountability*, considerando o processo de avaliação retrospectiva que os eleitores fazem dos representantes nos processos eleitorais. Dessa forma, a mídia, do ponto de vista da democracia representativa, pode ser analisada a partir de duas abordagens, do desempenho do papel de “guardiã”, quando atua como defensora dos procedimentos, valores e práticas democráticas; ou como ameaça para os mesmos quando pratica o chamado “denuncismo”, como se verá adiante.

O papel de “guardiã” da democracia é exercido pela mídia quando esta busca, através do exercício de um jornalismo investigativo e ético, fiscalizar o desempenho dos governantes no exercício de suas funções públicas. Este papel da mídia, quando ela busca representar os “olhos e ouvidos” do cidadão (Graber, 2003), é imprescindível para a qualidade da democracia, tendo em

---

<sup>19</sup> Para os parlamentares no exercício de mandato, podemos citar, entre outros fatores, o partido político, a detenção de cargos na mesa, a detenção de cargos nas comissões e a pauta de votação da Casa.

<sup>20</sup> Para uma discussão sobre valência da notícia ver, entre outros, Jorge (2003), Aldé (2004).

vista ser impossível para os representados fazer o monitoramento<sup>21</sup> dos seus representantes em todas as múltiplas frentes de representação.

Quando a mídia atua como “guardiã” da democracia ela contribui, também, mesmo que não tenha intenção deliberada para tanto, para a construção de um ambiente informacional, espaço onde circulam versões e posições sobre os acontecimentos políticos. Do ponto de vista do interesse dos representados no exercício da cidadania, ou seja, enquanto consumidores e produtores de informação, quanto mais diversificado, amplo e plural for o ambiente informacional, tanto melhor, o que nem sempre acontece em função dos interesses da mídia, constituída como empresa.

Apesar de normativa, esta definição de espaço informacional é significativa para o objeto desta pesquisa porque é indicativa das expectativas que se construíram em torno do desempenho da mídia nas sociedades democráticas. Dito de outra forma, a constatação de que a relação entre mídia e política apresenta limites que não parecem passíveis de superação nem a médio prazo, não invalidam a importância da relação entre meios de comunicação e democracia. Para Graber (2003), sem desconsiderar o poder que a mídia exerce sobre a política, seja no agendamento de temas, ou na construção de imagem, é preciso desmistificar o seu impacto para, só então, compreender e dimensionar a relação da mídia com o cidadão. O ambiente informacional configura-se como um espaço onde as relações entre representantes e representados acontecem não apenas em períodos eleitorais, mas onde produção e consumo de informações por representantes e representados ocorrem constantemente, onde os dois são, ao mesmo tempo, protagonistas e espectadores.

---

<sup>21</sup> Aliás, esta é a base da justificativa para a liberdade de imprensa. Apesar da relevância e atualidade do tema, não faz parte dos objetivos deste estudo a discussão sobre a regulamentação da prática jornalística e dos meios de comunicação..

É importante deixar claro que para a qualidade da relação de representação nas democracias contemporâneas é imprescindível que a mídia tenha garantidas as condições para o pleno exercício do seu papel de “guardiã” da democracia. Por outro lado, esta condição privilegiada de que a mídia, como destacado, beneficia-se, não pode impedir ou restringir o debate sobre os limites da sua atuação, sob pena de comprometer o funcionamento da democracia. Nesta direção, a questão que se coloca não é a da contribuição da mídia para a consolidação e ampliação das práticas democráticas, mas da fronteira entre este papel e o de “denuncismo”.

Todavia, o exercício do papel de defensora da democracia não isenta a mídia de praticar excessos que, por sua vez, comprometem o bom funcionamento da primeira. A estes excessos vem se chamando de atitude de “denuncismo” da mídia com prejuízos para a imagem das instituições políticas e dos governantes. O “denuncismo” pode ser caracterizado como uma forma de cobertura dos assuntos políticos focada, predominantemente, no comportamento dos governantes, ou melhor, nos eventuais desvios de comportamento dos mesmos. Nesta perspectiva, o “denuncismo” pode se traduzir em escândalo político e, quando se trata de fatos políticos, a simples suspeição já é suficiente para desencadear um escândalo (Chaia, 2004).

A tendência ao “denuncismo” que se verifica na cobertura que a mídia brasileira faz da vida política, verificada em inúmeros estudos (Porto, 2000; Chaia, 2004; Azevedo, 2005; Miguel, 2002; Lattman-Weltman, 2002; Aldé, 2004; Jorge, 2003), é produto da combinação de diversos fatores que não se constituem em objeto de estudo desta pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar o impacto desta tendência de cobertura negativa das instituições políticas e dos governantes para a cultura política e para a imagem do representante.

Segundo Lattman-Weltman (2003), as denúncias que a mídia faz de forma leviana e moralizadora “podem ‘inflacionar’ as expectativas de justiça do público, de tal modo que

qualquer resgate satisfatório desses ‘títulos’ de indignação moral torna-se potencialmente frustrante, quando não simplesmente impossível” (p 159). A cobertura do trabalho dos vereadores paulistanos feita pela mídia impressa, conforme estudo realizado por Vera Chaia (2004) aponta, entre vários outros aspectos, para a predominância de matérias que destacavam apenas aspectos pitorescos, sem a inclusão de mensagens positivas, contribuindo para uma imagem de desqualificação dos parlamentares

*A construção deste tipo de matéria visa não somente fiscalizar o Poder Legislativo, mas também trazer impacto para a política paulistana, contemplando a expectativa de ouvintes que querem este enfoque, o da crítica, da cobrança. Isto não significa que estas pesquisas e esta fiscalização não devam ser realizadas, mas os aspectos positivos também devem ser divulgados (Chaia, 2004:51).*

No caso brasileiro, a exemplo do que se verifica nos estudos internacionais, a mídia, especialmente a imprensa, busca construir uma imagem de “guardião” da democracia. As pesquisas mostram que na Nova República, período de democratização e, conseqüentemente, de maior liberdade de imprensa, vem se consolidando uma imagem da Mídia que podemos identificar como sendo positiva, ao mesmo tempo em que se consolida uma imagem negativa do Poder Legislativo e, principalmente, dos parlamentares; nesta direção, Azevedo (2005) afirma que

*a cobertura do Congresso obedece a um padrão que tem vários pontos em comum com o caso norte-americano, como a forte individualização da cobertura e a visão negativa do desempenho da instituição construída a partir das críticas à atuação individual dos parlamentares. Também como no caso americano, a imprensa omite ou relega ao segundo plano as informações sobre a rotina do trabalho Legislativo nas comissões e subcomissões e até mesmo a atividade desenvolvida no plenário das duas casas deliberativas (p.4-5)*

Nas sociedades democráticas, espera-se que a mídia dê acessibilidade às informações sobre o comportamento dos representantes, porém, mais do que isso, para a efetivação dos mecanismos de *accountability*, é necessário que a mídia forneça determinado tipo de informação,

ou seja, informações relativas à atuação política dos representantes, seus projetos e posicionamentos em votações de assuntos de interesse público; em outras palavras, que ela contribua para um ambiente informacional amplo e diversificado. No entanto, o acesso às informações não representa uma garantia de que os cidadãos serão bem informados, eles podem, inclusive, ter acesso a fatos enviesados ou mentirosos, como é o caso de alguns “enquadramentos” operados pela mídia; porém, não ter acesso à informação alguma sobre determinado fato político também é prejudicial para a qualidade da democracia representativa em um cenário onde “A idéia geral construída sobre os políticos e as arenas representativas afirma o distanciamento dos políticos da população e a dissociação de suas funções originais” (Meneguello, 2005).

Segundo Arnold (1993), as informações sobre a atuação dos representantes consideradas úteis para os cidadãos podem ser classificadas em quatro tipos, o posicionamento sobre os temas e as políticas públicas, a contribuição do representante para o andamento do processo legislativo, opiniões e avaliações expressas na forma de reportagens e editoriais e, por fim, o discurso dos candidatos. Para o autor, as informações úteis para os cidadãos podem ser acessadas a partir de quatro fontes, os próprios representantes que tem declarado interesse em sua reeleição, políticos de oposição com vistas a candidaturas, grupos de interesse em políticas públicas específicas (como o aborto ou o meio-ambiente) e os jornais locais. Estas fontes, à exceção dos jornais locais que já são considerados um meio de comunicação, dependem, nas sociedades democráticas contemporâneas, dos meios de comunicação de massa, em especial da televisão, para divulgarem o seu conteúdo (informação) com o objetivo de que ele possa ser acessado pelos cidadãos.

Apesar das pesquisas que servem como referencial para este trabalho terem como objeto de estudo a mídia impressa (Azevedo, 2005; Chaia, 2004; Jorge, 2003; Rodrigues, 2002), não há, pelo menos na literatura consultada até o momento, razões para se imaginar que o padrão de

cobertura do Congresso e dos congressistas presente nos jornais brasileiros, com valência predominantemente negativa, não se reproduza na cobertura feita pelas emissoras de televisão comerciais. Na realidade, considerando as especificidades destes dois meios de comunicação – jornal e televisão – a cobertura dos acontecimentos políticos operada pela televisão, dada a sua linguagem que privilegia a imagem e a velocidade e que conta com recursos técnicos como corte e edição, pode ser ainda mais comprometedor para a imagem dos representantes e das instituições democráticas do que a cobertura dos jornais.

Quando se compara a cobertura do trabalho dos congressistas e do Congresso processado pela TV comercial e pela TV legislativa, as diferenças são tão significativas que, para melhor compreender esta diferenciação, é preciso analisar, também, o aspecto das regras e mecanismos de funcionamento do Poder Legislativo. Esta descrição do Poder Legislativo é ainda mais relevante nos países latino-americanos de regime presidencialista, onde o Poder Executivo – cuja natureza dos processos decisórios exige maior agilidade e está voltado para a implementação de políticas públicas e para a execução do orçamento - domina a pauta midiática, como é o caso brasileiro.

As regras e normas que definem a estrutura e os procedimentos decisórios do Poder Legislativo – nas suas três esferas, federal, estadual e municipal – são expressos, necessariamente, em documento público. O Poder Legislativo apresenta significativo grau de sofisticação em seu funcionamento, como atesta o sistema de comissões temáticas e de distribuição de recursos entre os partidos com representação nas Casas. O sistema de liderança partidária consolidou-se como estrutura de poder (Panabianco, 2005) também nos legislativos brasileiros e cabe ressaltar, por exemplo, o caso da Assembléia Legislativa<sup>22</sup> de São Paulo que

---

<sup>22</sup> Em novembro de 2007, entrou em vigor o novo regimento interno da Assembléia Legislativa de São Paulo que estabelece, no artigo 83, que o “Colégio de Líderes, presidido pelo Presidente da Assembléia, composto pelos

reconhece oficialmente, ou seja, no seu regimento interno, o colégio de líderes partidários como instância que define a agenda de discussões da Assembléia.

Dessa forma, considerando, entre outros fatores, a complexidade dos mecanismos envolvidos para a efetivação do processo de deliberação, ou seja, de aprovação de projetos de lei e de políticas públicas; é possível afirmar que o exercício da atividade parlamentar não tem como base o critério da igualdade política entre os representantes e o princípio da decisão por maioria, como é a expectativa do senso comum. Este contexto do funcionamento do Poder Legislativo contribui, por um lado, para a formação de uma “elite parlamentar”<sup>23</sup> composta pelos poucos que conseguem reunir as condições políticas necessárias para ocupar os disputados cargos, em particular o de presidente da Mesa; e, por outro, contribui para dificultar o acompanhamento do processo legislativo, caracterizado por uma linguagem cifrada e um lento processo decisório. Não se trata, aqui, de discutir os limites da representação política no Poder Legislativo, mas tão somente de chamar atenção para as singularidades de seu funcionamento com o objetivo de compará-las com a linguagem e a lógica da TV comercial, na tentativa de explicar o impacto da TV legislativa sobre o comportamento dos representantes e os seus efeitos sobre os mecanismos de *accountability*.

O ponto crucial é que os processos efetivos de deliberação no Poder Legislativo acontecem, por assim dizer, “a portas fechadas”, ou seja, nas salas de reuniões das comissões temáticas e do colégio de líderes partidários, distante, na maioria das vezes, dos próprios pares, e, muito mais ainda, do acompanhamento dos representados. Na realidade, as votações realizadas no plenário – que são as situações que contam com maior cobertura da mídia comercial e com as quais o público está mais familiarizado - representam a etapa final do complexo processo de

---

Líderes dos Partidos, do Governo, da Minoria e dos Blocos Parlamentares é instância de organização de Ordem do Dia de sessão ordinária e consultiva para outros temas de interesse da Assembléia Legislativa”.

<sup>23</sup> Segundo Anastácia (et alli, 2004), a estrutura de liderança partidária, muitas vezes, está associada com “o tema da *senioridade* e da *expertise* que os parlamentares adquirem e acumulam com a permanência em seus cargos” (p. 99).



deliberação dos assuntos de interesse público, momento em que não existem mais meios legais para a participação da sociedade civil.

Em resumo, é como se o Poder Legislativo estivesse submetido a um duplo processo de invisibilidade, por um lado, a natureza própria do seu funcionamento intrincado e moroso, permeado por conflitos políticos e desigualdades que definem a agenda dos debates e, por outro, a “não-cobertura”, ou a cobertura com valência negativa da mídia comercial. Para Renault (2004), esta “invisibilidade” do Poder Legislativo pôde ser transformada a partir da novidade que representou a lógica singular da TV legislativa que, em oposição à lógica da TV comercial, entrou nos recintos, praticamente exclusivos da “elite parlamentar”, de onde é comandado o processo deliberativo, “A lente da câmara de televisão tinha, enfim, sido posta a serviço de uma cena completamente nova em conteúdo e formato: a rotina interna das casas legislativas, sem intervalos comerciais, começava a ser trazida para dentro da vida doméstica do brasileiro” (p.38).

No entanto, é importante recapitular que a entrada no território do Poder Legislativo, até então inacessíveis, das câmeras de TV funcionam, de acordo com Thompson (2002), como um meio de comunicação que estabelece uma relação não-mediada entre representantes e representados e torna público acontecimentos que estavam restritos ao espaço privado; implicando em mudanças na natureza dos próprios acontecimentos, questão que mobilizou a discussão sobre a cobertura televisiva dos trabalhos do Parlamento inglês

*é, em grande parte, uma discussão sobre esse assunto: até que ponto os acontecimentos que têm lugar num domínio público e que, potencialmente, afetam os interesses de cada um, devem ser tornados, visual e oralmente, acessíveis ao público em geral, e que conseqüências essa publicidade mediada vai ter para a natureza dos próprios acontecimentos? (Os membros do parlamento se obrigarão com isso a estarem presentes mais vezes, por exemplo, e terão eles mais cuidado em não gritar um com o outro através das poltronas?) (p. 316*

## **1.6. TV Legislativa um duplo papel: “mídia da fonte” e fonte para a mídia**

Segundo Sant’Anna (2006), a idéia de “Mídia da Fonte” é aquela da produção e veiculação de mensagens através dos diversos meios de comunicação existentes – revista, jornal, rádio, televisão e internet - pelas próprias fontes de informação, que, por sua vez, podem ser órgãos governamentais, corporações, sindicatos e movimentos sociais, entre outros. Para o autor, com o surgimento no cenário midiático das “Mídias das Fontes”, “A imprensa perde o seu monopólio informativo e a sociedade se vê consumindo informações produzidas e veiculadas pelos próprios atores do fato, ou seja, a fonte” (2006:2). É com base nesta abordagem e nas características da TV legislativa brasileira que, nesta tese, ela é considerada como um tipo de “mídia da fonte”; porque é um meio de comunicação pertencente ao Poder Legislativo, com a finalidade de divulgar as atividades da instituição e dos seus representantes, “A TV Senado foi criada em 1996 para fazer a divulgação institucional do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade e diferenciada das emissoras comerciais”,<sup>24</sup>.

Se, por um lado, existe consenso sobre a importância da entrada em cena das chamadas “Mídias das Fontes”; por outro, são várias as interpretações possíveis sobre o surgimento e o impacto deste fenômeno comunicacional relativamente recente, que pode ser localizado no final da década de 80. De qualquer forma, o desenvolvimento desta nova mídia significa, também, o surgimento de uma nova prática jornalística, aquela exercida por profissionais vinculados diretamente às fontes de informação.

É possível afirmar que a novidade representada pelas “Mídias das Fontes” está inserida no cenário mais amplo das relações entre mídia e política, mais especificamente entre os meios de comunicação e a mediação da relação entre representantes e representados nas sociedades democráticas. O cenário da “Mídia da Fonte” envolve o contexto do ambiente informacional que,

---

<sup>24</sup> Sítio na internet do Senado Federal, acessado em maio de 2008.

como discutido na seção 6 deste capítulo, apresenta, entre outros, os aspectos de agendamento e enquadramento dos acontecimentos. Nesta direção, Sant’Anna (2006) argumenta que se estabelece uma relação entre a mídia comercial (tradicional) e as “mídias das fontes” na medida em que estas últimas podem “pautar” a mídia comercial

*Estes atores sociais (as “mídias das fontes”) atuam com critérios editoriais próprios para definir seus parâmetros de noticiabilidade e para selecionar os temas a serem divulgados (framing). Eventualmente, esses critérios divergem daqueles utilizados pela imprensa tradicional, propiciando assim uma diversidade maior de informações na esfera pública. ( ) A cada dia novos atores entram neste processo, ao ponto da mídia tradicional se referenciar normalmente em conteúdos difundidos por determinadas ‘Mídias das Fontes’, como ocorre normalmente em relação às emissoras legislativas de rádio e televisão (p.5).*

A reflexão desenvolvida por John Keane (1992) sobre Mídia e Democracia vai tratar das vantagens dos procedimentos democráticos que, ao contrário da usualmente mencionada “garantia de boas decisões”, seriam os aspectos da “flexibilidade” e da “reversibilidade” que, por sua vez, possibilitam a prática de aprendizado do tipo “tentativa e acerto”. Segundo Keane (1992), o ambiente informacional tem um grande volume de informação, mas pouca informação política de interesse do cidadão para a prática da *accountability* vertical, como a “publicização” do Estado. Nesta perspectiva, o desenvolvimento das “Mídias das Fontes”, dependendo das combinações entre condições de funcionamento e instituições, como será discutido nos próximos capítulos, podem contribuir para ampliar e diversificar o ambiente informacional, produzindo informação política de interesse dos cidadãos.

Para Sant’Anna (2006), são significativas as implicações do tipo de “Jornalismo das Fontes”, em que o jornalista busca ser um ator com participação na esfera pública porque, postura que envolve dimensões de ordem econômica, política, social e cultural, na medida em que o profissional procura interferir na realidade social. Dito de outra forma, a “Mídia das Fontes”

busca não só agendar os temas considerados como relevantes, mas, principalmente, garantir a visibilidade dos mesmos com o enquadramento desejado.

Na realidade, o trabalho desenvolvido pelas “Mídias das Fontes” – formada por organizações profissionais, empresariais, sociais, políticas e segmentos do Poder Público - objetiva a conquista de espaço na esfera pública com base na justificativa de que a mídia tradicional (comercial), dominada pela lógica do mercado, não veicula os acontecimentos de forma ampla, plural e isenta em razão dos limites impostos pela defesa dos seus interesses econômicos e políticos, “Deter uma visibilidade pública é o objetivo desses grupos, uma vez que para interferir na esfera pública, neste período de pós-modernidade, é necessário estar inserido na *agenda midiática*” (Sant’Anna, 2006:3).

Nesta direção do impacto das “Mídias das Fontes” na esfera pública, merece destaque o aspecto que diz respeito à natureza das informações veiculadas, tendo como base os critérios jornalísticos tradicionais de objetividade e imparcialidade. A questão que se coloca é a do conteúdo produzido pelas “Mídias das Fontes”, ou seja, qual o jornalismo exercido por estas novas mídias que buscam diferenciar-se das mídias tradicionais. Apesar do seu caráter de novidade, já são inúmeras as referências encontradas na literatura para a definição do jornalismo praticado pelas “Mídias das Fontes”, que vão desde o chamado “jornalismo público” ou “jornalismo cívico”, até práticas associadas às atuações das estruturas de relações públicas.

Além da questão do conteúdo veiculado, considerando especificamente a TV legislativa brasileira, objeto desta tese, cabe destacar outra questão que é das regras e procedimentos para as filmagens, principalmente das sessões plenárias e das reuniões de CPIs. Por um lado, chama atenção o fato da inexistência de regras do tipo “Manual” que oriente a operação das câmeras no plenário e, por outro, e até como efeito desta ausência, a diversidade de situações encontradas nas TVs legislativas estudadas. As situações vão desde um quadro mais liberal que permite a

filmagem das galerias (por exemplo, quando existe algum tipo de reação dos presentes) e das cadeiras do plenário (possibilitando ao telespectador ter uma idéia da presença dos parlamentares); até posições mais radicais que proibem estas tomadas (com a justificativa de que elas são tendenciosas e não contribuem para informar o cidadão) e trabalham apenas com o chamado “plano americano”<sup>25</sup>. Segundo Meyrowitz (1985), mesmo que as câmeras de TV legislativas privilegiem enquadramentos que busquem favorecer a imagem dos parlamentares e restringir o acesso a determinadas situações, como reações negativas do público ou as cadeiras vazias dos parlamentares ausentes, a cena legislativa sofreu mudanças irreversíveis

*The cameras in the House of Representatives are aimed only at the podium, so as to avoid capturing inappropriate behaviors or empty seats; even so, the congressional arena has been transformed. The television camera captures the intimate personal style of the politician. It captures a slip of the tongue, the nervous quiver in a voice, the weariness of slumped shoulders and rumpled clothing (p.289).*

Ainda em relação às regras e procedimentos de operação da TV legislativa, é importante observar que a prática dos profissionais sofre o impacto da auto-censura (Barbosa, 2006), em outras palavras, muitas das regras não estão escritas, mas são aplicadas com extremo rigor pelos profissionais. Porém, é importante deixar claro que o fenômeno da auto-censura dos jornalistas não está restrito às “mídias das fontes”, como poderia dar a entender; ele é um fenômeno que tem raízes e explicações no período da ditadura militar. No caso das TVs legislativas brasileiras, considerando que o cargo de direção das TVs é de confiança do presidente da Casa, é possível levantar a hipótese de que a auto-censura seria ainda maior entre estes profissionais em função do receio da perda do cargo; mas esta é apenas uma suposição que carece de comprovação.

O jornalismo público não está necessariamente vinculado aos meios de comunicação governamentais ou institucionais, ele pode, normativamente falando, estar presente em qualquer meio de comunicação desde que ele tenha a premissa de estimular a participação do cidadão. Por

---

<sup>25</sup> No jornalismo, o “plano americano” é o enquadramento do tronco para cima.

outro lado, a atividade de relações públicas está associada à divulgação de versões específicas sobre os acontecimentos que podem, inclusive, não ter contrapartida com um assunto de interesse público, ou seja, podem estar associados à mera propaganda ideológica. Para Heloíza Matos (1999) a comunicação do governo, no Brasil, esteve historicamente marcada por técnicas de propaganda, com reflexos, até os dias de hoje, para a imagem destes órgãos comunicacionais; porém, a partir do processo de redemocratização, este cenário vem sofrendo significativas mudanças. O impacto negativo do uso indevido das práticas de relações públicas na comunicação governamental, e pela classe política em geral, também foi destacado por John Keane (1992), para quem a relação entre representantes e representados é, muitas vezes, construída com base em mentiras e imagens falseadas, nas palavras do autor

*The art of political lying has adopted the tough charm, parrying 'good will' and slick-tongued tactics of the Madison Avenue public relations person. This is the art practised by government press officers: throwing critics off the rail, claming nerves, keeping journalists happy, preparing stories for public consumption with a careful eye to making them credible (p. 19).*

Esta questão ganha relevância porque, como mencionado, as “Mídias das Fontes” são estruturas comunicacionais de produção e veiculação de mensagens, ligadas a corporações, empresas, movimentos sociais e órgãos governamentais que, por sua vez, possuem interesses próprios, não necessariamente coincidentes com o interesse público. Para a compreensão desta complexa dinâmica que se estabelece entre atores sociais, meios de comunicação e mensagens pode-se aplicar a pergunta conhecida como postulado de Lasswell (apud Haswani, 2006:34) “Quem fala o quê, em qual canal, para quem, com qual efeito?”<sup>26</sup>

A primeira indagação colocada pelo postulado de Lasswell - quem está falando – leva-nos à reflexão que mais diretamente interessa aos objetivos desta tese que é da definição da TV legislativa. Afinal, que tipo de meio de comunicação é a TV legislativa, ela é uma TV comercial,

---

<sup>26</sup> Tradução da autora. “Who says what in what channel to whom with what effect?”

pública ou estatal<sup>27</sup>? Não se trata, no espaço deste trabalho, de discutir a definição de TV pública, nem de analisar o seu papel nas democracias, mas, apenas, de situar a TV legislativa no cenário da mídia eletrônica. Dessa forma, não é central neste estudo a discussão sobre a definição da TV legislativa como sendo um meio de comunicação público ou estatal.

A idéia é a de que a TV legislativa se constitui como uma “mídia da fonte” porque é uma estrutura comunicacional pertencente ao Poder Legislativo e que, segundo Lemos (2007), foi criada com o “objetivo de dar maior transparência à atuação do Parlamento, permitindo ao cidadão acompanhar diretamente a discussão de políticas públicas e a atuação dos parlamentares, aumentando, assim, a possibilidade de controle público sobre a atuação deles e sobre a formulação de políticas” (p. 8). É com base nessa visão normativa da TV legislativa que se desenvolveu esta pesquisa que buscou, como será discutido nos capítulos seguintes, proceder ao seu mapeamento e radiografia no Brasil, bem como analisar o seu impacto sobre a representação política, mais especificamente, para o estímulo de comportamento responsivo dos representantes e, neste sentido, ser considerada *accountable*.

## **1.7. Considerações Finais**

Este capítulo discutiu a questão do sistema de representação política nas sociedades democráticas contemporâneas, preocupação teórica desta tese, a partir da abordagem de Manin (1995) da centralidade dos meios de comunicação (democracia de público) e do impacto destes, mais especificamente a televisão, sobre a esfera pública (Canclini, 2002) e o comportamento social (Meyrowitz, 1985). Nesta perspectiva, a relação entre representantes e representados não

---

<sup>27</sup> A TV legislativa é considerada, nesta tese, como um meio de comunicação estatal porque ela é criada, dirigida e totalmente financiada por uma estrutura do Estado brasileiro, o Poder Legislativo. Além de ser uma mídia eletrônica estatal, a TV legislativa brasileira é, também, uma “mídia da fonte” porque, onde ela existe, ela pertence ao Poder Legislativo e sua missão é divulgar o trabalho deste último.

acontece mais de forma direta, mas mediada pelos meios de comunicação. As noções de *accountability* e de “mídia da fonte” complementam o referencial teórico desta tese.

A relação de representação política é dinâmica e prevê a circularidade entre as instituições e a sociedade e, dessa forma, não se limita aos processos eleitorais e os representados, quando não satisfeitos com seus representantes, podem exercer o chamado “poder negativo” (Urbinati, 2005). O “poder negativo” tem a ver com a dimensão da participação do cidadão que, por sua vez, se dá na esfera pública, espaço onde existem conflitos e desigualdades entre os múltiplos públicos com potencial emancipatório (Fraser, 1993).

Atualmente, a mídia é indissociável da vida social e política porque é constitutiva da nossa experiência cotidiana (Silverstone, 2002) e a crescente complexidade urbana é acompanhada pela explosão de circuitos comunicacionais por onde circulam conteúdos que contribuem tanto para a reprodução das desigualdades, como para posturas reflexivas dos cidadãos frente à sua situação de desigualdade (Canclini, 2002). Nesta direção, a mídia não é neutra, pelo contrário, ela tem interesses políticos e econômicos, porém, o ponto que se buscou destacar é que a defesa que a mídia faz dos seus interesses não impede a manifestação de experiências midiáticas que contribuem para estimular práticas democratizantes (Martin-Barbero, 2004).

Além do potencial para incluir e excluir vozes na esfera pública, a mídia eletrônica tem impacto sobre a fronteira entre espaço público e privado com efeitos sobre o comportamento social, na medida em que muda o padrão de acesso à informação que passa a não exigir o compartilhamento do mesmo espaço físico (Meyrowitz, 1985). A natureza e a dimensão do impacto da mídia eletrônica não se restringem ao padrão de acessibilidade, mas se prendem, sobretudo, ao fato de que o emissor muda o seu comportamento porque sabe que aquele conteúdo poderá ser acessado pelo público.



A relação entre representantes e representados é tratada do ponto de vista da responsabilização pelo mandato dos primeiros e do exercício do controle social pelos segundos, com base em mecanismos de *accountability*, com destaque para as dimensões mais diretamente relacionadas com a mídia. Conforme Peruzzotti e Smulovitz (2001), discute-se a idéia de que os movimentos sociais e a mídia podem atuar interferindo nas duas dimensões da *accountability*, horizontal e vertical, produzindo uma sanção do tipo simbólica.

A cobertura do trabalho do Poder Legislativo operada pela mídia comercial tem que ser considerada não só através das visibilidades e exclusões, mas também dos “enquadramentos” realizados, os quais têm se mostrado predominantemente negativos ou inexistentes. A mídia, quando busca fiscalizar os governantes no exercício de suas funções públicas, desempenha o papel de “guardiã da democracia”; no entanto, verificam-se excessos (tendência ao “denuncismo”) com prejuízos para a imagem dos governantes e das instituições políticas (Chaia, 2004; Azevedo, 2005; Lattman-Weltman, 2002; Jorge, 2003).

A complexa natureza do Poder Legislativo determinada, em grande parte, por regimentos internos pouco conhecidos do público e por conflitos políticos e desigualdades com efeitos sobre a definição da pauta dos debates e processos de deliberação, é mais um aspecto que precisa ser levado em consideração na análise da cobertura que a mídia faz das atividades do legislativo.

Por fim, discute-se o conceito de “mídia da fonte” definido como a produção e veiculação de conteúdo através dos diversos meios de comunicação existentes – revista, jornal, rádio, televisão e internet – pelas próprias fontes de informação que podem ser órgãos governamentais, corporações, sindicatos e movimentos sociais (Sant’Anna, 2006). Com o surgimento das “mídias das fontes” amplia-se a diversidade no ambiente informacional, rompendo com o monopólio da mídia comercial, sendo possível, inclusive, que as “mídias das

fontes” pautem a mídia. A TV legislativa brasileira pode ser considerada uma “mídia da fonte” porque é um meio de comunicação pertencente a um órgão do governo, o Poder Legislativo, financiada por ele e com a missão explícita de divulgar as suas atividades.

## CAPÍTULO 2

### A EXPERIÊNCIA DA TV LEGISLATIVA

#### 2.1. Introdução

Na busca de responder à questão central desta tese, se a TV legislativa brasileira é *accountable*, no sentido de estimular o comportamento responsivo dos parlamentares, este capítulo apresenta a gênese da TV legislativa brasileira e, para efeito de análise comparada, examina alguns modelos internacionais. Apesar do significativo número de experiências, a TV legislativa está presente em mais de cem países, nas diferentes esferas do Poder Legislativo, federal, estadual e municipal, ela ainda representa um cenário relativamente recente em todo mundo, cujo impacto, tanto para os representantes, quanto para os representados, ainda não está totalmente esclarecido.

Este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção trata das experiências internacionais, descrevendo o modelo estadunidense e francês que, apesar das profundas diferenças que guardam entre si, são considerados como referências nos estudos sobre o tema. Ainda em relação à experiência internacional, a inclusão da América Latina justifica-se por duas razões, primeira, são poucos os países que possuem TV legislativa, apenas cinco, sendo que todos entraram no ar após a existência da TV Senado e, em alguma medida, sofreram influência da mesma; segunda, o continente latino-americano, desde 2005, tem assistido experiências comunicacionais que apregoam na sua missão a integração dos países do continente latino com tentativas de formação de redes de TVs públicas e estatais, sendo estas últimas vinculadas aos Poderes Executivo e Legislativo dos respectivos países.

Com o objetivo de localizar a TV legislativa no cenário midiático brasileiro, a segunda seção faz uma breve apresentação do nosso modelo de telecomunicações, descrevendo as empresas estatais e a agência reguladora do setor, a Anatel.

A terceira seção analisa especificamente a experiência da TV legislativa brasileira, apresentando o mapa da mídia eletrônica legislativa no Brasil. Por fim, na seção quatro, são discutidos os critérios para a definição das quatro variáveis, modalidade das transmissões das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão, usadas para estudar o potencial da TV legislativa para estimular um comportamento responsivo dos representantes.

## **2.2. A experiência internacional**

### **2.2.1. Os canais de televisão legislativos estadunidenses**

O modelo de canal de televisão legislativo estadunidense, conhecido como C-SPAN<sup>28</sup>, foi criado em 1979 por iniciativa da indústria da televisão a cabo dos Estados Unidos que decidiu oferecer, gratuitamente, aos seus assinantes, um canal que transmitisse, ao vivo, os trabalhos do Poder Legislativo. A proposta era a de um canal imparcial e equilibrado, com total independência financeira, sem nenhum tipo de verba do governo, nem venda de espaços publicitários. A diretoria da C-SPAN foi formada por representantes das empresas operadoras de televisão a cabo.

Inicialmente, a C-SPAN só conseguiu permissão para as transmissões das sessões da “House of Representatives”, já que a permissão para a entrada no Senado veio somente sete anos depois, após extensivos testes e discussões. Atualmente, a C-SPAN conta com três canais na televisão a cabo, também disponíveis, gratuitamente, via internet, para fazer a cobertura dos trabalhos das duas Câmaras e de outras atividades consideradas como de interesse público para o

---

<sup>28</sup> Cable-Satellite Public Affairs Network que, em uma tradução livre, significa “rede de assuntos públicos via satélite e cabo”.

telespectador americano, inclusive, quando a C-SPAN julga ser o caso, com transmissões de sessões do Poder Legislativo de outros países.

No entanto, segundo Frantzich e Sullivan (1996), o canal que trata dos “assuntos de interesse público” dos americanos, pertencente às operadoras de TV a cabo dos Estados Unidos, no início das suas atividades, não dispunha da estrutura e da independência que se vangloriam nos dias de hoje. Na realidade, para conseguir funcionar a C-SPAN estabeleceu uma parceria com a Câmara dos Deputados que, por sua vez, tinha interesse em que as transmissões fossem feitas pelas operadoras para não ter gastos nem correr o risco de desgastar a sua imagem com uma TV identificada como instrumento de publicidade, ao mesmo tempo em que não queriam perder o controle sobre a forma e o conteúdo, assim, o arranjo com as operadoras parecia atender aos interesses da “House of Representatives”

*The option of creating a government channel completely under the control of Congress was both expensive and potentially counterproductive. Such coverage would do Congress little good if it was seen as simply a public relations gimmick. C-SPAN's willingness to accept floor feeds from cameras controlled by the House reduced potential costs for and criticism of Congress. The partnership worked relatively well for both parties. When Senate decided to begin broadcasts in 1986, it opted for the same arrangement (p.335).*

Ainda segundo Frantzich e Sullivan (1996), a parceria não agradava à C-SPAN porque a Câmara impunha muitas regras, restringindo a cobertura com efeitos sobre o potencial de *accountability* do canal. Este quadro perdurou até as eleições de 1994 quando a presidência da Casa passou para as mãos do partido Republicano que, ao lado de um novo grupo de parlamentares, estava disposto a fazer mudanças com o objetivo de melhorar a imagem da Casa; assim, a ampliação do acesso aos trabalhos da Casa passou a fazer parte da pauta dos debates. O contexto favorável a mudanças, que poderiam representar maior independência para a cobertura da C-SPAN, não passou despercebida pelo seu fundador e presidente, Brian Lamb, que enviou

uma carta ao presidente da Câmara e ao líder da maioria no Senado solicitando permissão para filmagens que transformariam significativamente o conteúdo da programação, com efeitos sobre o comportamento dos parlamentares. Dentre as permissões solicitadas destacavam-se a filmagem panorâmica do plenário, inclusive das galerias e das reações durante os discursos, a cobertura das coletivas de imprensa, a instalação permanente de uma câmera na saída do recinto do plenário para entrevistar os parlamentares durante e após as sessões de votação e a filmagem das reuniões de todas as comissões e comitês.

O ponto crucial é que as características do modelo de TV para a cobertura dos trabalhos legislativos estadunidenses passaram por profundas transformações ao longo do tempo que, por sua vez, sofreram forte influência dos interesses políticos dos grupos dominantes em cada momento; nesta direção, a alternância de poder nas Casas legislativas pode ter contribuído para que os parlamentares de todas as tendências percebessem as potencialidades e os limites da presença das câmeras nas dependências do Poder Legislativo

*Congressional rules that determine what, when, and how C-SPAN can cover the legislative branch change regularly. Despite philosophical commitments to openness or exhortations about tradition, the motive for change is almost always political. The party in control will attempt to fashion coverage that places its institution or cause in the most favorable light. As members of what many thought would be a permanent minority, the Republicans had little stake in making Congress look good until after the 1994 elections. One of the positive results of the change in partisan control may well be that members of both parties now see the advantage of fashioning rules that will make their chamber look competent. (Frantzich e Sullivan, 1996:341).*

Cabe observar que as primeiras TVs legislativas brasileiras, que foram as pertencentes à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ao Senado, à Câmara de São Paulo, à Assembléia Legislativa de São Paulo e à Câmara dos Deputados, começaram suas atividades com maior liberdade de filmagem e cobertura dos trabalhos legislativos do que a C-SPAN em seu início. Outro aspecto importante é que, no caso brasileiro, a existência das câmeras das TVs legislativas

não significa a exclusão das câmeras comerciais que continuam a ter livre acesso ao plenário, ou seja, a atuação da TV legislativa não impede a cobertura feita pela mídia comercial; o que alguns estudos mostram é o fenômeno da TV legislativa “pautando” a mídia comercial, como apontado por Rodrigues (2002) no caso brasileiro e por Frantzich e Sullivan (1996) no caso da C-SPAN

*It was once expected that a journalist had to ‘be there’ to cover an event. With many events now covered on C-SPAN, ‘a journalist can cover many of the official events in Washington without leaving the office’<sup>29</sup>. Whereas the VCR and remote control will never completely replace the reporter’s pen and notebook, C-SPAN has expanded the reach of many reporters – plugging the into events that in the past would have been either bypassed or taken from the wire services (p.317-318)*

Por sua vez, as primeiras experiências de TV legislativa no Brasil já apresentavam, desde o início de suas transmissões, formato de programas e grade de programação semelhantes aos da C-SPAN; porém, com modelos de gestão opostos, enquanto a C-SPAN era financiada pelas operadoras de TV a cabo, as TVs legislativas brasileiras eram financiadas pelo próprio Poder Legislativo, aspecto que contribui para aumentar a influência política dos líderes parlamentares sobre a programação e a gestão das TVs.

Nesta perspectiva, a preocupação dos parlamentares com o tipo de cobertura e a visibilidade que a C-SPAN proporcionaria, justifica-se em razão do impacto da C-SPAN que, para Frantzich e Sullivan (1996), apresenta potencial tanto para alavancar carreiras, quanto para destruir, afirmação que sustentam com base em estudos de casos

*assessing the impact of C-SPAN largely involves collecting and evaluating numerous stories, as opposed to analyzing clear empirical evidence. It is hard to find anyone who would argue that American politics as practiced by the insiders today is the same as it was in the era before C-SPAN. At least some of those changes were directly advanced by the presence of C-SPAN itself. Despite being a medium intentionally devised to record public affairs, C-SPAN clear leads to public exposure, with significant consequences (p.293).*

---

<sup>29</sup> Don Oberdorfer, “Lies and Videotape: Watching Journalism Change in an Age of Suspicion”, *Washington Post*, April 18, 1993, p.C1.

Na realidade, a questão que se coloca é a do controle sobre as câmeras, discussão presente em todos os Parlamentos que autorizam a cobertura pela TV das suas atividades, autorização concedida desde que sejam os responsáveis pela definição das regras de filmagens, situação que ocorre independentemente do modelo de gestão e financiamento da TV. No geral, as restrições dizem respeito às tomadas do plenário vazio e das reações de outros parlamentares que não estejam fazendo uso da palavra e do público presente nas galerias. Um caso ilustrativo é o do Parlamento da Nova Zelândia que desde 1996 tinha autorizado a cobertura apenas do momento do “question time”<sup>30</sup>, porém, em 2005, viu-se diante da proposta, encaminhada pela Comissão de Comunicação do Parlamento, de ampliar a cobertura das sessões através de um sistema de transmissão de alta tecnologia que consistia em câmeras de TV controladas eletronicamente, sem a necessidade de operador.

A polêmica instalou-se rapidamente, primeiro, porque o sistema seria financiado com verba pública e, segundo, porque ele previa exclusividade nas transmissões, dito de outra forma, a entrada no plenário das câmeras de TV das emissoras comerciais e públicas estaria proibida. A principal justificativa para a proibição era o risco de acontecer um “abarroamento de câmeras” que tumultuaria o andamento dos trabalhos, situação que poderia ser evitada, segundo a Comissão responsável pela revisão dos procedimentos, tendo em vista que as emissoras poderiam ter acesso ao material das filmagens. A mídia reagiu com fortes críticas, enfatizando o gasto desnecessário que a iniciativa representava e conseguiu emplacar a estratégia de mudar o foco da discussão sobre *quem* teria o direito de filmar para *quais as regras* para as filmagens. O argumento central usado pela mídia era o de que as filmagens com as “câmeras-robôs” representavam, na prática, censura porque estariam programadas, por outro lado, a Comissão do

---

<sup>30</sup> Com origem no sistema do Parlamento inglês (Westminster), é o momento da sessão ordinária reservado para que os membros do Parlamento, da oposição e da base de sustentação do governo, façam perguntas (questionem) o Primeiro Ministro e os Ministros das outras Pastas.



Parlamento defendia a exclusividade do sistema eletrônico com base na idéia de que faltava isenção à cobertura da mídia que privilegiava tomadas que ridicularizavam a figura dos parlamentares e o descrédito na instituição. O impasse levou ao arquivamento temporário da proposta que só foi implantada em 2007 e com a modificação de que as outras emissoras de TV continuariam com livre acesso ao plenário, assim, na avaliação de Chisholm (2005), o adiamento trouxe prejuízo principalmente para o cidadão que teve que esperar por mais dois anos para a ampliação do seu acesso às atividades do Parlamento

*The only losers then were the public: their chance to see their representatives at work in the House continues to be limited to the few seconds networks choose to screen from time to time on the evening news, at least for those who do not have access to SKY television. The opportunity to see parliamentarians at work in select committees, and in other debates besides those of Question Time, has been postponed if not abandoned (p.8).<sup>31</sup>*

### **2.2.2. A experiência européia: a tradição da TV Pública**

O modelo de TV legislativa francesa pode ser considerado como oposto ao estadunidense na medida em que é uma iniciativa do Poder Legislativo daquele país. Existe um único canal para cobrir as atividades das duas Câmaras, com transmissão pela televisão a cabo, satélite, e, um dia por semana, pela televisão pública de sinal aberto. O canal legislativo francês é financiado com verba pública e sua direção está a cargo de um presidente que é eleito, com base em um plano de trabalho e após sabatina dos membros da Comissão de Comunicação, para cumprir um mandato, com direito à recondução, para Sant'Anna este modelo apresenta vantagens, principalmente em relação ao processo de votação do diretor

---

<sup>31</sup> “New Zealanders will be allowed an unprecedented view into Parliamentary proceedings when live web-casts of Parliamentary debates begin today at 2pm, Tuesday 17 July 2007. While the House of Representatives is sitting, around 17.5 hours of proceedings will be televised each week by eight remote controlled cameras. Members of the public will be able to watch the live streaming on <http://www.parliament.nz/en-NZ/Visiting/LiveBroadcast/> and a continuous quality live feed will be available to broadcasters on all sitting days. Previously, only question-time was covered in full”. “Live Webcasts Of Parliament Begin Today”, *Scoop, Independent News*, 17/7/2007. [www.scoop.co.nz/stories/PO0707/S00175.htm](http://www.scoop.co.nz/stories/PO0707/S00175.htm), acessado em 16/06/2008.

*Certamente não é um modelo perfeito. Mas ele aporta uma visibilidade pública muito necessária a um instrumento, também público, que se propõe a promover a transparência dos atos do Parlamento. Por outro lado, a dança de cargos deixa de ser totalmente vinculada ao poder político dos dirigentes de plantão e a escolha está, pelo menos teoricamente, vinculada a uma proposta de trabalho. Uma proposta de comunicação que passa a ser de toda a Casa legislativa<sup>32</sup> (2003).*

A programação da TV legislativa francesa é focada nas atividades legislativas que envolvem desde as reuniões nas comissões permanentes – início do processo deliberativo – até as votações em plenário, passando, antes, pelas reuniões dos líderes partidários que definem a pauta. Nesta direção, o ponto crucial é saber quais as atividades que estão sendo privilegiadas nas transmissões da TV. Segundo o consultor Max Alvim, a maioria esmagadora das TVs legislativas espalhadas pelo mundo limitam-se às transmissões das sessões de votação em plenário, etapa final do processo legislativo

*Para nossa surpresa, praticamente 100% das TVs legislativas do mundo se resumem ao plenário, elas colocam a câmera no plenário e transmitem as sessões. No plenário a coisa já é mais simbólica, os debates acontecem nas comissões e quando a comissão vota já indica o que vai acontecer no plenário, é muito difícil o plenário votar diferente da comissão. Foi surpreendente perceber que as TVs legislativas estão centradas no plenário, portanto só no ambiente simbólico, sem cobrir o que está acontecendo no bastidor.*

### **2.2.3. A experiência latino-americana<sup>33</sup>**

O modelo de telecomunicações dos países latino-americanos está relacionado diretamente com os objetivos deste trabalho porque diz respeito à introdução da cabodifusão<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> SANT'ANNA, Francisco. "Transparência e Show de realidade". Observatório da Imprensa, 05/02/2003. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ipub050220031p.htm>

<sup>33</sup> Os resultados do levantamento sobre a TV legislativa na América Latina foram apresentados, ainda no período de elaboração desta tese, no 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Campinas, 2006, "O Mapa da Mídia Eletrônica Legislativa na América Latina".

<sup>34</sup> Inicialmente, com o Brasil sendo a principal exceção, a cabodifusão teve um papel complementar ao sistema televisivo porque a rede de cabos tinha a função exclusiva de melhorar o alcance e a qualidade das imagens produzidas pela televisão aberta, sem ofertar nenhum conteúdo adicional para o assinante; até porque, durante as primeiras décadas de existência da televisão, não havia produção de conteúdo suficiente para ocupar todo o espectro eletromagnético e sobrava espaço para as transmissões. Por outro lado, faltava ao sistema de televisão aberta alcance e abrangência na sua rede de cobertura.

que, para além de uma rede de cabos coaxiais e de fibra ótica, possibilitou a inserção das televisões legislativas na paisagem televisiva, não só na América Latina, como, também, no resto do mundo.

Na América Latina, os canais de televisão legislativos estão presentes na Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Venezuela. É importante ressaltar que o universo da mídia eletrônica legislativa latino-americana, como de resto os outros países com TV legislativa, é formado por países<sup>35</sup> que diferem quanto à sua divisão política, ao tipo de cameralismo, à organização interna do Poder Legislativo e aos padrões de interação entre os poderes. Para efeito desta pesquisa, estabeleceu-se como critério que, independentemente do país ter uma ou duas Câmaras legislativas, o estudo foi feito somente na Câmara que representa a unidade nacional.

**Quadro 2.2.1**  
Canais Legislativos na América Latina

País	Início das transmissões	Tempo no ar	Cabo	Web	VHF / UHF
Argentina	2004	02	Sim	Sim	Não
Brasil	1996	10	Sim	Sim	Sim
Chile	2001	05	Sim	Não	Não
México	2000	06	Sim	Sim	Não
Peru	2005	01	Sim	Sim	Não
Venezuela	2005	01	Sim	Sim	Não

Fonte: “Antenas do Legislativo na América Latina” (2007)

Como se observa no quadro 2.1, o Brasil não é apenas o primeiro país a colocar uma televisão legislativa no ar, ele permaneceu durante aproximadamente quatro anos como sendo o único Poder Legislativo que dispunha deste recurso comunicacional. Neste sentido, parece

<sup>35</sup> Sobre instituições políticas nos países sul-americanos, ver o extensivo estudo de Anastácia et alii (2004).

proceder a afirmação de profissionais<sup>36</sup> da TV Senado sobre a influência desta na criação das televisões legislativas dos outros países latino-americanos, inclusive com o envio de delegações oficiais com o objetivo de conhecer as instalações e o funcionamento da TV Senado brasileira.

### **2.3. Modelo de telecomunicações brasileiro: uma experiência singular**

A televisão brasileira, reconhecida internacionalmente, é singular sob qualquer aspecto abordado, da legislação, ao desenvolvimento tecnológico, passando pelo formato dos programas. A televisão brasileira apresenta “traços hereditários” de outro meio de comunicação de massa, o rádio (Leal Filho, 2000; Mattos, 2002; Capparelli e Lima, 2004), sendo que do rádio a televisão importou muito mais do que os artistas, ela copiou o modelo de gestão comercial e a formatação da programação. Outro aspecto interessante em relação ao início da televisão era o seu caráter local, indicando a sua relação de dependência com os avanços tecnológicos<sup>37</sup>. Nesta direção, a expansão da televisão brasileira pelo território nacional dependeu, e muito, da política de investimento público em telecomunicação, considerado um setor estratégico pelo governo.

Uma primeira observação quando se olha para o modelo de televisão brasileiro é que, apesar da relativa simultaneidade com os processos de implantação da televisão na Europa – definido majoritariamente como público - e nos Estados Unidos – definido majoritariamente como privado - o modelo de televisão adotado no Brasil não foi nem o europeu, nem o estadunidense. O modelo brasileiro também não pode ser considerado como uma combinação destes dois modelos porque as empresas privadas que atuam no setor televisivo, pelo menos no

---

<sup>36</sup> Ver depoimentos no documentário “O Parlamento no Ar”, produzido pela TV Senado do Brasil em 2005 e veiculado na TV Senado em março de 1996.

<sup>37</sup> Naturalmente, vários outros fatores influenciaram na expansão e desenvolvimento da televisão no Brasil, entre eles, fatores de ordem política, econômica e social. No entanto, é importante destacar, especialmente neste início, que a questão técnica representava um fator limitante.

início de suas atividades, mantiveram estreitos laços com o estado; da mesma forma que é singular o modelo brasileiro de TV legislativa.

No modelo brasileiro coexistem emissoras de TV pública e comercial, mas com a especificidade destas últimas terem estabelecido uma relação de dependência do estado, responsável não só pela outorga das licenças de funcionamento, como por verbas de patrocínios e políticas governamentais para o financiamento subsidiado de equipamentos. A introdução tardia da cabodifusão explica-se, principalmente, pelo fato de que a área das telecomunicações sempre foi considerada como estratégica pelo Regime Militar e, assim, recebeu volumosos investimentos que garantiram a expansão do sistema televisivo por quase a totalidade do extenso território brasileiro, reduzindo ao mínimo a necessidade de rede de cabos para a recepção do sinal aberto de televisão no país.

Este contexto que não privilegia a televisão enquanto espaço público, pelo contrário, usa a televisão como espaço para a realização de interesses privados, é agravado pela mais completa e absoluta ausência de controle social, inclusive sobre o processo das outorgas de concessão que, até hoje, apresenta fortes traços de favoritismos e privilégios, configurando um fenômeno que tem sido designado como “coronelismo eletrônico” (Motter, 1994; Capparelli e Lima, 2004, Mattos, 2002; Jardim, 2002).

Afinal, como se pode definir o modelo de telecomunicação brasileiro, quais são os principais aspectos que o tornaram único, quando comparado aos outros países?<sup>38</sup> Inegavelmente, um dos aspectos que mais tem mobilizado os debates atuais é o caráter privado que o sistema, de concessão pública, adquiriu. A Constituição de 1988 representou alterações significativas para o modelo, apesar de insuficientes para a democratização dos meios de comunicação de massa. O

---

<sup>38</sup> Cabe ressaltar que a televisão brasileira é contemporânea da televisão norte-americana e inglesa. Segundo Laurindo Leal Filho (2000:155): “(...) a televisão brasileira surgia sem nenhum referencial; nem externo, já que é contemporânea das TVs européia e norte-americana, nem interno. Como sua herança é o rádio, tudo está para ser feito em matéria de imagem”.

cenário repete-se e a cada avanço conquistado no plano da regulamentação das telecomunicações, novos decretos-lei são editados visando abrir brechas que possibilitem a continuidade do padrão de uso político das outorgas, na já consagrada fórmula franciscana do “é dando que se recebe”.

Contribui de forma decisiva para este quadro a existência de diferentes tipos de modalidades de emissoras de televisão, em especial a modalidade de retransmissoras educativas mistas porque elas recebem tratamento diferenciado da legislação (Mattos, 2002; Capparelli e Lima, 2004) e podem compor a grade com até 30% de programação local. O fato é que ainda existe, após 20 anos da promulgação da Carta, um longo caminho a ser percorrido para um modelo de televisão aberta e plural.

Na busca de criar instrumentos de controle para o setor das telecomunicações, em 1997 foi instalada a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel<sup>39</sup> – com a finalidade de regular o setor no Brasil. Dez anos mais tarde, a discussão sobre o padrão de transmissão de TV digital que o Brasil adotaria ocupava a pauta dos debates na área das telecomunicações; os movimentos sociais e entidades ligadas à questão da democratização das comunicações fizeram um grande esforço para incluir na pauta a discussão sobre um modelo de TV pública.

No entanto, mal havia iniciado, este processo de discussão foi abruptamente interrompido com o envio, pelo Presidente Lula, de Medida Provisória criando a TV Pública. Com o slogan *Você escolhe, você programa, você assiste*, a TV Brasil entrou no ar no dia 2 de dezembro de 2007, coincidindo com as primeiras transmissões na TV Digital no Brasil, com

---

<sup>39</sup> A Anatel é uma autarquia, administrativamente independente, financeiramente autônoma, vinculada diretamente ao Ministério das Comunicações. O órgão máximo da Anatel é o Conselho Diretor que é integrado por cinco conselheiros, responsáveis pela direção dos órgãos administrativos, escolhidos e nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal. O presidente do Conselho Diretor acumula a função de presidente-executivo da Agência. O Conselho Consultivo é o órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência e é integrado por doze membros, designados por decreto do presidente da República mediante indicação de dois representantes de cada entidade, entidade de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações, dos representantes dos usuários e de outros órgãos. Seus dirigentes têm mandato fixo de um ano e estabilidade empregatícia, com a função de acompanhar e fiscalizar todas as iniciativas da Agência. Integram o Conselho Consultivo, ainda, representantes do Poder Executivo, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

transmissão nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, São Luis, Salvador e Juiz de Fora, cobertura ainda bastante limitada. Por outro lado, no exterior, a cobertura da TV Brasil abrange toda a América do Sul, por meio do Canal Integración<sup>40</sup>, com a finalidade de ser a televisão pública internacional do Brasil. A emissora distribui, gratuitamente, seu sinal para mais de 200 operadoras que retransmitem o sinal da TV Brasil – Canal Integración para dezenove países das Américas pelo sinal a cabo ou via antena parabólica. Sua programação é diária e a grade é formada por produções brasileiras e latino-americanas.

Cabe destacar, também, a iniciativa de seis países latinoamericanos, Venezuela, Argentina, Bolívia, Cuba, Ecuador e Nicaragua que, em 2005, criaram a Telesur<sup>41</sup> com o objetivo de ser uma alternativa de comunicação para toda a América Latina, em resposta à hegemonia das grandes corporações norteamericanas que transmitem em espanhol, como a CNN. Com o lema, “Nosso norte é o Sul”, a cobertura do canal abrange a América, Europa Ocidental e norte da África, transmitindo via satélite, programação 24 horas por dia, gratuitamente. O canal também pode ser acessado por meio do seu sítio na internet.

#### **2.4. Gênese da Televisão Legislativa no Brasil**

Os canais de televisão do Poder Legislativo surgiram no cenário nacional há cerca de treze anos, mais precisamente em 30 de novembro de 1995, com a criação do canal da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, pioneira no Brasil, que entrou no ar seis meses antes do que a TV Senado, criada em 15 de fevereiro de 1996. A resposta à pergunta de como foi possível para o Poder Legislativo no Brasil - em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal –

---

<sup>40</sup> Criado dois anos antes da TV Brasil, a gestão administrativa e editorial do Canal é de responsabilidade de um Comitê Gestor do qual participam representantes do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Subsecretaria da Comunicação Institucional da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e da própria Empresa Brasileira de Comunicação

<sup>41</sup> A Telesur é uma empresa multiestatal sem fins lucrativos, administrada por um junta diretiva que define a política editorial e a grade de programação.

operar um canal de televisão remete-nos à regulamentação da transmissão de sons e imagens via cabo. A Lei 8.977/95, também conhecida como “Lei do Cabo”, é a principal referência que regulamenta esta tecnologia de transmissão no país que, mesmo antes da aprovação da lei, já se encontrava em operação de forma irregular e sem controle<sup>42</sup>. A “Lei do Cabo” determina que a operadora de TV a cabo disponibilize, na sua área de prestação de serviço, os “canais básicos de utilização gratuita”<sup>43</sup>, entre eles o canal legislativo, sendo um reservado para o Senado Federal, outro para a Câmara dos Deputados e um terceiro canal legislativo para uso compartilhado entre o legislativo estadual e municipal<sup>44</sup>.

Uma resposta mais rigorosa à questão da origem da “Lei do Cabo”, porém, vai mostrar que, à época da discussão da regulamentação desta tecnologia de transmissão televisiva no Brasil, existia um cenário favorável para o debate de um modelo de televisão alternativo ao modelo comercial predominante, que visava ampliar o acesso à veiculação de conteúdos pela sociedade, ofertando espaço para a expressão da diversidade cultural. Na realidade, este cenário foi resultado da ação de um movimento social, com início no período que antecedeu a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que reunia também associações de classe, como a Federação Nacional dos Jornalistas, preocupada com a questão da democratização dos meios de comunicação e que acabou, posteriormente, se organizando no “Fórum Nacional pela Democratização da

---

<sup>42</sup> Segundo Monteiro (2004), a televisão a cabo, no Brasil, começou atrasada se comparada com nossos vizinhos latinos (México, Argentina e Colômbia, entre outros) que iniciaram suas atividades já nas décadas de 70 e 80. Na verdade, as discussões sobre a regulamentação do serviço, aqui, tiveram início ainda no Governo Militar, mas só foram efetivamente definidas com a Lei 8.977/95, praticamente vinte anos depois. Ver também Renault (2004).

<sup>43</sup> Na verdade, os seis canais básicos de utilização gratuita – que buscam contemplar, também, outros segmentos sociais, sendo estes as universidades, entidades culturais e a comunidade - aos quais, em 2001, somou-se a TV Justiça, são, todos, da máxima relevância para o tema deste trabalho; no entanto, o objeto desta pesquisa são os canais legislativos.

<sup>44</sup> Como descrito no artigo nº 23, alíneas “a”, “b” e “c”.



Comunicação”<sup>45</sup>. A criação do Conselho Social da Comunicação<sup>46</sup>, apesar de restrito porque com caráter apenas consultivo e não deliberativo, também pode ser creditada à luta política do Fórum.

É importante deixar claro que o direito<sup>47</sup> de acesso aos “canais básicos de utilização gratuita”, expresso na “Lei do Cabo”, é resultado da luta política de um movimento social organizado pela democratização da sociedade brasileira, da mesma forma que a conquista de outros direitos sociais e, neste sentido, não podem ser interpretados como a “boa vontade” dos governantes (Dagnino, 2002). Também cabe mencionar a atuação altamente profissionalizada, e sempre presente no Congresso Nacional quando estão em pauta assuntos relativos aos seus interesses comerciais, do *lobby* das entidades que representam as empresas de telecomunicações que sofreu derrota pelo menos no tocante a estas duas questões, da inclusão dos canais básicos de utilização gratuita e da criação do Conselho.

Nesta perspectiva da história do desenvolvimento da televisão no país, Letícia Renault (2004) afirma que os canais legislativos colocaram-nos diante de uma novidade inusitada, uma TV que dava acesso a formatos e conteúdos completamente diversos dos da TV comercial

*A lente da câmara de televisão tinha, enfim, sido posta a serviço de uma cena completamente nova em conteúdo e formato: a rotina interna das casas legislativas, sem intervalos comerciais, começava a ser trazida para dentro da vida doméstica do brasileiro. As redes privadas de televisão teriam agora que compartilhar pequena parte da grande massa telespectadora do País com um concorrente de natureza completamente diversa: os parlamentos, as casas políticas (p.38).*

Ainda segundo Renault (2004), “O legislativo brasileiro fez uma opção estratégica no sentido de buscar um lugar próprio na esfera pública de visibilidade” (p.5) considerando que ter

---

<sup>45</sup> A recente criação do Conselho Social da Comunicação, apesar de restrito porque com caráter apenas consultivo e não deliberativo, também pode ser creditada à luta política do Fórum.

<sup>46</sup> Previsto no artigo 224 da Constituição de 1988, o Conselho é um órgão auxiliar do Poder Legislativo para todos os assuntos da área das telecomunicações. Criado apenas quatorze anos depois, em 2002, ainda enfrenta muitas resistências, para detalhes ver “Conselho de Comunicação Social: possibilidades e limites” (BRITTOS, Valério et alli, UNIrevista, vol.1 n°3, julho 2006).

<sup>47</sup> Para uma discussão sobre a luta por direitos sociais e os movimentos sociais, ver Dagnino, 2002.

acesso a uma mídia gratuita ia de encontro aos interesses políticos dos parlamentares. No entanto, este interesse da classe política não deve ser interpretado, sob pena de reduzir o debate, como ligado exclusivamente à vontade desta em obter mais espaço na “telinha”, mas deve-se levar em consideração, também, a hipótese de uma novidade na relação entre representantes e representados; uma novidade representada pela percepção dos políticos de que os eleitores, após o período de consolidação democrática<sup>48</sup>, começavam a apresentar mudanças no seu comportamento, assumindo uma postura mais crítica.

Quando analisamos a trajetória da TV legislativa brasileira nestes seus treze anos de existência, é possível identificar transformações significativas apontando no sentido de que o modelo ainda se encontra em processo de construção. Dessa forma, esta tese sustenta a hipótese de que o fato da criação da TV legislativa estar associada exclusivamente à iniciativa e aos interesses políticos dos parlamentares, uma espécie de “pecado original”, não se mostrou suficiente para lhe tirar o potencial de estimular um comportamento responsivo dos representantes, como apontam os resultados desta pesquisa discutidos neste capítulo e no capítulo seis, que analisa as entrevistas com os parlamentares.

Nesta perspectiva, as pesquisas de Renault (2004), Monteiro (2004) e Santana (2003) trazem importantes achados que mostram mudanças no comportamento dos parlamentares brasileiros como efeitos do funcionamento dos canais de televisão legislativos, ou seja, a partir da presença em plenário de um novo espectador, as câmeras de televisão. Segundo Santana<sup>49</sup>(2003), ainda existe dificuldade em “estabelecer uma relação causal efetiva” entre mudanças no

---

<sup>48</sup> Existe vasta literatura que trata do interesse, ou melhor, da falta de interesse por política e na falta de confiança nas instituições democráticas. De qualquer forma, esta falta de interesse não invalida o argumento, reforçado pela pesquisa de opinião pública realizada em Minas Gerais, pelo Instituto Vox Populi, em 1993, cujo relatório conclusivo serviu de base e de justificativa para a criação da TV da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. (RENAULT, 2004).

<sup>49</sup> Para a sua dissertação de mestrado “A Mídia e o Parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro”, (UnB, 2003), Luiz Carlos Santana de Freitas, fez uma análise comparativa dos dados referentes à atividade do Senado de 1995, ano anterior ao início das atividades da TV Senado, com 2003.

comportamento dos senadores e atividade da TV Senado; no entanto, esta dificuldade analítica não impede a afirmação de que a criação da TV Senado “teve conseqüências importantes nas atividades dos senadores e no funcionamento do Senado brasileiro” (p.2).

Por outro lado, a ausência de debate público sobre o tema e de uma regulamentação específica possibilita usos indevidos que incluem questões que vão do tipo de programa exibido, até o processo de escolha dos diretores<sup>50</sup>. Conforme a pesquisa de campo realizada, apesar das TVs legislativas estaduais não estarem imunes a possíveis “desvios de função”, este cenário foi mais observado nas TVs legislativas pertencentes às Câmaras Municipais; uma das hipóteses é porque a sociedade local – entidades, partidos políticos, ministério público, entre outras - desconhece seu papel de fiscalização e os próprios vereadores fazem “vista grossa” na expectativa da sua vez na cadeira da presidência.

## **2.5. O Mapa da Mídia Eletrônica Legislativa no Brasil**

Três fatores dificultam a elaboração do mapa da mídia eletrônica legislativa estadual brasileira, primeiro, como não existe a exigência de concessão para o funcionamento das TVs, não existe órgão governamental que regule a sua atividade, assim, não existe informação centralizada. Segundo, como não existe obrigatoriedade para a continuidade das atividades de uma TV legislativa, muitas vezes, a alternância de poder na direção das Casas legislativas leva a decisões para fechar a TV, quer por razões políticas ou financeiras. Terceiro, as constantes e rápidas transformações tecnológicas dificultam o acompanhamento das regiões servidas por redes de cabo.

Nesta direção, o mapa da mídia eletrônica legislativa brasileira é difícil de ser delimitado e, como exposto acima, pode sofrer alterações no sentido da inclusão de novos canais, ou na

---

<sup>50</sup> Não é raro encontrar na direção de uma TV legislativa municipal o jornalista que foi, durante a campanha eleitoral, assessor do atual presidente da Câmara.

exclusão de canais existentes. Com base no levantamento realizado para esta pesquisa, este universo é formado por duas TVs do Congresso Nacional, TV Senado e TV Câmara, ambas com abrangência nacional, dezoito TVs pertencentes às Assembléias Estaduais, cerca de 70% dos estados e, no estado de São Paulo, além da Câmara Municipal da capital, mais vinte e três Câmaras Municipais dispõem de TV legislativa, em regime de compartilhamento com o canal da Assembléia Legislativa.

Para uma visão geral, o quadro 2.5.1 abaixo mostra os estados brasileiros com TV legislativa, a região, o ano do início das transmissões e o total de tempo no ar, eleitorado e número de deputados; como indicam os dados, as principais ausências verificadas no mapa das TVs legislativas estaduais brasileiras, considerando critérios de importância política e econômica dos estados no cenário nacional, são os estados do Paraná, na região Sul, e da Bahia, na região nordeste. O número expressivo de Assembléias Legislativas com TV justifica um estudo mais detalhado sobre o funcionamento desta “mídia da fonte” que se configura como um canal de comunicação “não-mediada” entre representantes e representados.

**Quadro 2.5.1**  
Canais Legislativos pertencentes às Assembléias Legislativas Estaduais

Estado	Região	Início das Transmissões	No ar (anos) <sup>1</sup>	Eleitorado	Nº Deputados
Amazonas	Norte	2002	05	1.834.966	26
Ceará	Nordeste	2006	01	5.467.185	46
Distrito Federal	Centro-Oeste	2003	04	1.662.422	24
Espírito Santo	Sudeste	2002	05	2.372.715	30
Goiás	Centro-Oeste	1997	10	3.786.209	41
Mato Grosso	Centro-Oeste	2001	06	1.960.173	23
Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	2002	05	1.565.365	24
Minas Gerais	Sudeste	1996	11	13.762.441	77
Paraíba	Nordeste	2004	03	2.601.725	41
Pernambuco	Nordeste	2002	05	5.921.259	49
Piauí	Nordeste	*2	*	2.107.114	30
Rio de Janeiro	Sudeste	*	*	11.029.831	70
Rio Grande do Norte	Nordeste	2003	04	2.124.958	24
Rio Grande do Sul	Sul	1996	11	7.811.693	55
Rondônia	Norte	*	*	977.178	24
Santa Catarina	Sul	1999	08	4.234.944	40
São Paulo	Sudeste	1996	11	28.553.481	94
Sergipe	Nordeste	2004	03	1.313.351	24

Nota. (1) Em anos aproximados. (2) \* Sem informação.

Fonte: “Antenas do Legislativo no Brasil” (2007), sítio na internet das Assembléias Legislativas Estaduais e Tribunal Superior Eleitoral.

## 2.6. TV Legislativa e *Accountability*: as variáveis selecionadas para a pesquisa

Na tentativa de investigar a experiência da TV legislativa no Brasil, a partir do conceito de *accountability*, esta pesquisa examinou quatro variáveis que contribuem para que a TV seja *accountable* e, neste sentido, apresentam potencial para estimular um comportamento responsivo dos representantes no exercício do mandato. Estas variáveis são o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o perfil da programação e o modelo de gestão. Neste capítulo serão discutidos

os dados relativos às TVs legislativas estaduais e, no capítulo quatro, os dados das TVs legislativas municipais.

O tipo de tecnologia de acesso à programação das TVs legislativas pelo telespectador é uma variável que, pela sua própria natureza, vem sofrendo profundas e constantes transformações em função das inovações tecnológicas, como a internet e a chamada convergência dos meios, com impacto sobre a expansão da cobertura e do alcance das televisões legislativas que, por sua vez, é de difícil dimensionamento, considerando a diversidade de possibilidades que as novas tecnologias passam a oferecer.

A variável “modalidade de transmissão das sessões plenárias” pode ser de dois tipos, pode ser ao vivo ou gravada, variável que tem relevância na medida em que foi a principal justificativa para a criação das TVs legislativas no Brasil, definida como sendo a necessidade de dar transparência ao trabalho do Poder Legislativo através da transmissão – ao vivo e sem cortes – das sessões plenárias. A democratização dar-se-ia pelo fato das transmissões estarem sendo veiculadas sem mediação, sem o uso de recursos técnicos como cortes e edições, livre de enquadramentos e da invisibilidade de temas considerados, pelos parlamentares, como de interesse público; práticas criticadas na mídia comercial, que estabelece relação mediada entre representantes e representados.

A variável “perfil da programação” diz respeito aos programas veiculadas nas TVs legislativas que, além da transmissão das sessões plenárias, única programação obrigatória prevista na regulamentação das mesmas, podem veicular uma diversidade de outros programas. É importante ressaltar que, no caso desta pesquisa, não se trata de analisar o conteúdo dos programas, sem dúvida relevante, mas de fazer uma categorização dos mesmos, ou seja, se relativos às atividades que podem ser consideradas como específicas do Poder Legislativo, ou a

formatos e conteúdos que podem ser associados a programas de cunho jornalístico, educacional ou cultural.

A forma de organização e administração das TVs legislativas, destacando características como o tipo de financiamento, o processo de escolha dos dirigentes e a existência, ou não, de um Conselho Editorial, é investigada através da variável “modelo de gestão”.

Por fim, é fundamental esclarecer que o procedimento de análise das variáveis definidas acima deve buscar apreendê-las em seu conjunto porque a compreensão da natureza e da dimensão do impacto das televisões legislativas sobre a o estímulo de comportamento responsivo dos representantes é resultado da diversidade de arranjos que podem se estabelecidos entre as mesmas.

### **2.6.1 A tecnologia de acesso à programação da TV legislativa**

A transmissão da programação da TV legislativa, em todo o mundo e, para qualquer canal de televisão, pode ser feita via rede de cabos, satélite, ondas de VHF e UHF e via internet, a web TV. Na realidade, verifica-se que a web TV é uma tendência da TV legislativa em todos os países onde ela está implantada; aliás, cabe ressaltar que muitas Casas Legislativas disponibilizam o acesso às transmissões das suas sessões apenas através da internet isto porque, entre outros diversos fatores, este é um veículo de comunicação muito mais ágil e apresenta maior facilidade na implantação e custo mais baixo.

Por fim, a maior dificuldade enfrentada pelas Casas Legislativas para a concessão de autorização para transmissão em sinal aberto era a alegação, em parte real, da escassez de espaço no espectro eletromagnético de sinal analógico, cenário em completa transformação em função do sinal digital que entrou em operação em dezembro de 2007. A entidade que representa os

interesses das TVs legislativas, a Astral<sup>51</sup>, está empenhada na luta pelo direito de acesso das TVs Legislativas ao espectro de transmissão de ondas no sistema digital.

Os dados do quadro 2.6.1 abaixo mostram que do cenário inicial da TV legislativa no Brasil, de abrangência restrita pelas redes de cabo e limitada às camadas de classes A e B, perfil do assinante de TV a cabo no Brasil; hoje, o cenário é outro e o acesso às TVs legislativas é significativamente mais amplo, considerando que aproximadamente 90% das TVs legislativas estaduais disponibilizam o acesso via internet<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> A Astral – Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – foi criada em julho de 2003 e reúne emissoras de TV e rádio pertencentes ao Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, “a Astral destina-se a representar o interesse das emissoras de rádio e televisão legislativas perante poderes, órgãos e associações públicas; estabelecer intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os veículos de comunicação das casas legislativas; criar um núcleo de cooperação técnica para dar suporte à implantação, gestão e expansão dos canais de rádio e televisão legislativa; estimular a criação o funcionamento das emissoras de rádio e televisão legislativas em todas as unidades da federação; promover o debate sobre o papel desses veículos de comunicação como instrumento de transparência das ações do Poder Legislativo, de aprimoramento do sistema democrático e do exercício da cidadania, promover e estimular a realização de cursos, palestras e treinamento para os profissionais do setor; criar e organizar arquivos contendo informações e bancos de dados, de som e de imagens que possam ser compartilhados entre os associados”. Caderno do “I Fórum Nacional de TVs Públicas”, p.86, Brasília, 8 a 11 maio de 2007.

<sup>52</sup> Referência de dados sobre crescimento dos computadores com acesso à internet.



### Quadro 2.6.1

#### Tecnologia de Acesso das Televisões das Assembléias Legislativas

Estado	Cabo	Sat	VHF/UHF	Web
Amazonas	Sim	Sim	Sim	Sim
Ceará	Sim	Não	Sim	Sim
Distrito Federal	Sim	Não	Não	Sim
Espírito Santo	Sim	Não	Não	Não
Goiás	Sim	Não	Não	Sim
Mato Grosso	Sim	Não	Sim	Sim
Mato Grosso do Sul	Sim	Não	Não	Sim
Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim
Paraíba	Sim	Não	Não	Não
Pernambuco	Sim	Não	Sim	Sim
Piauí	Sim	Não	Sim	Sim
Rio de Janeiro	Sim	Não	Não	Sim
Rio Grande do Norte	Sim	Não	Não	Sim
Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Não	Sim
Rondônia	Sim	Não	Não	Sim
Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Sim
São Paulo	Sim	Sim	Não	Sim
Sergipe	Sim	Não	Não	Sim
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>16</b>

Fonte: “Antenas do Legislativo” (2007).

#### 2.6.2. Modalidade das transmissões das sessões plenárias

Como já mencionado em diferentes partes desta tese, é a Lei 8.977/95, conhecida como “Lei do Cabo”, que regulamenta a atividade da TV legislativa no Brasil, ou melhor, quase nada regulamenta já que ela trata de aspectos muito genéricos. No entanto, em relação à transmissão das sessões plenárias, a “Lei do Cabo” é clara na determinação que elas sejam feitas ao vivo e

sem cortes, ou seja, uma comunicação não-mediada dos debates e decisões tomados nos plenários legislativos; conforme descrito no capítulo V, artigo 23, inciso I, alínea b, “sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões”.

Dessa forma, o objetivo do levantamento em relação a este aspecto consistiria apenas em verificar se as TVs legislativas em operação estavam cumprindo com a determinação de transmitirem as sessões plenárias ao vivo e sem cortes, o que foi facilmente checado e, nas dezoito Assembléias Legislativas com TV, as sessões plenárias estavam sendo transmitidas exatamente como previsto na legislação. No entanto, durante o processo de levantamento, mostrou-se relevante, dado o objeto desta pesquisa e as questões que ele coloca, incluir alguns outros aspectos, como os dias e horários das sessões, o regime de votação para as matérias da ordem do dia e, principalmente, a existência, quando prevista em regimento interno das Casas, de espaços nas sessões plenárias para a manifestação de representantes e, também, dos representados.

Como indicam os dados do quadro 2.6.2 abaixo, à exceção das Assembléias Legislativas dos estados do Mato Grosso e Piauí, para as quais não foi possível obter os dados, todas as demais Casas legislativas estaduais com TV prevêm em regimento interno a cessão de tempo para a manifestação dos deputados sobre assuntos que não sejam necessariamente relacionados aos projetos em discussão na ordem do dia. Como se verá em detalhes no capítulo seis desta tese, que analisa as entrevistas com os parlamentares, o aumento da frequência nas sessões plenárias e o maior uso do tempo reservado para a manifestação pessoal nas sessões estão entre as principais mudanças no comportamento dos representantes após o início das atividades da TV legislativa.

Por outro lado, o espaço reservado para a manifestação dos representantes está garantido nas reuniões das Audiências Públicas em sete das Assembléias Legislativas com TV, como

apontam os dados do quadro 2.6.2 abaixo. No caso Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, não há previsão em Regimento interno para a manifestação direta do cidadão, apenas através de algum deputado e, na Assembléia da Paraíba, a manifestação é prevista na sessão plenária, mas apenas quando se tratar de Projeto de Lei de iniciativa da sociedade civil, e nos casos das Assembléias dos estados do Rio de Janeiro e do Sergipe não há especificação sobre o assunto. Para as Assembléias dos estados do Piauí e do Mato Grosso as informações não estavam disponíveis nos respectivos sítios na internet.

Cabe destacar, também, o regime de votação das Casas Legislativas que pode ser simbólico<sup>53</sup>, nominal aberto<sup>54</sup> e secreto<sup>55</sup>, sendo este último o regime que mais dificulta o acompanhamento e está presente em doze Assembléias, como mostra o quadro 2.3.2 abaixo.

---

<sup>53</sup> Regime de votação em que não há registro individual de votos e o presidente da sessão pede aos parlamentares favoráveis à matéria que permaneçam como se encontram, cabendo aos contrários manifestarem-se. Regime de votação normalmente usado para votação de projetos sobre os quais há acordo.

<sup>54</sup> Regime de votação em que é possível identificar os votantes e seus respectivos votos, ou seja, há registro individual dos votos, em determinadas Casas Legislativas, através de um painel eletrônico de votação

<sup>55</sup> Regime de votação em que não é possível identificar os votos dos respectivos votantes.

### Quadro 2.6.2

#### Aspectos Políticos e Regimentais das Assembléias Legislativas Estaduais

<b>Estado</b>	<b>Dias e Horários das Sessões</b>	<b>Regime de Votação</b>	<b>Espaço para manifestação dos deputados</b>	<b>Espaço para manifestação da sociedade civil</b>
Amazonas	Terças e Quartas das 15:00h às 18:30h; Quintas das 9:00h às 12:30h.	Simbólico	No Pequeno Expediente; pelo tempo de 10 minutos.	Nas Audiências Públicas
Ceará	De Terça à Sexta das 9:00h com duração de 5 horas	Simbólico, Nominal e Secreto.	Na Explicação Pessoal pelo tempo de 5 minutos.	Nas Audiências Públicas pelo tempo de 5 minutos.
Distrito Federal	De Terça à Quinta das 15:00h com duração de 4 horas	Simbólico, Nominal e Escrutínio secreto.	No Pequeno Expediente pelo tempo 3 minutos	Nas Audiências Públicas
Espírito Santo	De Segunda a Sexta das 15:00h e duração de 3 horas prorrogável por mais 1 hora.	Simbólico, Nominal e Escrutínio secreto.	Nas Comunicações pelo tempo de 3 minutos	Nas primeiras segundas-feiras do mês no Grande Expediente pelo tempo de 10 minutos.
Goiás	As Segundas-feiras das 20:00h as 23:00h; Quartas e Quintas das 14:00h as 18:00h e Sexta das 9:00h as 12:00h.	Simbólico e Secreto.	Nos Fóruns de Discussões e no Pequeno Expediente pelo tempo de 5 minutos.	Nos Fóruns de Discussão
Mato Grosso	*	*	*	*
Mato Grosso do Sul	De Terças e Quintas das 9:00h com duração de 4 horas podendo ser prorrogada.	Simbólico, Nominal e Secreto.	Na Explicação Pessoal pelo tempo de 10 minutos	Através de representação por um deputado previamente indicado pela mesa nas sessões ordinárias da Assembléia
Minas Gerais	De Terça a Quinta das 14:00 com duração de 4 horas.	Simbólico, Nominal e Escrutínio Secreto.	No momento da sessão nomeado como Terceira Parte pelo tempo de 5 minutos	Em sessões especiais realizadas às Segundas e Sextas às 20:00h e 9:00h respectivamente e duração de 4 h.
Paraíba	As Segundas-feiras às 14:30h e demais dias às 9:30h com duração de 4 horas.	Simbólico, Nominal e Secreto.	No Pequeno Expediente pelo tempo de 5 minutos	Nas sessões ordinárias quando se tratar de projeto de lei da sociedade civil, pelo tempo de 5 minutos, no Grande Expediente e nas Audiências Públicas.

Continua.

**Quadro 2.6.2 (cont.)**

Aspectos Políticos e Regimentais das Assembléias Legislativas Estaduais

<b>Estado</b>	<b>Dias e Horários das Sessões</b>	<b>Regime de Votação</b>	<b>Espaço para manifestação dos deputados</b>	<b>Espaço para manifestação da sociedade civil</b>
Pernambuco	De Segunda a Quinta às 14:00h com duração de 4 horas podendo ser prorrogada por mais 2 horas	Simbólico, Nominal e Secreto.	Durante o Pequeno e Grande Expediente pelo tempo de 5 e 15 minutos respectivamente, na Explicação Pessoal por 5 minutos	No chamado Grande Expediente Especial, que ocorre uma vez por semana desde que exista previamente requerimento da Casa.
Piauí	*	*	*	*
Rio de Janeiro	De Terça a Sexta das 14:30h às 18:30h.	Simbólico, Nominal e Secreto.	No Expediente inicial e final das sessões por um período de 10 minutos	Não especificado. A sociedade pode enviar à Casa projeto de lei que será avaliado e apresentado em sessão
Rio Grande do Norte	De Terça a Quinta a partir das 15:30h	Simbólica, Nominal e Escrutínio secreto.	No período denominado Comunicações Parlamentares que ocorre após a Ordem do Dia, não especificado o tempo de fala.	Nas Audiências Públicas
Rio Grande do Sul	De Terça a Quinta às 14:00h com duração de 4 h	Simbólico e Nominal	No período denominado Comunicações e Explicações Pessoais, que ocorre logo após a Ordem do Dia. Não há especificação de tempo.	Nas Audiências Públicas.
Rondônia	De Terça e Quarta às 15:00h; Quinta às 9:00h com duração de 4 horas podendo ser prorrogada por 30 minutos.	Simbólico e Nominal	No período denominado Explicação Pessoal e nas Comunicações Parlamentares pelo tempo de 5 minutos	Nas Audiências Públicas e no Grande Expediente pelo tempo de 20 minutos.

Continua.

### Quadro 2.6.2 (cont.)

#### Aspectos Políticos e Regimentais das Assembléias Legislativas Estaduais

<b>Estado</b>	<b>Dias e Horários das Sessões</b>	<b>Regime de Votação</b>	<b>Espaço para manifestação dos deputados</b>	<b>Espaço para manifestação da sociedade civil</b>
Santa Catarina	De Terça e Quarta às 14:00h; Quintas às 9:00h com duração de 4 horas.	Simbólico, Nominal e Secreto.	No período do Pequeno Expediente pelo tempo de 10 minutos e nas Explicações Pessoais por 10 minutos prorrogáveis por mais 10	Nas Audiências Públicas.
São Paulo	De Segunda a Sexta das 14:30h às 19:00 h.	Simbólico e Nominal	No período do Pequeno Expediente pelo tempo de 5 minutos e nas Explicações Pessoais por 15 minutos	Nas Audiências Públicas.
Sergipe	De Segunda a Quarta às 14:30h; Quintas às 9:30h com duração de 4 horas.	Simbólico, Nominal e Escrutínio secreto.	No período denominado Pequeno Expediente pelo tempo de 3 minutos e nas Explicações Pessoais por 30 minutos.	Não especificado no Regimento Interno.

Nota (1). \* Sem informação

Fonte: Sites das Assembléias Legislativas Estaduais.

### 2.6.3. Perfil da Programação: o quê se vê na “telinha”

O aspecto da programação das TVs legislativas tem relevância na medida em que a grade pode não ser restrita apenas às transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões plenárias, exigência da Lei, veiculando outros programas que podem ser identificados como relativos a atividades consideradas específicas do Poder Legislativo, ou relacionados a temas culturais e educacionais.<sup>56</sup> Nesta direção, a hipótese desta tese é a de que o “perfil da programação” de uma

<sup>56</sup> É importante deixar claro que não se trata de fazer análise de conteúdo dos programas, apesar de considerar relevante esta abordagem.

TV legislativa tem efeitos sobre o potencial para estimular um comportamento responsivo dos representantes.

A montagem da grade de programação de uma televisão legislativa, como em qualquer outra televisão, não é um procedimento aleatório, pelo contrário, vários fatores relacionados com os diversos interesses das emissoras, são levados em consideração para a definição de uma grade. Na realidade, a grade de programação exerce, entre outras, a função de guia de orientação para o telespectador que, através da divulgação da grade, passa a conhecer os programas veiculados, bem como o dia e horário dos mesmos. Com base na grade de programação das TVs das Assembléias Legislativas, foi feito um levantamento com o objetivo de estabelecer uma classificação geral dos programas, e se chegou a definição de quatro categorias básicas.

Duas categorias estão relacionadas diretamente às atividades legislativas que são as sessões plenárias e as reuniões das comissões, independentemente de serem transmitidas ao vivo ou serem retransmitidas. Outras duas categorias são os programas de debates ou entrevistas e os de jornalismo, ambas consideradas de caráter complementar à categoria legislativa. Os programas classificados como educativo-culturais são considerados uma categoria independente porque não possuem um conteúdo que possa mais diretamente associados aos assuntos de que trata o Poder Legislativo.

A partir do levantamento realizado, é possível afirmar que o perfil da grade de programação das TVs legislativas estaduais aponta para uma tendência de uniformidade nas grades, com nenhuma variação aparente, já que todas veiculam as cinco categorias de programas e têm como principal referência na grade as transmissões das sessões plenárias, ao vivo e sem cortes. Acontece que, quando se analisa caso a caso, identificam-se diferenças, principalmente, na modalidade de transmissão das outras categorias e no número de horas semanais que cada uma ocupa na grade; no entanto, as grades sofrem constantes mudanças, até porque a duração das

sessões plenárias e das reuniões das comissões é flexível, variando conforme a pauta e a intensidade dos debates.

Dessa forma, no espaço desta tese, optou-se por destacar apenas a presença, com maior ou menor espaço dependendo de inúmeras circunstâncias que não foram tratadas nesta pesquisa, das cinco categorias de programas – sessões plenárias, reuniões de comissões, debates ou entrevistas, jornalismo e educativo-culturais – na grade de programação das dezoito TVs legislativas estaduais existentes. Por fim, cabe observar que na maioria das Assembléias Legislativas as sessões plenárias ocorrem no período da tarde e os programas de jornalismo estão presentes na “telinha” diariamente.

#### **2.6.4. Modelo de Gestão e Direção das TVs das Assembléias Legislativas**

A idéia central que orientou a definição da variável “modelo de gestão” é a de que o cenário de funcionamento das TVs legislativas produz impacto sobre a linha editorial, o formato e o conteúdo dos programas, com efeitos sobre o potencial de estímulo de comportamento responsivo dos parlamentares. São vários os fatores envolvidos em relação ao aspecto da administração das TVs legislativas, mas, nesta pesquisa, na busca de identificar como se dá a organização das TVs, ainda que de forma pouco sofisticada, foram definidas três características, a forma de administração, o procedimento adotado para ocupação do cargo de direção da TV e a existência de um conselho ou comitê editorial.

Nesta direção, para fins de análise, a forma de administração de uma TV legislativa pode ser do tipo “institucional” ou “independente”. O tipo “institucional” de administração é aquele em que funcionários e equipamentos fazem parte da estrutura da Casa Legislativa. Já a administração “independente”, ou do tipo terceirizada, é aquela cuja estrutura, que envolve desde a aquisição, manutenção e operação dos equipamentos, até a contratação dos profissionais,



pertence às empresas privadas contratadas pelas Casas legislativas através de processo de licitação<sup>57</sup> pública.

Segundo declarações “em off” de profissionais das TVs legislativas que fizeram parte da pesquisa e que possuem administração do tipo “independente”, em função da necessidade de enquadramento às regras exigidas pelos Tribunais de Contas estaduais, órgão para os quais as Casas legislativas prestam contas, o principal quesito para a definição da empresa vencedora é do menor preço; em detrimento de outros critérios, talvez mais relevantes, para o potencial de *accountability* das TVs legislativas como, por exemplo, um plano de trabalho com proposta de grade de programação.

Outro aspecto importante relacionado ao modelo de gestão das TVs legislativas diz respeito ao procedimento usado para nomeação do diretor da TV que pode ser por “nomeação” ou “votação”. É relevante mencionar que a investigação sobre o procedimento de ocupação de cargo de direção foi bastante dificultada pela resistência ao tema por parte dos entrevistados, tanto parlamentares como os responsáveis pelas TVs.

Dessa forma, tendo em vista que o cargo de diretor das TVs legislativas configura-se como um cargo de confiança do presidente da Casa legislativa, justifica-se fazer o levantamento sobre a duração do mandato da Mesa diretora com o objetivo de verificar o potencial de risco de que ocorra descontinuidade administrativa. Este procedimento justifica-se porque o diretor não tem mandato com tempo fixo e, a cada novo presidente, como tem sido pelo menos nos casos<sup>58</sup> da Assembléia Legislativa de São Paulo e da Câmara Municipal da capital, um novo diretor é nomeado.

---

<sup>57</sup> A Assembléia Legislativa de São Paulo tem se valido da Lei de Licitações Públicas, nº 8.666/93, que dispensa o processo de licitação no caso de Fundações, para contratar os serviços da Fundação Padre Anchieta responsável, também, pela TV Cultura de São Paulo.

<sup>58</sup> O caso da Assembléia Legislativa será discutido em detalhes no capítulo três desta tese e o da Câmara Municipal de São Paulo no capítulo quatro.

Na busca de facilitar a análise comparativa, inclusive com experiências internacionais, foi construída uma tipologia, ainda que bastante rudimentar, que toma como referência a combinação das principais características que, assim, analisadas em seu conjunto, podem indicar se o modelo de gestão é do tipo “aberto” ou “fechado”, no sentido de possibilitar uma maior ou menor transparência na administração daquela TV legislativa.

O modelo de gestão é definido como aberto em três situações:

- Quando se verifica procedimento de votação para ocupação de cargo de direção;
- Quando se verifica a existência de Conselho/Comitê editorial formado por representantes da Câmara;
- Quando se verifica a somatória das duas características, procedimento de votação para ocupação de cargo de direção e existência de Conselho/Comitê editorial; caso em que o modelo será considerado como “aberto +”.

O modelo de gestão é definido como fechado:

- Quando se verifica procedimento de nomeação para ocupação do cargo de direção e a não existência de Conselho ou Comitê editorial.

Como apontam os dados do quadro 2.6.3 abaixo, prevalece a forma de administração institucional, à exceção das TVs legislativas das Assembléias dos estados do Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. Chama atenção, ainda, que em todos os casos o cargo de diretor de TV é um cargo de confiança e, portanto, o diretor é nomeado pelo presidente da Casa legislativa.

### Quadro 2.6.3

#### Características da Gestão das Televisões das Assembléias Legislativas Estaduais no Brasil

Estado	Mandato da Mesa	Administração	Direção	Conselho Editorial <sup>1</sup>	Financiamento	Tipo de Gestão
Amazonas	Bienal, permitida a reeleição.	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Ceará	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Distrito Federal	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Espírito Santo	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Goiás	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Mato Grosso	*	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Mato Grosso do Sul	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Minas Gerais	Bienal, permitida reeleição.	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Paraíba	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Pernambuco	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Piauí	*	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio De Janeiro	Bienal	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio Grande do Norte	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio Grande do Sul	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rondônia	Bienal, permitida reeleição.	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Santa Catarina	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
São Paulo	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Sergipe	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada

Nota. (1) Conselho editorial em atividade. (2) \* Sem informação

Fonte: “Antenas do Legislativo” (2007) e sites das Assembléias Legislativas.

O cenário do modelo de gestão adotado pelas TVs legislativas estaduais brasileiras é significativamente distinto dos modelos americano e francês e, também, de alguns países latino-americanos, como apontam os dados do quadro 2.6.4 abaixo.

**Quadro 2.6.4**  
Características da Gestão das Televisões Legislativas na América Latina, Estados Unidos e França

<b>País</b>	<b>Administração</b>	<b>Ocupação Cargo Direção</b>	<b>Conselho/Comitê Editorial</b>	<b>Tipo de Gestão</b>
Argentina	Institucional	Nomeação	Não	Fechado
Chile	Independente	Nomeação	Sim	Aberto
Estados Unidos	C-SPAN <sup>1</sup>	Mérito	Sim	Aberto
França	Institucional	Votação	Sim	Aberto
México	Institucional	Votação	Sim	Aberto +
Peru	Institucional	Nomeação	Não	Fechado
Venezuela	Institucional	Nomeação	Não	Fechado

Nota (1)A C-SPAN reúne as empresas operadoras de TV a cabo nos Estados Unidos.  
Fonte: “Antenas do Legislativo na América Latina” (2006).

Como já mencionado neste capítulo, o modelo francês de TV legislativa, apesar de possuir um tipo de administração institucional, ou seja, estatal, adota como procedimento para a indicação do diretor um processo de votação, onde os candidatos ao cargo defendem um projeto de trabalho para os parlamentares membros de uma Comissão, ocasião em que os candidatos ao cargo são sabatinados. No outro extremo, temos o modelo, único no cenário internacional, de cobertura dos trabalhos legislativos adotado nos Estados Unidos e Canadá, que consiste em canal de TV pertencente às empresas operadoras da rede de TV a cabo e não ao Poder Legislativo e, neste sentido, a direção do canal não tem qualquer tipo de vínculo, quer econômico ou político, com a Casa legislativa.

Na leitura dos dados do quadro 2.6.4 acima, prevalece, nos canais de televisão legislativos latino-americanos, à exceção do Chile, a forma de administração “institucional” e o procedimento de “nomeação” para a ocupação de cargo de direção é comum a todos, menos ao México, que tem um procedimento de escolha do diretor que guarda significativas semelhanças com o modelo do canal legislativo francês. No México, os profissionais candidatos ao cargo de diretor do canal apresentam suas propostas e o pleno vota por maioria simples.

Quase a totalidade dos países – Argentina, Brasil, Peru e Venezuela – não possuem Conselho editorial formado pelos parlamentares, diferentemente, no Chile e no México, verifica-se a existência de Conselho/Comitê editorial. Com base nas entrevistas, o que se pode afirmar é que o Conselho editorial chileno, único país onde a televisão legislativa é administrada por empresa privada, tem a função de controlar a execução do contrato. No caso do México, ainda com base nas entrevistas, o papel desempenhado pelo Conselho editorial é o de acompanhamento do funcionamento do canal, inclusive com orientações sobre a linha editorial, e ele é composto por três Senadores e três Deputados.

Com relação ao tipo de gestão dos canais de televisão latino-americanos, dos seis países, quatro, Argentina, Brasil, Peru e Venezuela, apresentam um modelo de gestão do tipo “fechado”, ou seja, onde se verifica uma combinação negativa de características, no sentido de uma menor transparência na administração. Assim, o procedimento para a ocupação do cargo de diretor é por nomeação e não existe Conselho editorial formado pelos parlamentares.

Os dois países com tipo de gestão “aberta” são Chile e México. Apesar de ter o diretor escolhido com base em procedimento de nomeação, a televisão legislativa chilena tem seu funcionamento acompanhado por um Conselho editorial. Por sua vez, o México foi o único país latino-americano a ser classificado com um tipo de gestão “aberta +”, isso porque, além de ter um

Conselho editorial, o diretor da televisão legislativa é eleito, pelo pleno da Câmara, com base em um projeto de trabalho.

Outro aspecto importante em relação às TVs legislativas brasileiras é que todas as TVs que estão em atividade, sem exceção, são financiadas com verba pública e, portanto, o acesso à informação sobre o custo das TVs deveria ser aberto e fácil, o que não corresponde à realidade; os dados, na maioria das vezes, são incompletos e, quando estão disponíveis on-line, não há discriminação para os gastos com a TV, apenas para o item de comunicação que inclui outras atividades como, por exemplo, a publicação do diário oficial e a realização de eventos da Casa.

Nesta direção, é difícil ter uma informação precisa e confiável sobre o gasto público do Poder Legislativo estadual com a TV, cenário que se reproduz no nível do Legislativo federal e, também, dos municipais. De qualquer forma, apesar das limitações mencionadas acima, o quadro 2.6.5 abaixo é uma tentativa de estabelecer uma primeira referência sobre o relevante aspecto, e praticamente nada discutido com base em dados, do gasto público com as TVs legislativas.

**Quadro 2.6.5**  
Orçamento das Assembléias Legislativas Estaduais

<b>Estado</b>	<b>Arrecadação do Estado (2007)</b>	<b>Orçamento da Casa Legislativa</b>	<b>Percentual do orçamento da Casa destinado à TV</b>	<b>Informação on-line</b>
Amazonas	6.104.448.000,00	104.035.000,00	0.34**	Sim
Ceará	9.581.156.750,00	163.394.055,00	1.02	Sim
Distrito Federal	9.336.718.784,00	236.338.530,00	3.60	Sim
Espírito Santo	10.020.263.650,00	98.764.000,00	1.03	Sim
Goiás	10.383.433.000,00	198.410.000,00	0.20	Sim
Mato Grosso	5.618.417.933,00	152.049.028,21	0.32	Sim
Mato Grosso do Sul	5.456.491.000,00	146.272.000,00	*	Parcial
Minas Gerais	35.297.719.165,00	496.397.556,00	*	Parcial
Paraíba	4.757.136.704,00	87.432.030,00	2.28	Sim
Pernambuco	11.660.057.490,55	162.008.178,07	1.11	Sim
Piauí	4.252.036.729,00	144.349.822,00	0.07	Sim
Rio de Janeiro	36.753.799.856,00	445.431.493,00	*	Parcial
Rio Grande do Norte	5.174.382,56	146.240,98	2.04	Sim
Rio Grande do Sul	20.678.084.920,00	310.753.267,51	1.25***	Parcial
Rondônia	3.055.937.000,00	105.568.173,00	6.07	Sim
Santa Catarina	9.536.689.526,00	243.840.000,00	1.64	Sim
São Paulo	84.986.001.490,00	436.560.984,00	3.20	Sim
Sergipe	3.686.045.151,00	130.058.860,00	*	Parcial

\* Dados não obtidos

\*\* Percentual apresentado com base em informações divulgadas pelo site até o mês 10 de 2007.

\*\*\* Percentual calculado sobre o valor do item Publicidade Institucional que consta no Quadro de Detalhamento de Despesa cujo valor é R\$ 3.910.000,00, pois item discriminado se encontra inserido dentro do valor.

\*\*\*\* Fonte: Sites das Secretarias da Fazenda e Planejamento dos Estados assim como os Sites do Governo e Assembléias Estaduais.

## **2.7. Considerações Finais**

Este capítulo apresentou a gênese da TV legislativa brasileira e, para efeito de análise comparada, examinou alguns modelos internacionais como o estadunidense, o francês e os latino-americanos. Apesar de existir em mais de cem países, com diferentes arranjos institucionais, a experiência da TV legislativa ainda é relativamente recente e está presente nas três esferas do Poder Legislativo, federal, estadual e municipal.

O modelo de TV legislativa estadunidense é privado e foi criado pela indústria da televisão a cabo dos Estados Unidos que decidiu oferecer, gratuitamente, aos seus assinantes, um canal que transmitisse, ao vivo, os trabalhos do Poder Legislativo. O canal de TV legislativo, o C-SPAN, entrou no ar em 1979 e ficou mundialmente conhecido pela sua transmissão, ao vivo e sem cortes, dos trabalhos legislativos e programas de entrevistas. Já o modelo francês é público e a nomeação do diretor da TV é feita através da seleção de plano de trabalho e sabatina dos membros da Comissão de Comunicação. Em relação aos países latino-americanos, além do Brasil, a TV legislativa está presente em apenas cinco países, Argentina, Chile, México, Peru e Venezuela, sendo que todos iniciaram suas atividades pelo menos quatro anos depois do Brasil e, atualmente, à exceção do Chile, todos transmitem, ao vivo, também via a internet.

O modelo brasileiro de telecomunicações é complexo e singular na medida em que não pode ser considerado como um modelo público tradicional, nem como um modelo comercial; isto porque as empresas privadas que atuam no setor mantém, até hoje, estreitos laços com o estado, configurando, em muitos casos, uma relação de dependência não só em função da outorga das concessões, mas, também, das verbas de patrocínio e subsídios governamentais para a compra de equipamentos.

A regulamentação da cabodifusão feita com base na Lei 8.977/95 abriu caminho para a ampliação da possibilidade de acesso à comunicação através dos “canais básicos de utilização



gratuita”, sendo um canal reservado para o Senado Federal, outro para a Câmara dos Deputados, outro reservado para o uso compartilhado entre os legislativos estaduais e os municípios, um educativo-cultural, um canal comunitário e um universitário. Em 1996 é inaugurada a primeira TV legislativa do Brasil, a TV da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, iniciativa seguida pela Câmara de São Paulo e, seis meses depois, entra no ar a TV Senado e a TV da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Três aspectos principais dificultam a elaboração do mapa da mídia eletrônica legislativa, primeiro a falta de exigência de concessão, segundo a inexistência de regulamentação da atividade e de obrigatoriedade de continuidade e, terceiro, as transformações tecnológicas. Atualmente, a TV legislativa está presente em dezessete estados mais o Distrito Federal, sendo significativa a ausência desta mídia eletrônica nas Assembléias Legislativas dos estados do Paraná e Bahia.

Para estudar os efeitos da TV legislativa sobre o estímulo de um comportamento responsivo dos representantes, ou seja, para analisar o potencial para ela ser uma TV legislativa *accountable*, foram definidas quatro variáveis, a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão.

A modalidade da transmissão das sessões plenárias pode ser de dois tipos, ao vivo ou gravada, no entanto, no caso brasileiro, este é o único aspecto regulamentado e há a determinação de que as sessões plenárias sejam transmitidas ao vivo, sem cortes. Dessa forma, o sistema de votação – simbólico, nominal e secreto – passa a ter importância na medida em que dependendo do sistema adotado é possível identificar o voto do representante, ou seja, o seu posicionamento diante de determinado assunto de interesse público.

Considerando a questão da visibilidade associada às transmissões das sessões plenárias, foi feito um levantamento, a partir dos regimentos internos das Casas legislativas, sobre as regras para que os parlamentares façam uso da palavra, manifestando-se sobre assuntos que não estejam necessariamente relacionados aos projetos em discussão na ordem do dia; bem como para a manifestação da sociedade civil.

O tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação das TVs legislativas estaduais identificou outras vias de transmissão além do cabo, origem de todas elas, como satélite, ondas curtas na TV aberta e internet. O levantamento realizado aponta para um mix de tecnologias que contribuem para ampliar o alcance e abrangência das TVs legislativas; das dezoito TVs legislativas, apenas a da Assembléia do Espírito Santo e a da Paraíba não tinham web TV.

A partir da análise das grades de programação das TVs das Assembléias Legislativas foram definidas cinco categorias de programas, sessões plenárias, reuniões de comissões, debates ou entrevistas, jornalismo e educativo-culturais e, apesar das variações e mudanças constantes que ocorrem nas grades, estas categorias estão presentes nas dezoito TVs legislativas estaduais existentes atualmente.

A quarta variável é o modelo de gestão definido com base em três características, o procedimento adotado para ocupação do cargo de direção da TV, a forma de administração e a existência de Conselho editorial. Apesar do procedimento para ocupação do cargo de direção da TV ser de dois tipos, por nomeação do presidente da Mesa ou por votação dos membros de uma determinada Comissão ou do pleno dos parlamentares, no caso das TVs legislativas estaduais brasileiras a nomeação é o procedimento adotado, configurando-se como um cargo de confiança do presidente e ficando vulnerável a cada novo mandato da Mesa.

O modelo de gestão pode ser “institucional”, quando os profissionais são concursados e os equipamentos pertencem à própria Casa legislativa, e “terceirizado” quando uma empresa é contratada para colocar a TV no ar. Para efeito de análise comparativa, foi construída uma tipologia com o objetivo de identificar se o modelo de gestão era “aberto” ou “fechado”. O modelo de gestão foi definido como “aberto” em três situações, quando o procedimento para ocupação do cargo de direção era feito por votação, quando se verificava a existência de um Conselho editorial ou na somatória das duas características. Por sua vez, o modelo do tipo “fechado” é aquele em que o diretor é nomeado e não existe Conselho editorial.

De acordo com os dados, o modelo de gestão é do tipo “fechado” em todas as TVs legislativas estaduais, tendo em vista que os diretores são nomeados e não existe Conselho editorial. O mandato bienal da Mesa também se repete em todas as Casas, sendo que no Amazonas, em Minas Gerais e em Rondônia é permitida uma reeleição. O modelo de gestão adotado para a TV em onze Assembléias Legislativas é o “institucional”, em quatro – Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo – ele é “terceirizado” e em três casos – Piauí, Rio de Janeiro e Rondônia – não foi possível confirmação do dado sobre o modelo.

Na análise comparativa com as TVs legislativas dos Estados Unidos e França, o modelo de gestão adotado pelas TVs legislativas estaduais brasileiras é significativamente distinto. O modelo francês é do tipo “institucional”, mas o procedimento para ocupação do cargo de diretor da TV é por votação com base em um plano de trabalho. O modelo de TV legislativa estadunidense é único, a C-SPAN, e consiste em empresa independente do Poder Legislativo e financiada pelas operadoras de TV a cabo. Tanto o modelo francês quanto o estadunidense prevêm a existência de um Conselho editorial. No continente latino-americano, além do Brasil, cinco países têm TV legislativa, Argentina, Chile, México, Peru e Venezuela, todas entraram no

ar após a TV Senado e apresentam diferentes arranjos organizacionais e de gestão. Como destaque, cabe ressaltar o caso mexicano onde o diretor é eleito e existe Conselho editorial.

Para completar a radiografia das TVs legislativas estaduais foi feito o levantamento do seu custo, tendo em vista que elas são financiadas exclusivamente pelo orçamento das respectivas Casas Legislativas. O acesso aos dados foi difícil e, quando disponíveis, eles eram imprecisos e incompletos, na maioria dos casos, o custo da TV estava embutido no orçamento destinado à área de comunicação como um todo. Dessa forma, o que se buscou foi estabelecer uma primeira referência, ainda que precária, sobre o custo das TVs legislativas no Brasil a partir do cálculo do percentual do orçamento destinado à TV, no entanto, os percentuais encontrados apontam para um intervalo muito amplo entre as TVs com maior gasto e as com gasto mais baixo, variando de 0,07%, no Piauí, a 6,07 em Rondônia.

## **CAPÍTULO 3**

### **ENTRE AS PIONEIRAS: A TV DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

#### **3.1. Introdução**

Na tentativa de contribuir para a explicação dos efeitos da TV legislativa sobre o comportamento dos parlamentares é feito um estudo de caso sobre a TV da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), escolha justificada pela importância política e econômica do estado paulista e pelo fato da TV da ALESP estar entre as experiências pioneiras do país. Assim, este capítulo vai traçar um breve panorama da trajetória e apresentar a sua estrutura de funcionamento e analisar a grade de programação, com destaque para o programa “Assembléia Popular” que é destinado exclusivamente à manifestação da sociedade civil. Para tanto, foram entrevistados os ex-presidentes da Casa no período da existência da TV, o diretor da TV, o coordenador, a chefe de jornalismo, a diretora de programa, a gestora do contrato da TV com a Fundação Padre Anchieta e um consultor da área de comunicação. Para o estudo do programa “Assembléia Popular”, além do acompanhamento de gravações do programa, foi feito levantamento no Diário Oficial da Assembléia dos registros dos participantes.

#### **3.2. TV da Assembléia Legislativa de São Paulo: entre as pioneiras**

A TV da ALESP está entre as primeiras experiências de TV legislativa no Brasil e entrou no ar em novembro de 1996, quando o presidente da Casa era o deputado Ricardo Trípoli

(PSDB). Segundo o ex-presidente Trípoli (PSDB), a instalação da TV estava contemplada no seu plano de trabalho, no qual estava previsto primeiro a instalação do painel eletrônico e, como segunda etapa, a colocação no ar da TV legislativa, já que possuir uma TV tinha passado a ser uma possibilidade real para as Casas legislativas com a aprovação da “Lei do Cabo”; questão que tinha feito parte da pauta das discussões do Fórum de presidentes das Assembléias Legislativas, em Minas Gerais, que, por sua vez, já tinha TV legislativa.

Entre a intenção expressa de instalar uma TV legislativa e a inauguração da mesma existe um longo e burocrático percurso, para não dizer também oneroso para os cofres públicos, dentre as várias exigências, talvez a principal delas seja a habilidade política para articular todos os fatores envolvidos e fazer acontecer, ou seja, colocar a TV no ar. Sem dúvida, no caso paulista, a existência da TV Cultura, reconhecida pela qualidade da sua programação e mantida por uma Fundação, não só facilitou como apressou o processo para a criação da TV da ALESP. Assim, o primeiro contrato foi assinado com a TV Cultura que entrou com equipamentos, equipe técnica, a parte de produção e jornalismo. No início, a programação era restrita à cobertura do plenário, mas, aos poucos, foi sendo ampliada e, atualmente, a TV da ALESP fica vinte e quatro horas no ar, de segunda-feira a sexta-feira.

Segundo o ex-presidente Ricardo Trípoli (PSDB), a orientação que ele deu para o primeiro diretor da TV da ALESP, jornalista Fernando Coelho, foi para fazer a transmissão das sessões plenárias, ao vivo e integralmente, e tratar a TV com isenção e critérios jornalísticos, explicando o processo legislativo

Que não fosse uma coisa difícil das pessoas entenderem, que ajudasse a ‘transcodificar’ a leitura do Parlamento porque nós utilizamos algumas metáforas, algumas colocações que não são, de um modo geral, de conhecimento da população. Então, a idéia é que fosse uma cobertura jornalística, ou seja, informativa, com alguém que fizesse esse papel de explicar como funciona a Assembléia, quantas comissões temáticas tem, quem participa dessas comissões, que tipo de trabalho é analisado e como. E, na

hora do enfrentamento, da votação dessas matérias em plenário, que tivesse a cobertura, sem corte e sem edição.

### **3.3 Alcance e abrangência da TV da ALESP: da rede de cabos à rede legislativa digital**

É importante deixar claro que apesar da ALESP ter feito um contrato com a Fundação Padre Anchieta para montar e operar a sua TV, isto não implicou em qualquer tipo de parceria em relação à rede de transmissão da TV Cultura; o que significa dizer que a TV da ALESP estava restrita aos municípios servidos por rede de TV a cabo, aproximadamente setenta municípios<sup>59</sup> no estado e, nestes municípios, limitada aos assinantes da operadora de TV a cabo local. Dessa forma, a abrangência da TV da ALESP sempre foi uma questão na pauta de discussão da TV legislativa, aliás, não só no caso paulista, tendo em vista ser esta uma limitação da maioria das Casas Legislativas que ainda transmitem apenas através da TV a cabo.

Para complicar ainda mais o cenário do alcance das “ondas legislativas” estaduais, existe a figura do compartilhamento<sup>60</sup>, prevista em lei que trata da distribuição dos canais legislativos e que prevê canais exclusivos apenas para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados; no caso das Assembleias Legislativas, elas ficam obrigadas a compartilhar o sinal com as Câmaras municipais que queiram transmitir suas sessões plenárias ou, em vários casos como se verá em detalhes no capítulo quatro desta tese, criar uma estrutura de TV e transmitir programação local mais ampla.

Esta exigência<sup>61</sup> da lei explica o fato da TV da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que entrou no ar aproximadamente seis meses antes que a TV da ALESP, ter que passar a dividir o mesmo canal que, antes, era exclusivo. Como a lei determina, também, que as sessões plenárias

---

<sup>59</sup> Para relação completa dos municípios, ver sítio da ALESP na internet.

<sup>60</sup> Lei do Cabo, nº 8.977/95, artigo 23, alínea “b”.

<sup>61</sup> Há indícios de que a idéia do compartilhamento era contribuir para viabilizar a instalação de TVs legislativas municipais, porém, da forma como foi redigida e é interpretada, a lei tem um efeito restritivo sobre a autonomia das mesmas, gerando conflitos entre estas últimas e a TV da ALESP.

sejam transmitidas ao vivo e o horário das sessões plenárias nas duas Casas é o mesmo, para a cidade de São Paulo, que até hoje representa o maior percentual de assinantes de TV a cabo do estado e mais de um quarto dos eleitores, as sessões plenárias da ALESP não entram ao vivo, elas são gravadas e retransmitidas no período da noite, a fim de que as sessões plenárias da Câmara possam entrar ao vivo. Para os demais municípios com rede de TV a cabo e sem TV legislativa, a grade de programação da TV ALESP é transmitida integralmente e como se estivesse em rede, ou seja, ao mesmo tempo.

O que se pretende chamar atenção, aqui, é que não se deve deixar de considerar o impacto da abrangência restrita da TV da ALESP e das limitações geradas pelo compartilhamento como fatores que contribuíram para a rejeição inicial dos deputados paulistas à criação de um canal de TV que representava um significativo investimento e, ainda, com o risco da iniciativa ser duramente criticada pela Mídia, como de fato foi. Do lado dos deputados favoráveis à criação da TV, o principal argumento era o de que a transmissão via rede de cabo era uma exigência legal para colocar a TV no ar, mas, com o tempo, seria possível instalar outras tecnologias de transmissão, como ondas curtas através da locação de horário em redes comerciais, como fazia a Assembléia Legislativa de Minas Gerais; mais ainda, o objetivo deveria ser a concessão de canal de sinal aberto e começava a se falar em web TV.

Na realidade, apesar de já existir uma concessão aprovada e assinada pelo Ministério das Comunicações designando um canal de TV aberta exclusivo para a ALESP, com sede para instalação da torre no município de Jundiaí, com possibilidade de retransmissão para todo o estado; o sonho dos deputados paulistas de ter um canal aberto de TV ainda não se realizou, em função de questões burocráticas e, principalmente, dos investimentos<sup>62</sup> necessários para se colocar este tipo de TV em operação. Por outro lado, em junho de 2008, a Câmara dos Deputados

---

<sup>62</sup> Como, por exemplo, a necessidade de instalação de uma rede de retransmissão e repetição de sinais.



anunciou a criação de uma rede legislativa de TV digital, com previsão de entrada no ar até o final deste ano, o que vai colocar, definitivamente, um ponto final nos limites de alcance e abrangência da TV da ALESP que já transmite ao vivo pela internet.

### **3.4. Dança das cadeiras: novos presidentes da Casa, novos diretores na TV**

Como foi discutido no capítulo dois desta tese, um aspecto importante das TVs legislativas brasileiras diz respeito ao procedimento de indicação do diretor que é considerado como cargo de confiança e, neste sentido, de indicação pessoal do presidente da Casa, tendo em vista que as Casas legislativas têm um sistema de gestão presidencialista. Se pensarmos, mesmo com limites de ordem técnica, de gestão e política, nas potencialidades de comunicação oferecidas pela TV legislativa, é possível identificar o seu papel estratégico e, nessa medida, é fácil compreender porque cada novo presidente da Assembléia Legislativa tem um projeto específico para a TV e, para realizá-lo, o presidente convida um novo diretor para assumir o cargo. O mandato da Mesa diretora na ALESP é de dois anos e no período de 1996-2006, pelo qual passaram cinco presidentes, foram oito os diretores. No entanto, o mais surpreendente neste período nem é tanto a rotatividade no cargo de direção, o que já era esperado, mas o fato de que um presidente ter desativado a TV na sua gestão.

A decisão tomada pelo presidente Kobayashi<sup>63</sup> (PSDB) de fechar a TV da ALESP, para a qual existem diferentes versões, foi um tema que se mostrou delicado de ser abordado nas entrevistas com os ex-presidentes. De qualquer forma, é possível afirmar, com base nas falas dos entrevistados, que foram dois os principais fatores que teriam levado ao fechamento da TV, de um lado o seu alto custo e, de outro, a pressão dos deputados da base de apoio do governo

---

<sup>63</sup> Não foi possível entrevistar o deputado Paulo Kobayashi porque ele faleceu em 26/04/2005, um ano antes do início da realização do campo desta pesquisa.

estadual, ao qual a Mesa era ligada, no sentido de que a TV servia apenas como palanque eletrônico para a oposição

Na época a justificativa dele (deputado Kobayashi) foi custo, problema de orçamento. O orçamento que a Assembléia tinha não comportava os custos da TV, mas, na época, tinha também a pressão dos partidos da situação, que diziam que havia um exagero no uso da TV pela oposição, que a TV só servia à oposição porque eles (a oposição) é que ia ao plenário. Então, na época eu ouvi esses dois argumentos”. (Ex-presidente, deputado Sidney Beraldo, PSDB).

O presidente seguinte, o deputado Wanderlei Macris, também do PSDB, foi o responsável pela reabertura da TV e, segundo ele, mesmo constando do seu plano de governabilidade para a Assembléia, depois de eleito, o deputado relatou ter encontrado resistências entre seus pares; o projeto necessitava de recursos financeiros, de um profissional capacitado para a função e, acima de tudo, de muita habilidade política

Eu tive problema para reabrir a TV, existia um grupo de deputados que achava que a TV não era boa para os deputados porque expunha as deficiências, as fragilidades, os problemas internos, as disputas e podia ser uma medida que se voltava contra a própria população porque iria enfraquecer o Poder Legislativo. Eu pensava completamente diferente. Não existia hipótese de eu voltar atrás nessa minha decisão (de reabrir a TV), até porque fazia parte da minha campanha (para presidente da Casa) para democratizar a Assembléia e fui para a presidência e uma das primeiras medidas que tomei foi montar um grupo de estudo para rapidamente reabrir a TV.

O fato é que cada presidente, voluntária ou involuntariamente, buscou deixar a sua marca na TV durante a sua gestão, se o deputado Wanderlei Macris (PSDB) reabriu a TV; o deputado Walter Feldman (PSDB) declarou ter buscado profissionalizar a gestão, formalizando o cargo de diretor de TV no organograma da ALESP, construindo um estúdio e estabelecendo novas bases para o contrato com a Fundação Padre Anchieta, com o aumento de funcionários e equipamentos.

Quando o deputado Sidney Beraldo (PSDB) assumiu, a TV já estava no ar há mais de três anos e as reclamações continuavam, tanto dos deputados da base de apoio ao governo estadual, como de oposição e, para enfrentar este cenário de descontentamento crescente, o presidente que sucedeu o deputado Walter Feldman deu início ao desenvolvimento de “instrumentos de controle” de visibilidade dos deputados na “telinha”. O principal instrumento de controle consistia em planilhas, muitas vezes esboços precários, onde aparecia o nome do deputado, o partido, e o tempo de aparição no vídeo, quer fazendo discurso no plenário, ou como convidado em algum programa da grade.

Sem dúvida, era um instrumento de controle interno bastante rudimentar, no entanto, segundo o presidente que o implantou, o deputado Sidney Beraldo (PSDB), cumpriu um importante papel ao mostrar para os deputados que o problema não estava localizado na direção da TV ou nos seus profissionais, mas da dinâmica política do Parlamento, que envolve aspectos que vão desde o perfil do parlamentar, passando por sua trajetória profissional e política, até os embates políticos entre a base de apoio ao governo estadual e os deputados que fazem oposição que se reproduzem na ocupação do espaço no plenário

No começo nós tínhamos dificuldades, eu ouvia reclamação dos dois lados, a oposição dizendo que os deputados da situação tinham mais espaço e os parlamentares do governo diziam eu a oposição é que se utilizava do espaço. Daí, o que nós fizemos foi criar um critério e um controle, primeiro, em todos os programas nós teríamos as duas opiniões, da situação e da oposição. Então, havia uma preocupação de, ao compor os debates, toda a grade, termos representantes de todos os partidos. Além disso, nós fizemos, também, um controle de tempo de utilização (aparição na TV) dos deputados para que a gente pudesse ter uma idéia mais concreta disso. Daí, o que acontece é que a oposição acabava tendo um tempo maior mesmo, mas porque nos debates em plenário, quando tem a transmissão ao vivo e sem cortes, os deputados de oposição é que ocupam mais a tribuna. Ficou provado que não era um problema da TV, era um problema apenas da distribuição do tempo nos debates em plenário, onde a oposição fala mais mesmo e a TV não podia fazer nada.

A primeira vista, os controles de tempo de exposição na TV, introduzidos na gestão do deputado Sidney Beraldo (PSDB) pareciam ter equacionado a questão da relação dos parlamentares com a TV, já que em relação à dinâmica política do plenário no uso dos tempos regimentais pela oposição não havia muito a fazer. Porém, as reclamações, principalmente da base governista, persistiam, apesar da ordem expressa do presidente para que os convites para participar dos programas obedecessem a critérios políticos e todos os partidos estivessem representados; além da preocupação de abordar os temas que estivessem em discussão na Casa, ou que fossem de interesse público e de competência da Assembléia Legislativa, e dar espaço para que as opiniões divergentes se manifestassem.

O fato é que assistindo à TV ALESP o telespectador iria, realmente, perceber mais a presença dos deputados da oposição, e não só nas sessões plenárias, mas em toda a programação. Se isto não era permitido pela presidência da Casa, por que estaria acontecendo? Quais as razões que levavam os parlamentares da oposição a terem mais espaço na “telinha” da TV legislativa?

Uma das razões, até bastante simples, como ficou claro nas entrevistas com os profissionais da TV, é que existe um número significativo de parlamentares que simplesmente negam qualquer convite para participar na programação da TV. Segundo o chefe de redação da TV, que atua na TV da ALESP há mais de cinco anos como chefe de reportagem, esta situação levou ao desenvolvimento de mais um instrumento de controle de participação, o relatório de convites, no qual constam os parlamentares convidados, para quais programas, e as justificativas para as recusas. No fim, na opinião do chefe de reportagem, a questão da participação dos parlamentares na programação da TV está mais diretamente associada à necessidade de “vitrine” para aqueles parlamentares que publicamente são identificados como defensores de uma causa

A gente tenta fazer uma TV plural e muitas vezes reclamam, não os que querem ser ouvidos, mas os que não querem que os seus opositores sejam ouvidos. Essa reclamação chega mais na presidência da Casa e

na diretoria de comunicação e a gente tenta mostrar, através de relatórios, como a gente trabalha. A reclamação é legítima na democracia, então a gente mostra para a direção os deputados que forma convidados e os motivos alegados para não comparecer. A diferença é uma bandeira clara, seja ela de direitos humanos, de pena de morte, de privatização do sistema de saúde e outras tantas, mas ele defende com convicção. O Cel. Ubiratan, por exemplo, nunca perde uma oportunidade de falar sobre a chacina do Carandiru, ele poderia se esconder, mas acho que é uma bandeira para ele. O (deputado) Renato Simões e o (deputado) Ítalo Cardoso (ambos do PT) vêm falar sobre direitos humanos. A (deputada) Célia Leão, até pela condição dela (portadora de deficiência física), vem falar sobre os direitos dos deficientes. O (deputado) Milton Flávio, que agora não está mais na Casa, sempre vinha defender os interesses do Executivo.

Ainda sobre os critérios de convite aos parlamentares para participarem dos programas e as reclamações e recusas dos mesmos, uma diretora de programa da TV da ALESP chama atenção para um aspecto interessante que é o do confronto político. Segundo a diretora, existem parlamentares que evitam, seja no plenário ou nos estúdios da TV, o confronto direto com outros parlamentares de posições políticas antagônicas ou partidos em disputa

Os deputados pedem para participar, reclamam, falam e ai eles perguntam, mas quem está indo? Existem vários deputados que não gravam com outro no estúdio, nem no plenário. Isso é delicado, você tem que saber administrar isso, não tem jeito de, num canal de TV legislativo, fingir que não existe. Eu demorei uns dois anos para entender isso, esse trâmite de funcionamento.

O profissional que vai trabalhar em um veículo de comunicação do Poder Legislativo, que se configura como uma “mídia da fonte”<sup>64</sup>, enfrenta um processo de aprendizagem na prática porque não existe formação específica na área<sup>65</sup>. Por outro lado, os parlamentares também experimentam uma aprendizagem em relação ao meio de comunicação televisão e, como destaca um diretor da TV, o perfil do parlamentar e sua atuação profissional pregressa contribuem para o resultado final deste processo de relacionamento com as câmeras

---

<sup>64</sup> Para detalhes sobre a definição da TV legislativa como uma “mídia da fonte” ver capítulo 1, seção 1.6.

<sup>65</sup> O Senado Federal tem um instituto voltado para educação e formação na área legislativa. Existem alguns convênios com universidades para formação na área do que está sendo chamado de “jornalismo legislativo”.

Aqueles com origem no rádio se saem bem. Você pega um (deputado) Afanásio Jazzadi, na tribuna ele sabe falar direto com o telespectador. O convencimento na televisão faz parte de um aprendizado. Uns aprendem, outros não. A (ex-senadora) Heloísa Helena, por exemplo, vai bem na TV.

Ainda nesta linha do perfil do parlamentar como um dos principais fatores que determinam a sua relação com a TV legislativa, a gestora do contrato da TV da ALESP, uma das poucas funcionárias da Casa ligada à TV, afirma que existem dois extremos, os deputados que se recusam a aparecer em qualquer programa da TV, não importa o tema ou os convidados, e aqueles que aceitam participar de qualquer um, independentemente do tema e dos convidados

Tem quem não queira aparecer, você convida, convida e ele não vai nunca; esses também não reclamam. Acho que eles (estes deputados que recusam os convites) têm que poder ter essa decisão, ninguém tem que ser obrigado a aparecer. Uns adoram a TV, se você deixar eles querem vir todos os dias, você tem que dizer ‘deputado, hoje não dá, o programa já está completo’. E tem uns que gostam tanto do programa que, às vezes, o programa ‘vai cair’ (ser cancelado) porque não tem algum componente na mesa, pode ligar para aquele deputado que gosta que é certeza que ele vem; pode ser para debater o ‘sexo dos anjos’, ele vem, porque ele gosta, mas isso são pessoas que tem boa comunicação, para começar.

Esta seção foi uma tentativa de mostrar como os mandatos de presidente da Casa resultam em uma rotatividade dos diretores que, por sua vez, procuram fazer mudanças na gestão e deixar a sua marca, com efeitos sobre inúmeros aspectos da TV legislativa, entre eles a visibilidade dos parlamentares, que, por outro lado, também é determinada pelo perfil dos mesmos. Abaixo, o quadro 3.4.1 mostra a seqüência de presidentes da ALESP no período de 1996 a 2006 e a “dança das cadeiras”, na direção da TV. A próxima seção vai apresentar as principais mudanças dos diretores na grade de programação.

### Quadro 3.4.1

Presidentes da ALESP e Diretores da TV – de 1996 a 2006

Presidente	Partido	Período	Marca	Diretor	Período
Ricardo Trípoli	PSDB		Inaugurou TV	Fernando Coelho	
Paulo Kobayashi	PSDB		Fechou TV	Tereza Cristina	
Wanderlei Macris	PSDB		Reabriu TV	Ana Maria Paes Barreto	
Walter Feldman	PSDB			Sávio	4 meses
			Construção estúdio + contrato TV Cultura	James Rúbio	
Sidney Beraldo	PSDB		Controles de tempo de vídeo	James Rúbio	
Rodrigo Garcia	DEM		Mudança perfil grade	Olga Sérvulo e Olivier Micarelli	02/2006 a 06/2006
				Florestan Fernandes Jr. <sup>66</sup> ,	06/2006 a 06/2007

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

### 3.5. Grade de Programação da TV da ALESP: muitas variações, pouca inovação

É através da grade de programação, ou seja, do conjunto de programas que são transmitidos, de qualquer tipo de TV, seja ela comercial, pública ou institucional, que se constrói a identidade daquela TV. A grade de programação é definida, nesta pesquisa, como o conjunto de programas e vinhetas veiculados, independentemente destes serem de produção própria ou não, e se transmitidos ao vivo ou retransmitidos.<sup>67</sup>

Como já mencionado neste capítulo, a trajetória da grade de programação<sup>68</sup> da TV da ALESP não fugiu a de outras emissoras, na medida em que começou pequena, restrita às transmissões ao vivo das sessões plenárias, de segunda à quinta-feira, a partir das 14:00 horas e, com o tempo, foi incorporando outros programas televisivos de formato tradicional nas TVs

<sup>66</sup> O jornalista foi Diretor de Comunicação da ALESP, órgão responsável por toda a área de comunicação da Casa e ao qual a TV é subordinada, na gestão do presidente Walter Feldman (PSDB), período em que foi aprovada a iniciativa de construção do primeiro estúdio da TV.

<sup>67</sup> Não está entre os objetivos desta pesquisa a análise de conteúdo da programação.

<sup>68</sup> Todo o conteúdo veiculado pela TV da ALESP é de produção própria.

comerciais, como o jornalismo e as entrevistas. Por outro lado, a definição da grade e o conteúdo dos programas, desde o início da TV, sempre foi alvo de muita discussão e pouca regulamentação, conseqüentemente, a cada novo diretor, novas discussões sobre formato de programas, horários de transmissão e, assim, uma nova grade era colocada no ar, na maioria das vezes, sem preocupação em comunicar o telespectador das mudanças

Algumas vezes, grandes mudanças são introduzidas, cenário que pressupõe mais investimentos e gastos mensais; porém, outras vezes, as alterações são mínimas, apenas o nome e a vinheta do programa são alterados. De qualquer forma, novas diretorias acabam por representar novos gastos; porém, os grandes investimentos e os aumentos de custos fixos só ocorrem quando o diretor tem o apoio político incondicional e a anuência do presidente da Casa que, na realidade, foi quem o indicou para o cargo.

Neste sentido, é preciso levar em consideração o perfil do presidente já que alguns acompanham com maior proximidade a gestão da TV e influenciaram a configuração da grade de programação, por exemplo, ao determinar a inclusão de algum formato ou sugerindo pautas e apresentadores. Já outros presidentes simplesmente acatavam a proposta do diretor do momento e as mudanças iam acontecendo sem a menor transparência dos critérios envolvidos na definição dos novos programas, ou mesmo, na retirada do ar de outros. Este importante aspecto da TV legislativa, o perfil da programação, vai ser novamente discutido nesta tese, no capítulo 6, ao trazer a visão dos parlamentares entrevistados sobre o assunto.

Na realidade, a ausência de uma definição mais clara sobre o papel da TV legislativa colabora, e muito, para este cenário de grade de programação onde vale tudo, onde pode de tudo, desde programa que trata da trajetória política dos deputados e da sua vida pessoal, até documentários sobre personagens da história e da cultura paulista, passando pelas principais cidades e nomes de ruas da capital.



A divergência entre os profissionais em relação ao perfil da grade de programação é uma realidade, para uma diretora de programas, em referência a determinadas mudanças, estas caberiam mais em uma TV Educativa do que em uma TV Legislativa, em sua fala é possível perceber um tom irônico como se a nova direção não achasse legítima a produção de programas voltados exclusivamente para o trabalho legislativo

Hoje fazer um programa significa ‘vamos fazer um programa legal, sobre ruas de São Paulo, sobre monumentos de São Paulo porque é legal, é bacana’. Tiramos programas do ar que são importantes para os deputados, volto a dizer que eu acho que o deputado é o principal foco da TV legislativa. Programa de cultura todos fazem. A TV Cultura tem vários e as outras vão fazer muito melhor que nós porque nós não temos a estrutura. Então, quando pensamos em criar programas, nós sempre pensamos em criar programa onde pudesse mostrar o que é feito dentro da Casa; vamos fazer um programa que desvende o que é uma CPI, o que está sendo discutido nas audiências públicas, vamos traduzir as audiências para a população.

No entanto, o diretor da TV da ALESP em apenas três meses fez mudanças que, normalmente, demoram cerca de um ano o que se justifica em função da sua autonomia frente à Mesa diretora e do grande prestígio profissional que desfrutava, assim, ele transitava pelos mais diferentes partidos. O diretor sabia exatamente qual o perfil de TV legislativa que ele colocaria no ar que, para ele, deveria ser uma TV mais ágil e com maior diversidade de conteúdo do que apenas o trabalho legislativo

Ele (o presidente) não interferiu em nada. Não falou ‘quero que tire esse, quero que ponha aquele’ (programa). Eu tenho uma preocupação em fazer a TV mais ‘ao vivo’ porque ela é toda gravada, perde agilidade por isso. Quero fazer uma programação o máximo possível ao vivo. Vou fazer um jornal ao meio-dia. O ‘Jornal do parlamento’ é muito pesado para o telespectador, pode até ter uma função maior para o parlamentar, mas mesmo assim ele já passou o dia inteiro em discussões e plenário e mesmo eles (parlamentares) não têm interesse em assistir a um jornal contanto o dia do Parlamento. O parlamentar chega na Casa ao meio-dia. Eu posso usar as matérias da TV Câmara dos Deputados, da TV Senado, da TV Cultura e as produzidas aqui. A idéia é nova, vou fazer um mix de notícias do estado, do país e da Assembléia. Inclusive dando serviços como o tempo, o trânsito e o movimento nos aeroportos. Também com notícias do interesse da comunidade, vai vir alguém do Procon para falar sobre defesa do consumidor, vem um médico falar sobre saúde”.

O consultor em Comunicação, Max Alvim, participou de diferentes momentos da TV legislativa brasileira, nas suas três esferas, federal, estadual e municipal. Na esfera federal, Max Alvim foi contratado pela Câmara dos Deputados, em 2003, para realizar um estudo de avaliação da TV, que estava com aproximadamente sete anos de funcionamento, e propor um projeto para incrementá-la. A relação direta do consultor Max Alvim com uma TV legislativa estadual e municipal ocorreu no estado de São Paulo, a TV da ALESP e a da Capital<sup>69</sup>, ambas em seu momento mais delicado que foi o de recolocá-las no ar após períodos de fechamento por presidentes das respectivas Casas.

Para desenvolver o projeto da TV da Câmara dos Deputados, o consultor Max Alvim e sua equipe estudaram as TVs legislativas no Brasil e a experiência internacional. No caso brasileiro, para o consultor, chama atenção a falta de debate e de transparência na criação destas TVs, como se o simples ato de criar a TV fosse suficiente para que ela venha a cumprir o seu papel que deveria ser, ainda segundo o consultor, o de cobrir a intensa atividade do Poder Legislativo na perspectiva do cidadão, ou seja, com base no interesse público e não nos interesses da instituição, mas que, em momento algum foi discutido publicamente

Para começar, eu entendo que o processo de criação das TVs legislativas no Brasil aconteceu de forma abrupta, algo bem da característica nacional. Não aconteceu um projeto, só houve uma discussão se iria ter a TV ou não e, daí, alguém vai lá e sanciona uma lei; assim, da noite para o dia, cria-se uma televisão. Cria-se a TV, mas não cria a cultura de ter uma televisão legislativa. O que aconteceu é que em uma ‘canetada’ ficou decidido ter a TV; reuniram-se grupos, em todas as Casas, que tinham afinidade com o tema e começou a TV. Pelo que eu sei, e nenhum caso, se criou um projeto para a TV, apenas criou-se a TV”.

Considerando as questões colocadas por esta tese, cabe destacar um aspecto da máxima importância que o consultor Max Alvim aponta para definir o perfil da programação de uma TV legislativa, o interesse público e não o interesse da instituição, apesar da TV legislativa brasileira

---

<sup>69</sup> Para detalhes sobre a TV Câmara de São Paulo, ver capítulo quatro desta tese.

ser diretamente vinculada e financiada pelo Poder Legislativo ela deveria, ainda segundo o consultor, estar voltado para os interesses do cidadão

A minha opinião sobre TV legislativa está associada a isso: o papel de uma TV legislativa é cobrir o Legislativo. Sou a priori contra o entendimento de alguns diretores que pensam de outra maneira, sou a priori contra se dedicar a cobrir o dia-a-dia da cidade onde está o Poder Legislativo, outras emissoras fazem a cobertura do dia-a-dia do cidadão muito melhor. Uma TV legislativa tem material muito rico para cobrir dentro do próprio Parlamento, seja o Congresso, a Assembléia ou uma Câmara Municipal; o volume de informação, de conteúdo é imenso, as TVs nem dão conta. Na minha opinião o foco tem que ser o Legislativo, mas na perspectiva do cidadão. Eu que estou lá como TV (legislativa) cobrindo aquele universo tenho que fazer a cobertura com o olhar do cidadão. A TV tem que colocar o interesse público acima de tudo, não o interesse de uma corporação que, muitas vezes, está subordinada aos interesses políticos de partidos, não importa se conservador ou progressista, o fato é que pode estar conduzindo a TV para aquela famosa “TV chapa branca”, que é uma TV que passa de TV de interesse público para TV corporativa, preocupada em cobrir interesses institucionais.

Segundo um chefe de redação da TV ALESP, o papel do jornalismo de uma TV legislativa deveria ser o de informar o cidadão quando ainda é possível algum nível de participação neste no processo de discussão e votação dos projetos de lei e esta seria a grande contribuição; diferentemente da TV comercial que divulga apenas a atividade do plenário, quando já não se pode fazer mais nenhum tipo de interferência, apenas acompanhar a formalização final do processo. Nesta direção, o chefe de redação aponta mudanças que considera significativas, implantadas em uma das gestões da TV da ALESP, a fim de inverter esta lógica, buscando formatos e mecanismos com o objetivo de pelo menos antecipar a divulgação de datas de reuniões, como as audiências públicas, onde a sociedade civil poderia, efetivamente, tomar parte

O processo (legislativo) começa quando ele é apresentado e ele vai sendo discutido nas comissões e é nessa hora que a população deveria participar. A imagem do plenário pode ser bonita, discursos, às vezes galerias cheias, mas ali já é o fim do processo. Principalmente esta nova diretoria tem uma preocupação em divulgar as audiências públicas e estamos veiculando uma convocação da Comissão de Orçamento

para a população das regiões chamando para a importância da participação. Então, isso a gente procura reforçar. Há uma diferença entre anunciar e anunciar com ênfase. Hoje, a gente anuncia com ênfase.

Na tentativa de melhor compreender a composição da grade, foi elaborada uma categorização dos programas que foram classificados em sete categorias, de acordo com o formato e o conteúdo predominante do mesmo. Estas categorias são construções teórico-metodológicas e, dessa forma, contém limitações. Do total de dezenove programas que compõem a grade, apenas três foram classificados como categoria “legislativo”, na medida em que fazem a cobertura de atividades consideradas típicas do Poder Legislativo, como as sessões plenárias, ou porque tratam de assuntos diretamente ligados ao trabalho legislativo e ao posicionamento dos deputados.

Também são três os programas classificados como de “debate” e todos contam com a participação de deputados, sendo que em dois deles, o ‘Questão de Ordem’ e o ‘AL em Debate’, existe a preocupação dos produtores do programa em levar deputados com posições antagônicas e para o segundo programa, além dos deputados, também são convidados representantes da sociedade civil. O terceiro programa da categoria “debate no quadro”, o ‘Em Discussão’, leva o deputado autor de um projeto de lei em tramitação e representantes da sociedade civil com militância na área com o objetivo de colaborar para o aprimoramento do projeto, antes dele ser colocado na pauta das votações.

Na categoria jornalismo, a grade da TV da ALESP tem dois programas, o ‘AL Manhã’, transmitido ao vivo, de segunda à sexta-feira, ao meio-dia, e o ‘Jornal do Parlamento’ que fala dos principais acontecimentos da Assembléia Legislativa de São Paulo daquele dia, também diário, com transmissão às 22:30 horas.

Os documentários, todos de produção própria, ocupam espaço significativo na grade da TV da ALESP, totalizando quatro programas, sendo que, de alguma forma, todos tratam de temas e personagens da história do estado de São Paulo e da sua capital. O programa ‘Em Cena’, também de produção própria, é o único programa na grade da TV da ALESP definido pelos próprios profissionais da TV como de conteúdo cultural, e apresenta um formato misto, preocupando-se em mesclar entrevistas e reportagens.

A categoria ‘diverso’ engloba, na realidade, uma gama de programas, no total de cinco, que vão de reportagens que divulgam o trabalho de entidades não-governamentais, ‘De Gente para Gente’, debates sobre temas de saúde com deputados médicos e especialistas convidados, passando por um programa que tem como objetivo analisar a atuação da Mídia, intitulado ‘Quarto Poder’, até um programa que apresenta o perfil dos deputados, o ‘Auto-Retrato’.

Na grade de programação da TV da ALESP, apenas um único programa foi concebido para ser um espaço reservado para a manifestação da sociedade civil, o ‘Assembléia Popular’. Considerando o caráter de novidade e o impacto que esta iniciativa poderia representar para a democratização e ampliação da esfera pública, esta pesquisa buscou meios para estudar o programa em maior profundidade, como discutido na seção mais adiante. Abaixo, o quadro 3.5.1 apresenta os programas da TV ALESP divididos por categorias.

**Quadro 3.5.1**  
Grade de programação da TV ALESP

<b>Categoria</b>	<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
Legislativo	EM PLENÁRIO	Transmissão ao vivo dos trabalhos no Plenário, permitindo assim que o cidadão acompanhe em tempo real os trabalhos dos parlamentares.
Legislativo	AGORA É LEI	Uma lei aprovada pelo poder legislativo é discutida com representantes que são diretamente envolvidos no tema, com o objetivo de dar maior transparência à viabilização do cumprimento daquela determinada lei.
Legislativo	POR DENTRO DA POLITICA	Entrevistas com deputados estaduais sobre a sua atuação parlamentar e seus posicionamentos na política do Estado.
Debate	QUESTÃO DE ORDEM	Debates com deputados que possuem visões antagônicas sobre diversos temas. Semanal, à noite.
Debate	AL DEBATE	Programa de debates, ao vivo, entre deputados e representantes de diversos setores da sociedade sobre temas de interesse público.
Debate	EM DISCUSSÃO	O programa consiste em promover uma discussão entre o autor de um projeto de lei em tramitação e três diferentes representantes da sociedade, com objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do projeto. Semanal, à noite
Jornalismo	AL MANHÃ	Ao vivo. Apresenta as principais notícias da Assembléia e do país, com entrevistas de especialistas em diversos assuntos e com os deputados. Informa a agenda diária da Assembléia, com os temas que vão ser debatidos no Plenário e nas Comissões, boletins do trânsito e meteorológico. Diário, ao meio-dia.
Jornalismo	JORNAL DO PARLAMENTO	Principais acontecimentos do dia na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, de segunda-feira à sexta-feira, 22:30 h.
Documentário	RG PAULISTA	Documentário de produção própria sobre personagem que contribuiu, de alguma forma, para a historia do Estado de São Paulo.
Documentário	AL DEPOIMENTO	Documentário de produção própria sobre diferentes temas considerados relevantes e importantes para a cidade e o estado de São Paulo. Veiculação indefinida.
Documentário	TODOS OS PAULISTAS	Documentário de produção própria. Uma série em dez capítulos que pretende criar um perfil do Estado de São Paulo.

Continua.

**Quadro 3.5.1 (cont)**  
Grade de programação da TV ALESP

<b>Categoria</b>	<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
Documentário	NOME DA RUA	Documentário de produção própria que possibilita aos cidadãos conhecerem os personagens, datas e eventos históricos registrados nas placas de ruas da cidade de São Paulo.
Cultural	EM CENA	Programa de arte e cultura, com entrevistas e reportagens de bastidores dos shows, espetáculos e cinema. Gravado. Semanal, à noite.
Diverso	AUTO-RETRATO	Programa que apresenta o perfil dos deputados, através de depoimentos do próprio parlamentar, de familiares e amigos, é construída sua trajetória política, seu trabalho, sua vida profissional e pessoal.
Diverso	DE GENTE PARA GENTE	Reportagens que visam mostrar os trabalhos das organizações não governamentais.
Diverso	SAÚDE & VIDA	Um programa de debates entre especialistas em saúde e medicina, que conta com a participação da bancada médica da Assembléia Legislativa e o telespectador pode participar com perguntas enviadas por fax ou e-mail.
Diverso	QUARTO PODER	Um programa onde dois deputados e dois jornalistas analisam a cobertura da Mídia, sob mediação de repórter da Casa.
Diverso	ARENA LIVRE	O programa se desenvolve em torno de uma personalidade, de um tema em destaque, uma resposta a ser dada à sociedade. O “Arena Livre” é um programa gravado e apresentado por três deputados entrevistando a personalidade do dia, com mediação de repórter da equipe da TV. Programa semanal, à noite.
Sociedade Civil	ASSEMBLÉIA POPULAR	Programa gravado nas dependências da Assembléia Legislativa de São Paulo para que cidadãos se manifestem sobre os assuntos de interesse da coletividade. O programa vai ao ar todos os sábados às 12:00h.

Fonte: sítio da Assembléia Legislativa de São Paulo na internet, acessado em maio de 2008.

### **3.5.1. O caso do programa “Assembléia Popular”**

Como descrito no quadro 3.5.1 acima, o programa ‘Assembléia Popular’ é o único espaço na grade de programação da TV ALESP destinado exclusivamente à sociedade civil e ao

cidadão para o exercício do direito de manifestação, definido no sítio na internet da Assembléia Legislativa paulista como uma tribuna livre

dentro do espaço da Assembléia Legislativa de São Paulo, para os cidadãos que queiram se manifestar sobre assuntos do interesse da coletividade. Acontece sempre às quartas-feiras, das 12h00 às 13h00, no Auditório Franco Montoro. É assegurado o uso da palavra a todos os cidadãos que fizerem inscrição no dia e local da gravação. Os inscritos obedecem à ordem seqüencial e podem expressar-se pelo período máximo de dez minutos, sobre temas de interesse da população. A gravação é levada ao ar aos sábados, às 12 horas.

Cabe destacar, no entanto, que a iniciativa para a criação do programa ‘Assembléia Popular’<sup>70</sup> não foi de nenhum diretor da TV, e sim do deputado Ênio Tatto (PT). A necessidade de inscrição prévia, meia hora antes do início da gravação e a exigência de que o programa seja apresentado na íntegra, sem cortes ou edições, uma fala após a outra, e o representante inscrito é apresentado pelo secretário do Departamento de Comissões ou por qualquer deputado presente, são algumas das principais normas que definem a formatação do programa<sup>71</sup>.

Tendo em vista a natureza do programa, que abre espaço para o cidadão na grade da programação de uma TV, mesmo que ela seja um canal legislativo com transmissão para assinantes de TV a cabo, o programa consiste em uma iniciativa inovadora e que busca garantir o acesso ao chamado ‘direito de antena’. Neste sentido, inúmeras questões se colocam, das mais simples às mais complexas. Quantos programas já teriam ido ao ar? Existiria alguma forma de divulgação do programa, afinal, como as entidades ficam sabendo da existência desta ‘tribuna livre eletrônica’? Em relação ao apresentador do programa, como este era escolhido e qual o seu papel no programa? Poderia haver repetição de entidades em diferentes programas e, em caso afirmativo, existiriam entidades que ocupavam o espaço com mais freqüência? E quando não havia inscritos em número suficiente para completar os sessenta minutos do programa, o que

---

<sup>70</sup> Criado a partir da Resolução nº 839, de 14/12/2004, que dispõe sobre as normas e regras do programa.

<sup>71</sup> O programa “Assembléia Popular” entrou no ar em fevereiro de 2005 e permanece na grade (maio de 2008).



acontecia? E, ao contrário, qual era o procedimento quando existia um número maior de inscritos do que o tempo do programa? Por que o deputado Ênio Tatto (PT) teve a iniciativa de criar o programa, ele havia se inspirado em alguma outra experiência?

Algumas das indagações foram facilmente respondidas a partir de três procedimentos, uma consulta à Resolução nº839 que criou o programa, uma entrevista com o secretário do Departamento de Comissões e uma entrevista com o deputado Ênio Tatto (PT)<sup>72</sup>, autor da Resolução; outras, no entanto, demandaram um trabalho mais extenso de levantamento nos arquivos do Diário Oficial da Assembléia Legislativa.

A questão do tempo de duração do programa, limitada a sessenta minutos, e o número de inscritos para fazer uso da palavra, que pode ser de até no máximo dez minutos por inscrito, é equacionada da seguinte forma, quando existe um número menor de inscritos do que a duração do programa, o programa terá uma duração menor, ou seja, cada inscrito continuará tendo direito a dez minutos de fala no máximo. Por outro lado, quando o número de inscritos ultrapassar o tempo total do programa, os últimos inscritos, já que o critério para fazer uso da tribuna é a ordem de inscrição, aberta trinta minutos antes do início da gravação do programa, serão os primeiros da gravação do programa subsequente. Ainda de acordo com a Resolução nº 839, o programa só será gravado às quartas-feiras e quando esta coincidir com feriado não haverá gravação naquela semana, nem apresentação no sábado.

O apresentador do programa tem a única e exclusiva função de anunciar o nome do representante ou cidadão que fará uso da palavra, sem nenhuma atribuição ou autonomia para fazer censuras às falas. Muitas vezes, o apresentador é um deputado e, quase sempre, o deputado Ênio Tatto (PT), simplesmente porque ele aparece no horário da gravação, também a deputada Anna Maria Martins (PC do B) costuma ser vista na gravação dos programas. Outras vezes,

---

<sup>72</sup> Ainda no exercício do mandato.

nenhum deputado aparece e o secretário do Departamento de Comissões é o encarregado formal de organizar as inscrições, de controlar o tempo dos discursos e de fazer a apresentação do programa.

Segundo o deputado Ênio Tatto (PT), a inspiração para a criação do programa foi principalmente a percepção de que, apesar do lema da Assembléia Legislativa ser a “Casa do Povo”, ele não reconhecia naquela Casa nenhum espaço para manifestação do povo, fosse ele um cidadão comum ou um prefeito ou vereador que visitava a Casa proveniente de algum município distante. O deputado Ênio Tatto (PT) sabia da existência de um programa na TV Câmara de São Paulo, mas, para o deputado, os formatos e os princípios que norteavam os dois programas eram completamente diferentes. Ainda segundo o deputado, foi preciso superar a resistência inicial de alguns deputados que não aceitavam a idéia de que lideranças e cidadãos sem mandato de deputado tivessem espaço para manifestação naquela Casa Legislativa para a qual eles tinham sido eleitos

Eu cheguei aqui no meu primeiro mandato (2002) e aqui tem um lema que a Assembléia é a ‘Casa do Povo’ e o que eu percebi é que quem tem a palavra, a vez e a voz é só o deputado. Justamente, o deputado é o representante do povo, mas, aqui, circulam de duas a três mil pessoas por dia! E eu percebi que não tinha nenhum espaço para esta população se comunicar, protestar, sugerir, colocar as suas idéias publicamente. (...) Num primeiro momento alguns deputados começaram a colocar que para falar na Assembléia Legislativa a pessoa tinha que ser filiada a algum partido, se eleger e adquirir aquela carteirinha vermelha do deputado, mas, aos poucos, eu fui convencendo e colocando a necessidade de ter esse espaço para a população. Por quê? Porque a pessoa vem lá do bairro, do movimento sindical e ela quer falar sobre o seu movimento. O vereador, o prefeito, eles viajam quinhentos, seiscentos quilômetros, eles vêm aqui falar com o seu deputado e eles gostariam de se pronunciar.

No entanto, as questões de interesse central para esta pesquisa continuavam em aberto. Quais entidades usavam a ‘tribuna livre eletrônica’? Qual o perfil do cidadão que se dirigia à Assembléia Legislativa em uma quarta-feira, no horário do almoço, para gravar uma manifestação pública em um programa de uma TV legislativa? Seriam as entidades sempre as

mesmas ou existiria um amplo leque de participações? Na realidade, estas se mostraram, também, as questões mais difíceis de serem respondidas.

Na tentativa de respondê-las, decidi, como primeira aproximação, acompanhar a gravação do programa por um mês consecutivo, ou seja, um mínimo de quatro programas, mas, após o segundo, já foi possível perceber que grande parte dos representantes das entidades presentes se conhecia e que o clima das gravações era bastante informal e cordial; inclusive com manifestações de aplausos depois dos discursos e cumprimentos na volta à platéia. Porém, uma coisa era a constatação visual de que as lideranças se conheciam e, outra bem diferente, seria afirmar que existia uma significativa repetição nas entidades que participavam do programa. Para tanto, seriam necessárias evidências que mostrassem, de alguma forma, quais as entidades presentes nos programas.

O departamento de imprensa da Assembléia Legislativa, mais especificamente o setor responsável pela edição do Diário Oficial da Casa determina que, na sua edição de quinta-feira, seja publicada foto dos representantes e o resumo dos discursos, conforme anexo 4 desta tese. O responsável informou que esta não é uma determinação que consta da Resolução, mas como é uma atividade que tem lugar na Casa, o programa deve ter a divulgação do jornal<sup>73</sup>.

O quadro 3.5.2 abaixo mostra o cálculo da média de entidades e cidadãos que participaram do programa ‘Assembléia Popular’ durante o ano de 2005, que foi de 13,4 participantes por programa, no total de quarenta e dois programas analisados.

---

<sup>73</sup> Nem o setor de imprensa, nem a biblioteca da ALESP tinham, até o momento da finalização desta tese, arquivo em formato digital do Diário Oficial, assim, foi preciso fazer o levantamento nos arquivos da biblioteca.

**Quadro 3.5.2**  
Média de Entidades por programa “Assembléia Popular”

<b>Entidades</b>	<b>Nº de Programas</b>	<b>Média</b>
564	42	13.4

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

Porém, o ponto crucial era identificar as quinhentas e sessenta e quatro entidades ou cidadãos que tinham tomado parte no programa, ou seja, não bastava fazer uma simples contagem dos participantes, era preciso identificá-los com precisão para, em seguida, calcular quantas vezes cada um deles se repetia, em algum outro<sup>74</sup> programa, no período estudado. Assim, após a identificação dos participantes, foi feita uma contagem com o objetivo de excluir as repetições, com base na qual se obteve o total de cento e noventa e sete (197) participações, número sem dúvida significativo, mas bem diferente dos quinhentas e sessenta e quatro (574) da somatória geral<sup>75</sup> de todos os programas do período, o que dá uma taxa de 2,9 repetições por programa.

Por fim, já que havia se constatado uma taxa significativa de repetição dos participantes, seria interessante, então, investigar quais os dez participantes, independentemente de ser entidade ou cidadão, que mais vezes teriam participado no período estudado, dessa forma, foi feita nova contagem com o objetivo de identificar estes participantes. Como apontam os dados do quadro 3.5.3 abaixo, dos dez participantes que se apresentaram mais vezes no programa ‘Assembléia Popular’, somente dois podem ser identificados como cidadãos; mesmo assim, um inscreveu-se como militante de um partido político e outra como delegada de polícia aposentada, os outros oito participantes inscreveram-se em nome de entidades.

---

<sup>74</sup> A ordem da repetição, se no programa seguinte ou em outros, não foi levada em consideração, apenas o número de vezes que a entidade fazia uso do espaço de manifestação disponibilizado pelo programa.

<sup>75</sup> Incluindo as repetições.

A partir do levantamento realizado, cabe ressaltar, para além do mérito da iniciativa do deputado Ênio Tatto (PT) para democratizar o acesso aos meios de comunicação, demanda antiga dos movimentos sociais, falta divulgação do programa, para o qual não é feita nenhuma chamada especial durante a programação da TV; chama atenção, também, o fato do programa ser completamente desconhecido de um diretor da TV, três meses após sua posse.

### Quadro 3.5.3

Dez entidades ou cidadãos que mais vezes participaram do Programa “Assembléia Popular”  
Período de 10/03/2005 a 13/04/2006

<b>Códigos</b>	<b>Entidades ou cidadãos</b>	<b>Nº. vezes</b>
1	Grêmio Sociedade Esportiva Recreativo Sudeste	36
2	Núcleo de Apoio a Pais e Alunos	35
3	Mov. pelos Direitos da População em situação de Rua de São Paulo	32
4	Mov. Com. de Olho na Escola Pública	31
5	Instituto Educa São Paulo	30
6	Delegada de Polícia Aposentada	27
7	ONG Embu-Guaçu em Ação	27
8	Militante do PSB	14
9	Mov da Sociedade Cidadania Balneário	14
10	Sindicato dos Delegados de Policias do Estado de São Paulo	10

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

### 3.6. Estrutura e orçamento da TV da ALESP

O objetivo desta seção é descrever a estrutura da TV da ALESP e a verba disponível para produzir e colocar no ar a sua programação; afinal, não é pouca coisa, como vimos neste capítulo, são dezenove programas diferentes, que vão desde a cobertura dos trabalhos em plenário, passando por programas de jornalismo, cultura e documentários, até a cobertura audiências públicas regionais para discussão do orçamento do estado,

Em 2006, uma jornalista, com extensa experiência jornalismo televisivo e produção e direção de documentários, veio para a TV da ALESP com a missão de “repaginar” o jornalismo e fazer parte de um grupo de discussão para pensar uma nova grade de programação. Segundo a

jornalista, as mudanças implantadas nos últimos dois anos foram positivas no sentido da qualidade do conteúdo e do cumprimento da missão da TV legislativa, em sua opinião, uma TV pública. No entanto, a dimensão das mudanças implicava em uma estrutura de equipamentos e recursos humanos que a TV ALESP não dispunha e, para complicar, não tinha previsão no novo contrato com a Fundação Padre Anchieta que tinha sido assinado recentemente

De verdade, existem poucos recursos para fazer uma (nova) grade ousada como esta. O contrato com a TV Cultura (com a Fundação Padre Anchieta) ainda é feito sem cuidados. Neste ano, por exemplo, acho que foi feito ao contrário, ou seja, foi assinado antes de se ter definido qual a programação que estava planejada. Qual a TV que queremos e os quais os recursos necessários? Qual o preço desses recursos? Não, foi tudo ao contrário; quando o Florestan entrou o contrato estava na reta final, até porque tinha prazo, e foi muito mal feito. Agora, a gente sofre com a falta de recursos.

Em relação ao equipamento da TV da ALESP, parte pertence à Fundação Padre Anchieta e parte é patrimônio da Casa. Para a gestora do contrato da Assembléia com a Fundação<sup>76</sup>, esta situação explica-se em função da obsolescência tecnológica na área de comunicação e da terceirização, na realidade, segundo a gestora, é o modelo que mais facilmente viabiliza o funcionamento de uma TV dentro de uma Casa Legislativa e que o levou a ser copiado por outras Casas Legislativas com projeto de TV

O modelo adotado aqui em São Paulo, depois levou muita gente a implantar a TV (legislativa). O nosso modelo de terceirização total, equipamentos e funcionários, animou muita gente porque se mostrou viável, bastava criar uma dotação orçamentária e fazer o contrato. No nosso caso, foi melhor ainda porque a TV Cultura é gerida por uma Fundação e isso dispensa a gente de processo de licitação. No início, a gente tinha contratado o serviço de equipamento, pessoal, satélite e web link. Depois, houve uma decisão da Mesa, com base em um levantamento, que valeria mais a pena a Casa comprar os equipamentos para captação e edição, a parte de transmissão ainda pertence à Fundação; mas é provável que também esta parte a gente vá comprar, estamos dependendo de uma decisão da Mesa.

---

<sup>76</sup> A lei de licitações desobriga órgão do estado a fazer licitação para obras e serviços no caso de contratação de Fundação sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Padre Anchieta.

Ainda segundo a gestora do contrato da TV da ALESP com a Fundação Padre Anchieta, a TV conta com aproximadamente setenta profissionais, entre produção, redação, câmeras e arquivistas, sendo que alguns, ela não soube precisar exatamente quantos, são funcionários concursados da Casa, como ela própria<sup>77</sup>. Em relação à verba destinada à TV, como de resto em outras Casas Legislativas, não existe uma dotação orçamentária específica para a TV e, assim, as despesas relativas à mesma saem do item ‘divulgação do trabalho parlamentar’ que, por sua vez, engloba toda a parte de imprensa e de comunicação social da Casa, como os gastos com gráfica e eventos. Apesar da gestora do contrato da TV não saber especificar o orçamento do item ‘divulgação do trabalho parlamentar’, ela sabe o valor aproximado destinado à TV, em torno de R\$ 6 milhões por ano, valor que, segundo o presidente Rodrigo Garcia (DEM) é o segundo maior item da Casa, perdendo apenas para “despesas com pessoal”.

Uma última questão que merece destaque é a que trata do Conselho Editorial da TV da ALESP, um conselho cuja atribuição é acompanhar e controlar a gestão da TV, tanto em relação ao aspecto financeiro, administrativo, da política de investimentos, quanto da linha editorial. Apesar deste conselho ter sido defendido por todos, profissionais e ex-presidentes entrevistados, ele não existe na prática, seus membros nunca foram nomeados, nem houve qualquer reunião.

Aqui (na ALESP) nós criamos a figura de um Conselho que nunca saiu do papel, que eu acho que seria o mais adequado; teria que ser um representante da presidência, um das secretarias (da Mesa), mais o diretor de imprensa porque todos os órgãos de comunicação da Casa têm que estar numa integração maior. É este Conselho Editorial que deveria traçar as metas de como deveria ser o formato. O que eu acho é que se dá uma autonomia muito grande para um diretor de jornalismo que passa a exercer o cargo.... Ele começa a ser meio dono da TV, o que não está certo. Se o deputado não é o dono, muito menos o diretor de jornalismo”.

---

<sup>77</sup> A função de gestor do contrato da ALESP com a Fundação precisa ser, necessariamente, um funcionário concursado da Casa, no entanto, este é um cargo de confiança, para o qual o servidor é nomeado pelo presidente da Mesa.

A estrutura da TV da ALESP, complexa como a de qualquer outro canal de televisão, não aparece formalmente no organograma da Assembléia Legislativa e, em termos gerais, pode ser dividida em três grandes áreas, redação, produção e técnica. A área de redação responde por todo o conteúdo da programação, do jornalismo aos documentários, compreende desde a definição de pauta, dos convidados e a direção dos programas. A área de produção, como sugere o nome, trabalha na realização dos programas, como convidar os participantes, reservar estúdio e agendar equipes para gravações. A logística da utilização, montagem e manutenção dos equipamentos, necessária para desenvolver as atividades de gravação, edição e transmissão, que exigem treinamento específico, já que muitas das tarefas envolvidas nesta área oferecem risco e são de alto custo, são funções desempenhadas pela área técnica. A estrutura funcional da TV da ALESP compreende três chefias, a de redação, a de jornalismo e a de reportagem que respondem diretamente ao diretor. Por sua vez, o diretor da TV está subordinado ao diretor do Departamento de Comunicação da Casa, também um cargo de confiança, responsável pela administração da rubrica 'divulgação do trabalho parlamentar'.

### **3.7. Considerações Finais**

Este capítulo apresentou um estudo de caso sobre a TV da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, entre as experiências pioneiras do país, onde se busca investigar os principais aspectos de uma TV legislativa, como definido nesta tese, a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão adotado. Como a criação de uma TV não é uma obrigatoriedade nas Casas Legislativas, a instalação da TV ALESP dependeu de decisões e articulações políticas dos parlamentares e a iniciativa, inicialmente, sofreu resistências.



O alcance e a abrangência do sinal da TV são relativamente restritos porque ainda dependem da tecnologia de transmissão a cabo para assinantes, presente somente em cerca de setenta municípios do estado, mas também contam com a TV pela internet. A exigência legal do compartilhamento do sinal com a TV Câmara Municipal de São Paulo tem como efeito a divisão na grade para os assinantes da capital que assistem às gravações das sessões plenárias no período noturno, já que, à tarde, a lei exige que entre no ar o plenário da Câmara Municipal.

A discussão sobre a rotatividade dos diretores, cargo de confiança do presidente da Casa, mostra a descontinuidade administrativa e a ausência de um projeto para a TV que sobreviva às diferentes gestões, no total de sete no período de dez anos, e a cada novo diretor, novas mudanças ocorriam na estrutura e programação.

A questão da visibilidade dos parlamentares na TV, sempre polêmica, mostra-se associada a três aspectos principais, o perfil do parlamentar, a sua atuação, se ele é identificado com alguma causa, e os conflitos e embates políticos, por exemplo, entre a base de apoio ao governo estadual e a oposição que busca ocupar os espaços de manifestação regimentais no plenário e, também, dos programas da grade. Mesmo que precário, a direção da TV desenvolveu um instrumento de “controle de tempo” na tentativa de mostrar aos deputados que a ocupação do espaço na TV é resultado mais da atuação e da disponibilidade dos deputados, do que de uma decisão parcial dos profissionais.

A análise comparativa das grades de programação ao longo de dez anos de existência da TV aponta para a ausência de critérios claros na definição dos formatos dos programas que não se limitam à cobertura do trabalho legislativo típico, como a atividade do plenário e das comissões, assim, é possível assistir a reuniões itinerantes da comissão de orçamento e programas de entrevistas, até documentários com produção própria. Com o objetivo de traçar o perfil da grade de programação da TV ALESP, foi feita uma tipologia dos programas que foram classificados em

sete categorias, de acordo com o formato e o conteúdo predominante dos mesmos, “legislativo”, “debate”, “jornalismo”, “documentário”, “cultural”, “diversos” e “sociedade civil”.

Por iniciativa do deputado Ênio Tatto (PT), desde 2005, existe na grade um programa dedicado exclusivamente à manifestação da sociedade civil, o “Assembléia Popular”, considerando a relevância deste programa para o objeto desta tese, ele foi investigado em detalhes, e se constatou que o programa carece de divulgação e que existe uma elevada taxa de repetição de entidades e cidadãos, 2,9 por programa.

O modelo de gestão adotado pela ALESP consiste na terceirização dos serviços de transmissão, manutenção do equipamento e provisão de recursos humanos. Atualmente, a Fundação Padre Anchieta, responsável pela gestão da TV Cultura, tem o contrato da TV ALESP, fechado sem necessidade de licitação por se tratar de fundação de interesse público. A estrutura da TV é significativa. Não existe dotação orçamentária específica para a TV, sua verba sai do item “divulgação do trabalho parlamentar”, mas se calcula que seu gasto seja em torno de R\$ 6 milhões por ano, o que representa o segundo custo da Casa. O conselho editorial criado só existe no papel, assim, não estão em atuação órgãos de controle e fiscalização da gestão nem da programação.

## **CAPÍTULO 4**

### **AS TVs LEGISLATIVAS NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO E A TV CÂMARA DA CAPITAL**

#### **4.1. Introdução**

Como saber em quais municípios do estado de São Paulo podemos sintonizar as TVs legislativas? Quais as razões que levam a Câmara de um município do interior a colocar uma TV legislativa no ar? Por outro lado, existem restrições legais para esta iniciativa de comunicação não-mediada entre representantes e representados? Como funcionam as TVs legislativas municipais? Qual o modelo de gestão que elas adotam? E a grade de programação? Quais as diferenças entre as TVs legislativas dos municípios do interior e a TV da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)? Este capítulo vai buscar responder estas questões, com base no estudo de caso da TV CMSP e da radiografia de treze Câmaras Municipais do interior paulista. O capítulo está dividido em duas partes, a primeira traz o mapeamento e a radiografia das TVs legislativas municipais paulistas e a segunda apresenta o caso da TV da Câmara Municipal de São Paulo.

#### **4.2. TVs Legislativas Municipais no estado de São Paulo: o universo possível**

Como discutido no capítulo dois, o surgimento da TV legislativa no Brasil não pode ser dissociado da tecnologia de transmissão via rede de cabos, dessa forma, a delimitação do universo das TVs legislativas municipais paulistas começa pelo mapeamento dos municípios “cabeados”; ou seja, aqueles que são servidos por uma rede de cabos construída e mantida por

empresas privadas, as operadoras<sup>78</sup> de TV a cabo que, por sua vez, prestam o serviço de TV por assinatura. Par desenhar o mapa das TVs legislativas municipais paulistas foi preciso cruzar três fontes, o sítio na internet da Anatel que disponibiliza a relação das operadoras em atuação no mercado e as cidades<sup>79</sup> atendidas, o sítio na internet da Assembléia Legislativa de São Paulo que lista os municípios que recebem o sinal das transmissões da TV ALESP e a revista “Pay-TV”, publicação especializada na área.

Após o cruzamento das três fontes foi possível definir o universo dos municípios no estado de São Paulo que são servidos por redes de TV a cabo, cerca de setenta, de diferentes portes, atividade econômica e espalhados regionalmente e, assim, parece não existir nenhum pré-requisito específico para o município ser “cabeado”, como indicam os dados do quadro 4.2.1 abaixo. Na realidade, a decisão das empresas em investir na instalação de rede de cabos em determinado município é resultado de uma avaliação da viabilidade do negócio, para a qual compete uma somatória de fatores e a possível implantação de TV legislativa no município parece não estar entre eles.

---

<sup>78</sup> Não faz parte dos objetivos desta tese discutir o mercado da TV a cabo no Brasil, porém, cabe destacar que se verificam características de divisão mercado entre as operadoras, assim, com exceção da capital, normalmente apenas uma operadora atua em cada município.

<sup>79</sup> A extensa relação das dezenas de operadoras de TV a cabo em atuação no mercado brasileiro está organizado por nome de operadora e não por unidade da federação, dificultando as consultas.

**Quadro 4.2.1**  
Municípios com cobertura de TV a Cabo  
Estado de São Paulo - 2007

<b>Município</b>	<b>Eleitorado</b>	<b>Nº Veread.</b>
Americana	157.965	13
Andradina	42.437	09
Araçatuba	130.591	12
Araraquara	144.391	12
Assis	66.013	10
Barueri	187.492	12
Bauru	233.653	19
Bertioga	35.496	13
Botucatu	84.871	11
Bragança Paulista	104.246	11
Caçapava	61.650	10
Campinas	724.143	33
Caraguatatuba	65.735	10
Catanduva	78.664	11
Cubatão	91.693	11
Diadema	301.229	16
Franca	209.702	15
Guarujá	203.877	14
Guarulhos	746.302	34
Hortolândia	114.951	12
Indaiatuba	124.367	12
Itapetininga	94.418	11
Jaú	89.486	11
Jundiaí	258.547	16
Leme	63.646	09
Limeira	187.421	13
Marília	150.897	15
Mauá	274.814	17
Mogi das Cruzes	255.062	16
Mogi Guaçu	99.128	11
Mogi Mirim	60.994	14
Osasco	513.346	21
Paulínia	45.556	10

Continua.

**Quadro 4.2.1 (cont.)**Municípios com cobertura de TV a Cabo  
Estado de São Paulo - 2007

<b>Município</b>	<b>Eleitorado</b>	<b>Nº Veread.</b>
Penápolis	42.960	11
Peruíbe	46.876	11
Piracicaba	251.774	16
Praia Grande	155.682	13
Presidente Prudente	151.400	13
Presidente Venceslau	28.672	11
Ribeirão Preto	388.690	20
Rio Claro	130.687	12
Santa Bárbara D'oeste	123.499	12
Santa Branca	11.232	14
Santana de Parnaíba	59.630	10
Santo Anastácio	16.592	09
Santo André	533.428	21
Santos	312.201	17
São Bernardo do Campo	539.584	21
São Caetano do Sul	97.274	11
São Carlos	154.472	13
São João da Boa Vista	61.559	14
São José dos Campos	414.353	20
São José do Rio Preto	276.943	17
São Vicente	234.473	15
Sertãozinho	74.895	11
Sorocaba	384.030	20
Sumaré	147.451	13
Taubaté	193.873	14
Tietê	25.421	09
Tupã	48.369	10
Ubatuba	55.967	10
Valinhos	73.482	10
Votuporanga	60.971	10
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>872</b>

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

#### **4.2.1. O Mapa das TVs Legislativas Municipais no Estado de São Paulo**

Cabe recapitular que para compor o mapa, ou seja, delimitar o universo, das Câmaras Municipais com TV legislativa no estado de São Paulo foi definido o critério da existência da tecnologia de transmissão via cabo, exigência que se justifica pela presença de outras tecnologias de transmissão dos trabalhos desenvolvidos no Poder Legislativo como rádio, locação de espaço em emissoras de TV locais e web TV; no entanto, esta pesquisa teve como pressuposto a “Lei do Cabo”, considerada a regulamentação inaugural e permanece, até o momento, como a principal regulamentação deste meio de comunicação não-mediado entre representante e representado, cenário que, como discutido no capítulo dois desta tese, se repete internacionalmente. Assim, o universo<sup>80</sup> das TVs legislativas no estado de São Paulo é constituído por vinte e três TVs, excluindo a da capital, como mostra o quadro 4.2.1 b abaixo.

---

<sup>80</sup> Para produzir esta informação foi preciso pesquisar todo o universo dos municípios cabeados para chegar ao dado que interessa a esta tese, a existência ou não de TV legislativa. Para tanto, foi feito levantamento dos sítios na internet destas Casas legislativas e contato via telefone e, dos sessenta e três municípios cabeados no estado, apenas vinte e três tem TV Câmara. O levantamento foi encerrado em dezembro de 2006 e, considerando questões de ordem econômica, burocrática e política, este universo é dinâmico e de difícil atualização em função da inexistência de órgão que acompanhe estas mudanças e as disponibilize.

### Quadro 4.2.1 b

Municípios com TV Legislativa com transmissão a cabo - estado de São Paulo

Município	Região	Início <sup>1</sup>	No ar (anos) <sup>2</sup>	Eleitorado	Nº Veread
Araçatuba	Araçatuba	2001	06	130.591	12
Araraquara	Ribeirão Preto	1998	09	144.391	12
Assis	Bauru	2005	02	66.013	10
Barueri	Grde. SP II	2007		187.492	12
Bauru	Campinas	2002	05	233.653	19
Caçapava	Taubaté	*	*	61.650	10
Campinas	Campinas	2005	02	724.143	33
Catanduva	S.J.do Rio Preto	*	*	78.664	11
Diadema	Grde. SP I	2005	02	301.229	16
Indaiatuba	Campinas	*	*	124.367	12
Piracicaba	Campinas	2002	05	251.774	16
Presidente Prudente	Pres. Prudente	*	*	151.400	13
Presidente Venceslau	Pres. Venceslau	*	*	28.672	11
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	1998	09	388.690	20
Rio Claro	Campinas	2002	05	130.687	12
Santana de Parnaíba	Grde. SP II	2004	03	59.630	10
Santo André	Grde. SP I	*	*	533.428	21
Santos	Santos	2007		312.201	17
São Carlos	Ribeirão Preto	1998	09	154.472	13
São José do Rio Preto	S.J.do Rio Preto	2002	05	276.943	17
Sorocaba	Sorocaba	1998	09	384.030	20
Taubaté	Taubaté	2004	03	193.873	14
Votuporanga	S.J.do Rio Preto	2005	02	60.971	10
Total:	23			4.978.964	341

Nota (1) Ano do início das transmissões. (2) Anos aproximados. (\*) Sem informação.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo" (2007), sítios na internet do TSE e das Câmaras Municipais.

#### 4.2.2. Amostra das TVs Legislativas Municipais Paulistas: definição de critérios

Na busca de radiografar as TVs Câmaras municipais, ou seja, de investigar o seu funcionamento e a programação veiculada, bem como fazer uma análise comparativa com a TV ALESP e a TV CMSP, foi definida uma amostra para realização de visitas e entrevistas. Para garantir a representatividade da amostra das TVs legislativas municipais do interior do estado de São Paulo, foram definidos cinco critérios, região, porte do município, tempo de atividades da



TV, perfil da grade de programação e modelo de gestão. O critério da região tem por base a distribuição dos municípios pelo estado de forma a garantir a representação na amostra de todas as regiões. O porte do município foi definido tendo em vista o tamanho do eleitorado, de tal forma que estivessem representados municípios com maior e, também, com menor número de eleitores.

Em relação ao critério “tempo de atividade”, a tentativa foi de contemplar experiências mais longas, como é o caso da TV Câmara de Bauru, primeira TV legislativa do interior a entrar no ar, e experiências mais recentes, como o caso de Marília, cuja inclusão na pesquisa justifica-se pela rara oportunidade de acompanhar um processo de implantação de TV legislativa Municipal.

O levantamento inicial indicou duas variações básicas nas grades de programação, de um lado uma grade só com a transmissão das sessões plenárias e, de outro, uma mais ampla, com outros tipos de programas. Partindo da suposição de que o impacto dos dois tipos de grade de programação sobre o comportamento dos parlamentares pode ser diferente, ficou estabelecido que os dois tipos de grade deveriam estar representados na amostra.

Considerando os efeitos que o modelo de gestão adotado tem sobre a identidade da TV, este foi mais um critério para a composição da amostra das TVs Câmaras municipais. Com base na radiografia das TVs legislativas estaduais<sup>81</sup>, esperava-se encontrar o modelo terceirizado, quando uma empresa é contratada para a realização dos serviços, ou próprio, através de profissionais contratados em cargo de comissão ou concursados.

Para completar a amostra das TVs legislativas municipais foram incluídas duas Câmaras Municipais que já haviam implantado TV legislativa em outras gestões e, em 2006, por alguma razão, que também caberia à pesquisa investigar, não estavam transmitindo nem as sessões

---

<sup>81</sup> Para detalhes ver capítulo 2.

plenárias, ou seja, estavam fora do ar, desativadas, caso dos municípios de Santo André e Presidente Prudente.

Com base nestes cinco critérios, região do estado, número de eleitores, tempo de funcionamento, perfil da grade de programação e modelo de gestão foi garantida a representatividade da amostra que contou com treze municípios, número suficiente para a sua legitimidade. Os municípios com TV legislativa no estado de São Paulo que formaram a amostra estão indicados no quadro 4.2.2 abaixo.

#### Quadro 4.2.2

Amostra dos municípios da pesquisa “Antenas do Legislativo” - estado de São Paulo

<b>Município</b>	<b>Região</b>	<b>Início<sup>1</sup></b>	<b>No ar (anos)<sup>2</sup></b>	<b>Eleitorado</b>	<b>Nº Veread.</b>
Araçatuba	Araçatuba	2001	06	130.591	12
Bauru	Campinas	2002	05	233.653	19
Campinas	Campinas	2005	02	724.143	33
Marília		2007		150.897	15
Piracicaba	Campinas	2002	05	251.774	16
Presidente Prudente	Pres. Prudente	*	*	151.400	13
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	1998	09	388.690	20
Santo André	Grde. SP I	*	*	533.428	21
Santos	Santos	2007		312.201	17
São Carlos	Ribeirão Preto	1998	09	154.472	13
São José Rio Preto	S.J.do Rio Preto	2002	05	276.943	17
Sorocaba	Sorocaba	1998	09	384.030	20
Taubaté	Taubaté	2004	03	193.873	14
<b>Total</b>				<b>3.886.095</b>	<b>230</b>

Nota (1) Ano do início das transmissões. (2) Anos aproximados.

Fonte: “Antenas do Legislativo” (2007), Tribunal Superior Eleitoral e sites das Câmaras Municipais.

### **4.3. A radiografia das TVs Legislativas Municipais Paulistas**

Como discutido no capítulo dois que analisou as TVs legislativas estaduais, esta pesquisa examinou quatro variáveis das TVs legislativas municipais paulistas, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o perfil da programação e o modelo de gestão. As variáveis foram definidas com base nos seus possíveis efeitos sobre o comportamento dos representantes, no sentido de torná-los mais responsivos no exercício do mandato. Nesta seção, será apresentada a radiografia das TVs legislativas municipais que fizeram parte da amostra, elaborada a partir destas quatro variáveis.

#### **4.3.1. Tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação**

Como mostram os dados do quadro 4.3.1 abaixo, a tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação apresenta poucas variações. Naturalmente, como faz parte do critério da amostra, todas transmitem via cabo, apenas três municípios fazem contrato de locação de horário em emissoras locais de TV VHF/UHF e nenhuma tem transmissão via satélite. Cabe destacar que, à exceção de Bauru e Sorocaba, as outras nove TVs legislativas municipais já disponibilizam sua transmissão via a rede mundial de computadores, a web TV.

### Quadro 4.3.1

#### Tecnologia de Acesso das Televisões das Câmaras Municipais do Estado de SP

Município	Cabo	VHF/UHF	Web	Satélite	Site
Araçatuba	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Bauru	Sim	Sim	Não	Não	Não
Campinas	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Marília	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Piracicaba	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ribeirão Preto	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Santos	Sim	Não	Sim	Não	Sim
São Carlos	Sim	Não	Sim	Não	Sim
São José do Rio Preto	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Sorocaba	Sim	Não	Não	Não	Sim
Taubaté	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<b>Total</b>	11	03	09	00	10

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, (2007).

#### 4.3.2. Visibilidade na “telinha”: aspectos regimentais das Câmaras Municipais

No caso das TVs legislativas brasileiras, conforme discutido no capítulo dois, existe a obrigatoriedade, prevista em lei, da transmissão, ao vivo e sem cortes, das sessões plenárias, porém, de resto, a Câmara Municipal tem liberdade para definir o perfil e o conteúdo da sua grade de programação. Nesta direção, faz diferença os dias e horários em que se realizam as sessões plenárias e os espaços previstos no Regimento Interno para a manifestação dos vereadores, além dos momentos reservados para o encaminhamento dos projetos e, também, se existem espaços reservados para a participação do cidadão e da sociedade civil organizada como, por exemplo, nas audiências públicas.

Na realidade, trata-se da visibilidade que os parlamentares podem ter através do uso dos tempos regimentais e, neste sentido, quanto maior o número de sessões, maior o potencial de visibilidade. O quadro 4.3.2 abaixo mostra os dias e horários das sessões plenárias das Câmaras Municipais com TV que fazem parte da amostra e, dos onze municípios, apenas Araçatuba e

Santos têm cinco sessões plenárias semanais, a maioria das Câmaras da amostra têm duas sessões por semana, com início após as 17:00 horas. Cabe registrar que o horário noturno das sessões é um fator importante para facilitar o acompanhamento do cidadão interessado, considerando que grande parte da população trabalha durante o dia, quadro diferente da Câmara de São Paulo e da Assembleia Legislativa que fazem suas sessões plenárias no período da tarde. Entre os vereadores entrevistados, foi recorrente a fala de que a população acha que os vereadores não trabalham porque imaginam que o trabalho do parlamentar limita-se às sessões que, como se observa no quadro 4.3.2 abaixo, representam poucas horas por semana.

Outra questão que se coloca diz respeito à democratização e ampliação da esfera pública, no caso o acesso do cidadão e da sociedade civil organizada ao plenário das Câmaras Municipais, esferas de deliberação dos assuntos de interesse público. Todas as Câmaras Municipais da amostra prevêm um espaço para manifestação dos representados nas reuniões<sup>82</sup> das audiências públicas e sete municípios, mais da metade da amostra, prevêm, também, espaço em determinados momentos das sessões plenárias, conforme especificado no quadro 4.3.2 abaixo.

---

<sup>82</sup> A questão é que a garantia formal do espaço não se mostra suficiente para a participação da sociedade; entre outros fatores envolvidos, falta divulgação.

### Quadro 4.3.2

#### Aspectos Políticos e Regimentais das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo

Municípios	Dias e Horários das Sessões	Regime de Votação	Espaço para manifestação dos vereadores	Espaço para manifestação pública	Painel Elétron.
ARAÇATUBA	Segundas com início as 14:30h; Terça a Sexta início as 9:30h com duração de 4 horas.	Simbólico, Eletrônico e Secreto.	No Pequeno Expediente por 5 minutos e no Grande Expediente por 20 minutos.	Nas Audiências Públicas.	Sim
BAURU	Segundas, às 14:00 h	*	*	*	Sim
CAMPINAS	Segundas e Quartas com início as 18:00h e duração de 4h	Simbólico e Nominal	No Pequeno Expediente pelo tempo de 5 minutos e no Grande Expediente por tempo de 10 minutos.	Nas Audiências Públicas.	Não
MARILIA	Segundas-feiras com início as 17:00h com duração de 5 horas prorrogáveis por mais 1h.	Simbólico, Nominal e Secreto.	No Pequeno Expediente e Tribuna Livre que estão contidos no período Expediente pelo tempo de 10 minutos e na Explicação Pessoal pelo tempo de 5 minutos.	Na Tribuna Livre pelo período de 15 minutos e nas Audiências Públicas.	Não
PIRACICABA	Segundas e Quintas com início as 19:30h com duração de 4 horas.	Simbólico e Eletrônico	No período denominado Tribuna que pertence ao Expediente por um período de 10 minutos.	Na Tribuna Popular por um período de 10 minutos e nas Audiências Públicas.	Sim
RIBERÃO PRETO	Terças e Quintas das 18:00 as 22:00 horas podendo ser prorrogada.	Simbólico e Eletrônico	No período denominado Pequeno Expediente pelo tempo de 10 minutos e na Explicação Pessoal.	Na Tribuna Livre cujo tempo dos oradores não foi determinado no Regimento Interno e nas Audiências Públicas.	Sim
SANTOS	Segundas e Quintas iniciando as 18:00h com duração de 4 horas	Simbólico e Nominal	No período Expediente pelo tempo de 13 minutos.	Não especificada no Regimento Interno.	Não
SÃO CARLOS	Terças-feiras iniciando as 15:00h com duração de 4 horas.	Simbólico, Nominal e Secreto	No período Expediente pelo tempo de 10 minutos, Explicação Pessoal por 5 minutos e Comunicados a Casa por 3 minutos.	Na Tribuna Livre pelo tempo de 10 minutos e nas Audiências Públicas.	Em implantação

Continua

### Quadro 4.3.2 (cont.)

#### Aspectos Políticos e Regimentais das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo

Municípios	Dias e Horários das Sessões	Regime de Votação	Espaço para manifestação dos vereadores	Espaço para manifestação pública	Painel Elétron.
SÃO JOSE DO RIO PRETO	Terças e Quintas iniciando as 18:30h com duração de 4 horas podendo ser prorrogada.	Simbólico, Nominal e Secreto.	No período Expediente pelo tempo de 5 minutos e na Explicação Pessoal por de 10 minutos.	Na Tribuna Livre, que ocorre durante 10 minutos no Pequeno Expediente e nas Audiências Públicas.	Não
SOROCABA	Terças e Quintas iniciando as 8:45 h com duração de 4h e 15 minutos	Simbólico e Nominal	No Segundo Expediente pelo tempo de 5 minutos.	N a Tribuna Popular que pertence ao Pequeno Expediente pelo tempo de 5 minutos e nas Audiências Públicas.	Sim
TAUBATE	Terças-feiras com iniciando as 19:30 h com duração de 4 horas.	Simbólico e Nominal	No período Expediente destinado a comunicações breves que possui 60 minutos e na Explicação Pessoal pelo prazo de 5 minutos.	Na Tribuna Livre que pertence ao Expediente e tem duração de 10 minutos e nas Audiências Públicas.	Não

\* Sem dados.

Fonte: Sítios na internet das Câmaras Municipais, acesso em abril de 2008.

Ainda com base no quadro 4.3.2 acima, à exceção da Câmara Municipal de Bauru, para a qual não se obteve os dados, todas as Câmaras Municipais, atualmente, apresentam mais de um regime de votação, sendo que apenas quatro admitem a votação secreta, Araçatuba, Marília, São Carlos e São José do Rio Preto. Do ponto de vista da *accountability*, o aspecto do regime de votação, quando aberto, é um importante instrumento para que o representado possa ter conhecimento da posição do seu representante. Uma última observação diz respeito ao painel de eletrônico de votação, na medida em que este é um recurso que facilita o monitoramento das

votações, principalmente quando as sessões são transmitidas pela TV e o painel<sup>83</sup> é filmado, mostrando o voto de todos os parlamentares presentes e indicando os ausentes.

#### **4.3.3. Grade de Programação das TVs das Câmaras Municipais**

Quando se trata da grade de programação das TVs legislativas municipais, encontramos dois perfis, um que transmite apenas as sessões plenárias e, outro, mais amplo, com transmissão das sessões plenárias e programas de jornalismo, gravação de cenas externas, entrevistas e programas culturais. Como apontam os dados do quadro 4.3.3 abaixo, dos onze municípios da amostra, apenas três, Ribeirão Preto, Santos e São Carlos, enquadram-se no perfil restrito de grade de programação. A gravação de cenas externas é, sem dúvida, um recurso importante porque trabalha com o impacto da imagem e as cenas podem ser usadas tanto em plenário, através de exibição em telão, quanto em programas de perfil jornalístico ou até em entrevistas. O uso de imagens em sessões plenárias, com produção da TV legislativa da própria Casa, é uma questão que merece debate não só pela polêmica que gera entre os parlamentares, já que uns alegam que elas são usadas de forma abusiva, apenas para fazer oposição ao executivo, mostrando cenas de buracos nas ruas, postos de saúde sem equipamento, entre outras situações. Por outro lado, a oposição defende que ter acesso a estas imagens é um direito do cidadão e um instrumento para fortalecer a ação dos requerimentos que o Legislativo encaminha para o Executivo, tendo em vista ser prerrogativa do primeiro fiscalizar a atuação do segundo.

Chama atenção, ainda com base no quadro 4.3.3 abaixo, que as transmissões via internet representam uma tendência e somente duas Câmaras, a de Bauru e a de Sorocaba, ainda não

---

<sup>83</sup> No caso da Câmara Municipal de Santos o painel eletrônico não foi instalado porque o imóvel da sede é tombado pelo patrimônio histórico, uma nova sede está em construção e prevê o painel. Na Câmara de Taubaté já existiu um painel eletrônico, mas quebrava muito e foi retirado. A Câmara de São José do Rio Preto fez um estudo de custo e em função da relação custo e número de vereadores, eles optaram pela não instalação.



disponibilizaram esta tecnologia de transmissão; a primeira, porque houve uma decisão de um presidente da Casa de tirar o sítio na internet do ar porque ele julgou que não se tratava de um gasto público justificável perante o Tribunal de Contas do Município. No caso de Sorocaba, o processo de implantação da web TV que envolve, inclusive, licitação para compra de equipamentos e contratação de provedor de internet, já está aprovado, mas ainda não foi implantado.

### **Quadro 4.3.3**

Categorias de Programas Veiculados nas Televisões das Câmaras Municipais estado de São Paulo - amostra

<b>Municípios</b>	<b>Sessões Plenárias ao Vivo</b>	<b>Sessões Plenárias Web TV</b>	<b>Reuniões Comissão</b>	<b>Debates /Entrev.</b>	<b>Educ./ Cult.</b>	<b>Externas</b>
Araçatuba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Bauru	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Campinas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Marília	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Piracicaba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ribeirão Preto	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Santos	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
São Carlos	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
São José do Rio Preto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sorocaba	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Taubaté	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

#### **4.3.4. Modelo de Gestão e Direção das TVs das Câmaras Municipais**

Comparativamente ao cenário de funcionamento das TVs legislativas estaduais, o cenário das TVs legislativas municipais não apresenta variações significativas, considerando que, também aqui, não se verifica a existência de Conselho Editorial em nenhuma das Câmaras Municipais estudadas, como apontam os dados do quadro 4.3.4 abaixo. Em relação ao procedimento de indicação do diretor, as TVs legislativas de Ribeirão Preto e São Carlos, ambas

com administração terceirizada, não têm o cargo de diretor, sendo o secretário geral da Casa o responsável pela gestão do contrato.

Outro aspecto que está associado à gestão das TVs legislativas é a duração do mandato do presidente da Casa que, como discutido no capítulo 3, tem impacto sobre a continuidade da gestão da TV com efeitos sobre o conteúdo e a grade de programação. Neste sentido, como indica o quadro 4.3.4 abaixo, temos duas situações extremas, uma que pode ser considerada como mais negativa para a continuidade administrativa da TV que é a do mandato anual da Mesa, sem possibilidade de reeleição, caso da Câmara de Ribeirão Preto; no outro extremo, o caso da Câmara de Taubaté, onde o mandato é de dois anos, com reeleição.

**Quadro 4.3.4**  
Características da Gestão das TVs das Câmaras Municipais  
estado de São Paulo - amostra

Município	Mandato da Mesa	Administração	Direção	Conselho Editorial	Tipo de Gestão
Araçatuba	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Bauru	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Campinas	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Fechada
Marília	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Piracicaba	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Ribeirão Preto	Anual s/ reeleição	Terceirizado	Sem diretor	Não	Fechada
Santos	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
São Carlos	Bienal	Terceirizado	Sem diretor	Não	Fechada
São Jose do Rio Preto	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Sorocaba	Anual s/ reeleição	Institucional	Nomeação	Não	Fechada
Taubaté	Bienal c/ reeleição.	Institucional	Nomeação	Não	Fechada

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

#### **4.4. Muitas TVs em uma única TV: o caso da TV da Câmara Municipal de São Paulo**

Esta seção apresenta um estudo de caso sobre a TV da principal Casa legislativa municipal do país, a Câmara Municipal de São Paulo, que colocou sua TV no ar antes mesmo do que a Assembléia Legislativa do estado, apesar desta última ter sua TV aprovada pelos deputados seis meses antes. Algumas questões orientaram este estudo de caso. Qual o cenário da criação da TV da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP<sup>84</sup>, quais as principais razões que levaram à sua criação? Qual o modelo de gestão adotado e o perfil da programação colocada no ar? Teriam existido interrupções nas transmissões e, em caso afirmativo, quem determinara e por quais razões? Esta seção busca traçar um panorama da história da TV Câmara de São Paulo, a partir do depoimento de três ex-diretores da TV e de quatro ex-presidentes, dentro eles o responsável pela criação da TV e o presidente responsável pela reabertura da mesma, após dez meses fora do ar, ocorrido durante a gestão do presidente Armando Melão (PMDB), cassado por corrupção.

A TV da Câmara Municipal de São Paulo entrou no ar em 1997, praticamente, da noite para o dia, principalmente se considerarmos tratar-se de um meio de comunicação complexo, a ser instalado dentro de uma instituição pública, de natureza eminentemente política e permeada por conflitos de interesses; é quase inacreditável que o presidente Nelo Rodolfo (PMDB), responsável pela Resolução 05/97, de 10/04/97, que criou a TV, tenha conseguido, apenas quatro meses depois do ato da sua formalização legal, começar a transmitir, via cabo, as sessões plenárias do legislativo paulistano.

Na realidade, quando se investiga o processo que antecedeu a criação da TV CMSP, verifica-se que não existiu um processo de discussão entre os vereadores, nem mesmo no espaço das Comissões. O presidente Nelo Rodolfo (PMDB) reconhece que a idéia de criar a TV nasceu de uma conversa com o então secretário administrativo da Câmara, Henrique Pacheco,

---

<sup>84</sup> À partir de agora, será utilizada a sigla CMSP para identificar a Câmara Municipal de São Paulo.

responsável por uma reunião com a então deputada federal Irma Passoni (PT), defensora<sup>85</sup> do projeto da criação de uma TV para a Câmara Municipal. O presidente Nelo Rodolfo (PMDB), pesando o fato de ser radialista<sup>86</sup> há muitos anos e com grande audiência, ou seja, profissional da Mídia, imediatamente compreendeu a dimensão do projeto e decidiu implantar a TV o mais rapidamente possível, conduzindo o processo pessoalmente, que envolvia desde a licitação para compra de equipamentos, até a adaptação do espaço físico da Câmara e a contratação dos profissionais

Em quatro meses conseguimos colocar (a TV) no ar e não tinha dinheiro. Quando eu assumi a presidência da Câmara, 110% do orçamento eram comprometidos com a folha de pagamento, fui cortando, cortando e em quatro meses consegui colocar a TV no ar. Compramos equipamentos, alocamos no térreo e fizemos um estúdio moderníssimo, ao lado do plenário e fizemos um contrato com a TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), que era responsável pelo conteúdo, pelas filmagens, entrevistas, produção dos programas, tudo para que fosse ao ar. Então, das 24 horas que a Assembléia tem, ficamos com 12, eles usavam muito mal o horário; na verdade, não usavam e quando começamos a TV, que batizei de TV São Paulo, eles começaram a se interessar (Nelo Rodolfo, PMDB, ex-presidente da CMSP).

Pode ser interessante recapitular que na “Lei do Cabo” está previsto o chamado “compartilhamento” de um único canal entre o Legislativo estadual e os legislativos municipais que venham, eventualmente, a viabilizar um canal de TV, tendo em vista que não existe obrigatoriedade de criação deste canal de comunicação não-mediada entre representantes e representados; independentemente do número de eleitores do município.

---

<sup>85</sup> A ex-deputada federal pelo PT tem reconhecida militância na área de tecnologia e, em 1992, presidiu a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, quando deu início ao processo de discussões da regulamentação da atividade de transmissão de sinal de TV via cabo; inclusive com o envolvimento de representantes dos diferentes interesses envolvidos na atividade, desde empresas, como Abert e Associação dos Engenheiros, até o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações.

<sup>86</sup> Radialista da Rádio Globo, com programa diário. Em seu primeiro mandato, em 1992, foi o vereador mais votado, repetindo a colocação na eleição seguinte, quando foi eleito presidente da Mesa; desde então, não concorreu mais a nenhum cargo eletivo. Mantém seu programa diário na Rádio Globo. Para maiores detalhes sobre o seu perfil, ver capítulo 5 e anexo 3.

Neste sentido, conforme a fala do presidente Nelo Rodolfo (PMDB) reproduzida acima, foi preciso negociar, diretamente com a presidência da ALESP, a cessão de espaço na grade para a transmissão de programação da TV CMSP, naturalmente, apenas para o município<sup>87</sup>. A forma tranqüila como se deu a negociação deixa transparecer que, apesar de semelhanças importantes, as duas TVs, a da CMSP e a da ALESP, teriam trajetórias diversas, com diferente impacto nos membros das respectivas Casas. Segundo o presidente Nelo Rodolfo (PMDB), a idéia de uma Casa Legislativa possuir uma TV não fazia parte do universo dos parlamentares que, assim, não tinham noção dos seus efeitos

Nesta época, 1977, ninguém sabia da importância disso (TV legislativa), da dimensão deste meio de comunicação. Não tínhamos ainda a TV Câmara dos Deputados<sup>88</sup> e a TV Senado era recente. Estava tudo engatinhando e eu entendo que a TV CMSP foi a grande propulsora desses canais. Depois que nós entramos no ar, as pessoas começaram a prestar atenção e os deputados se interessaram.

Para dirigir a TV CMSP foi contratado, literalmente, um “diretor global”. Segundo o ex-presidente Nelo Rodolfo (PMDB), o diretor da Rede Globo não recebeu nenhuma orientação específica para desenvolver seu trabalho à frente da TV, já que não existia nenhum projeto mais elaborado, apenas a decisão de colocar a TV no ar. Para o presidente, a grande preocupação deveria ser com a imparcialidade, considerando ser uma TV que nascia sob o estigma de ser “chapa branca”; dessa forma, ele, como presidente da Casa e profissional da área, diz ter optado por não interferir, mesmo que ao custo da sua popularidade

Contratamos um diretor da TV Globo, o Fernando Coelho, que está lá de novo agora. Na época, ele era tido como fora de série, foi contratado a peso de ouro. Como eu sou jornalista, eu tinha uma preocupação

---

<sup>87</sup> O aspecto técnico do compartilhamento, que envolve o corte do sinal para determinados municípios, em horários específicos de cada um, é operacionalizado diretamente pelos canais legislativos municipais com as operadoras locais. Em 2006, houve tentativa por parte da ALESP de passar a fazer este controle, argumentando que as TVs legislativas municipais não estavam respeitando as grades acordadas e cortavam o sinal da TV da ALESP sem solicitação ou aviso prévios. Este movimento da ALESP causou forte reação das TVs legislativas municipais que desencadeou processo de discussões, culminando com a formação da Associação Paulista das TVs Legislativas Municipais que, entre outros objetivos, busca um canal de transmissão exclusivo.

<sup>88</sup> Inaugurada em 20/01/1998.

muito grande com o que ia passar na TV e queria que fosse sem a interferência do presidente, que era eu. Eu ‘tomava pau’ todo dia na TV Câmara. Eu que contratei o cara, eu que pagava o cara e as medidas impopulares que precisavam ser tomadas, como a criação de um imposto ou uma lei que não agradava a todos, a TV não sofria qualquer restrição para mostrar.

Segundo um ex-diretor<sup>89</sup> da TV CMSP, o fato da TV da Câmara ser uma das primeiras TVs legislativas brasileiras a entrar em operação representava um enorme desafio porque se inseria em um cenário de completa ausência de referências, não existia modelo, por exemplo, para definir o perfil da grade de programação. Segundo André<sup>90</sup>, um ex-diretor da TV CMSP, na realidade, ninguém sabia ao certo o que era fazer uma TV legislativa

Quando ela (a TV CMSP) foi criada pela Mesa e chamaram a primeira equipe, ninguém tinha noção do que era uma TV legislativa, não existiam modelos no Brasil. Então, foram sendo criados alguns programas na tentativa de dar um perfil do que deveria ser uma TV legislativa, que incluísse as sessões plenárias, as CPIs, telejornal, ou seja, tudo que fosse, digamos assim, ‘chapa branca’, que fosse o Legislativo, mas que não fosse uma TV cansativa. Então, apanhamos bastante, alguns programas eram longos, outros curtos, a gente não tinha como se balizar pela TV comercial que não tinha nada a ver, mas, ao mesmo tempo, a BBC<sup>91</sup> não era referência porque era maçante. Então, o desafio era tornar essa TV com cara atrativa e sem ser maçante.

Comparativamente à TV da ALESP, a TV CMSP inicia suas transmissões não só na frente, mas com um potencial de audiência muito mais amplo, tendo em vista o total de assinantes dos municípios cabeados e da capital, expressivamente maior. No entanto, ainda mais significativo no sentido do impacto desta TV para estimular o comportamento responsivo dos parlamentares foram os eventos políticos que se sucederam em 1999, com a instalação da CPI da “Máfia dos Fiscais”, que formalizou denúncias de corrupção contra, entre muitos outros, o prefeito da cidade de São Paulo, Celso Pitta (PTN) e o presidente da Câmara, o vereador

---

<sup>89</sup> Como a direção das TVs legislativas é um cargo de confiança, de indicação do presidente da Mesa, e os profissionais que assumem esses cargos, jornalistas com atuação no mercado, será mantido o sigilo da identidade dos mesmos nos trechos das entrevistas reproduzidos nesta tese.

<sup>90</sup> Os nomes de todos os diretores e ex-diretores são fictícios para proteger a identidade dos profissionais.

<sup>91</sup> Emissora de televisão pública britânica, referência mundial de modelo de TV Pública.

Armando Melão (PMDB). Sem dúvida, a repercussão dos trabalhos da CPI na Mídia foi enorme e, sensíveis à importância e à singularidade do momento político que a principal cidade do país atravessava, a TV CMSP tomou a decisão de fazer a cobertura completa deste trabalho de investigação da Câmara Municipal, inclusive com a transmissão, ao vivo e sem cortes, das reuniões da Comissão. Assim, rapidamente a TV CMSP se tornou canal obrigatório nas redações de jornais, emissoras de TV e rádios da cidade

O escândalo da “Máfia dos Fiscais”, em 99, foi o que mais mobilizou a política da cidade nos últimos tempos. Teve impeachment do prefeito, vereador cassado, vereador que saiu daqui (sede da Câmara Municipal) preso. Nesse ínterim, a TV Câmara cresceu porque transmitimos todas as sessões ao vivo e a TV Câmara virou uma referência na cidade; automaticamente, todas as redações, de TV, rádios e jornais acabaram instalando a TV Câmara. Naquela época, estávamos com dezoito horas no ar, todos os acontecimentos da casa eram transmitidos ao vivo. (André, ex-diretor da TV CMSP).

Como se os ainda recentes acontecimentos políticos não fossem suficientes para movimentar o trabalho da TV CMSP, o ano de 2000 trazia mais uma novidade para ser gerenciada, a eleição municipal. Mais uma vez, a equipe da TV precisaria trabalhar sob intensa pressão política e sem parâmetros. Como não existia regulamentação nem jurisprudência sobre as transmissões de uma TV legislativa em período eleitoral, tendo em vista os riscos envolvidos de problemas com a Justiça Eleitoral, o então diretor decidiu, espontaneamente, antes de qualquer anúncio de descontentamento de algum vereador, ou pior, de denúncia de irregularidades, procurar o Tribunal Regional Eleitoral para orientação

Como iríamos continuar com a TV sem parecer que estávamos infringindo a lei eleitoral? Então, era um grande desafio, fomos estudar a lei e marcamos com o TRE, analisamos tudo e decidimos o que não poderia mais por no ar. Depois, expus para a presidência da Casa porque a lei prevê multa para a TV, automaticamente, parar a Câmara, então assustava. (André, ex-diretor da TV CMSP).

Coincidentemente, nesta mesma época, final do primeiro semestre de 2000, vencia o contrato da Câmara Municipal com a Fundação Padre Anchieta e se aproximava o período de

renovação da Mesa diretora contexto que resultou em tirar do ar a programação da TV CMSP, de junho a dezembro de 2000, que passou a transmitir apenas programação gravada, nem mesmo as sessões plenárias estavam indo para o ar. Vale lembrar que o modelo de gestão adotado na TV CMSP foi o da terceirização de equipamentos e recursos humanos, dessa forma, não renovar um contrato significava interromper as atividades da TV.

Em dezembro de 2000, juntamente com o recesso parlamentar, as atividades da TV CMSP foram completamente encerradas, por um período que se estendeu por aproximadamente oito meses, e a TV ALESP passou a assumir as vinte e quatro horas da grade de programação, fato até então inédito. Assim, para que a TV CMSP retomasse suas atividades seria preciso começar o processo praticamente do zero, desde abrir nova negociação com a ALESP para garantir espaço na grade, já que lá, também, tinham ocorrido mudanças, tanto na direção da TV, quanto na Mesa da Casa; até abrir novo processo licitatório para contratação da empresa para operar a TV.

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo que substituiu o vereador cassado Armando Melão (PMDB), o vereador José Eduardo Cardozo (PT), já tinha conhecimento dos problemas que a TV atravessava, inclusive de irregularidades na execução do contrato e fazia parte de seu plano à frente da direção da Casa a reabertura da TV.

Tinha um problema grave com o contrato, no final da gestão do Armando Melão (PMDB), a produtora não tinha recolhido INSS... Foram uns seis meses da TV fora do ar. A nossa estratégia era recolocar no ar e fazer uma planilha de custos, só depois pensaríamos em fazer um estudo de programação.

O consultor Max Alvim, diretor da empresa<sup>92</sup> contratada para recolocar a TV CMSP no ar, relata as principais dificuldades enfrentadas naquele período de escassez recursos e de caráter de novidade. Para o consultor, o mais complicado de ser administrado era a ausência de uma

---

<sup>92</sup> A empresa dirigida pelo consultor Max Alvim foi responsável não só por recolocar no ar a TV CMSP, mas, também, por ter recolocado no ar, um ano antes, a TV da ALESP.



cultura interna sobre a missão de uma TV legislativa já que, muitas vezes, os parlamentares agiam como se a TV fosse propriedade particular dos mesmos

Era outro tempo, 2001, parece pouco tempo, mas, para emissoras que tem 7, 8 anos, 3 ou 4 fazem muita diferença, são importantes para ganhar experiência. A experiência foi muito difícil, primeiro porque a verba era muito pequena. Você era obrigado a ter um corpo muito pequeno de funcionários. A gente tinha um papel muito mais de fazer a roda girar para criar uma cultura. Os vereadores achavam que a TV era deles, por exemplo, abria-se a porta e um vereador dizia que queria fazer uma cópia ou a edição de determinada fita, naquele momento; algum funcionário respondia ‘mas estou aqui fazendo d edição dos programas da TV’, ‘não, pára tudo’, respondia o vereador. Portanto, eram exigências que não tinham nada a ver com a missão de uma TV legislativa.

O fato é que o presidente José Eduardo Cardozo (PT) conseguiu, efetivamente, recolocar no ar a TV CMSP e, segundo ele, durante a sua gestão apenas trabalhou no sentido de consolidar este processo porque não havia disponibilidade de recursos que dessem margem para ampliações e mudanças significativas na grade de programação. Já o seu sucessor, o vereador Arselino Tatto (PT), teve condições para fazer nova licitação, ocorrida em 2003, que previa um projeto mais sofisticado de TV, elaborado em conjunto com a direção da TV e a vencedora foi uma produtora independente, a BBC

Com o Tatto (presidente Arselino Tatto, PT) e a nova licitação, que nós (a direção da TV e a Mesa) elaboramos juntos, prevendo equipes de externas a TV voltou a ser o que era no início e eu voltei como diretor executivo. Implantamos toda uma programação de novo, com jornalismo diário, debates, dia-a-dia do vereador, matérias de rua, retomando a rotina que havíamos implantado no início da TV. (André, ex-diretor da TV CMSP).

Em 2005, a TV CSMP enfrentou nova mudança na Mesa, quando assumiu o vereador Ricardo Trípoli (PV), que logo anunciou mudanças nos rumos da TV legislativa, com impacto significativo sobre o perfil da grade de programação. Segundo o presidente Trípoli (PV), a visão da TV legislativa deveria ser de prestadora de serviço para a população, princípio que deveria

nortear a definição dos critérios de formatação e conteúdo dos programas, era preciso, também, estabelecer um padrão de relação entre os vereadores e a TV

Eu sou pela liberdade de expressão, pela democracia, mas o sistema aqui (na CMSP) é presidencialista. Uns (vereadores) queriam participar (da definição da grade e dos programas), outros não queriam, outros, ainda, queriam um programa especial para promover o seu projeto de lei ou promover a sua história. Eu procurava não censurar, mas dizer isso entra e isso não entra, porque tinha ou não tinha a ver com a Câmara Municipal; se o vereador ia fazer uma festa, sinto muito, mas não tem a ver com a Câmara. Eu vivi situações aqui, dentro do que estamos conversando, naturalmente, não vou citar nomes, de vereador que pediu para a direção da TV filmar a sua festa de aniversário porque um ex-prefeito estaria presente e é claro que eu tive que proibir isso.

Com base no trecho transcrito acima da entrevista com o ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Ricardo Trípoli (PV), é possível dizer que o ex-presidente tinha uma idéia de que a TV legislativa precisaria cumprir um papel de dar transparência aos trabalhos legislativos e, para executá-lo, foi convidado um diretor com reconhecida experiência em programas educativos e culturais, bem como em administração de TV. Por outro lado, o diretor em questão não tinha a menor experiência com o universo político da Câmara e assumia com a missão de desenvolver um projeto que buscasse “dar um perfil legislativo à TV”, nas palavras do primeiro-secretário, vereador José Américo (PT), cargo da Mesa diretora que, na gestão do vereador Trípoli (PV), ficou responsável pela relação entre a direção da TV, a Mesa e vereadores da Casa.

Nesta direção, segundo o diretor recém-nomeado, à medida que ele entrava em contato com a realidade da TV CMSP, começou a trabalhar em duas frentes; a primeira consistiu em produzir uma identidade visual para o canal legislativo municipal paulistano, requisito fundamental, para o diretor, em uma TV e que era completamente inexistente ali, um canal de TV que carecia, na sua avaliação, acima de tudo, de identidade

Eu encontrei uma televisão que estava um pouco sem orientação, essa foi a primeira coisa que eu detectei. O primeiro trabalho que eu fiz aqui foi buscar uma identidade visual para a TV Câmara porque eu encontrei alguns programas que você não sabia muito em o que era, simplesmente olhando; então um programa tinha fundo branco, outro tinha fundo preto, outro o fundo era azul.... Os próprios profissionais da TV não conseguiam identificar os programas sem áudio, só com a imagem. E comecei a pensar nessa questão da identidade visual da TV, enquanto conhecia as pessoas e como estava organizada a TV porque eu fui contratado para isso, para fazer uma análise e dar uma orientação para a TV. (Bruno, ex-diretor da TV CMSP).

A etapa seguinte da gestão deste diretor foi a retirada do ar de praticamente todos os programas da antiga grade, com exceção do “Sala de Visita”, programa onde o vereador entrevista um convidado, muitas vezes, discutindo um projeto de interesse daquele vereador, mas não necessariamente, ou seja, o programa pode tratar de qualquer assunto. No entanto, o diretor percebeu que, mesmo o programa sendo muito bem aceito por parte significativa dos vereadores, outros nunca participavam, ou melhor, recusavam-se a fazer o programa. Uma rápida sondagem informal feita pelo diretor mostrou que existiam vereadores que, apesar dos esforços de sua assessoria<sup>93</sup> de imprensa na tentativa de transformá-los em âncoras de TV, simplesmente não tinham perfil para tal e, assim, se sentiam desconfortáveis em um programa em que deveriam desempenhar um duplo papel, o de vereador e o de apresentador de TV

Alguns (vereadores) se dão bem, outros não, têm gente que não tem afinidade com câmeras, com o ambiente da televisão, mesmo estando acostumado com público; então não adianta você dar treinamento e, na verdade, o vereador está aqui para ser vereador e não apresentador. Nós mantivemos o (programa) ‘Sala de Visitas’, mas colocamos um apresentador, não deixamos mais o vereador sozinho para tocar um programa com mais três convidados; agora, nós temos um apresentador, um vereador e um entrevistado e um programa com meia hora de duração. O apresentador dá a linguagem televisiva, ritmo, controla o tempo, embora o programa continue sendo feito a partir de um vereador que escolhe o tema e o convidado, e o programa é conduzido pelo apresentador em função do próprio vereador. (Bruno ex-diretor da TV CMSP).

---

<sup>93</sup> Em 2000, foi aprovada a criação, para exercício em cada um dos cinquenta e cinco gabinetes, do cargo, em nomeação, de assessor de imprensa, com exigência de formação em jornalismo.

Ainda com base na entrevista com o ex-diretor Bruno, sua principal preocupação era em relação ao conteúdo que o telespectador iria receber, não havia intenção de cortar a palavra do vereador ou do convidado, muito menos de censurar algum tema ou opinião; a idéia de ter um profissional mediando os programas era para evitar fazer uma TV do tipo “clubinho”, ou seja, que não transmita as informações corretas e de forma adequada à compreensão de todos; isto seria inaceitável em uma TV legislativa

Veja a diferença, o vereador fala assim, ‘eu estive no Parque Cocaia fazendo uma reunião...’ e o profissional, que tem por obrigação deixar o telespectador orientado, diz assim ‘ontem, em uma reunião no Parque Cocaia, que é uma área que fica na divisa da cidade de São Paulo, na beira da represa Billings, região onde já teve uma série de conflitos sociais, mas, hoje, estes conflitos estão sendo encaminhados de forma tal e tal’. Eu falando fica clara a diferença e cabe ao jornalista, que estudou isso, que sabe como fazer isso, deixar o telespectador sempre orientado; não cabe ao vereador ficar pensando nestas questões, o papel dele é outro, ele está ali como representante.

As discussões internas entre os profissionais da TV CMSP, encabeçadas pelo ex-diretor Bruno, continuaram até que a missão da TV fosse definida, o que foi feito, segundo o diretor, com base nas atribuições da própria Câmara, ou seja, a função de “criar leis e de fiscalizar o Poder Executivo”; o projeto foi apresentado à Mesa para avaliação. O processo contou, ainda, com uma apresentação em plenário onde os cinquenta e cinco vereadores foram convidados para a apreciação do projeto. Na realidade, para o diretor Bruno, a importância deste processo de elaboração de um projeto para uma TV legislativa não estava na definição final de uma grade de programação que tivesse contado com a participação de todos, até porque a grade de uma TV não é, e nem deve ser, algo rígido, inflexível, pelo contrário, é algo em constante transformação; o ganho real neste processo, ainda segundo o ex-diretor Bruno, do ponto de vista do cumprimento do papel de uma TV legislativa, é que o projeto representa a existência de uma referência

concreta, de um parâmetro a ser seguido na relação com os representantes na busca de controles mínimos do conteúdo a que os representantes poderão ter acesso através da ‘telinha’

O projeto facilita, inclusive, futuras sugestões e reclamações porque a discussão passa a ser guiada por ele. Porque eu, você, os brasileiros em geral, somos todos diretores de televisão e técnicos de futebol, todos parecem doutores em fazer televisão, todos sabem o que é plano, edição.... Então, idéias todos nós temos, mas, para que não fique uma discussão de idéias, na qual eu acho que a TV (da Câmara, em referência ao diretor da TV) é o lado mais fraco (o outro lado são os vereadores), digamos assim; o importante é ter um projeto aprovada, para orientar as discussões, embora ele nunca vá atender a todo mundo. (Bruno, ex-diretor da TV CMSP).

No segundo semestre de 2007, como previsto, aconteceu nova renovação na Mesa da CMSP e, logo no início de 2007, um novo diretor foi nomeado para a TV, um jornalista que, apesar de ser um profissional com trajetória mais associada à mídia impressa do que à televisão, é um profundo conhecedor do funcionamento do processo legislativo e do perfil dos vereadores paulistanos. Talvez seja esta a característica que o diferencie de todos os outros, o conhecimento da vida política da Câmara Municipal, dos meandros e articulações do cotidiano da política no Legislativo, inclusive na sua relação com o Poder Executivo; tudo isso como resultado da sua prática profissional de jornalista, com intensa atuação no trabalho de cobertura dos assuntos ligados a administração pública da cidade.

Segundo este ex-diretor<sup>94</sup>, é enorme o desafio de administrar qualquer TV legislativa que, por definição, é uma “TV O2, porque é que nem oxigênio, todo mundo sabe que está no ar, mas ninguém vê”. Para o ex-diretor Daniel, a sua convivência com os vereadores nos últimos vinte e cinco anos foi decisiva para que ele tivesse o apoio necessário para fazer as mudanças na grade de programação que foram definidas pela Mesa que consistiam, basicamente, em dar dar

---

<sup>94</sup> Para o qual foi adotado o nome fictício de Daniel.

maior visibilidade a todos os vereadores, aumentando a participação dos mesmos nos programas; nas palavras do diretor, estas mudanças representam a vontade dos vereadores

Os vereadores vêm pedindo isso (mudanças). A gente teve uma dificuldade no início para cumprir a ordem da Mesa que era todo mundo aparecer, mas não é isso que acontece, alguns aparecem mais e outros menos; uns têm mais facilidade com a televisão, conseguem dominar o veículo, outros não, são introvertidos, não conseguem mandar o recado. O que eu fiz? Fui aos 55 vereadores, conheci, me apresentei e fui bem recebido por todos e disse ‘talvez eu nem precisasse dizer, mas vou dizer, a TV é sua, use-a’. E o que aconteceu é que vereador que não participava passou a participar. Até hoje, (três meses após a posse) só dois (vereadores) não falaram na TV, um deles é o Russomano<sup>95</sup>, que também não fez nenhum discurso no plenário, é introvertido, problema dele mesmo. Então, passei a dar mais espaço para os que não participavam ou participavam pouco e mantendo os que participavam muito porque não vou punir.

Uma questão interessante para a qual o ex-diretor Daniel chama atenção para a ausência de uma metodologia satisfatória, com critérios bem definidos, para a avaliação do trabalho do parlamentar no exercício do mandato, ausência esta que contribuía para um cenário de certa indefinição do papel da TV legislativa. Para Daniel, a TV legislativa deveria ser um veículo de comunicação para divulgar os trabalhos do Legislativo, “o que os vereadores estão fazendo e pensando”. Não está entre os objetivos desta tese discutir o papel do parlamentar, nem uma metodologia adequada para avaliação da sua atuação, no entanto, é suficiente notar aqui que estes fatores, de uma forma ou de outra, interferem de forma significativa na gestão das TVs legislativas, com impacto sobre o perfil da grade de programação e efeitos sobre o comportamento do parlamentar, e é esta a questão que se procura investigar aqui

Veja, tem inúmeras entidades que fazem avaliação do trabalho parlamentar, mas ainda não encontrei uma metodologia correta, que faça a avaliação completa. Quais são os critérios para avaliar? O vereador bom é aquele que fica toda sessão no plenário ou é aquele ‘vereador-despachante’ que fica atendendo a população no gabinete? Qual é melhor, aquele que faz mais projetos, ou o que é um crítico contumaz do governo municipal. Você tem ‘n’ coisas que, de repente, podem somar pontos numa avaliação, então, não

---

<sup>95</sup> Attila Russomano, irmão do polêmico deputado federal Celso Russomano (PP), foi eleito para a Câmara Municipal de São Paulo, também pelo PP, com 25.225 votos, em sua primeira disputa eleitoral.

tem um 'perfil ideal' de vereador. Então, também não tem só um tipo de cobertura da TV, como só o plenário, porque o vereador é tudo isso que eu falei, ou alguma coisa disso e o ideal não sou eu que decido, nem mesmo os vereadores, é quem vai votar neles que vai decidir o que é bom ou ruim. Então, a idéia aqui é trabalhar para mostrar todo o trabalho que é feito pelos diferentes vereadores, trabalho que não se resume apenas ao plenário, a fazer leis, a participar de comissões e a cobrar o Executivo. (Daniel, ex-diretor da TV CMSP).

Foram muitas as mudanças na gestão do jornalista Daniel, indicando uma visão do papel de uma TV legislativa significativamente diferente da direção anterior. É possível identificar três mudanças na programação como sendo as principais, a primeira diz respeito ao formato do programa 'Sala de Visita', a segunda é a criação do programa 'Expresso Paulistano' que dispõe, entre outros recursos, da gravação de cenas externas e, a terceira, é a criação do programa 'Câmara Esporte Clube' O programa 'Sala de Visita' voltou a ter o formato da sua primeira versão, sem apresentador e, assim, o vereador voltou a desempenhar, também, o papel de apresentador e passou a ser responsável pela condução de todo o programa que consiste na entrevista de um ou mais convidados, sugeridos pelo vereador. Segundo outro ex-diretor da TV CMSP, o jornalista André, este é mesmo o formato ideal para o programa, já que o convidado é alguém da relação do vereador, dessa forma, para André, ninguém melhor do que o próprio vereador para conduzir o programa

Nós temos programas que realmente são os vereadores que estão à frente. Veja o 'Sala de Visita' que na gestão passada teve apresentador voltou, agora, a ser apresentado pelo próprio vereador porque era muito estranho, o vereador trazia um amigo de infância e ficavam conversando sobre as vivências deles, 'lembra naquele jogo de futebol, quando a gente saiu com a cueca na cabeça?' e o entrevistador ali.... Não tinha nada a ver, tem que ser uma salsa de visita mesmo, mostrar que o vereador é gente também, que tem amigos, que sai para tomar cerveja, sai para dançar. O objetivo é quebrar aquela sisudez, eu falo que é para vir de camisa, não de terno e gravata. Então, retomamos a idéia original agora e os vereadores aplaudiram, diziam que não conseguiam falar o que queriam com aquela menina (a jornalista da TV CMSP responsável pela apresentação do programa 'Sala de Visita') do lado. (André, ex-diretor da TV CMSP).

O programa 'Expresso Paulistano' foi uma criação da gestão do diretor Daniel e teve grande repercussão e apelo entre os vereadores, talvez pelo seu formato original, considerando os programas produzidos até então pela TV CMSP, porque previa a inclusão de cenas externas, gravadas com ou sem a participação do vereador e da sua equipe que, caso desejasse, poderia auxiliar até na elaboração do roteiro. Para o jornalista Daniel, a idéia do programa era, basicamente, apresentar um bairro da cidade de São Paulo propondo uma discussão sobre algum problema que a população daquele bairro estivesse enfrentando e, por fim, falar do encaminhamento que seria dado ao assunto. Segundo o ex-diretor Daniel, na realidade, o formato do programa poderia ser definido como um 'mix' de quadros e programas consagrados da TV comercial, como o quadro 'Repórter por um Dia', do Fantástico o 'Globo Comunidade' e um formato de programa de turismo

A gente tem um programa que colocamos no ar, que é o 'Expresso Paulistano' que eu faço uma jogada com ele porque eu uso mão-de-obra barata para fazer o produto. Um repórter vai mostrar um bairro da cidade e quem melhor do que o vereador que atua naquela região para contar essa história? O vereador conhece o comerciante, o líder comunitário, o morador, os problemas. Então, eu somei o (quadro) 'Repórter por um Dia' do Fantástico, com o 'Globo Comunidade' e um programa de Turismo, só que o meu repórter é o vereador. (Daniel, ex-diretor da TV CMSP).

Segundo o ex-diretor André, desde que o programa 'Expresso Paulistano' estreou, existe fila de espera entre os vereadores para gravar porque eles falam que o retorno do programa é incrível, principalmente entre os formadores de opinião local, talvez em função da movimentação das filmagens e realização das entrevistas. No entanto, apesar da procura, a TV CMSP não tem estrutura suficiente para acompanhar o ritmo da demanda de gravação, considerado que é um programa que exige muito trabalho em termos de produção, gravação de cenas externas e edição do material e, assim, tem um custo elevado.



Outro aspecto a destacar da gestão do jornalista Daniel é a criação do programa ‘Câmara Esporte Clube’ que, como indica o nome, tem o esporte como tema. Nas palavras do criador do programa, este não deve se limitar ao futebol profissional, muito pelo contrário, o objetivo do programa<sup>96</sup> é falar de todo tipo de esporte que acontece na cidade, com destaque para os esportes amadores e de iniciativa do setor público e aproveitar, também, para envolver os vereadores da Casa ligados à área

Além de deixar aflorar os ‘técnicos de fim-de-semana’, o programa procura aproveitar os muitos vereadores da Casa ligados ao esporte, a gente tem o ex-craque da seleção, Ademir da Guia (PR), o Goulart (PMDB), que é da Gaviões da Fiel, o Celso Jatene, que é da Torcida Jovem do Santos, um ex-campeão olímpico, o Aurélio Miguel (PR), uma vereadora da maior audiência que é a Soninha (PT)...Por que não juntar tudo isso e fazer um programa de Esportes, mas não só discutindo a rodada do fim-de-semana, mas falando do esporte amador, de esportes radicais, de competições que vão rolar, vamos falar do que tem a ver com a cidade, não só de futebol. (Daniel, ex-diretor da TV CMSP).

É importante reforçar que, em momento algum, em nenhuma parte desta tese, se pretendeu fazer qualquer tipo de julgamento da postura ética ou do empenho dos diretores entrevistados que, com certeza, envidaram todos os esforços possíveis no sentido de fazer a melhor administração, sempre, todos eles, enfrentando situações adversas em função dos poucos recursos técnicos, humanos e financeiros de que dispunham. Na realidade, a tentativa foi, com base na vivência destes profissionais, fazer uma reflexão sobre o modelo, ou talvez seja mais adequado falar ‘dos modelos’, que a TV legislativa assume no Brasil, apontando evidências de que a cada novo diretor é como se fosse concebida uma nova TV legislativa. Nesta direção, o caso da TV legislativa da CMSP é exemplar porque cheio de eventos a cada nova Mesa, razão pela qual foi incluído nesta pesquisa.

---

<sup>96</sup> Considerando a polêmica gerada em torno da produção e veiculação de um programa de esporte em uma TV legislativa, este programa volta a ser discutido no capítulo 6 desta tese.

Por fim, se, por um lado, ainda é difícil mensurar o impacto das TVs legislativas no comportamento dos parlamentares e para o cidadão, por outro, é inegável que seus efeitos existem e podem ser claramente identificados. É suficiente notar aqui que, na grande maioria das vezes, as reações dos parlamentares às mudanças são extremadas, de apoio total à iniciativa, ou de pressão para o seu fechamento, de qualquer forma, dificilmente mudanças em uma TV legislativa passam no anonimato. A partir das entrevistas com profissionais e parlamentares, é possível afirmar que o receio e o desprezo iniciais dos vereadores em relação deram lugar a acirradas disputas por espaço na programação, principalmente por parte dos parlamentares da oposição

No começo, a maioria tinha medo de aparecer, mais por ignorância, por falta de conhecimento, por não saber como é o veículo de comunicação. Os políticos acham, muitas vezes, que o veículo não é necessário, prefere fazer a política de porta em porta, de casa em casa e não vê que o meio de comunicação atinge mais rápido o que precisa; mas foram amadurecendo e os mais comunicativos começaram a usar mais esse espaço (da TV). (Nelo Rodolfo, ex-presidente da CMSP).

#### **4.5. Considerações finais**

Este capítulo foi dedicado ao mapeamento e radiografia do funcionamento das TVs das Câmaras municipais do estado de São Paulo com o objetivo de investigar os principais aspectos de uma TV legislativa e apresentou, também, um estudo de caso da TV da Câmara Municipal de São Paulo. Para efeito desta tese, os principais aspectos de uma TV legislativa são a modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo da gestão adotado.

O universo das Câmaras municipais com TV no estado de São Paulo foi delimitado com base no levantamento dos municípios “cabeados”, ou seja, com serviço de operadoras de TV a cabo, cerca de setenta municípios, entre os quais se verificou que vinte e três tem TV legislativa.

Com o objetivo de fazer uma radiografia das TVs Câmaras municipais, foi elaborada uma amostra a partir deste universo dos municípios cabeados e foram definidos cinco critérios para garantir a representatividade da mesma, porte do município, região, perfil da grade de programação, modelo de gestão e tempo de atividade. Em busca de preservar a legitimidade da amostra, ficou estabelecido o número mínimo de dez municípios, respeitando-se os cinco critérios, no entanto, existiu a oportunidade de inclusão de mais três municípios, totalizando treze Câmaras Municipais na amostra.

A referência para o critério “porte do município” foi o tamanho do eleitorado que, por sua vez, também serve como referência para a definição do número de vereadores; assim, a amostra ficou com um espectro que vai de doze a trinta e três vereadores, sendo que cinco Câmaras têm até quinze vereadores, seis entre dezesseis e vinte vereadores e duas Câmaras mais de vinte. A distribuição regional ficou equilibrada, na medida em que todas as regiões ficaram representadas na amostra, do litoral, passado pela grande São Paulo até o extremo oeste do estado. Em relação à tecnologia disponibilizada para acesso, a radiografia das TVs Câmaras municipais paulistas apontou para a consolidação da web TV, já que apenas Bauru e Sorocaba ainda não implantaram este meio de transmissão.

Quanto à grade de programação, foram identificados dois tipos básicos, uma restrita às transmissões das sessões plenárias, caso das Câmaras de Ribeirão Preto, Santos e São Carlos, e outra mais ampla, com programas de jornalismo e de entrevistas que, muitas vezes, envolvem a gravação de cenas externas. Também foram dois os modelos de gestão encontrados, o “terceirizado”, quando a Casa Legislativa contrata uma empresa para fazer a operação da TV, casos de Ribeirão Preto, São Carlos e Campinas, e o “institucional” que é aquele onde a própria Câmara é responsável pela gestão e operação da TV. O cargo de diretor da TV é de nomeação do

presidente da Mesa e, assim, está exposto à rotatividade da mesa o que contribui para situações de descontinuidade administrativa.

O critério “tempo de atividade” foi incluído com o objetivo de garantir a presença na amostra de experiências mais consolidadas, como Bauru que tem mais de dez anos e foi a primeira TV legislativa do interior, quanto de outras recentes e, como foi o caso da Câmara de Marília, acompanhar um processo em fase de implantação.

Um aspecto central para esta tese é o potencial da TV legislativa para ser *accountable* e, também, estimular um comportamento responsivo dos parlamentares; dessa forma, é importante conhecer as condições para os parlamentares terem acesso à “telinha” e o conteúdo ao qual os representados têm acesso. Para tanto, foi feito levantamento nos regimentos internos sobre as regras que normatizavam o uso da palavra em outros momentos da sessão plenária que não o dos encaminhamentos de processo de votação de projetos e resoluções. O regime de votação também foi investigado na medida em que o sistema adotado, diferenciando-se, basicamente, entre aberto e fechado, pode interferir no acompanhamento dos representados. Por outro lado, também se verificou a existência de espaços para manifestação do cidadão e da sociedade organizada nas sessões plenárias, ou seja, além das reuniões das audiências públicas, o que representaria potencial para a ampliação da democratização da esfera pública.

A escolha da TV Câmara de São Paulo para o estudo de caso justifica-se não só pela sua importância política e pioneirismo, mas fundamentalmente porque sua trajetória foi repleta de experiências que serviram como referência para a implantação e operação de várias TVs legislativas. Para estudar a TV CMSP foram entrevistados três ex-diretores e quatro ex-presidentes da Casa. A CMSP optou pela gestão terceirizada e, atualmente, conta com tecnologia de transmissão via cabo e pela internet. A TV iniciou as suas transmissões em 1996, criada pelo então presidente o radialista Nelo Rodolfo (PMDB), seis meses antes da TV ALESP, com

potencial de audiência maior em função do maior número de assinantes de TV a cabo na capital do que no interior, apesar de ser obrigada a compartilhar a grade com a TV ALESP por força da lei do Cabo. Nestes mais de dez anos de existência, a TV ficou fora do ar por quase um ano depois da cassação do presidente da Casa vereador Armando Melão (PMDB). O presidente seguinte, vereador José Eduardo Cardozo (PT) foi responsável por recolocá-la no ar.

As resistências iniciais dos vereadores transformaram-se em demanda para a participação em programas criados mais recentemente com novos formatos e propostas, como o “Expresso Paulistano” que é gravado em um bairro da cidade com a participação de lideranças locais e o vereador que tenha tido votação expressiva na região. O programa de esportes, “Câmara Esporte Clube”, que trata do esporte na cidade e conta com vereadores ligados à área no estúdio, gera polêmica entre os vereadores e profissionais entrevistados. A trajetória da TV CMSP foi marcada, até aqui, por significativa descontinuidade administrativa, resultando em inúmeras mudanças na grade de programação e comprometendo a formação da sua identidade.

## CAPÍTULO 5

### DESENHO METODOLÓGICO E CENÁRIO DA PESQUISA

#### 5.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é discutir as bases metodológicas adotadas nesta tese que sustenta a hipótese de que o modelo das TVs legislativas brasileiras, definidas, aqui, como uma “mídia da fonte”, tem características que a tornam *accountable* no sentido de apresentar potencial para estimular comportamento responsivo dos parlamentares e de contribuir para a informação (e formação) do cidadão; com base na reflexão sobre o impacto da mídia eletrônica no comportamento social e no conceito de *accountability*. Para tanto, esta pesquisa contou com três entradas, o mapeamento e a radiografia das TVs legislativas estaduais e municipais paulistas, entrevistas em profundidade com os profissionais responsáveis pelas TVs legislativas e entrevistas do tipo *survey* com parlamentares.

O capítulo está dividido em seis seções, a primeira discute os dois públicos escolhidos para as entrevistas, profissionais das TVs legislativas e parlamentares, e apresenta os critérios para a definição das amostras, tanto dos municípios quanto dos entrevistados. A segunda seção trata do cuidado necessário na análise das entrevistas, considerando que, em muitos trechos, o objeto das entrevistas são os próprios entrevistados, sugerindo, assim, uma suspeição sobre os resultados. A experiência da realização do campo tem um breve relato na quarta seção. A seção cinco discute em detalhes os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, o questionário aplicado nas entrevistas com os parlamentares e o roteiro das entrevistas em profundidade com os profissionais das TVs legislativas. O perfil dos parlamentares entrevistados, deputados estaduais

paulistas, vereadores paulistanos e vereadores do interior paulista, é apresentado na sexta seção. A última seção é dedicada às técnicas metodológicas quantitativas e qualitativas adotadas na análise das entrevistas.

## **5.2. O desenho da pesquisa: a fala de dois públicos - parlamentares e profissionais**

O universo das TVs legislativas brasileiras é formado por TVs pertencentes a todos os níveis legislativos, federal, estadual e municipal; sendo que, neste último nível, a TV está presente tanto em capitais como em municípios do interior. Neste cenário de diversidade de experiências de TVs legislativas, esta pesquisa construiu a hipótese de que os efeitos do impacto das TVs legislativas poderiam variar em função da esfera legislativa a que pertencessem, assim, foi definido que seria de grande importância para a compreensão do objeto de estudo que estes níveis estivessem representados na pesquisa, estadual, capital e município do interior. Por fim, como já existiam alguns estudos sobre as TVs legislativas federais, TV Senado e TV Câmara, foi definido que estas fariam parte da pesquisa apenas em caráter ilustrativo.

A partir dos achados de um levantamento inicial com o objetivo de delimitar o universo das TVs legislativas no Brasil e fazer uma radiografia do funcionamento das mesmas, foi elaborado o desenho da pesquisa que passou a contar com três entradas para estudar os efeitos das TVs legislativas estaduais e municipais, uma que consiste na análise de quatro variáveis, modalidade da transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, o perfil da programação e o modelo de gestão, uma segunda entrada que consiste em entrevistas com os parlamentares e, como uma terceira via de acesso ao objeto da pesquisa foram entrevistados profissionais e diretores das TVs legislativas que compuseram a amostra.

Para a primeira entrada, levantamento e análise de variáveis de funcionamento das TVs legislativas, todas as TVs pertencentes às Assembléias Legislativas foram incluídas, no entanto, em relação às Casas legislativas municipais, considerando o tamanho do universo, apenas o estado de São Paulo foi considerado. Foram três os principais critérios usados para a escolha do estado de São Paulo, o expressivo número de Câmaras Municipais com TV, comparativamente aos outros estados, a facilidade de acesso a estes municípios e a importância política e econômica do mesmo no cenário nacional. A definição dos critérios para as entrevistas com os parlamentares será apresentada em detalhes na próxima seção.

A terceira entrada da pesquisa consiste nas entrevistas com os profissionais responsáveis pelas TVs legislativas que, no caso das Casas legislativas municipais foi escolhido o responsável pela TV, porém, para a TV da Câmara Municipal de São Paulo e da TV da Assembléia Legislativa, tendo em vista a dimensão, a complexidade e a importância política destes legislativos outros profissionais, como chefe de jornalismo, editores, produtores e apresentadores também foram entrevistados. Esta entrada é da máxima importância na medida em que os profissionais trazem como contribuição para a pesquisa a opinião do “outro lado” da TV legislativa, dito em outras palavras, do lado dos que fazem a TV no seu dia-a-dia, dos profissionais que colocam no ar o conteúdo legislativo que os representados terão acesso através da “telinha”.

### **5.2.1. Plano amostral: critérios para definição da amostra dos parlamentares**

Os parlamentares, de alguma forma e em alguma medida, representam a sociedade, apesar das falhas neste sistema de representação política apontadas pela literatura especializada, e estão vinculados aos mais diversos interesses como partidos políticos, movimentos sociais, classes, entre outras. Em relação aos parlamentares, esta pesquisa tratou de três situações, produto



dos diferentes níveis de Poder Legislativo abordados, o estadual e o local, sendo que o local incluiu a capital e municípios do interior.

Atualmente, a Assembléia Legislativa de São Paulo tem uma representação de noventa e quatro cadeiras, a Câmara Municipal de São Paulo de cinquenta e cinco e os treze municípios que compõem a amostra do interior que, somados, totalizam mais de duzentos e vinte e oito representantes eleitos por voto direto, em eleições livres e regulares; condição que indica a técnica de delimitação de universo por composição de amostra. Porém, quando se faz a opção pela técnica de amostragem, caso desta pesquisa, um novo desafio se coloca, quais serão os critérios para a definição da amostra, quais os pressupostos que os justificam? Mais do que explicitar os critérios de seleção para composição da amostra de entrevistados, é preciso definir os princípios que servirão de base para a escolha dos critérios sob pena de comprometer os resultados da pesquisa.

Por fim, é importante ressaltar que, independentemente do critério escolhido, a definição de critérios, por natureza, carrega limitações de origem na medida em que, ao definir a seleção de uns, exclui outros. Nesta direção, a principal preocupação era adotar critérios que possibilitassem a escolha de interlocutores que, efetivamente, representassem todo o espectro de opiniões sobre o objeto desta pesquisa, a TV legislativa. Os dois principais fatores que nortearam este processo decisório foram o sistema presidencialista de direção das Casas legislativas e a estrutura administrativa e o poder político dos partidos com representação na Casa, verificada na figura do “líder partidário”. Dessa forma, ficou estabelecido que a amostra dos deputados estaduais e dos vereadores da capital seria formada pelos líderes partidários. Dos doze partidos com estrutura de liderança reconhecida no Colégio de Líderes da ALESP em abril de 2007, apenas o líder do PTB, deputado Campos Machado recusou-se a dar entrevista; aliás, deputado conhecido pela pequena disponibilidade em conversar com a mídia em geral.

**Quadro 5.2.1**  
Líderes partidários da Assembléia Legislativa de São Paulo  
(2006)

<b>Deputado</b>	<b>Partido</b>	<b>Nº Deputados</b>	<b>% Total</b>
Edmir Chedid	DEM	09	10
Ana Maria Martins	PC do B	02	2
Rogério Nogueira	PDT	06	6
Baleia Rossi	PMDB	04	4
Salim Curiati	PP	02	2
Arnaldo Jardim	PPS	05	5
Arthur Alves Pinto	PR	02	2
Vinícius Camarinha	PSB	04	4
Said Murad	PSC	02	2
Ricardo Trípoli	PSDB	21	22
Ênio Tatto	PT	22	23
Campos Machado	PTB	09	10
Pe. Afonso Lobato	PV	05	5
	Outros	01	1
Total		94	100

Fonte: Site da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, acessado em abril de 2006.

Na realidade, a inclusão na amostra dos ex-presidentes não estava definida inicialmente, mas, logo nas primeiras entrevistas com os líderes partidários, percebi a necessidade de incluí-los em função do sistema presidencialista que rege as decisões nas Casas legislativas. Tendo em vista que a Câmara Municipal de São Paulo também tem grande importância no cenário político e que a prefeitura paulistana tem o terceiro orçamento do país, foram aplicados os mesmos critérios também para a amostra dos vereadores.

**Quadro 5.2.2**  
Líderes partidários da Câmara Municipal de São Paulo  
(2006)

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>	<b>Nº Vereadores</b>	<b>% Total</b>
Domingos Dissei	DEM	07	13
Milton Leite	PMDB	02	4
Áttila Russomano	PP	03	5
Myriam Athiê	PPS	02	4
Aurélio Miguel	PR	05	9
Atílio Francisco	PRB	01	2
Noemi Nonato	PSB	02	4
Marcos Zerbini	PSDB	13	24
Carlos Gianezzi	PSOL	01	2
Arselino Tatto	PT	12	22
Dr. Farhat	PTB	04	7
Roberto Trípoli	PV	03	5
Total		55	100

Fonte: Site da Câmara Municipal de São Paulo, acessado em abril de 2006.

Já em relação aos líderes partidários da Câmara paulistana, além das remarcações e esperas, não foi possível realizar a entrevista com quatro líderes partidários, por diferentes razões, ou porque não foram localizados durante todo o período de realização do campo, cerca de dez meses, ou porque não foi possível vencer a barreira dos assessores. Os líderes partidários que não foram entrevistados são o líder do PRB, Atílio Francisco, a líder do PSB, Noemi Nonato, o líder do PSOL, Carlos Gianezzi e o líder do PP, Áttila Russomano.

Na tentativa de manter a representatividade da amostra dos vereadores da capital, foram incluídos três vereadores, Carlos Apolinário (DEM), com vinte e cinco anos de vida pública, no exercício do quinto mandato e Celso Jatene (PTB), no segundo mandato, terceiro mais votado e exerceu o cargo de vice-presidência na Mesa. O vereador José Américo (PT), além de jornalista, foi 1º secretário na Mesa do presidente Ricardo Trípoli (PV) que o nomeou mediador da Mesa junto à direção da TV. Da mesma forma que no caso da ALESP, também foram incluídos na amostra os ex-presidentes no período da existência da TV legislativa e só não foi entrevistado o Armando Mellão (PMDB) porque, depois da cassação, ele se afastou da vida pública.

Por sua vez, a realidade política das Câmaras dos municípios do interior, como esperado, é distinta da ALESP e da CMSP e, assim, para estas, ficou definido que seria suficiente entrevistar o presidente para compor a amostra de Casas legislativas do interior com TV. Se, por um lado, a agenda dos presidentes das Câmaras Municipais do interior era, em muitos casos, de mais fácil acesso do que a dos deputados estaduais líderes partidários e membros da Mesa; por outro, era necessário conciliar a disponibilidade do presidente da Câmara e do responsável pela TV e, sempre que possível, com o dia de sessão plenária para que eu pudesse acompanhar a transmissão de uma sessão, ao vivo e sem cortes, “in loco” com o objetivo de observar a movimentação das câmeras e dos parlamentares.

### **5.3. Quando se fala sobre si mesmo: a suspeição sobre os resultados**

Outra preocupação que se colocou desde o início da preparação do trabalho de campo e permeou toda a sua realização foi a de como conseguir que os entrevistados explicitassem suas opiniões o mais sinceramente possível, dito de outra forma, como romper a barreira do político profissional tão acostumado a lidar com o discurso? Afinal, falar sobre a própria atividade, seus

pares e sobre si mesmo é sempre complicado, em qualquer atividade e nestes casos, é recomendável que se tenha uma maior suspeição sobre os resultados.

Com o objetivo de minimizar os efeitos negativos desta limitação, foram adotadas duas medidas, ambas da maior importância, apesar de suas distinções, a primeira foi o cuidado extra na elaboração do questionário, que será discutido em detalhes na seção 5.5 deste capítulo e, a segunda, a realização de entrevistas com os profissionais responsáveis pelas TVs legislativas da amostra que, por sua vez, configurou-se como mais uma entrada da pesquisa.

Cabe registrar que outros dois fatores, que podem ser considerados como externos ao desenho da pesquisa, contribuíram para a realização mais espontânea das entrevistas com homens e mulheres, em sua maioria, acostumados com o comando, com os bastidores do exercício do poder, com a oratória e a arte de convencer; o fato de eu estar vinculada a uma universidade e a minha experiência profissional como moderadora de grupos de discussão.

#### **5.4. Trabalho de campo**

Esta seção consiste em uma espécie de diário de campo onde eu relato, de forma mais pessoal e assistemática, a minha experiência como pesquisadora na realização do campo. Início mencionando as duas maiores dificuldades para a realização do campo desta pesquisa, a primeira, convencer a assessoria dos parlamentares, principalmente quando estes tinham um assessor de imprensa, de que a entrevista, para ter validade, precisaria ser feita pessoalmente – nada de entrevista por correio eletrônico. A segunda, que a entrevista precisaria ser feita com o próprio parlamentar, mesmo que fosse o assessor de imprensa o responsável por escrever todos os seus discursos e preparar as respostas do parlamentar às perguntas da imprensa.

Precisei formalizar a solicitação da entrevista, com justificativa detalhada, por escrito. A grande maioria dos entrevistados, como condição para agendar a entrevista, queria ter acesso

prévio ao conteúdo do questionário. Eu tive o privilégio de realizar todas as quarenta e duas entrevistas com os parlamentares e as vinte e quatro com os profissionais das TVs, o que, por um lado, na minha opinião, representou um ganho inestimável para a análise, e atrasos significativos no cronograma, por outro. Foram inúmeras as entrevistas remarcadas ou canceladas, já com a minha presença na sala de espera do gabinete, vale lembrar que 2006, o ano de realização de mais de 80% das entrevistas, foi ano eleitoral e mais de 90% dos entrevistados eram candidatos à reeleição ou a outros cargos, fora os períodos de recesso do Legislativo.

Gostaria de registrar ainda que, se por um lado, foi grande a dificuldade para agendá-las, por outro, independentemente das peculiaridades de cada um dos quarenta e dois parlamentares entrevistados, não houve sequer um entrevistado que desistisse da entrevista no transcorrer da mesma, ou seja, antes do seu término; mesmo a entrevista sendo longa, já que sua duração era superior a trinta minutos.

Como último destaque do diário de campo, a significativa diferença de disponibilidade para dar as entrevistas, tanto de tempo quanto pessoal, entre, de um lado, os deputados e vereadores da capital e, de outro, os vereadores das Câmaras Municipais do interior, apesar destes últimos serem presidentes em exercício.

As viagens para os municípios que compuseram a amostra das TVs legislativas do interior paulista, no total de treze, foram uma experiência que, por si só, já valeria uma tese. As entrevistas eram em “dose dupla”, presidente da Casa e diretor da TV e, como se não bastasse, ainda tinha o acompanhamento da sessão plenária, percorrer o prédio da Câmara e conhecer as instalações da TV, quando a administração não era terceirizada.

## **5.5. Instrumento de coleta de dados: questionário e roteiro de entrevistas**

Os instrumentos de coleta de dados usados nesta pesquisa são de dois tipos, para os parlamentares foi aplicado um questionário e, no caso dos profissionais das TVs legislativas, um roteiro de entrevista em profundidade, respectivamente anexo 1 e 2 desta tese. Sem dúvida, o questionário é um instrumento de coleta de dados mais rígido, porém, ele oferece produtos desenhados para o processamento quantitativo. Por outro lado, como as entrevistas foram gravadas e transcritas, todos os comentários dos entrevistados às respostas fechadas foram analisados e, quando pertinentes, aproveitados na pesquisa.

Na tentativa de responder às questões que orientaram este trabalho foi aplicado nos parlamentares um questionário com formulações já testadas em outros estudos da área e formulações originais, que tratam especificamente do objeto desta pesquisa, as TVs legislativas. O questionário é estruturado com perguntas fechadas, abertas e do tipo “bateria”. A pergunta fechada é aquela em que as respostas já estão pré-definidas e na pergunta aberta, como o nome sugere, a resposta é livre. Já a pergunta do tipo “bateria” testa uma série de afirmações em algum tipo de escala de satisfação ou concordância. Por fim, a ordem das perguntas em um questionário também é um elemento cuidadosamente estudado na busca de evitar que determinada formulação influencie no conteúdo das respostas dos entrevistados.

Quando da formulação de perguntas abertas, os entrevistados foram, todas as vezes, estimulados, ‘mais alguma coisa?’, ‘gostaria de acrescentar algo?’. O processo de codificação das respostas às perguntas abertas, respostas discursivas, com o objetivo de que estas possam ser analisadas também quantitativamente consiste, primeiro, na elaboração de categorias, construídas com base na fala dos entrevistados, inclusive com apropriação<sup>97</sup> de alguns dos termos usados

---

<sup>97</sup> Neste caso, não se trata da metodologia específica para análise de discurso, mas de recurso para análise de resultados de perguntas abertas, largamente utilizado pelos institutos de pesquisa de opinião e de mercado.

pelos entrevistados. Na realidade, como o procedimento de criação das categorias funciona por aproximação, ele apresenta limitações de origem.

Outra limitação significativa do processo de categorização diz respeito à subjetividade do pesquisador ao interpretar as respostas dos entrevistados, conferindo-lhes significado e, principalmente, ao nomear as categorias o mais sucintamente possível. Cabe ressaltar que o pesquisador não leva em consideração apenas a resposta completa àquela pergunta, mas, também, o conteúdo da entrevista como um todo e o contexto em que ela foi realizada. De qualquer forma, no sentido de minimizar os efeitos negativos desta limitação para a análise do leitor, que não teve acesso às entrevistas completas, foram elaborados quadros com explicações resumidas sobre o significado das interpretações feitas. Por fim, as categorias criadas são transformadas em códigos para que seja possível verificar a frequência das mesmas.

## **5.6. Quem está falando: perfil dos parlamentares entrevistados**

O perfil dos entrevistados foi analisado e está caracterizado por onze variáveis, das quais algumas podem ser consideradas tradicionais nos estudos de Ciências Sociais, como sexo, idade, escolaridade, partido político e região; outras são específicas do objeto desta pesquisa, como cargo, número de mandatos, atividades exercidas antes do início da vida pública e atuação na mídia comercial.

A tabela 5.6.1 abaixo mostra a divisão da amostra por região e tipo de mandato. A região “estado” é representada pelos líderes partidários e ex-presidentes da Assembléia Legislativa de São Paulo – a região “Capital” pelos líderes partidários e ex-presidentes da Câmara Municipal de São Paulo e a região “Interior” pelos presidentes das Câmaras Municipais do interior paulista, totalizando quarenta e dois parlamentares.



Recapitulando, o principal critério para definição das amostras da ALESP e da CMSP foi o exercício de cargo de liderança partidária no ano de 2006, acrescidos dos ex-presidentes das casas desde a criação das TVs legislativas nas mesmas. Para a amostra que representa os municípios do interior<sup>98</sup> com TV legislativa, o critério foi o exercício do cargo de Presidente da Casa Legislativa no ano de 2006<sup>99</sup>.

**Tabela 5.6.1**  
Amostra por região e mandato legislativo

	n	%
<i>Região</i>		
Estado	16	38
Capital	13	31
Interior	13	31
Total	42	100
<i>Mandato</i>		
Vereador	26	62
Deputado estadual	16	38
Total	42	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Cabe destacar que a distribuição da amostra pelas regiões é bastante homogênea, sendo 38% de deputados da ALESP, 31% de vereadores da CMSP e 31% é formada por vereadores das Câmaras Municipais do interior. Por outro lado, em relação aos cargos, há predominância de vereadores que totalizam 62% da amostra.

A tabela 5.6.2 abaixo apresenta a distribuição da amostra por sexo e faixa etária. As mulheres representam uma minoria absoluta dentre os parlamentares da amostra, em

<sup>98</sup> Para detalhes ver capítulo 4 desta tese.

<sup>99</sup> Ano de realização de cerca de 80% das entrevistas.

concordância com diversos estudos<sup>100</sup> que mostram este mesmo quadro em todos os níveis do Parlamento brasileiro. Apesar de não existirem elementos suficientes para uma análise mais aprofundada, o fato é que há apenas uma mulher em cada região, na amostra do “estado” a líder do PC do B, deputada estadual Ana Maria Martins, a líder do PPS, vereadora Myriam Athiê, na amostra da “Capital” e a vereadora Diana Cury, PMDB, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos.

**Tabela 5.6.2**

Sexo e faixa etária - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Sexo</i>								
Masculino	39	93	15	94	12	92	12	92
Feminino	3	7	1	6	1	8	1	8
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	100
<i>Idade</i>								
21 a 24 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
25 a 34 anos	4	10	3	19	0	0	1	8
35 a 44 anos	5	12	1	6	2	15	2	15
45 a 50 anos	8	19	2	13	4	31	2	15
51 a 55 anos	9	21	2	13	6	46	1	8
56 a 60 anos	5	12	2	13	0	0	3	23
61 a 65 anos	3	7	1	6	0	0	2	15
66 anos ou mais	4	10	2	13	0	0	2	15
Não respondeu	4	10	3	19	1	8	0	0
Total	42	101	16	102	13	100	13	99

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

<sup>100</sup> Ver “A representação do feminino nas eleições de 2006”, Soares (et alli), trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.

Como mostram os dados da tabela 5.3.2 acima, quatro parlamentares, três deputados estaduais e um vereador da capital não declararam a idade; o deputado Arthur Alves Pinto, líder do PL, o deputado Ênio Tatto, líder do PT, o deputado Rogério Nogueira, líder do PDT e o vereador Dr. Farhat, líder do PTB. Ainda com base na tabela 5.6.2 acima, não existem parlamentares nas três amostras, estado, capital e interior, na faixa etária de 21 a 24 anos; também não existe vereador na amostra da capital na faixa etária de 25 a 34 anos. A amostra do interior é a que concentra o maior percentual de parlamentares acima de 56 anos, 53%, contra 32% da capital e 29% do estado. O nível de escolaridade é mais um dos fatores que compõe o perfil da amostra e está representado na tabela 5.6.3 abaixo.

**Tabela 5.6.3**  
Escolaridade e Curso Superior- amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Nível de instrução</i>								
Primário incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0
Primário completo	0	0	0	0	0	0	0	0
Ginasial inc. / compl.	0	0	0	0	0	0	0	0
Colegial incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0
Colegial completo	3	7	1	6	0	0	2	15
Superior incompleto	2	5	0	0	1	8	1	8
Superior completo	37	88	15	94	12	92	10	77
Pós-graduação	0	0	0	0	0	0	0	0
Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	100
<i>Curso superior</i>								
Direito	21	57	8	53	7	58	6	60
Jornalismo	2	5	0	0	2	17	0	0
Medicina	4	11	3	20	0	0	1	10
Serviço Social	1	3	1	7	0	0	0	0
Engenharia	3	8	1	7	3	17	0	0
Outros	6	16	2	13	1	8	3	30
Total	37	100	15	100	12	100	10	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Chama atenção o elevado índice de escolaridade dos entrevistados, significativamente contrastantes com a média de anos de escolaridade da população brasileira, sendo que 88% da amostra total têm nível de instrução superior completo. Este índice é ainda maior na amostra dos deputados estaduais, 94%, já na amostra dos vereadores do interior encontra-se o menor índice de nível de instrução superior completo, 77%. Outra observação interessante diz respeito ao curso superior dos entrevistados, considerando que mais da metade da amostra total, 57%, é formada em Direito<sup>101</sup>, sem diferenças significativas entre as regiões.

Os dados da tabela 5.6.4 abaixo indicam a distribuição dos entrevistados pela variável partido político e por cargo. Neste caso, não se pode esquecer que tanto a amostra de deputados estaduais, quanto à de vereadores da capital, por critério da pesquisa, como já mencionado neste capítulo, são compostas pelos líderes partidários, pelo presidente e pelos ex-presidentes.

Já em relação à amostra dos municípios do interior, a escolha desta pesquisa foi a de entrevistar o presidente das Câmaras. Nesta direção, chama atenção que não há, dentre os treze presidentes entrevistados, nenhum pertencente às fileiras do PT, ao passo que 31% são do PMDB e outros 31% do PSDB.

---

<sup>101</sup> Apesar da grande relevância para os estudos na área das Ciências Sociais, a análise dos processos de recrutamento político e carreira política não estão entre os objetivos desta pesquisa. Ver Luis Felipe Miguel (2003).

**Tabela 5.6.4**

Partido Político e cargo - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Partido Político</i>								
PMDB	7	17	1	6	2	15	4	31
DEM	5	12	2	13	2	15	1	8
PSDB	9	21	4	25	1	8	4	31
PR	3	7	1	6	1	8	1	8
PPS	4	10	1	6	1	8	2	15
PT	5	12	2	13	3	23	0	0
PTB	2	5	0	0	2	15	0	0
PDT	1	2	1	6	0	0	0	0
PSB	2	5	1	6	0	0	1	8
PV	2	5	1	6	1	8	0	0
PP	1	2	1	6	0	0	0	0
PC do B	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	100	16	99	13	100	13	101
<i>Cargo</i>								
Líder Partidário	16	38	10	63	6	46	0	0
Presidente	14	33	1	6	0	0	13	100
Ex-presidente	9	21	4	25	5	38	0	0
Outro cargo na Mesa	3	7	1	6	2	15	0	0
Total	42	99	16	100	13	99	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

O mandato que estava sendo exercido pelo entrevistado, no sentido do número de mandatos exercidos para aquele mesmo cargo como representante no Poder Legislativo, deputado estadual, vereador na capital ou vereador no município do interior, também foi considerado, nesta pesquisa, como uma variável. Com base na tabela 5.6.5 abaixo, chama atenção o percentual de líderes partidários na ALESP no exercício do primeiro mandato, 31%. Por outro lado, na amostra do interior, nenhum presidente está no seu primeiro mandato, cenário que parece razoável considerando que o cargo de presidente das Casas legislativas é acirradamente disputado entre os

membros e, normalmente, os parlamentares novatos<sup>102</sup> não chegam nem a disputar por falta experiência e articulação política. Do total dos oito entrevistados, com cinco ou mais mandatos, considerados “arquivos ambulantes”, em função do conhecimento do regimento interno e do volume de informação acumulados pelos números de mandatos exercidos, quatro são deputados estaduais, três vereadores da capital e um vereador do interior.

**Tabela 5.6.5**  
Quantidade de mandatos exercidos - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Mandato</i>								
Primeiro	6	14	5	31	1	8	0	0
Segundo	11	26	2	13	5	38	4	31
Terceiro	9	21	2	13	3	23	4	31
Quarto	8	19	3	19	1	8	4	31
Quinto	3	7	1	6	2	15	0	0
Mais de cinco	5	12	3	19	1	8	1	8
Total	42	99	16	101	13	100	13	101

Nota. (1) resposta múltipla

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Ainda com base nos dados da tabela 5.6.5 acima, mesmo que apenas 14% da amostra total estão no exercício do seu primeiro mandato, o que significa que mais de 80% dos entrevistados já estão na atividade política de forma profissional há mais de quatro anos; achou-se relevante, para este estudo, levantar a principal atividade dos entrevistados antes de exercerem mandato, com o principal objetivo de relacionar sua atividade com sua posterior relação com a mídia e opinião dele sobre esta última.

<sup>102</sup> Importante registrar que o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Rodrigo Garcia (DEM) foi uma exceção neste estudo porque assumiu a presidência da ALES no exercício do seu primeiro mandato ao vencer a disputa com o candidato do então governador do estado que era do PSDB.

Assim, a tabela 5.6.6 abaixo apresenta os resultados à pergunta, feita com a apresentação de cartão onde constavam as atividades listadas na tabela e que permitia resposta múltipla, sobre as principais atividades exercidas antes do ingresso na vida pública. Como se pode observar, são significativas as variações no cruzamento com a região e, apesar da atividade “movimentos sociais” ter 22% das menções entre os deputados, este percentual sobe para 29% entre os vereadores da capital e cai para 10% entre os vereadores do interior. Por outro lado, entre estes últimos, os vereadores do interior, a atividade “profissional liberal” tem 30% das citações, contra 8% da capital e 17% entre os deputados estaduais.

**Tabela 5.6.6**  
Principal atividade antes de ser parlamentar - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Atividade prévia (RM)<sup>1</sup></i>								
Sindicalista	3	5	1	5	0	0	2	10
Movimento estudantil	10	16	5	24	4	17	1	5
Movimentos sociais	14	22	6	29	6	26	2	10
Empresário	9	14	2	10	3	13	4	20
Profissional liberal	7	11	0	0	1	4	6	30
Funcionário público	2	3	2	10	0	0	0	0
Profissional da mídia	3	5	0	0	2	9	1	5
Militância partidária	13	20	4	19	6	26	3	15
Outros	3	5	1	5	1	4	1	5
<b>Total (menções)</b>	<b>64</b>	<b>101</b>	<b>21</b>	<b>102</b>	<b>23</b>	<b>99</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Nota. (1) resposta múltipla

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

A última variável que fez parte da caracterização do perfil dos entrevistados foi chamada de “mídia” e diz respeito ao relacionamento direto destes com a mídia. A variável é do tipo “sim” ou “não”, na verdade, definida como “tem programa na Mídia” lembrando que, neste estudo, o

termo mídia refere-se à mídia comercial. Tendo em vista que esta é uma variável de grande relevância em função do impacto que pode produzir no comportamento e na opinião dos parlamentares entrevistados em relação à Mídia em geral e à TV legislativa em específico, optou-se por duas formas de apresentação, com as frequências e a nominal, conforme as tabelas 5.6.7 e o quadro 5.6.1 abaixo.

**Tabela 5.6.7**

Participação regular em Programas de TV ou rádio - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Tem programa de rádio ou TV</u></i>								
Sim	9	21	3	19	4	31	2	15
Não	33	79	13	81	9	69	11	85
Total	42	100	16	100	13	100	13	100
<i><u>Veículo do programa</u></i>								
Rádio AM	7	78	2	50	3	75	2	100
Rádio FM	0	0	0	0	0	0	0	0
TV aberta	2	22	1	50	1	25	0	0
TV paga	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	9	100	3	100	4	100	2	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.  
 Tabulação da autora.



### Quadro 5.6.1

Parlamentar com programa na Mídia comercial - nominal					
Parlamentar	Cargo	Partido	Casa	Veículo	Programa
Baleia Rossi	Líder	PMDB	ALESP	TV	Local / Ribeirão Preto
Edmir Chedid	Líder	DEM	ALESP	Rádio	Local / Bragança Pta.
Vinícius Camarinha	Líder	PSB	ALESP	Rádio	Local / Marília
Carlos Apolinário	Líder	DEM	Capital	Rádio e TV	Igreja (evangélica)
Dr. Faraht	Líder	PTB	Capital	TV	“Ratinho”
Myriam Athiê	Líder	PPS	Capital	Rádio	Local
Nelo Rodolfo	Ex-presid.	PMDB	Capital	Rádio	Rádio Globo
Diana Cury	Presidente	PMDB	São Carlos	Rádio	Local / São Carlos
Ed Thomas	Presidente	PMDB	Presidente Prudente	Rádio	Rádio Globo

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

O anexo 3 desta tese é um resumo nominal do perfil dos entrevistados, onde constam as principais variáveis analisadas nesta pesquisa.

#### 5.7. Análise das entrevistas: abordagem quantitativa e qualitativa

Com o objetivo de explorar toda a riqueza oferecida pelas entrevistas com os parlamentares na busca de responder às questões colocadas por esta pesquisa, optou-se por fazer uma análise com dupla abordagem, uma quantitativa, com processamento dos dados em programa estatístico, e outra qualitativa, com análise das falas dos entrevistados. Cabe ressaltar que, no caso da análise das falas dos entrevistados não se trata de técnicas de análise de discurso, apenas de complementar a abordagem quantitativa com os comentários feitos ao longo das

entrevistas e que apresentavam potencial explicativo para os aspectos do objeto em estudo, a TV legislativa.

No caso da abordagem quantitativa, esta privilegiou, entre as inúmeras possibilidades de cruzamento entre variáveis, através do recurso do “crosstabs” do programa estatístico usado, o SPSS, o cruzamento com a variável “região”, tendo em vista que este cruzamento mostrou-se, comparativamente a outros testados, um maior interesse para pesquisa em função das significativas variações observadas. A escolha pelo cruzamento com a variável “região” que, aqui, significa a Casa legislativa, Assembléia Legislativa, Câmara da capital ou Câmaras dos municípios do interior, tem correspondência com a definição das amostras do estudo.

## **5.8. Considerações finais**

O desenho final da pesquisa apresentou três entradas - a radiografia das TVs legislativas estaduais e municipais paulistas, entrevistas em profundidade com os profissionais responsáveis pelas TVs legislativas e entrevistas do tipo *survey* com parlamentares. A definição de ouvir os dois públicos, profissionais e parlamentares, justifica-se porque os primeiros são os responsáveis, no caso brasileiro, pela criação das TVs legislativas e, os segundos, pela sua operação.

Dois critérios nortearam a seleção dos parlamentares para a formação da amostra, o sistema presidencialista de direção das Casas Legislativas e a estrutura administrativa e de poder da figura do “líder partidário”. No início do campo da ALESP e da CMSP, verificou-se a necessidade de complementar a amostra com a inclusão de ex-presidentes da Casa. No caso das Câmaras dos municípios do interior, que vivem outra realidade política e administrativa, o critério adotado foi o de entrevistar o presidente em exercício no ano de 2006. Assim, a amostra total ficou composta por quarenta e dois parlamentares, sendo 38% de deputados estaduais, 31% de vereadores da capital e 31% de vereadores do interior.

Considerando que as entrevistas seriam realizadas com políticos profissionais e o objeto da pesquisa envolvia-os diretamente, a suspeição sobre os dados foi uma preocupação que exigiu cuidados especiais em todas as etapas, na elaboração do questionário, na realização das entrevistas e na análise dos resultados. Ainda como atenuante para possíveis vieses, as entrevistas com os profissionais das TVs serviram de contraponto. Um breve relato do tipo “diário de campo” buscou descrever a experiência do agendamento e realização das entrevistas e viagens.

Para as entrevistas com os parlamentares foi aplicado um questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas, algumas já testadas e outras com formulação original, voltadas para o objeto da pesquisa; as perguntas abertas foram codificadas e todas foram processadas em programa estatístico (SPSS). No processo de análise dos resultados foi feita uma exploração quantitativa e qualitativa dos dados, esta última com base nas falas dos entrevistados. As entrevistas em profundidade com os profissionais das TVs legislativas foram orientadas por um mesmo roteiro.

A análise do perfil dos parlamentares entrevistados foi feita a partir de onze variáveis, das quais algumas podem ser consideradas tradicionais nos estudos de Ciências Sociais, como sexo, idade, escolaridade, partido político e região; outras são específicas do objeto desta pesquisa, como cargo na Mesa, número de mandatos, atividades exercidas antes do início da vida pública e atuação na mídia comercial. Cabe destacar que na amostra total de quarenta e dois parlamentares, apenas três são mulheres, uma em cada “região”. A maior incidência de parlamentares acima de 55 anos está entre os vereadores do interior e não existe, em nenhuma das três amostras, parlamentar na faixa etária de 21 a 24 anos. O elevado índice de escolaridade da amostra total chama atenção, apesar da variação entre as regiões, 94% dos deputados tem terceiro grau completo, 92% dos vereadores da capital e 77% dos vereadores do interior, sendo que, em todas as amostras, o curso de Direito mostrou-se o de preferência entre os parlamentares

entrevistados. Como principal atividade antes de ser parlamentar, a militância em movimentos sociais e partido político concentram as respostas dos deputados, movimentos sociais e estudantis na amostra de vereadores da capital e a atividade de profissional liberal é a resposta de um terço dos vereadores do interior. Por fim, a atuação em algum tipo de mídia local está presente em 19% da amostra dos deputados, 31% dos vereadores da capital e 15% do interior.

## CAPÍTULO 6

### LUZ, CÂMERA, AÇÃO: COM A PALAVRA, OS PARLAMENTARES

#### 6.1. Introdução

Este capítulo apresenta os resultados das entrevistas realizadas com os quarenta e dois parlamentares que fizeram parte desta pesquisa que foi formada por dezesseis deputados estaduais da ALESP, dos quais dez líderes partidários, um primeiro-secretário, quatro ex-presidentes e um presidente; treze vereadores da Câmara de São Paulo, sendo sete líderes partidários, um vice-presidente, um primeiro-secretário, três ex-presidentes e um presidente e mais treze presidentes de Câmaras municipais do interior de São Paulo; com o objetivo de investigar os efeitos da TV legislativa sobre o comportamento parlamentar. As entrevistas são analisadas com base em metodologia<sup>103</sup> quantitativa e qualitativa.

Vários foram os temas abordados, nas mais de quarenta horas de entrevistas, relacionados a diferentes aspectos da TV legislativa, como o papel da TV legislativa, mudanças no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV, grade de programação, custo, direção e modelo de gestão; até a importância da TV legislativa para a divulgação do trabalho parlamentar e a opinião dos parlamentares sobre as transmissões das sessões de comissões parlamentares de inquérito – CPIs. O conhecimento dos parlamentares sobre as mídias das suas respectivas Casas Legislativas foi investigado, considerando que a TV legislativa é apenas uma das “mídias das fontes” destas estruturas do Poder Legislativo.

---

<sup>103</sup> Para detalhes sobre a metodologia usada nesta pesquisa, ver capítulo 5.

Alguns temas mais gerais da relação dos parlamentares com a mídia comercial também mereceram atenção desta pesquisa em função do seu potencial explicativo para o objeto em estudo. Dentre esses temas, a questão central que se buscou analisar trata da opinião dos parlamentares sobre a cobertura do trabalho legislativo feita pela mídia comercial e a opinião sobre as razões para a imagem predominantemente negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública; isto porque estas opiniões, como se verá, têm efeitos sobre a opinião dos parlamentares em relação à TV legislativa.

Sempre que possível, os resultados foram cruzados pela variável “região” para verificar a existência de variações entre os deputados estaduais, os vereadores da capital e do interior, com o objetivo de explicar o impacto da TV legislativa nos diferentes níveis do Poder Legislativo. Quando apareciam variações significativas, elas foram destacadas e analisadas comparativamente naquele contexto.

## **6.2. Opinião dos parlamentares sobre a atuação da Mídia na cobertura do trabalho do Poder Legislativo**

Como discutido no capítulo 1, a relação entre mídia<sup>104</sup> e política é permeada por conflitos que se renovam e se sofisticam em uma espécie de jogo cênico, onde os atores envolvidos, a mídia, representada pelos proprietários das empresas de comunicação e seus profissionais, de um lado, e os parlamentares de outro, na maioria das situações, defendem interesses contraditórios. No entanto, mídia<sup>105</sup> e parlamentares dependem um do outro; a mídia na busca de pautas que contribuam para aumentar os índices de audiência, alavancando as

---

<sup>104</sup> Neste capítulo, como de resto em toda a tese, o termo “mídia” refere-se às empresas comerciais, ou seja, empresas que não são financiadas majoritariamente com verba pública; referida também como “grande mídia” ou “mídia comercial”, de todos os meios de comunicação - jornais, rádio e televisão.

<sup>105</sup> Não faz parte dos objetivos deste capítulo a discussão teórica deste tema; porém algumas das razões que contribuem para explicar a relação entre mídia e Poder Legislativo foram discutidas no capítulo 1.

vendagens de espaços publicitários e, os parlamentares, para terem acesso à informação e, principalmente, para obterem visibilidade, com enquadramentos positivos, para os temas de seu interesse. Por fim, na atualidade, as relações de representação política, como as demais relações sociais, são mediadas pelos meios de comunicação (Meyrowitz, 1985; Manin, 1995; Thompson, 1995) e, nesta perspectiva, justifica-se o seu estudo (Silverstone, 2002; Miguel, 2002).

Por sua vez, a TV legislativa brasileira é considerada, nesta tese, como uma TV de natureza institucional<sup>106</sup> porque ela é vinculada a um Poder do Estado e totalmente financiada pelo mesmo e, assim, é definida como uma “mídia da fonte” (Sant’Anna, 2006). No entanto, a TV legislativa não deixa de estar inserida no cenário comunicacional mais amplo da sociedade, espaço onde se estabelecem as interações entre as mídias de diferentes naturezas, a comercial, a pública e as institucionais. Dessa forma, torna-se relevante para explicar o impacto da TV legislativa, entre outros aspectos, a visão dos parlamentares sobre a mídia comercial e o trabalho que esta última faz na cobertura das atividades do Poder Legislativo. Como uma primeira aproximação, indagou-se sobre os meios de comunicação mais utilizados pelos parlamentares para se informarem sobre assuntos políticos.

---

<sup>106</sup> Para detalhes sobre a definição de TV legislativa adotada nesta tese ver capítulo 1, com destaque para a seção 6.

**Tabela 6.2.1**  
Meios de comunicação mais utilizados para se informar sobre assuntos políticos  
(em 1º lugar) - Amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Veículo utilizado para se informar sobre assuntos políticos (1º lugar)</u></i>								
Jornais	14	33	7	44	3	23	4	31
Televisão aberta	6	14	2	13	2	15	2	15
Televisão fechada	6	14	2	13	3	23	1	8
Rádio AM	3	7	0	0	1	8	2	15
Internet	3	7	1	6	0	0	2	15
Rádio FM	2	5	1	6	1	8	0	0
Clipping Casa Legislativa	2	5	0	0	1	8	1	8
Conversas com amigos e colegas	1	2	0	0	1	8	0	0
TV Senado	1	2	0	0	0	0	1	8
Canal Legislativo da Casa	0	0	0	0	0	0	0	0
Revistas semanais	0	0	0	0	0	0	0	0
TV Local	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/não respondeu	4	10	3	19	1	8	0	0
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>99</b>	<b>16</b>	<b>101</b>	<b>13</b>	<b>101</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Os dados da tabela 6.2.1 acima indicam que os jornais, com 33% de menções na amostra total, isolados em primeiro lugar, ainda se constituem como o principal meio de comunicação que os parlamentares usam para se informarem sobre assuntos políticos. Este percentual é ainda mais expressivo entre os deputados estaduais, chegando a quase metade da amostra com 44%, e caindo para 23% na amostra dos vereadores da capital. Nesta direção, pode ser útil recapitular o cenário da cobertura do trabalho legislativo feita pela mídia impressa que, como discutido no capítulo 1, apresenta um enquadramento predominantemente negativo, com destaque para o chamado “denuncismo” (Chaia, 2004; Azevedo, 2005; Jorge, 2003). Este cenário tem pelo menos duas



implicações importantes para o objeto desta pesquisa, primeira, os representantes acessam, quase que exclusivamente, conteúdos que contribuem para a formação de uma imagem negativa dos políticos e da política e, ainda mais significativo, os representantes ficam sabendo qual o conteúdo que os representados estão tendo acesso (Meyrowitz, 1985; Thompson, 1995).

Em relação à internet, à exceção de três parlamentares – o deputado Fausto Figueira (PT) e os vereadores Dunga (PSDB-Araçatuba) e Paulo Barbosa (PSDB-Santos) – ela não aparece como importante fonte de informação, ao contrário do que se poderia supor considerando que a internet é o meio de comunicação caracterizado pela agilidade no processo de atualização das informações e, para parlamentares, de fácil acesso. Este resultado leva à hipótese que, se os parlamentares brasileiros possuem um hábito mais conservador de se informarem, eles também terão uma atitude mais conservadora para se comunicarem com os representantes fazendo, comparativamente a outras democracias, baixo uso da internet<sup>107</sup>. Apesar de não ter sido testada nesta pesquisa, o levantamento informal das páginas pessoais dos parlamentares que compuseram a amostra, que aponta para um número reduzido, é mais um indício de que este recurso comunicacional, de significativa importância para a relação de representação política considerando o seu potencial de interatividade, inexistente nos outros meios de comunicação, ainda é pouco utilizado no Brasil.

Cabe observar, também, o baixíssimo percentual, 2% da amostra total, para a opção “conversas com amigos e colegas”, já que se esperava uma incidência maior considerando que a atividade política é, por natureza, uma atividade de conversas, articulações, reuniões entre os pares. Talvez, e esta é apenas uma suposição, estas atividades já estejam de tal forma incorporadas ao dia-a-dia dos representantes que estes não se dão conta de que estão, constantemente, trocando informações com seus colegas de bancada, de outros partidos e, sempre

---

<sup>107</sup> Para uma discussão sobre informatização no Poder Legislativo ver, entre outros, Sérgio Soares Braga (2007).

que possível, com colegas e amigos que ocupam cargos de influência no Executivo e no Legislativo.

O conjunto das tabelas<sup>108</sup> 6.2.2 até 6.2.6 trata, principalmente, da questão da cobertura das atividades do Poder Legislativo feita pela mídia. De acordo com os dados da tabela 6.2.2 abaixo, prevalece entre os entrevistados, como seria de se esperar, a tese de que a atuação da mídia contribui mais para aumentar a rejeição aos políticos do que para informar o cidadão, já que a soma das opções “concorda um pouco” e “concorda muito” chega a 74% da amostra total.

**Tabela 6.2.2**  
Mídia contribui para rejeição à política  
amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Mídia brasileira contribui mais para aumentar a rejeição do que para informar o cidadão</u></i>								
Discorda muito	0	0	0	0	0	0	0	0
Discorda um pouco	8	19	4	25	2	15	2	15
Nem concorda, nem discorda	2	5	0	0	1	8	1	8
Concorda um pouco	16	38	6	38	5	38	5	38
Concorda muito	15	36	5	31	5	38	5	38
Não respondeu	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	100	16	100	13	99	13	99

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Considerando que a relação que o representante estabelece com a mídia enquanto fonte de informação é mediada pelos jornalistas, justifica-se sondar a opinião dos primeiros sobre os segundos em relação ao funcionamento do Poder Legislativo que, como discutido no capítulo 1,

<sup>108</sup> Na tentativa de aprofundar a compreensão sobre a visão dos parlamentares acerca da atuação da mídia brasileira na cobertura da nossa vida política, foram elaboradas afirmações, a partir dos discursos dos parlamentares brasileiros, para serem avaliadas pelos entrevistados, com base em escala de concordância.

tem uma natureza específica e regulamentos que contribuem para um contexto complexo e uma dinâmica própria que, quando comparada à velocidade da vida social, apresenta-se de forma lenta e pouco eficaz (Anastácia et alli, 2004). Como era de se esperar, os dados da tabela 6.2.3 abaixo mostram que mais de um terço dos entrevistados, sem nenhuma variação por região, disseram concordar muito com a frase que afirma que os jornalistas desconhecem o funcionamento do Poder Legislativo. No entanto, cabe destacar que quando olhamos para os demais resultados a variação encontrada na amostra do interior é significativa e aponta para uma avaliação mais positiva do conhecimento dos jornalistas já que 23% discorda muito da frase, contra 6% no estado e 8% na capital.

**Tabela 6.2.3**

Jornalistas desconhecem funcionamento do Legislativo - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Jornalistas desconhecem funcionamento do Poder Legislativo</i>								
Discorda muito	5	12	1	6	1	8	3	23
Discorda um pouco	9	21	4	25	2	15	3	23
Nem concorda, nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0
Concorda um pouco	10	24	4	25	4	31	2	15
Concorda muito	16	38	6	38	5	38	5	38
Não respondeu	2	5	1	6	1	8	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	99

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Um conjunto formado por quatro frases completa este bloco que trata do tema da relação entre Mídia e Política na opinião dos entrevistados, uma aborda a questão do sensacionalismo da mídia, outra que trata do poder da mídia na formação da imagem do político junto à opinião

pública, a da preservação das fontes e a quarta sobre o interesse da mídia em pautar matérias positivas sobre o Poder Legislativo.

A questão da cobertura das denúncias de corrupção feita pela mídia tem produzido impacto para o principal patrimônio do homem público, sua imagem<sup>109</sup>. Em todas as regiões, como apontam os dados da tabela 6.2.4 abaixo, mais de 80% dos entrevistados responderam concordar com a frase sobre o sensacionalismo da mídia quando se trata de denúncias de corrupção, confirmando uma visão de que a mídia trabalha com base em uma lógica comercial, o que acaba por contribuir, na opinião dos entrevistados, para a transformação de acontecimentos políticos em escândalos políticos.

**Tabela 6.2.4**

Sensacionalismo fala mais alto do que rigor e isenção - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Sensacionalismo fala mais alto do que rigor e isenção</u></i>								
Discorda muito	1	2	0	0	1	8	0	0
Discorda um pouco	3	7	1	6	1	8	1	8
Nem concorda, nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0
Concorda um pouco	15	36	5	31	5	38	5	38
Concorda muito	22	52	9	56	6	46	7	54
Não respondeu	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	99	16	99	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Nas democracias representativas contemporâneas, o cenário é o da centralidade da mídia (Manin, 1995) que desempenha o papel de mediação na relação entre representantes e representados (Meyrowitz, 1985; Thompson, 1995). Dessa forma, a próxima tabela, 6.2.5 abaixo,

<sup>109</sup> Para detalhes sobre a discussão de imagem do parlamentar, ver capítulo 1.

mostra os resultados da aferição da opinião dos entrevistados sobre o poder da mídia na construção da imagem do político, expressa na frase “A Mídia tem poder para fazer e desfazer um presidente” e, na amostra total, aparece com 76% a somatória das opções “concorda um pouco” e “concorda muito”, resultado que permite sustentar que a mídia é percebida como uma estrutura de poder. Por outro lado, cabe chamar atenção para a possível tendência, ainda de acordo com os dados da tabela 6.2.5 abaixo, de relativização<sup>110</sup> desta visão sobre o poder político da Mídia, na medida em que um percentual significativo dos entrevistados, 19% da amostra total, “discorda muito” ou “discorda um pouco”.

**Tabela 6.2.5**

Poder da mídia para fazer e desfazer um presidente - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Poder da mídia para fazer e desfazer um presidente</u></i>								
Discorda muito	5	12	0	0	3	23	2	15
Discorda um pouco	3	7	3	19	0	0	0	0
Nem concorda, nem discorda	1	2	1	6	0	0	0	0
Concorda um pouco	11	26	5	31	2	15	4	31
Concorda muito	21	50	6	38	8	62	7	54
Não respondeu	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	99	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Na tentativa de complementar a sondagem sobre a relação entre Mídia e Poder Legislativo, foi apresentada aos entrevistados uma escala numérica, de zero a dez, e foi solicitado que eles usassem um número, neste intervalo, que representasse, em sua opinião, a força da Mídia

<sup>110</sup> Apesar da pergunta ser fechada, muitos parlamentares fizeram comentários e, alguns, chamaram atenção para a reeleição do presidente Lula (2006) quando, segundo os entrevistados, a grande mídia era escancaradamente desfavorável e, mesmo assim, com o apoio das classes menos favorecidas, ele se reelegeu.

na construção da imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública. A tabela 6.2.6 abaixo apresenta os resultados desta sondagem, de acordo com a qual é possível destacar que, em todas as regiões, mais de 90% dos entrevistados responderam que a força da Mídia na construção da imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública corresponde à nota sete ou mais. Como estes são dados quantitativos, foi possível calcular algumas medidas de tendência central, como média, moda e mediana. Assim, o cálculo para a média foi de 8,1, a moda é a nota 8 e a mediana é igual a 8,0, medidas que nos autorizam a falar que a mídia é percebida como uma estrutura social com grande poder de interferência na vida política.

**Tabela 6.2.6**  
Força da mídia comercial na construção da imagem do Poder Legislativo<sup>1</sup>  
Amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Força da mídia na construção da imagem do Poder Legislativo</u></i>								
Um	0	0	0	0	0	0	0	0
Dois	0	0	0	0	0	0	0	0
Três	1	2	0	0	0	0	1	8
Quatro	1	2	1	6	0	0	0	0
Cinco	0	0	0	0	0	0	0	0
Seis	0	0	0	0	0	0	0	0
Sete	11	26	4	25	4	31	3	23
Oito	15	36	9	56	4	31	2	15
Nove	4	10	1	6	1	8	2	15
Dez	10	24	1	6	4	31	5	38
Total	42	100	16	99	13	101	13	99

Nota. (1) Escala de nota de zero a dez, onde zero significa que a mídia comercial não tem força nenhuma e dez que é o fator mais importante na construção da imagem.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Para finalizar este tema da relação mais direta da mídia com a política, os parlamentares foram questionados se concordavam, ou não, com a frase “De modo geral, a mídia não tem interesse em divulgar matérias positivas sobre o Poder Legislativo”. Como apontam os dados da tabela 6.2.7 abaixo, mais de 80% dos deputados estaduais e dos vereadores da capital entrevistados disseram concordar um pouco ou muito com a frase; já, entre os vereadores do interior, apenas 69% responderam concordar com a frase de que a Mídia não tem interesse em divulgar matérias positivas sobre o Poder Legislativo. Algumas hipóteses<sup>111</sup> poderiam ser formuladas para explicar a variação encontrada para a cobertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal de São Paulo, realizada pela grande mídia em função da importância política destas Casas legislativas e da cobertura dos trabalhos legislativos municipais, feita pela mídia local que, muitas vezes, como é de conhecimento público, depende de verbas publicitárias das próprias Câmaras para sobreviver.

**Tabela 6.2.7**

	Desinteresse da mídia em divulgar matérias positivas - amostra total e por região							
	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>Desinteresse da mídia em divulgar matérias positivas sobre o Poder Legislativo</u></i>								
Discorda muito	2	5	0	0	0	0	2	15
Discorda um pouco	3	7	1	6	1	8	1	8
Nem concorda, nem discorda	1	2	0	0	0	0	1	8
Concorda um pouco	12	29	5	31	3	23	4	31
Concorda muito	22	52	9	56	8	62	5	38
Não respondeu	2	5	1	6	1	8	0	0
Total	42	100	16	99	13	101	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

<sup>111</sup> Não há elementos suficientes nesta pesquisa para desenvolver a hipótese sugerida que tem função ilustrativa.

Outra questão investigada que envolve a atuação da Mídia, diz respeito ao sigilo das fontes na prática do jornalismo, tema sempre pautado na agenda dos debates públicos sobre o papel da mídia e sua relação com a política. Porém, contrariamente ao que se poderia supor com base apenas nos resultados apresentados até aqui que, de uma forma geral, apontaram para uma visão negativa da atuação da mídia na cobertura do trabalho do Poder Legislativo e do comportamento dos políticos; 77% da amostra total “concorda muito” ou “concorda um pouco” com a preservação das fontes no jornalismo, conforme os dados da tabela 6.2.8 abaixo. Outro dado significativo é que, em todas as regiões, mais de 50% dos parlamentares responderam que “concorda muito”, resultado que sustenta que, pelo menos em termos de discurso, os parlamentares posicionam-se contrários à censura da atividade da mídia, entendida como prática antidemocrática, apesar das críticas apontadas aos excessos na sua atuação. Como hipótese, o fato do país já ter vivido períodos de exceção política, com censura pesada aos meios de comunicação, pode contribuir para esta opinião.

**Tabela 6.2.8**

Preservação do sigilo das fontes - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	N	%	n	%
<i>Preservação do sigilo das fontes</i>								
Discorda muito	4	10	1	6	2	15	1	8
Discorda um pouco	4	10	3	19	0	0	1	8
Nem concorda, nem discorda	0	0	0	0	0	0	0	0
Concorda um pouco	7	17	2	13	4	31	1	8
Concorda muito	25	60	9	56	7	54	9	69
Não respondeu	2	5	1	6	0	0	1	8
Total	42	102	16	100	13	100	13	101

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.



Mais um aspecto da relação entre mídia e política que merece destaque trata do papel de divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo, dito em outras palavras, trata-se de definir de quem seria a responsabilidade pela divulgação das atividades legislativas, da mídia ou do próprio Poder Legislativo que, neste caso, atuaria como uma “mídia da fonte” (Sant’Anna, 2006). Nesta direção, com base nos dados da tabela 6.2.9 abaixo, pode-se observar tendências significativamente diferentes no cruzamento com a variável região; enquanto 56% dos deputados estaduais responderam que a divulgação das atividades parlamentares é de responsabilidade do Poder Legislativo, 100% dos vereadores do interior são desta mesma opinião e 69% dos vereadores da capital. Outro dado que chama a atenção é que, apesar da opção “ambas” não ter sido lida, 31% dos deputados estaduais e 15% dos vereadores da capital mencionaram esta resposta espontaneamente.

**Tabela 6.2.9**  
Opinião sobre a divulgação do trabalho parlamentar - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i><u>De quem é o papel de divulgação das atividades parlamentares</u></i>								
É obrigação do Poder Legislativo, mesmo que implique em custos	31	74	9	56	9	69	13	100
Nas sociedades democráticas, é papel da mídia	2	5	0	0	2	15	0	0
Ambas	7	17	5	31	2	15	0	0
Não respondeu	2	5	2	13	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>101</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>99</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Com base no conjunto de dados apresentados até aqui, que apontam para uma visão negativa da cobertura do Poder Legislativo pela mídia, é possível supor que o resultado acima

está, de alguma forma, associado a esta visão e, assim, existe por parte dos parlamentares uma preocupação em ampliar as vozes no ambiente midiático. Por outro lado, não se pode descartar, também, o interesse dos parlamentares em aumentarem a sua visibilidade na busca pela reeleição (Miguel, 2002). O quadro 6.2.1, mais abaixo, apresenta nominalmente os parlamentares que responderam a opção “ambas”, por partido político, região, cargo e mandato.

### Quadro 6.2.1

Ambos, Poder Legislativo e Mídia têm papel na divulgação do trabalho parlamentar –  
Parlamentares nominais por região, partido, cargo e mandato

	Partido	Região	Cargo	Mandato
<i>Parlamentar</i>				
Baleia Rossi	PMDB	Estado	Deputado estadual	1
Ricardo Trípoli	PSDB	Estado	ex-presidente	4
Salim Curiati	PP	Estado	Deputado estadual	+5
Sidney Beraldo	PSDB	Estado	ex-presidente	3
Walter Feldman	PSDB	Estado	ex-presidente	4
Aurélio Miguel	PR	Capital	Vereador	1
Milton Leite	PMDB	Capital	Vereador	1

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Um último par de frases buscou investigar a opinião dos parlamentares entrevistados sobre o impacto da atuação da mídia na cobertura do trabalho do parlamentar, com efeitos no sentido de estimular a conscientização do cidadão, ou a descrença na política e nos políticos. Com base nos dados tabela 6.2.10 abaixo, contrariamente ao que se esperava, considerando a visão predominantemente negativa que os entrevistados têm da atuação da mídia analisada até aqui, e reforçada por 45% da amostra total que respondeu que “O trabalho da mídia brasileira contribui para a descrença na política e nos políticos”; quase metade dos entrevistados, ou seja,

43% da amostra total, responderam que “O trabalho da mídia brasileira favorece a conscientização do cidadão”.

**Tabela 6.2.10**  
Opinião sobre a atuação da Mídia na divulgação do trabalho parlamentar  
Amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Atuação da Mídia</i>								
Favorece a conscientização do cidadão	18	43	6	38	6	46	6	46
Contribui para a descrença na política e nos políticos	19	45	7	44	5	38	7	54
Ambas	3	7	1	6	2	15	0	0
Não respondeu	2	5	2	13	0	0	0	0
Total	42	100	16	101	13	99	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.  
Tabulação da autora.

Pode ser útil recapitular que a relação dos parlamentares com a mídia, embora não faça parte dos objetivos desta pesquisa, tem relevância na medida em que é no cenário midiático mais amplo que se insere o objeto deste estudo, a TV legislativa. Nesta direção, é preciso considerar outro ator que está diretamente envolvido na relação entre representantes e mídia que são os representados, na realidade, na sociedade contemporânea, a relação dos representados com os representantes se dá pela mediação dos meios de comunicação (Manin, 1995; Silverstone, 2002; Meyrowitz, 1985). Apesar da existência de limitações<sup>112</sup> significativas no acesso aos meios de comunicação, os representantes, principalmente quando organizados em associações e movimentos sociais, podem produzir e veicular conteúdo; no entanto, o aspecto do representado que se pretende destacar, aqui, é o de consumidor das informações produzidas e veiculadas pela mídia sobre o universo da política.

<sup>112</sup> Apesar de relevante, não está entre os objetivos desta tese a discussão do acesso aos meios de comunicação.

Nesta direção, a questão que se coloca é, no imaginário dos representantes, qual o comportamento dos eleitores em relação ao consumo de informações políticas, já que eles são os responsáveis pelo “voto retrospectivo” (Manin, Przeworski, Stokes, 2005; Arato, 2002). Dessa forma, a afirmação de que “O eleitor brasileiro não tem memória” foi aplicada e, como apontam os dados da tabela 6.2.11 abaixo, 50% ou mais dos entrevistados responderam concordar um pouco ou muito com a frase, o que sugere a prevalência, entre os parlamentares, da visão de que o eleitor não tem memória. Este resultado pode ser considerado como desfavorável do ponto de vista da responsabilização dos representantes que, ao imaginarem que os eleitores não têm memória podem não se preocupar em ter um comportamento responsivo no exercício do mandato.

Na próxima seção, com base neste contexto de um eleitorado sem memória, em uma sociedade em que a atuação da Mídia na cobertura do trabalho do Poder Legislativo contribui para a descrença na política e nos políticos busca-se investigar, então, na opinião dos entrevistados, as razões que levaram a uma avaliação predominantemente negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública.

**Tabela 6.2.11**  
Opinião dos parlamentares sobre a memória do eleitor brasileiro  
amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Eleitor não tem memória</i>								
Discorda muito	7	17	1	6	3	23	3	23
Discorda um pouco	9	21	5	31	3	23	1	8
Nem concorda, nem discorda	1	2	1	6	0	0	0	0
Concorda um pouco	14	33	5	31	3	23	6	46
Concorda muito	10	24	3	19	4	31	3	23
Não respondeu	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	99	16	99	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

### **6.3. De injustiçados a mal-comportados: razões para a imagem negativa do Poder Legislativo**

A importância de investigar a relação entre parlamentares e Mídia justifica-se pelos efeitos desta relação sobre a opinião dos parlamentares acerca dos vários aspectos da TV legislativa abordados nesta pesquisa. Por outro lado, a TV legislativa estabelece uma “relação não-mediada” entre representantes e representados (Thompson, 1995) e, no caso brasileiro, como ela é vinculada e financiada pelo Poder Legislativo ao qual pertence, configura-se como uma “mídia da fonte” (Sant’Anna, 2006). Neste sentido, existe o risco da TV legislativa estar, de alguma forma e em certa medida, vinculada aos interesses dos parlamentares, foco da discussão das próximas seções; na medida em que esta tese busca responder à questão sobre até que ponto e em que condições a TV legislativa pode estimular comportamentos responsivos dos representantes.

Como discutido no capítulo 1 desta tese, a questão da imagem negativa do Poder Legislativo configura-se como preocupação para qualquer político porque, afinal, tem efeitos

sobre o seu capital político (Miguel, 2003). Nas sociedades democráticas contemporâneas, não há como o público, ou seja, o representante, formar opinião, independentemente de ser positiva ou negativa, sem a mediação dos meios de comunicação; assim, a idéia, aqui, foi a de levantar as razões para a imagem negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública.

Como indicam os dados da tabela 6.3.1 abaixo, as cinco primeiras categorias concentram mais de 70% do total das menções, sendo que, contrariamente ao que se poderia esperar de uma visão da mídia como a grande “vilã”, ela não aparece sozinha na responsabilização pela imagem negativa do Poder Legislativo, outros fatores são mencionados. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a mídia fica em primeiro lugar na somatória geral com 22% das menções na categoria “mídia faz cobertura negativa”, o fator “comportamento dos parlamentares” aparece em segundo lugar, com 16% da somatória das menções como explicação para a imagem negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública. Este dado indica que, de alguma forma, os entrevistados reconhecem que existem problemas de comportamento e conduta dos seus pares que, ao serem divulgados pela mídia, comprometem a imagem do Poder Legislativo e dos políticos como um todo. Dessa forma, é possível supor que o parlamentar sabe que a mídia está atenta aos possíveis desvios de conduta, o que, por sua vez, o estimularia a ter um comportamento mais responsivo; é o chamado papel de “guardião da democracia” (Jorge, 2003).

Com 12% a categoria “mídia não dá espaço” aparece em terceiro lugar e, somada ao primeiro lugar, totaliza 34% das menções que estão diretamente associadas à atuação da mídia. Em quarto lugar, com 10% na amostra total, aparece o fator “falta de informação do cidadão sobre o papel do parlamentar” para explicar a imagem negativa do Poder Legislativo. Também com 10% da amostra total, características específicas do Poder Legislativo, como a maior

proximidade da população e a sua maior exposição à mídia, são consideradas o quinto aspecto para a sua imagem negativa.

Tendo como pressuposto que o recurso metodológico da somatória das menções em primeiro, segundo e terceiro lugares, como organizado na tabela 6.3.1 abaixo, pode ser indicativo da importância dos fatores; observam-se variações significativas no cruzamento com a variável região. Enquanto para a amostra dos vereadores da capital a categoria “mídia faz cobertura negativa” como fator explicativo para a imagem negativa do Poder Legislativo aparece com 27%, para os vereadores do interior este percentual cai para 17% das menções e as categorias associadas às características do Poder Legislativo e ao comportamento dos parlamentares aparecem empatadas com 13% da somatória de todas as menções.

**Tabela 6.3.1**  
Razões para imagem negativa do Poder Legislativo junto à opinião pública<sup>1</sup>  
somatória<sup>2</sup> das respostas - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
(1) Mídia faz cobertura negativa	22	22	8	22	9	27	5	17
(2) Comportamento dos parlamentares	16	16	6	17	6	18	4	13
(3) Mídia não dá espaço	12	12	5	14	4	12	3	10
(4) Desconhecimento papel do parlamentar	10	10	4	11	3	9	3	10
(5) Poder Legislativo é o + próximo / + exposto	10	10	3	8	3	9	4	13
(6) Mídia faz generalizações	8	8	1	3	3	9	4	13
(7) Sistema representativo falho/superado	7	7	4	11	3	9	0	0
(8) Poder Legislativo não investe em publicidade	3	3	0	0	1	3	2	7
(9) “Bons” e “maus” em qualquer atividade	3	3	2	6	0	0	1	3
(10) Poder Judiciário não é alvo da mídia	3	3	0	0	1	3	2	7
Outras	4	4	3	9	0	0	2	7
<b>Total (menções)</b>	<b>98</b>	<b>98</b>	<b>36</b>	<b>101</b>	<b>33</b>	<b>99</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Cabe ressaltar, ainda, que em nenhuma das entrevistas a categoria “desconhecimento do papel do parlamentar” aparece de forma única ou isolada, ela está sempre acompanhada de outras menções, majoritariamente a cobertura negativa da mídia e a falta de espaço para a divulgação do trabalho realizado. Também, em grande parte dos casos, é feita uma consideração no sentido de que a falta de informação do sobre o papel do parlamentar é, em grande medida, resultado da atuação da mídia

Porque as informações oferecidas pelos meios de comunicação não são sempre sérias e honestas. Quando eles (a mídia) falam de algum problema, na maioria das vezes eles não falam se é federal ou estadual, Executivo ou Legislativo, é o que eu tenho observado. Daí a população não sabe distinguir, então fica aquela impressão de que todos estão envolvidos. (Deputado Salim Curiati, PP, Assembléia Legislativa de São Paulo).

Em relação ao Poder Legislativo, além do desgaste com a não diferenciação, pela maioria da população, entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, especialmente entre os dois primeiros, para o presidente da Câmara Municipal de Marília, vereador Herval Rosa (PMDB), o Poder Legislativo ainda sofre desgaste pelo fato de ser, ao mesmo tempo, a estrutura de poder mais acessível à população e mais exposta à mídia

Dos Poderes, o Poder Legislativo é, indiscutivelmente, o mais aberto, o mais transparente, o que todo mundo tem acesso, todo mundo chega, principalmente a Mídia. (...) E também a gente tem que registrar, e eu falo muito isso, que o Legislativo é a “Geni”<sup>113</sup> dos Poderes. Todo mundo ataca o Legislativo, é fácil atacar um vereador, um deputado, um senador. É muito cômodo porque os parlamentares não têm como reagir, eles não têm a caneta na mão como o Executivo e o Judiciário; então, é muito mais fácil atacar o Legislativo do que os outros dois Poderes.

Por fim, chama atenção a categoria “bons e maus em qualquer atividade” porque as falas dos parlamentares, expressas de forma direta ou indiretamente, parecem caminhar mais no

---

<sup>113</sup> Alusão à música “Geni” do compositor Chico Buarque que descreve a condição de uma prostituta, chamada Geni, que sofre com o preconceito da sociedade local até que esta precisa dela para sobreviver, mas, imediatamente após os préstimos da prostituta, a sociedade volta a atacá-la.



sentido de justificar um comportamento indevido dos pares, do que para explicar as razões para a imagem negativa do Poder Legislativo. Estes entrevistados parecem partir do pressuposto de que o bem e o mal fazem parte da natureza humana e, neste sentido, os desvios de conduta são aceitáveis, apesar de passíveis de punição e que não existiria diferença entre o exercício de função pública e qualquer outra atividade profissional, mesmo porque a representação política, para estes entrevistados, seria como um espelho sociedade

Na política a grande maioria dos homens que faz política são pessoas do bem, uns e outros, uma minoria, faz coisas erradas porque isso é próprio da natureza humana. (Presidente da Câmara Municipal de Bauru, vereador Toninho Garmes, PSDB).

Todas as Casas Legislativas refletem a sociedade: tem pessoas excepcionais e outras complicadas. (1º Secretário da Câmara Municipal de São Paulo, vereador José Américo, PT).

(...) porque o legislador não vai cair do céu; vai cair aí um deputado, um vereador ali, um senador lá. Não é assim, o legislador é retirado do seio da sociedade e se o legislador como um todo piorou é porque a sociedade também piorou (deputado Arthur Alves Pinto, líder do PL, Assembléia Legislativa de São Paulo).

Os aspectos da relação entre Mídia e Poder Legislativo que foram abordados nesta seção, como a cobertura negativa da Mídia, o comportamento indevido dos parlamentares, a ausência de espaço para a divulgação do trabalho parlamentar, a exposição do Poder Legislativo e o desconhecimento do papel do parlamentar; são aspectos relevantes para esta pesquisa na medida em que é com base neles que os entrevistados contextualizam a TV legislativa, como veremos nas próximas seções.

#### **6.4. Conhecimento e opinião sobre a estrutura de comunicação das Casas Legislativas**

O objetivo desta seção é identificar o conhecimento e a avaliação dos entrevistados sobre as “mídias das fontes” das Casas Legislativas que compõem a amostra, o que se justifica porque o aparato comunicacional destas instituições não se limita às TVs legislativas, existem outras mídias como jornal, boletins, sítio na internet e rádio. Como os informantes são os entrevistados que, como veremos, nem sempre conhecem todas as mídias que compõe o cenário midiático da Casa legislativa, podem existir discrepâncias entre os resultados encontrados e a realidade da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, da Câmara Municipal de São Paulo e das Câmaras Municipais da amostra. De qualquer forma, neste aspecto da estrutura de comunicação, o que interessa é obter uma referência sobre o conhecimento dos entrevistados acerca das “mídias da fonte”, como se relacionam com elas e a importância das mesmas para a divulgação do trabalho parlamentar.

Cabe recapitular que, apesar dos entrevistados apresentarem diferentes perfis quanto às variáveis partido político, número de mandatos, idade, escolaridade, entre outras, eles têm em comum o fato de terem sido eleitos ou nomeados por seus pares para o exercício de cargo de liderança, seja de liderança partidária ou de cargo na Mesa. A situação que os líderes partidários e membros da Mesa desfrutam, comparativamente aos outros parlamentares, é privilegiada porque eles têm acesso a verbas, cargos e funcionários e, além de tudo isso, um capital de alto valor, porém intangível, o acesso às esferas de decisão da agenda dos temas que serão debatidos (Miguel, 2003).

Neste sentido, a hipótese que se coloca é a de que os líderes partidários e presidentes conhecem a estrutura de comunicação das Casas Legislativas, ou seja, eles têm conhecimento das mídias que as Casas dispõem para a “comunicação não-mediada” entre representantes e

representados como diários oficiais, jornais, boletins, sítios na internet, rádio, TV e web TV<sup>114</sup>. Este conhecimento resultaria da somatória de duas condições, a posição privilegiada de líder ou membro da Mesa e a opinião sobre a atuação da mídia como negativa para a imagem do Poder Legislativo que, neste sentido, precisaria de meios de comunicação próprios para divulgar os fatos de forma isenta (Sant’Anna, 2006).

No entanto, como mostram os dados da tabela 6.4.1 abaixo, a hipótese não se comprovou, considerando que na amostra total sítio<sup>115</sup> na internet aparece com 21% e web TV não chegou a ter sequer uma única menção; resultados que não correspondem à realidade da amostra já que das quinze Casas legislativas estudadas, apenas uma, a Câmara Municipal de Bauru, não tinha sítio na internet. Dessa forma, é possível sustentar que a web TV foi a grande “esquecida” e mesmo sendo um meio de comunicação acessível a qualquer representante conectado à internet, ou seja, ela não depende de assinatura de TV a cabo, nem exige o compartilhamento do mesmo município, ainda não é de conhecimento dos representantes.

---

<sup>114</sup> É importante deixar claro que a distinção entre estes dois meios, TV e web TV, vai além dos aspectos tecnológicos que, sem dúvida, são importantes porque para se colocar uma TV na rede são necessários equipamentos específicos. Acontece que, uma vez na rede, a web TV oferece recursos ainda não disponíveis na TV, como ter acesso a sessões e reuniões passadas, potencial de interatividade e, um diferencial incrível, permite a mobilidade, ou seja, é possível acompanhar, simultaneamente, a sessão da Câmara Municipal de Marília, interior de São Paulo, de Londres, rompendo, definitivamente, com as noções de tempo e espaço. Por outro lado, muitas Casas Legislativas tem optado pela web TV em função da sua penetração, abrangência e potencial de crescimento, todos exponencialmente maiores do que a tecnologia do cabo. Cabe ressaltar, ainda, que a existência de sítio na internet não implica, necessariamente, na existência de web TV.

<sup>115</sup> Os espaços na internet são diferenciados, assim, o espaço usualmente chamado de “site” significa um espaço básico de informação, em que o conteúdo disponível é mais limitado e acessado facilmente, é como se fosse um grande arquivo. Por outro lado, o “portal” não é um “grande site”, ou seja, um grande arquivo, ele disponibiliza conteúdos construídos para públicos específicos (conteúdos verticais) e, principalmente, um portal na internet é caracterizado pela disponibilização de ferramentas de relacionamento entre quem produz e quem consome a informação, como fóruns, “chats” e enquetes.

**Tabela 6.4.1**  
Meios de comunicação que a Casa Legislativa dispõe para a divulgação do trabalho parlamentar<sup>1</sup>

Somatória<sup>2</sup> das respostas - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Meios de comunicação para divulgação do trabalho parlamentar</i>								
Canal de TV	36	45	13	42	13	54	10	40
Site na Internet	17	21	3	10	7	29	7	28
Diário Oficial	13	16	9	29	4	17	0	0
Rádio	8	10	3	10	0	0	5	20
Jornal <sup>3</sup>	3	4	0	0	0	0	3	12
Web TV	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não respondeu	3	4	3	10	0	0	0	0
Total (menções)	80	100	31	101	24	100	25	100

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta. Cada parlamentar pôde citar até quatro meios, no entanto, houve no máximo três citações por parlamentar. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares da Tabela 8. (3) Jornal editado pela Casa Legislativa.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. - Tabulação da autora.

Dentre as Casas Legislativas estudadas, apenas a Assembléia Legislativa de São Paulo tem portal na internet, que está no ar desde 2005, porém, chama atenção o resultado de que esta mídia foi citada por apenas 10% dos deputados entrevistados, o que representa três parlamentares, a deputada Anna Maria Martins líder do PC do B, o deputado Fausto Figueira do PT, 1º Secretário e o deputado Afonso Lobato líder do PSB. Por outro lado, o “Diário Oficial”<sup>116</sup> permanece na lembrança dos deputados entrevistados, com 29% da somatória das menções, e só perde para a TV legislativa, com 42%, como indicam os dados da tabela 6.4.1 acima.

<sup>116</sup> A Lei nº 1 da ALESP, aprovada em 1835, criava o jornal da Casa, “A informação já era considerada estratégica na época. O jornal chamava-se ‘O Paulista Oficial’ e publicava as decisões da Assembléia, do presidente e demais autoridades. Durante o período de funcionamento da Assembléia, o jornal era bissemanal; nos outros meses tornava-se mensal” (sítio da Alesp na internet).

É curioso observar que, apesar da TV da CMSP estar há três legislaturas no ar, ela foi citada por pouco mais da metade dos vereadores entrevistados de São Paulo, 54%, quando se poderia esperar que a totalidade dos entrevistados apontasse a TV como um dos principais meios de comunicação que a Casa dispõe para a divulgação do trabalho parlamentar; ainda mais considerando que a pergunta aceitava até três respostas e que é significativo os bairros cabeados e o número de assinantes de TV a cabo na cidade. Por outro lado, “Site na internet” tem praticamente o triplo das menções, 29%, em comparação com os deputados estaduais, 10%.

Já entre os vereadores do interior não há menção ao Diário Oficial como meio para divulgação do trabalho parlamentar, o que se explica pela inexistência deste veículo nas Câmaras Municipais que compõem a amostra. Nas Casas Legislativas do interior, basicamente, a divulgação das atividades é feita através de boletins<sup>117</sup> esporádicos, muitas vezes de periodicidade anual. Cabe destacar a incidência do meio rádio, com 20% das menções, o dobro da amostra do estado e, no caso da capital, não há citação, apontando para a ausência de qualquer tipo de veiculação na mídia rádio.

Em resumo, na análise comparativa das três amostras – deputados estaduais, vereadores da capital e vereadores do interior – foi só na capital que o “Canal de TV” ultrapassou a faixa dos 50%. No interior alcançou apenas 40%, porém, é importante lembrar que das treze Câmaras Municipais estudadas, duas estão com as TVs desativadas, Presidente Prudente e Santo André, e uma ainda não inaugurou a TV, caso de Marília. Cabe recapitular, mais uma vez, que a Assembléia Legislativa representa todos os seiscentos e quarenta e cinco municípios do estado de São Paulo, no entanto, somente cerca de setenta são cabeados e, desta forma, dispõem de condições técnicas para a retransmissão da programação da TV da Assembléia Legislativa.

---

<sup>117</sup> No caso das Câmaras Municipais, vários presidentes e responsáveis pelas TVs mencionaram o receio do julgamento do Tribunal de Contas do Município em relação ao material impresso e programas que poderiam ser interpretados como material de promoção pessoal.

A questão da relação entre representantes e representados mediada pelos meios de comunicação (Manin, 1995; Meyrowitz, 1985; Thompson, 1995), aspecto da discussão sobre a qualidade da democracia representativa (Canclini, 2002), também foi investigada na busca de complementar o tema da estrutura de comunicação das Casas Legislativas e de introduzir o objeto específico da TV legislativa.

Nesta direção, cabe destacar, com base nos dados da tabela 6.4.2 adiante, a significativa variação no cruzamento com a variável “região”, reforçando a idéia de que o vereador de municípios menores é o representante mais próximo do representado, já que 69% dos entrevistados disseram discordar da afirmação que depois de eleito o parlamentar fica sem canal de comunicação com o eleitor, contra 54% dos vereadores da capital e 38% dos deputados. Muitos dos deputados justificaram sua resposta dizendo que a Assembléia Legislativa fica localizada na capital, longe dos municípios aos quais eles estão mais diretamente ligados e os grandes jornais estão voltados para os temas da política nacional

Acho que a Mídia dá pouco espaço para os estaduais depois de eleitos, para os debates, tem pouco questionamento. Eu acho que falta canal de comunicação com o eleitor. A Mídia cobre pouco o trabalho dos deputados estaduais, especialmente aqui em São Paulo onde os grandes jornais estão mais voltados para os temas nacionais e os estaduais ficam sem espaço de divulgação. (Deputado Sidney Beraldo, PSDB, Assembléia Legislativa de São Paulo).

**Tabela 6.4.2**  
Opinião sobre a comunicação do parlamentar com o eleitor depois da eleição  
Amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Depois de eleito o parlamentar fica sem canal de comunicação com o eleitor</i>								
Discorda muito	21	50	6	38	7	54	9	69
Discorda um pouco	5	12	1	6	2	15	2	15
Nem concorda, nem discorda	1	2	1	6	0	0	0	0
Concorda um pouco	6	14	3	19	2	15	1	8
Concorda muito	6	14	3	19	1	8	1	8
Não respondeu	3	7	2	13	1	8	0	0
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>99</b>	<b>16</b>	<b>101</b>	<b>13</b>	<b>99</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.  
Tabulação da autora.

É importante observar que, talvez à exceção dos vereadores do interior, a visão de que existe dificuldade na comunicação entre cidadãos e parlamentares não é consensual e tanto deputados estaduais como vereadores da capital e do interior levantaram outros dois aspectos deste processo; primeiro, a ação individual de cada parlamentar com o objetivo de divulgar o seu trabalho e, segundo, os meios de comunicação que as Casas Legislativas disponibilizam para os eleitos no exercício do mandato. Para os entrevistados que espontaneamente expressaram seu comentário<sup>118</sup>, os vereadores do interior estão entre os que mais enfaticamente falaram que a atividade de divulgar o trabalho não é de responsabilidade da mídia, mas do próprio vereador

<sup>118</sup> Esta questão é do tipo fechada em forma de bateria, seqüência de frases lidas com rodízio de ordem, com escala para resposta, foi elaborada para todos os quarenta e dois parlamentares que compuseram as amostras regionais/cargo (deputado estadual, vereador da capital e vereador do interior), dos quais vinte e nove fizeram comentários espontaneamente. Não houve uma preocupação de tratamento quantitativo destes comentários porque foi feita uma análise qualitativa dos mesmos e o critério para a seleção foi o potencial explicativo para a questão da comunicação entre representantes e representados buscando, também, sempre que possível, respeitar a representatividade regional/cargo.

que, muitas vezes, transforma-se no próprio canal de comunicação, potencializando as mídias disponíveis; no entanto, vereadores da capital também reforçaram esta idéia

O primeiro canal de comunicação com o eleitor sou eu mesmo, por isso eu discordo muito desta frase. Depois tem correio, telefone, telefone celular que eu sempre mantive o mesmo número, durante a eleição e depois, internet, todos os meios possíveis. (Vereador Celso Jatene, PTB, São Paulo).

Para o presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, vereador Silvio Martins (PMDB), existe diferença significativa entre a relação que o vereador pode estabelecer com o eleitor e o deputado estadual, que fica distante geograficamente

O vereador no seu dia-a-dia continua em contato direto com a população, ele não tem como se esconder. Aquele que votou em mim, ele liga na minha casa e eu não tenho vontade de mudar de endereço e nem de cara; eu vou passar pela mesma rua, mesmos lugares. Não tem como o vereador se esconder, ele é procurado pelas pessoas; a não ser que ele queira se esconder, daí ele está forçando o contrário. Mas no dia-a-dia o vereador continua com os canais de comunicação normais porque ele é cobrado em casa, ele é cobrado na rua, se eu for ao campo de futebol eu sou cobrado, se eu for à missa eu sou cobrado. Para o deputado é diferente porque ele está distante do local, principalmente se ele for do interior. Se o deputado não tiver um trabalho sobre-humano de esforço ele realmente fica fora de contato com a população que o elegeu.

Cabe ressaltar, porém, que esta comunicação entre representante e representado que se pode classificar como do tipo direta, apesar de desejável para a qualidade da democracia representativa, não necessariamente é exercida com o objetivo de ampliar a responsabilização do mandato parlamentar, pelo contrário, pode ser exercida no sentido de perpetuar práticas clientelistas, como o atendimento à população que é feito pelo presidente da Câmara Municipal de Santos, vereador Paulo Barbosa (PSDB)

Eu não concordo, eu discordo muito dessa frase aí. Olha, veja bem, hoje, aí fora, tem cem pessoas praticamente. E quando eu chego aqui na terça-feira tem cento e cinquenta e na quinta-feira também. Eu sempre fui eleito com o maior número de votos, sem fazer comício, sem sair daqui, só colocando meu nome como candidato. São quatro mil e novecentos votos, são cinco mil e setecentos, seis mil e duzentos. Quer dizer, eu atendo um pouco cada dia, de terça, quarta e sexta-feira.



Interessante destacar que apesar de ser do conhecimento dos entrevistados que o objeto de estudo da pesquisa era a TV legislativa<sup>119</sup>, dos vinte e nove comentários espontâneos sobre a questão do canal de comunicação entre representante e representado, apenas três entrevistados<sup>120</sup> mencionaram a TV legislativa da Casa como um dos canais possíveis para esta comunicação e, destes, nenhum era deputado estadual.

Os comentários espontâneos dos entrevistados deixaram transparecer outro aspecto da relação mediada pelos meios de comunicação entre representante e representado que está associado ao perfil do parlamentar, no sentido de que a forma como o parlamentar busca comunicar-se com o cidadão está relacionada à sua votação e à sua origem, ou atuação, antes de ser eleito. Dessa forma, foi possível construir, com base nas entrevistas e no perfil dos entrevistados, quatro tipos<sup>121</sup> de parlamentar, “profissional da mídia”, com “voto difuso”, o parlamentar com origem nos “movimentos sociais” e o “temático”.

Existe consenso na literatura de que são vários os fatores levados em consideração pelo eleitor no processo de decisão do voto, e o tipo do parlamentar, como definido acima, não é determinante neste processo; no entanto, na medida em que este perfil pode contribuir para explicar aspectos da relação mediada entre representante e representado, contribui, também, para avançar na compreensão do impacto da TV legislativa no processo de responsabilização do representante.

Neste estudo, para que o parlamentar seja considerado do tipo “profissional da mídia” é preciso que o mesmo participe, não só como convidado, em pelo menos um programa regular na

---

<sup>119</sup> Em apenas três municípios não existiam TV legislativa, ou ela estava desativada, na época da realização do campo, Marília, Presidente Prudente e Santo André.

<sup>120</sup> Dois vereadores da capital, Arelino Tatto (PT) e José Américo (PT) e o Vereador Eduardo (PPS) de São José do Rio Preto.

<sup>121</sup> Esta é uma construção ainda em caráter rudimentar e, neste sentido, de aproximação, para uma tipologia de tipos de parlamentares com o objetivo de contribuir para explicar a relação mediada pelos meios de comunicação entre parlamentares e cidadãos. Assim como os tipos de governo representativo construídos por Manin (1995), não há um “tipo puro” de parlamentar, eles são classificados de acordo com a característica que prevalece.

grade de uma emissora de rádio ou TV e que a visibilidade proporcionada pelo programa tenha sido um fator importante para a sua eleição; dito de outra forma, ele precisa ter um espaço na mídia que seja identificado pelo público como do parlamentar. Dessa forma, não são incluídos nesta categoria os parlamentares que são empresários do setor<sup>122</sup>.

Entre os vereadores entrevistados da Câmara Municipal de São Paulo estão dois casos exemplares da categoria “profissional da Mídia”, ou seja, aquele parlamentar que se elegeu porque tinha atuação na Mídia. O primeiro é o radialista Nelo Rodolfo que foi o presidente responsável pela criação da TV da Câmara Municipal de São Paulo, em 1997. Em 1992, na sua primeira disputa eleitoral, Nelo Rodolfo foi eleito com a maior votação para a Câmara paulistana, foi reeleito vereador na legislatura seguinte, também com a maior votação, e conduzido à presidência da Mesa. Segundo Nelo Rodolfo, o fato de ser apresentador de um programa popular de rádio que tinha grande audiência na capital ajudou tanto nas suas eleições como durante o exercício do mandato, “Eu ser um homem da Mídia ajudou muito em todos os sentidos. Fui extremamente beneficiado”.

O segundo parlamentar “profissional da mídia” da Câmara de São Paulo que atribui sua eleição à visibilidade na cena midiática, atualmente exercendo seu segundo mandato pelo PTB, é o profissional liberal que ficou nacionalmente conhecido como o “advogado do Ratinho” por atuar como advogado em programa de auditório na TV, diário, que teve grande audiência e foi transmitido pela Record e depois pelo SBT

Eu trabalhei oito anos no programa do Ratinho e o programa era diário, quer dizer, eu ia diariamente à noite para o estúdio, estava incorporado no meio dia-a-dia, no meu cotidiano. E eu gostava daquele programa. Eu ia como espectador do programa, ficava no auditório, ou próximo ao auditório, mas a gente assistia ao programa, mesmo que ele (o apresentador ‘Ratinho’) não te chamasse para intervir, eu achava muito bom, gostava do programa. Ia como participante e como espectador. (Vereador Dr. Faraht, PTB).

---

<sup>122</sup> Deputado Edmir Chedid (DEM) região de Atibaia e deputado Vinícius Camarinha (PSB), cuja família é proprietária, entre outras empresas de comunicação, da afiliada Globo na região de Marília.

O parlamentar com voto difuso é aquele cuja votação espalha-se por toda a cidade, no caso dos vereadores, ou por municípios de diferentes regiões, no caso dos deputados estaduais; dito de outra forma, é o oposto de um parlamentar com votação concentrada que, sem dúvida, tem maior facilidade de comunicação com o seu eleitorado. Para o atual deputado federal José Eduardo Cardozo (PT), presidente da Câmara Municipal de São Paulo à época da CPI da “Máfia dos Fiscais” e responsável pela recolocação da TV da Câmara no ar, o parlamentar sem base eleitoral depende mais da mídia para a divulgação do seu trabalho

Eu hoje me comunico com o meu eleitor através da mídia. No meu caso, que não tem base eleitoral fixa, que tem o voto difuso, não tem outra opção senão a mídia. As pessoas acham que quando eu apareço estou trabalhado muito, se não apareço não estou trabalhando. Eu tenho alguns outros mecanismos limitados como o boletim, o site, palestras e visitas, mas o potencial de abrangência disso tudo é infinitamente menor.

Segundo o atual deputado estadual e ex-vereador Marcos Zerbini (PSDB), o parlamentar com origem nos movimentos sociais não precisa recorrer à mídia para se comunicar com o seu eleitorado porque, em função da dinâmica própria dos movimentos sociais, ele está em contato constante com a sua base; o que significa dizer que, neste caso, a relação entre representante e representado se dá de forma direta, sem mediação, inclusive a dos meios de comunicação

No meu caso, eu discordo muito que o parlamentar fica sem canal de comunicação com o eleitor depois de eleito. Eu faço reuniões mensais no mínimo mensais com o meu eleitorado, reunião com mais de trinta mil pessoas todo mês. Na verdade o que acontece é que alguns parlamentares precisam ocupar mais o espaço de mídia, de televisão, em função do tipo de atuação que têm. É difícil um parlamentar que tem uma atuação espalhada pela cidade falar com seu eleitorado, prestar conta. Então esse parlamentar precisa usar do meio de comunicação de forma mais intensa. No meu caso, preciso muito pouco porque faço grandes reuniões todo mês com meu eleitorado, presto contas todo mês.

O quarto e último tipo de parlamentar é o chamado “temático” porque ele trabalha focado em determinado assunto de interesse público como, por exemplo, o meio ambiente, que é o caso do vereador por São Paulo, Roberto Trípoli (PV), que está no exercício do quinto

mandato, sempre defendendo esta bandeira que na realidade, representava uma novidade na sua primeira eleição. O vereador Trípoli (PV) foi o único entrevistado que mencionou o aspecto do monitoramento do mandato pelo cidadão como algo diretamente relacionado ao perfil do representante. Segundo Trípoli (PV), representar um movimento ou tema aproxima o representante de entidades e segmentos da sociedade com disponibilidade e instrumental para acompanhar o mandato do representante que, de alguma forma, ajudaram a eleger

Eu discordo um pouco desta frase porque você tem parlamentares e parlamentares; pesquisadores e pesquisadores. Tem parlamentar que vai lá à zona leste e se elege, na outra eleição ele vai à zona sul. Eu já sou um parlamentar que trabalho com eixo temático, trabalho no movimento ambiental, então, eu sou fiscalizado constantemente e quero ser fiscalizado, senão não estaria aqui dentro. Sempre que eu vou votar um projeto eu consulto antes as entidades próprias, coisa que muitos parlamentares aqui não fazem, não pensam na população e sim em interesses pessoais. A Mídia sabe que eu trabalho no movimento (meio ambiente).

É suficiente destacar aqui que cada tipo de parlamentar apresenta uma necessidade específica de comunicação com o seu eleitorado e, dessa forma, relaciona-se de maneira diferente com a mídia. O parlamentar “profissional da mídia” foi eleito pela mídia e, na maioria das vezes, mantém vínculos e relacionamentos que facilitam o acesso aos canais de comunicação comerciais. Por outro lado, o parlamentar com “voto difuso” depende da mídia para divulgar o seu trabalho e, normalmente, engendra muitos esforços para se manter na pauta. Dentre todos os parlamentares, o parlamentar com origem nos “movimentos sociais” é o que a situação de maior independência da mídia, na medida em que não dependeu da mídia para se eleger e não depende dela para divulgar o seu trabalho. No caso do parlamentar do tipo “temático”, ele também não precisa da Mídia porque ele tem canais diretos de comunicação com as entidades que, a princípio, porém, neste caso, é a Mídia que, muitas vezes, precisa deste parlamentar como fornecedor de informações, ou seja, como fonte.

## 6.5. O papel da TV Legislativa, segundo os legisladores

Como os parlamentares entrevistados definem a TV legislativa? Qual a missão deste meio de comunicação, pertencente à Casa e financiado por ela, que passou a fazer parte do cenário legislativo e a registrar e transmitir, no mínimo, os discursos, debates e votações que têm lugar nas sessões plenárias? Tendo em vista o papel central desta questão para a pesquisa, além do tratamento qualitativo, que será discutido mais adiante, foi realizado outro quantitativo<sup>123</sup> na tentativa de explicar os efeitos da TV legislativa no comportamento parlamentar, mais especificamente, se ela contribui para estimular comportamento responsivo dos representantes.

O quadro 6.5.1 abaixo apresenta os significados para a codificação das respostas à pergunta sobre a missão da TV legislativa. Chama atenção que das dez categorias apenas a que fala da restrição do acesso poderia ser classificada como negativa, todas as demais mencionam aspectos positivos da TV; podendo ser indicativo da ausência de uma visão crítica ou, ainda mais grave, a ameaça de respostas que não corresponderiam ao pensamento dos entrevistados, lançando suspeitas sobre a validade dos resultados.

No entanto, este resultado não representou um problema para a pesquisa, pelo contrário, ele acabou por possibilitar uma análise mais robusta na medida em que se buscou ir além da classificação das categorias em valências “positivas” ou “negativas” e olhar para o significado das mesmas a partir da noção de *accountability*. Dessa forma, as categorias foram classificadas em dois tipos, o tipo que apresenta potencial para estimular comportamento responsivo dos representantes (Miguel, 2005), categoria “*accountable*”, e outra classificada como “relações públicas” (Matos, 1999), quando a visão sobre TV legislativa está centrada na idéia de divulgação de informações, ou seja, na concepção desta como agência de notícias; assim, como

---

<sup>123</sup> Para detalhes ver capítulo 5, seção 5.7.

indicam os dados do quadro 6.5.1 abaixo, das dez categorias, apenas cinco foram classificadas como “*accountable*”.

Por fim, pode ser útil recapitular que todo processo de categorização carrega muito da subjetividade do autor, assim, longe de esgotar as possibilidades, outras combinações são possíveis. Dessa forma, quanto mais explícita a categoria, tanto melhor para que o leitor compreenda o contexto da resposta. No caso das categorias do quadro 6.5.1 abaixo, cabe justificar a separação entre “divulgar/informar trabalho parlamentar”, “informar papel do parlamentar / o quê faz” e “acompanhar mandato”, já que as três parecem, em uma primeira leitura, definir um mesmo papel para a TV legislativa.

No entanto, apesar de sutis, as diferenças entre estas três categorias são significativas para a explicação do impacto da TV legislativa sobre o comportamento parlamentar, justificando a separação. A categoria “divulgar / informar trabalho parlamentar” está associada ao simples ato de informar, sem qualquer outra referência aos efeitos do acesso a essa informação. Por outro lado, a categoria “informar papel do parlamentar / o quê faz” tem relação com ganhos de caráter educativo-pedagógico como efeito do acesso à informação para o cidadão. Por fim, a categoria “acompanhar o mandato” diferencia-se das outras duas na medida em que ela aparece em contexto que sugere a necessidade de comportamento responsivo dos parlamentares já que, com a TV legislativa, sua atuação estará sendo monitorada pelo eleitor. Nesta direção cabe, então, esclarecer que a distinção entre esta categoria e a categoria “fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar” localiza-se nos termos usados para defini-las, por sinal, extraídos das falas dos entrevistados, os termos “fiscalizar” e “avaliar” que são considerados, aqui, como estímulos mais fortes para comportamentos responsivos dos parlamentares, comparativamente aos termos “divulgar” e “informar”.

**Quadro 6.5.1**

Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre o Papel da TV legislativa		
<b>Categoria</b>	<b>Significado</b>	<b>Tipo<sup>1</sup></b>
1 - Divulgar / informar trabalho parlamentar	A TV como agência de notícias	RP
2 - Informar papel do parlamentar / o quê ele faz	Caráter educativo-pedagógico da TV	RP
3 - Dar transparência ao trabalho parlamentar	Preocupação do parlamentar com responsabilização pelo mandato	AC
4 - Interação com cidadão / diminuir distância	Parlamentar identifica distância do representante e a TV aproxima	AC
5 - Deveria ser canal aberto / acesso é restrita	Considerações sobre a limitação de abrangência (número de municípios e bairros cabeados) e acesso (paga) da TV	RP
6 - Acompanhar mandato	A TV possibilita o acompanhamento do trabalho parlamentar. Não há menção ao potencial de estímulo da TV para uma postura do cidadão de fiscalizar e avaliar o seu representante.	AC
7 - Fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar	A TV é um instrumento de fiscalização e avaliação do trabalho e do comportamento parlamentar	AC
8 - Expor idéias sem censura / cortes	Em contraposição à cobertura da Mídia que opera com cortes e edições e com predominância de enquadramentos negativos	RP
9 - Cobrir trabalho externo do parlamentar	O trabalho do parlamentar não se resume às atividades desenvolvidas dentro da Casa Legislativa. O trabalho feito fora das dependências legislativas não é divulgado, nem reconhecido	RP
10 - Promover debates / discussões	Promover debates entre os parlamentares e destes com entidades e especialistas sobre assuntos de interesse público	AC

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. 1) RP = relações públicas e AC = *accountable*

Os resultados com tratamento quantitativo serão discutidos com base em duas tabelas. A primeira, a tabela 6.5.1 abaixo apresenta as dez principais<sup>124</sup> categorias encontradas na amostra total e nos cruzamentos pelas regiões, organizada pela ordem de citação em primeiro e em segundo lugares. A diferença nos totais significa que quarenta e dois entrevistados, o total da amostra, mencionaram pelo menos um papel para a TV legislativa e, deste total, trinta e três mencionaram mais um papel. A segunda tabela, 6.5.2 mais adiante, mostra a somatória das menções em primeiro e segundo lugares com o objetivo de apresentar uma referência do peso individual de cada categoria.

Apesar de diferenças significativas entre as regiões, a categoria ‘divulgar trabalho parlamentar / informar’ apareceu em primeiro lugar em todas as amostras, 38% entre os deputados estaduais, 85% entre os vereadores de São Paulo e 54% entre os vereadores do interior; nas palavras do Deputado Arthur Alves Pinto (PL), “eu acho que o principal papel é divulgar os trabalhos que se realizam nessa Casa, esse é o principal papel da TV legislativa”.

Dentre os quarenta e dois parlamentares entrevistados, um único parlamentar, o presidente da Câmara Municipal de Taubaté, vereador Henrique Nunes (PPS), considerou a natureza da atividade legislativa, que não permite ações de caráter executivo. Na opinião do presidente Henrique Nunes, o próprio papel do Poder Legislativo impõe restrições<sup>125</sup> para a estruturação de uma grade de programação que, dessa forma, deve ficar mesmo mais limitada à divulgação do trabalho do vereador.

---

<sup>124</sup> Para a criação das categorias, adotou-se o critério de percentual mínimo de 2% de ocorrência na amostra total, em pelo menos uma das ordens; as menções com ocorrências inferiores a este percentual foram consideradas na categoria “outras”.

<sup>125</sup> Cabe lembrar que, como discutido no capítulo 2, a “Lei do Cabo” não dá outras especificação em relação à programação da TV legislativa, mas determina a transmissão ao vivo e sem cortes das sessões plenárias.



**Tabela 6.5.1**

Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa<sup>1</sup> – amostra total e região

	Amostra total					Estado					Capital					Interior				
	n		%			n		%			n		%			n		%		
	1º	2º	1º	2º		1º	2º	1º	2º		1º	2º	1º	2º		1º	2º	1º	2º	
1 - Divulgar / informar trabalho parlamentar	24	5	57	15		6	2	38	14		11	1	85	11		7	2	54	20	
2 - Informar papel do parlamentar / o quê faz	5	2	12	6		2	1	13	7		0	1	0	11		3	0	23	0	
3 - Dar transparência ao trabalho parlamentar	3	2	7	6		1	1	6	7		0	1	0	11		2	0	15	0	
4 - Interação c/ cidadão / diminuir distância	3	2	7	6		2	2	13	14		1	0	8	0		0	0	0	0	
5 - Deveria ser canal aberto / acesso restrito	3	4	7	12		3	2	19	14		0	0	0	0		0	2	0	20	
6 - Acompanhar mandato	1	9	2	27		0	4	0	29		0	3	0	33		1	2	8	20	
7 - Fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar	1	1	2	3		1	0	6	0		0	0	0	0		0	1	0	10	
8 - Expor idéias sem censura / cortes	1	1	2	3		0	0	0	0		1	0	8	0		0	1	0	10	
9 - Cobrir trabalho ext. do parlam.	1	3	2	9		1	0	6	0		0	1	0	11		0	2	0	20	
10 - Promover debates / discussões	0	2	0	6		0	1	0	7		0	1	0	11		0	0	0	0	
Outras	0	2	0	6		0	1	0	7		0	1	0	11		0	0	0	0	
Total	42	33	98	99		16	14	101	99		13	9	101	99		13	10	100	100	

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

É possível dizer que como os parlamentares estavam falando sobre o papel de um meio de comunicação pertencente às Casas Legislativas este resultado, ‘divulgar trabalho parlamentar / informar’, era previsível. Porém, chama atenção o fato de que mais da metade da amostra total tenha definido o papel da TV legislativa como o equivalente a uma agência de notícias, dito de outra forma, um órgão de divulgação de fatos oficiais, como expresso na fala do deputado Arthur Alves Pinto (PL), citada acima.

Sem dúvida, o acesso à informação, e um tipo de informação política qualificada, como se espera de uma “mídia da fonte” é requisito das sociedades democráticas contemporâneas (Keane, 1992; Miguel, 2003, 2005), porém, a questão que se coloca é se o papel da TV legislativa, com significativo investimento e custeio elevado, financiados integralmente com dinheiro público, deve ser restrito ao de uma agência de notícias.

Neste primeiro momento, com base nos resultados apresentados até aqui, é possível supor que a opinião dos parlamentares entrevistados sobre o papel da TV legislativa estaria mais próxima de assessoria de imprensa (Matos, 1999); talvez seja este mais um dos elementos que contribuíram para a imagem da TV legislativa como a de uma TV “chapa branca”<sup>126</sup>, entre outros fatores que serão desenvolvidos ao longo deste capítulo como a forma de indicação da direção das TVs, a ausência de regulamentação para a definição da grade de programação e a falta de continuidade administrativa.

Como mostram os dados da tabela 6.5.2 abaixo, que apresenta a somatória das menções em primeiro, segundo e terceiro lugares, a categoria “informar papel do parlamentar / o que ele faz”, categoria indicativa de um papel educativo-pedagógico para a TV legislativa, aparece em terceiro lugar com 10% das menções na amostra total, com pequenas variações entre as regiões,

---

<sup>126</sup> Qualquer meio de comunicação, jornal, emissora de rádio ou TV, pode ser considerado “chapa branca”, basta que ele pratique um jornalismo voltado exclusivamente para a divulgação da versão oficial dos fatos.

também 10% no estado, 8% na capital e 13% no interior. Estes entrevistados afirmaram que a população, em geral, não sabe qual a função dos parlamentares e, principalmente, não sabe distinguir entre os papéis dos Poderes Legislativo e Executivo, com efeitos sobre as eleições e o exercício do mandato

A missão (da TV legislativa) é, principalmente, o que nós sentimos maior dificuldade na eleição, é informar qual é o papel do vereador na cidade, qual é o papel do deputado federal, do senador, do deputado estadual. Então eu acho que esse papel da TV estar passando o que cada um faz é importantíssimo porque muitas pessoas dizem ‘Ah, mas o deputado deveria tapar o buraco da minha rua, cortar a árvore da minha casa’. Você chega na rua e falam ‘Não tem como você pedir para cortar a árvore, você é deputado’, mas acontece que isso é papel do executivo e do vereador daquele bairro, que leva a indicação para o prefeito. Então a importância é muito grande, para que a televisão possa mostrar o trabalho de cada deputado e o porquê existe deputado, para quê serve. Esta é uma pergunta que de cada dez pessoas, nove me fazem, ‘Mas, o deputado, o quê ele vai fazer?’. (Deputado Rogério Nogueira, líder do PDT, Assembléia Legislativa de São Paulo).

Na mesma direção, o presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, vereador Gustavo Hermman (PSB), menciona os dados de uma pesquisa realizada por um instituto de pesquisa contratado pela Câmara Municipal que indicam que mais de 80% dos entrevistados desconhecem o papel do Legislativo local

Além de não conhecerem o papel do legislativo, geralmente confundem o legislativo com o executivo; quer dizer o vereador vai num bar e perguntam ‘Você é da prefeitura?’. Então o principal papel hoje da TV é o de conscientizar porque o vereador não é o cara que tapa o buraco lá, né? O vereador é o cara que está discutindo as leis e os problemas.

**Tabela 6.5.2**  
Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa<sup>1</sup> - somatória<sup>2</sup> das respostas amostra total e região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1 - Divulgar / informar trabalho parlamentar	31	32	10	25	12	46	9	29
2 - Acompanhar mandato	12	12	6	15	3	12	4	13
3 - Informar papel do parlamentar / o quê faz	10	10	4	10	2	8	4	13
4 - Interação c/ cidadão / diminuir distância	9	9	5	13	3	12	1	3
5 - Deveria ser canal aberto / acesso restrito	9	9	6	15	0	0	3	10
6 - Promover debates / discussões	6	6	4	10	1	4	1	3
7 - Dar transparência ao trabalho parlamentar	5	5	2	5	1	4	2	6
8 - Cobrir trabalho ext. do parlam.	5	5	1	3	2	8	2	6
9 - Fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar	4	4	0	0	0	0	3	10
10 - Expor idéias sem censura / cortes	2	2	0	0	1	4	1	3
Outras	4	4	2	5	1	4	1	3
<b>Total (menções)</b>	<b>97</b>	<b>98</b>	<b>40</b>	<b>101</b>	<b>26</b>	<b>102</b>	<b>31</b>	<b>99</b>

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares da Tabela 6.5.1.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

A existência de distância entre representantes e representados e a necessidade de aproximação entre as partes é apontada em 9% das menções na amostra total da somatória dos lugares; subindo para 13% no estado, 12% na capital e caindo para 3% no interior, resultado que se explica facilmente em função da proximidade geográfica que os vereadores dos municípios menores têm com os eleitores. Segundo o líder do PPS na ALESP, deputado Arnaldo Jardim “ela (a TV legislativa) tem o papel de popularizar o encaminhamento dos projetos que são feitos aqui, diminuindo a distância que existe entre a Assembléia e a sociedade”.

Apesar de relativamente pouca expressiva, 5% da somatória do total das menções, a categoria “cobrir trabalho externo do parlamentar” chama atenção na medida em que a noção a definição de trabalho externo dos parlamentares é polêmica. No entanto, cabe ressaltar que os parlamentares que deram esta resposta, uma deputada estadual pelo PC do B e dois vereadores da capital têm, reconhecidamente, vínculos estreitos com os movimentos sociais, os outros dois são vereadores do interior. De qualquer forma, como será discutido em maiores detalhes ainda neste capítulo, a visão dos parlamentares sobre o papel da TV legislativa, especialmente a visão dos líderes partidários e presidentes de Casas legislativas, têm forte influência sobre o perfil da grade de programação que, se por um lado significa gastos com produções, por outro, mais relevante, define o conteúdo ao qual o representante terá acesso através da “telinha legislativa”

Eu acho que ela (TV legislativa) ainda peca muito, ainda não tem a estrutura necessária para mostrar o trabalho do dia-a-dia do parlamentar. Ela acaba se restringindo à atividade do parlamentar dentro da Casa de leis e não mostra a atividade do parlamentar fora dela. Então, ela precisava ampliar um pouco a sua gama de abrangência, além de mostrar as iniciativas de lei, o processo legislativo, precisava mostrar, também, a atividade parlamentar nas suas bases, nos seus meios específicos de atuação. (Ex-vereador, líder do PSDB na Câmara Municipal de São Paulo e atual Deputado Estadual pelo mesmo partido).

Cabe destacar as cinco categorias que estão mais diretamente ligadas à pergunta central desta tese que é o potencial da TV legislativa para estimular práticas de *accountability*, no sentido da responsabilização do representante no exercício do mandato, que são “acompanhar mandato”, “interação c/ cidadão / diminuir distância”, “promover debates / discussões”, “dar transparência ao trabalho parlamentar” e “fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar”. Dessa forma, a tabela 6.5.2.b abaixo apresenta apenas os dados relativos a estas cinco categorias que, agrupadas em um “bloco *accountability*”, totalizam significativos 36% da somatória das menções na amostra total, ficando, assim, em primeiro lugar, como mostram os dados da tabela 6.5.2 acima.

**Tabela 6.5.2.b**  
Qual é o papel, a missão de uma TV Legislativa<sup>1</sup>  
Seleção de categorias “bloco *accountability*”  
somatória<sup>2</sup> das respostas - amostra total e região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1 - Acompanhar mandato	12	12	6	15	3	12	4	13
2 - Interação c/ cidadão / diminuir distância	9	9	5	13	3	12	1	3
3 - Promover debates / discussões	6	6	4	10	1	4	1	3
4 - Dar transparência ao trabalho parlamentar	5	5	2	5	1	4	2	6
5 - Fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar	4	4	0	0	0	0	3	10
Total <sup>3</sup> (menções)	97	98	40	101	26	102	31	99

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares da Tabela 6.5.1. (3) Totais relativos às amostras total e por região.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Algumas variações no cruzamento com a variável região chamam atenção, a primeira é em relação à categoria “promover debates / discussões”, com incidência concentrada entre os deputados estaduais, onde aparece com mais do que o dobro do percentual, 10%, do que os 4% dos vereadores da capital e os 3% dos vereadores do interior, como apontam os dados da tabela 6.5.2.b acima. Para o primeiro secretário da Mesa da Assembléia Legislativa, o deputado Fausto Figueira (PT), a importância deste papel está, principalmente, na contraposição a uma linha editorial tendenciosa, favorável ao presidente da Casa que, segundo o deputado, já existiu no passado recente da TV da ALESP<sup>127</sup>

Eu acho que, primeiro, divulgando uma pauta legislativa, e, fundamentalmente promovendo debates sobre os projetos de leis que estão circulando pela Casa e que têm interesse para a população. À medida que a legislação que será gestada aqui vai ter influência sobre a vida do cidadão, acho que é importante esse

<sup>127</sup> Neste caso, o deputado estadual Fausto Figueira está fazendo referência à gestão do deputado Sidney Beraldo (PSDB).

debate, que ela (TV legislativa) propicie debates absolutamente equidistantes e ela deve ter uma linha editorial que represente o Poder Legislativo e não apenas a vontade política de quem é o presidente da Casa.

Interessante observar na fala do deputado Fausto Figueira que, em sua opinião, a TV legislativa tem papel de promover debates sobre os projetos de leis em andamento na Casa, porém, ele dá margem à interpretação de que nem todos os projetos seriam de interesse público. Nesta mesma direção, o deputado Salim Curiati, (PP) vê na TV legislativa a missão de fazer uma seleção dos projetos com o objetivo de divulgar apenas aqueles que, efetivamente, sejam de interesse público sem, no entanto, saber especificar como se daria a operacionalização deste processo.

O presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente<sup>128</sup>, vereador Ed Thomas (PMDB), demonstra entusiasmo pela criação da TV legislativa e defende, abertamente, que ela tenha espaço reservado para o debate. Se o presidente Ed Thomas<sup>129</sup> está sendo honesto em sua resposta e se ele conseguirá recolocar a TV legislativa da Câmara Municipal de Presidente Prudente no ar e, principalmente, desempenhando esse papel, só o tempo<sup>130</sup> poderá responder

Eu queria realmente deixar os dois (rádio e TV), mas não uma TV e uma rádio que transmitissem só as sessões; queria que chamasse a sociedade para debater na hora que as comissões estivessem reunidas, do povo vir, reclamar. Eu queria montar programas aqui dentro da Câmara Municipal para a comunidade. Então, eu busquei essas informações, me empolguei com isso, sou um empolgado com comunicação, foi uma impulsão. Até o final do meu mandato, em dezembro, como presidente, vamos instalar, seja a rádio ou a TV, aquela que sair<sup>131</sup> primeiro com certeza será instalada.

---

<sup>128</sup> TV legislativa não está em operação, mas já existiu.

<sup>129</sup> Radialista, parlamentar o tipo “profissional da mídia”.

<sup>130</sup> A entrevista com o vereador Ed Thomas foi realizada em junho de 2006, ano em que o mesmo elegeu-se deputado estadual. Até o momento da revisão desta tese, a TV legislativa da Câmara Municipal de Presidente Prudente não havia sido colocada no ar.

<sup>131</sup> Como discutido no capítulo 2, seção 2.2, existem aspectos legais, financeiros e técnicos, internos e externos às Casas Legislativas que precisam ser articulados no sentido de viabilizar o funcionamento e as transmissões de uma TV legislativa.

A categoria “dar transparência ao trabalho parlamentar”, como explicada no quadro 6.5.1 mais acima, quer dizer que, de alguma forma, o entrevistado demonstrou uma preocupação com a responsabilização pelo mandato e viu na TV legislativa um meio de comunicação que pode contribuir para este processo. Entre os cinco<sup>132</sup> entrevistados que mencionaram esta categoria, em qualquer posição que fosse, está o líder do PTB na CMSP, vereador Celso Jatene, que faz uma distinção entre divulgação e transparência semelhante à feita na criação das categorias “divulgar / informar trabalho parlamentar” – agência de notícias - e “dar transparência ao trabalho parlamentar” – preocupação com a responsabilização no exercício do mandato. Para o vereador é cada vez mais difícil para o representante prestar contas do mandato em função da dimensão das cidades e das exigências da vida moderna

As pessoas não têm tempo de acompanhar o nosso trabalho pessoalmente, principalmente em uma cidade como essa, tão grande e ela têm o direito de saber o quê nós estamos fazendo e nem sempre os meios de comunicação divulgam o nosso trabalho. Então a TV Câmara e a nossa página da Internet são importantes para que a gente possa dar transparência para o nosso trabalho. Não é nem tanto divulgar o nosso trabalho, mas é dar transparência ao nosso trabalho. Eu, desde que cheguei aqui, em 2001, sempre trabalhei para que o nosso trabalho fosse totalmente transparente. Uma das primeiras vitórias que a gente teve aqui foi o fim do voto secreto para tudo, aqui na Câmara de São Paulo a gente vota tudo sempre aberto. E como a gente mostra para as pessoas como a gente vota, o quê a gente fala, o quê a gente faz, o quê acontece no legislativo municipal? A única alternativa é o site e a TV Câmara.

A última categoria das cinco que formam o “bloco *accountability*” é a “fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar” que, de todas as categorias, é a que mais se aproxima de uma idéia da TV legislativa como instrumento para que o representado possa fiscalizar e avaliar o trabalho e o comportamento do seu representante. Como critério obrigatório para fazer parte desta categoria, era preciso que a resposta contivesse o termo ‘fiscalizar’ ou ‘avaliar’ e que o

---

<sup>132</sup> Mencionou esta categoria em 1º lugar o deputado Baleia Rossi (PMDB), o deputado Salim Curiati (PP) e o presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto, vereador Eduardo (PP); em 2º lugar, o ex-presidente da ALESP, o deputado Walter Feldman (PSDB) e o líder do PTB na CMSP, vereador Celso Jatene.



parlamentar tivesse uma visão positiva do potencial que a TV legislativa oferece, para a fiscalização ou avaliação do seu trabalho e comportamento por parte do eleitor.

Nesta direção, chama atenção o baixíssimo percentual de entrevistados que responderam “fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar”, apenas 4% da somatória das respostas, dentre os quais, apenas um único parlamentar mencionou-a em primeiro lugar, coincidentemente, o deputado estadual responsável pela criação da TV legislativa da ALESP, o ex-presidente Ricardo Trípoli (PSDB), nas suas palavras

As pessoas ligam a TV e acompanham o trabalho na Assembléia, sabem exatamente quais são os projetos que estão tramitando, sabem como os deputados se comportam, como é que eles votam. Enfim, dá para fazer uma avaliação.

O presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, vereador Silvio Martins (PMDB), define de forma bastante clara o que viria a ser o processo de avaliação do representante pelo representado que passa a ser possível com a existência da TV legislativa e, em sua fala, acaba tocando em outros aspectos importantes que envolvem a discussão sobre a TV legislativa; como a mudança no comportamento parlamentar, a programação e o custo, aspectos que serão discutidos ainda neste capítulo. O presidente discorre, ainda, sobre as etapas do processo legislativo e pondera que a programação da TV legislativa não vai além das transmissões das sessões plenárias e solenes, fundamentalmente, por uma questão de custo financeiro. Por outro lado, o presidente Silvio Martins (PMDB), lamenta que a população não tenha acesso à totalidade do trabalho desenvolvido na Câmara Municipal, o que contribuiria, segundo o presidente, para que o cidadão tivesse outra imagem do Poder Legislativo local

A TV legislativa expõe o legislativo na sua realidade perante a comunidade. Então, a comunidade que, hoje, acompanha o legislativo sabe a tendência política daquela pessoa que está lá no Poder Legislativo. Ela sabe a postura que a pessoa tem, ela sabe o quê pensa o vereador, a coerência ou a incoerência dele, a pessoa tem condições de analisar e de fiscalizar realmente isso. Agora, além dos períodos das sessões, nós temos aqui uma atividade interna intensa, mas se nós tivéssemos a TV cobrindo isso os custos

umentariam. Por exemplo, reunião de comissões, nós temos diversas comissões permanentes e outras especiais de estudos ou de inquérito. A população não sabe deste trabalho, nem que toda vez que você apresenta um projeto na Câmara, este projeto passa a fazer parte de um processo legislativo e ele começa a ganhar pareceres, opiniões, gera debates, junta de documentos, tudo começa a fazer parte deste processo e quando ele chega para ser votado ele já está um calhamaço de papéis. Este processo não é acompanhado pela população que, muitas vezes, não sabe disso e a filmagem poderia dar outra idéia para a população que não só a do trabalho de duas vezes por semana (sessões plenárias).

O presidente da Câmara Municipal de Bauru, vereador Toninho Garmes (PSDB), é direto e descreve uma situação do cotidiano do cidadão, ao fazer menção ao papel da TV legislativa como um meio de comunicação capaz de levar o Poder Legislativo para dentro da casa do cidadão

A pessoa que assiste a TV Câmara tem a oportunidade de, sentado no sofá da sua casa, analisar com calma, detidamente, o comportamento, a postura e o trabalho do vereador, por isso é extremamente importante a TV.

Cabe recapitular que, apesar de aparentemente passivo, no sentido de ser apenas informativo, este processo pode ser de imenso impacto para a relação entre representantes e representados, além do aspecto de que esta relação passou a ser mediada por um meio de comunicação (Manin, 1995); que é o fato dos primeiros, os representantes, mudarem seu comportamento com base na informação de que os segundos, os representados, podem ter acesso ao seu comportamento (Meyrowitz, 1985; Thompson, 1995).

## **6.6. Mudanças no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa**

O aspecto da TV legislativa que será analisado nesta seção trata da percepção dos parlamentares entrevistados sobre mudanças no comportamento dos seus pares após o início das atividades da TV legislativa e, em caso da existência de mudanças, qual a natureza destas. A

hipótese desta tese é que podem existir mudanças no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa como efeito do potencial desta para estimular comportamento responsivo dos representantes.

Como discutido no capítulo dois, todas as TVs legislativas existentes no Brasil pertencem a Casas legislativas e, importante recapitular, elas foram criadas a partir da iniciativa única e exclusiva de parlamentares, ou seja, sem a participação da sociedade civil organizada. Este interesse dos representantes pela televisão legislativa pode ser verificado com base no significativo aumento do número de canais, pertencentes às Assembléias Legislativas e às Câmaras Municipais, nos últimos quatro anos.

Nesta direção, é possível afirmar que existe interesse da classe política pela TV legislativa, entendida, nesta pesquisa, como um meio de comunicação não-mediado do representante com o eleitor. No entanto, uma das perguntas centrais que esta pesquisa busca responder é se, após o impacto inicial do “efeito novidade”, a TV legislativa produziu efeitos sobre o comportamento parlamentar e, em caso afirmativo, qual a natureza dessas mudanças<sup>133</sup>. Como apontam os dados da tabela 6.6.1 abaixo, praticamente a totalidade dos entrevistados, expressivos 98% da amostra total responderam que perceberam algum tipo de mudança no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa; os deputados estaduais e os vereadores do interior entrevistados são unânimes ao afirmaram que observaram mudanças. Um único vereador da capital, Marcos Zerbini<sup>134</sup> (PSDB), diz que não percebeu mudança significativa

---

<sup>133</sup> Para responder a estas questões, foi elaborada uma pergunta fechada sobre a percepção de mudanças no comportamento parlamentar e, em caso de resposta afirmativa, foi perguntado qual a natureza dessas mudanças. Para detalhes sobre a definição de pergunta fechada ver o capítulo 5 desta tese.

<sup>134</sup> Vereador do tipo “origem nos movimentos sociais”, perfil que, por definição, não depende da mídia para se eleger, nem para divulgar seu trabalho durante o exercício do mandato. Para detalhes sobre tipologia de parlamentares ver capítulo 1 desta tese.

De modo geral não percebi mudança. Só de alguns, principalmente aqueles que precisavam usar a mídia porque tinham um trabalho mais distribuído, menos regional, setorizado. Então, eles usavam mais a tribuna para poder se colocar, mas não foi grande a mudança não.

**Tabela 6.6.1**  
Mudança no comportamento dos Parlamentares após início das atividades da TV Legislativa – amostra total e por região<sup>1</sup>

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	39	98	15	100	13	92	11	100
Não	1	2	0	0	1	8	0	0
Total	40	100	16	100	13	100	11	100

Nota. (1) A questão não se aplicava aos municípios de Marília e Santo André porque não existia TV na época da realização do campo. Presidente Prudente respondeu com base na época em que existia TV.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Apesar dos dados apresentados na tabela 6.6.1 acima permitirem sustentar que a entrada em cena da TV legislativa provocou mudanças no comportamento dos representantes, conforme demonstrado por Meyrowitz (1985), só este dado não seria suficiente para explicar os efeitos da TV legislativa sobre a relação entre representantes e representados. Dessa forma, é preciso investigar a natureza das mudanças no comportamento dos representantes, já que estas podem contribuir ou não, ou até serem neutras, no sentido de práticas que estimulem comportamento responsivo e ético<sup>135</sup>.

<sup>135</sup> É importante esclarecer que, em momento algum da pesquisa, procede-se a julgamento de posições ideológicas dos parlamentares entrevistados.

### Quadro 6.6.1<sup>136</sup>

Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre as mudanças no comportamento parlamentar após o início das atividades da TV legislativa		
<b>Categorias</b>	<b>Significado</b>	<b>Prática</b>
1 - Qualificação do discurso	Preocupação com conteúdo do discurso, comprometimento com posições, preparação da fala (estudo, levantamento).	Contribui
2 - Mudanças positivas / para melhor	Adjetivação das respostas.	Neutra
3 - Aparência / estética	Preocupação com o visual, vaidade (roupa, cabelo, oratória).	Não-contribui
4 - Querer aparecer / busca de visibilidade	Não perde oportunidade de aparecer no vídeo.	Não-contribui
5 - Postura / comportamento	Maior controle de comportamentos agressivos e vocabulário indevido.	Contribui
6 - Mais dinamismo / maior produção	Mais participação nas sessões plenárias, apresentação de mais projetos e requerimentos.	Contribui
7 - Aumento do comparecimento em plenário	Aumento do número de parlamentares participando das sessões plenárias.	Neutra
8 - Sessões mais longas	Uso completo dos tempos regimentais para encaminhamentos e explicações pessoais.	Neutra
9 - Preocupação em divulgar trabalho	Preocupação em dar publicidade ao trabalho.	Contribui
10 - População cobra mais	Consciência da exposição ao julgamento do eleitor.	Contribui

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Das dez categorias criadas, cinco contribuem para estimular comportamentos de representantes que podem ser considerados responsivos pelo mandato, que são as categorias “qualificação do discurso”, “postura / comportamento”, “mais dinamismo / maior produção”, “preocupação em divulgar trabalho” e “população cobra mais”; neste caso, comportamentos que foram estimulados pela atividade da TV legislativa.

<sup>136</sup> Explicações sobre o significado das interpretações feitas no processo de categorização das repostas à pergunta aberta “E quais mudanças o(a) Sr(a) percebeu, ou ouviu falar, no comportamento dos parlamentares após a entrada no ar da TV legislativa?”

Outras três categorias dizem respeito a comportamentos neutros, que são assim definidos porque não há, no limite das entrevistas, elementos objetivos para determinar se são comportamentos que possam vir a contribuir para melhorar a qualidade da relação entre representante e representado, no sentido de estimular mecanismos de *accountability*; ou se são práticas voltadas para o interesse privado do representante. As três categorias classificadas como neutras são “mudanças positivas / para melhor”, “aumento comparecimento em plenário” e “sessões mais longas”. Quando mencionada, a categoria “mudanças positivas / para melhor”, além de ser portadora de grande dose de subjetividade, não apresentava explicações sobre as razões para que fossem avaliadas como positivas para a qualidade da relação de representação. Já a categoria “aumento do comparecimento em plenário” não significa, necessariamente, estímulo a comportamento responsivo do representante porque o parlamentar pode comparecer em maior número às sessões plenárias, tanto para apresentar requerimentos ou debater projetos de interesse público, como simplesmente para garantir visibilidade na tentativa de construir imagem de trabalhador e presente. Na mesma direção, a categoria “sessões mais longas” pode significar que um tempo maior está sendo usado para a discussão e deliberação de assuntos de interesse público, ou para a promoção pessoal do parlamentar.

Por fim, duas categorias, “aparência / estética” e “querer aparecer / busca de visibilidade”, estão claramente relacionadas a comportamentos políticos personalistas e, assim, foram classificadas como práticas que não contribuem para um comportamento responsivo e ético do representante.

Para análise quantitativa das perguntas abertas categorizadas foram elaboradas duas tabelas, a primeira, a tabela 6.6.2, a seguir, apresenta as dez principais<sup>137</sup> categorias encontradas na amostra total e nos cruzamentos com a variável região, organizada pela ordem de citação em primeiro e em segundo lugares. A diferença nos totais significa que quarenta<sup>138</sup> entrevistados, mencionaram pelo menos um tipo de mudança no comportamento parlamentar após o início das atividades da TV legislativa, trinta e um mencionaram dois e dezoito mencionaram três tipos de mudanças. A segunda tabela, 6.6.3, mostra a somatória das menções em primeiro, segundo e terceiro lugares com o objetivo de dar uma referência do peso individual de cada categoria.

É importante esclarecer que a discussão detalhada dos resultados dar-se-á em torno dos dados referentes às categorias descritas como “contribuem” e “não-contribuem”, tendo em vista que, em função da própria definição, a categoria neutra pouco poderá acrescentar. Por outro lado, dada a importância para a compreensão do objeto desta pesquisa da análise da dimensão e dos efeitos das categorias que “não-contribuem” para comportamento responsivo, estas serão discutidas com base nas respostas nominais dos entrevistados mais adiante nesta mesma seção.

---

<sup>137</sup> Para a criação das categorias, adotou-se o critério de percentual mínimo de 2% de ocorrência na amostra total, em pelo menos uma das ordens; as menções com ocorrências inferiores a este percentual foram consideradas na categoria “outras”.

<sup>138</sup> Dos treze municípios que compõem a amostra do interior, Marília e Santo André não foram incluídos nesta pergunta porque, até o momento de realização do campo, não dispunham de TV legislativa. O presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente respondeu à pergunta com base no período em que existia TV.

**Tabela 6.6.2**

Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa<sup>1</sup> – amostra total e região<sup>2</sup>

Mudanças	Amostra total				Estado				Capital				Interior			
	n		%		n		%		n		%		n		%	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
1 - Melhoria na postura / no comportamento	8	5	20	16	5	1	31	10	3	2	23	20	0	2	0	18
2 - Qualificação do discurso	6	10	15	32	3	1	19	10	1	4	8	40	2	5	18	45
3 - Preocupação com aparência / estética	6	2	15	6	0	0	0	0	3	1	23	10	3	1	27	9
4 - Mudanças positivas / para melhor	4	8	10	26	2	6	13	60	0	1	0	10	2	1	18	9
5 - Preocupação em aparecer / busca de audiência	4	3	10	10	1	1	6	10	3	1	23	10	0	1	0	9
6- Aumento comparecimento em plenário	4	1	10	3	4	0	25	0	0	1	0	10	0	0	0	0
7 - População cobra mais	3	0	8	0	0	0	0	0	1	0	8	0	2	0	18	0
8 - Preocupação em divulgar trabalho	2	1	5	3	1	1	6	10	1	0	8	0	0	0	0	0
9 - Sessões mais longas	1	1	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	9	9
10 - Mais dinamismo / produção	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	9	0
Outras	1	0	3	0	0	0	0	0	1	0	8	0	0	0	0	0
Total	40	31	102	99	16	10	100	100	13	10	101	100	11	11	99	99

Nota (1) Questão espontânea e de múltipla resposta. (2) A questão não se aplicava aos municípios de Marília e Santo André porque não existia TV quando da realização do campo. Presidente Prudente respondeu com base na época em que existia TV legislativa.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.



Como indicam os dados da tabela 6.6.2 acima, cabe destacar as significativas variações no cruzamento com a variável região, tanto em relação aos percentuais de frequência das categorias, como na ordem das mesmas. Enquanto a categoria que contribui para comportamento responsivo “melhoria na postura / no comportamento” aparece em primeiro lugar da primeira menção na amostra total com 20% das respostas, esta mesma categoria chega a 31% entre os deputados estaduais entrevistados, 23% entre os vereadores da capital e simplesmente não há menção entre os vereadores do interior, nesta mesma posição

Eu acho que passou a existir mais cautela no comportamento, deixa eu achar o termo correto, um comportamento diferenciado. Antes não se transmitia para milhares de pessoas, depois (com a transmissão) exigiu um comportamento... Não é mais educado, é como eu disse, um comportamento diferenciado do que se não estivesse sendo transmitido. Até a forma de você se postar, de você se postar no plenário é diferenciada porque tem a televisão e você está sendo fiscalizado por várias pessoas. (Deputado estadual Vinícius Camarinha, PSB, Assembléia Legislativa de São Paulo).

Para o deputado estadual Vinícius Camarinha (PSB), a TV legislativa estimulou mudanças no comportamento dos deputados, pelo menos em relação às atitudes em plenário porque a presença da TV legislativa, acompanhando as sessões o tempo todo, torna acessível acontecimentos que, muitas vezes, eram testemunhados por poucos e, agora, podem até ser fiscalizados porque a TV tornou um espaço “público-privado” em “público-público” (Meyrowitz 1985), nas palavras da líder do PC do B, deputada Anna Maria Martins “Houve mudança sim, os parlamentares estão mais cuidadosos porque sua postura pode se tornar pública e isso restringe determinadas atitudes agressivas”.

A tabela 6.6.2 acima mostra, também, que para os vereadores do interior entrevistados, a categoria “preocupação com aparência / estética”, considerada como uma categoria que não contribui para comportamento responsivo, é a que se destaca com 27% das menções em primeiro lugar. Empatadas com 18% das menções estão três categorias, uma neutra, “mudanças positivas /

para melhor”, e duas que contribuem para comportamento responsivo, “qualificação do discurso” e “população cobra mais”. A categoria “qualificação do discurso”, como explicado no quadro 6.6.1, descreve um comportamento do parlamentar onde existe uma clara preocupação com o conteúdo dos pronunciamentos e as posições assumidas, atitudes indicativas de maior responsabilização com o mandato, como descreve a presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Diana Cury (PMDB)

Chegou ao ponto de alguns vereadores escreverem seus discursos, coisa que não faziam antes. Percebi que alguns não tinham tanta facilidade com a improvisação e passaram a escrever. Tinha uma vereadora que tinha medo de falar e ela me perguntava ‘o que eu faço?’ Era o primeiro ano dela e eu falei ‘põe no papel, escreva, você tem boas idéias, escreva e leia na tribuna, não perca o espaço de se pronunciar.

A obrigatoriedade das transmissões ao vivo e sem cortes das sessões plenárias, como discutido no capítulo dois desta tese, alterou o comportamento dos parlamentares “da água para o vinho”, segundo o presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, vereador Waldomiro (DEM), que estava na metade do exercício do seu primeiro mandato quando a TV legislativa entrou em atividade, em 1999. Em sua fala, mesmo sem conhecer, o vereador Waldomiro (DEM) faz uso da metáfora do teatro, a mesma usada por Meyrowitz (1985), para explicar a mudança de comportamento dos vereadores com a introdução da mídia eletrônica, expulsando-os dos “bastidores”

Nós nem sabíamos como seria com a TV. E depois de 1999 nós começamos a ter a TV nas mãos. Então os vereadores mudaram completamente o seu comportamento, até nos comentários, o que vai falar, entende? Ficou mais falador, mais polêmico, ele quer falar tudo aqui. Antes da TV o vereador era mais de bastidor... Foi uma mudança realmente porque o vereador começou a tomar mais cuidado com o que fala porque depois que você fala, com o programa no ar, ao vivo, ao tem como voltar atrás.

Para o vereador Gustavo Hermman (PSB), presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, a presença das câmeras de TV no plenário levou a “uma cobrança maior por parte da população, se o cara (vereador) está presente, se está participando”, o que contribuiu, também,

para o dinamismo da Casa Legislativa, que passou a contar com um maior número de pronunciamentos que estimulam os debates

A Câmara passa por momentos de inércia, você vê aquelas sessões em que não acontece nada, ninguém está discutindo muita coisa, mas com a TV o vereador vai fazer discurso e o fato do cara (vereador) subir lá e fazer um discurso para quem está assistindo provoca discussões, reações e para a democracia isso é bom.

Já os vereadores da capital entrevistados estão concentrados em três categorias, que dividem o primeiro lugar da primeira menção com 23% das respostas, uma neutra, “melhoria na postura / no comportamento”, e duas negativas, “preocupação com aparência / estética” e “preocupação em aparecer / busca de visibilidade”, como apontam os dados da tabela 6.6.2 acima.

Ainda com base nos dados da tabela 6.6.2 acima, em segundo lugar da primeira menção entre os deputados estaduais, com 25% das respostas, aparece a categoria “aumento do comparecimento em plenário” que, apesar de ser considerada neutra, nos trechos das entrevistas abaixo, está combinada com outras categorias que, pelo menos nestes casos, não deixam dúvidas sobre o impacto da TV legislativa na medida em que esta transmitia uma idéia negativa da Assembléia Legislativa representada pelo efeito da imagem das “cadeiras vazias”.

Na tentativa de apurar a análise acerca dos dados relativos às categorias que não contribuem para comportamento responsivo dos representantes, os quadros 6.6.2 e 6.6.3 abaixo especificam os resultados nominalmente e, como se pode observar, estas categorias, na maioria das entrevistas, aparecem combinadas com outras categorias, classificadas como neutras ou como categorias que contribuem; quadro que, pelo menos até o momento, consubstancia a interpretação de que a postura crítica destes entrevistados está voltada para o comportamento dos

seus pares após a entrada em cena da TV legislativa, e não da TV legislativa em si, enquanto canal de comunicação com o eleitor.

Apenas um parlamentar, o vereador da capital Celso Jatene (PTB), combinou duas categorias negativas em sua resposta, “aparência / estética” e “querer aparecer / busca de visibilidade”, como mostram os resultados do quadro 6.6.2 abaixo. Para o vereador Celso Jatene (PTB)

Infelizmente tem alguns parlamentares que se rendem a uma luz vermelha acesa, no sentido da vaidade. Eu acho até que essa coisa da imagem, da aparência se fortalece com a TV. O que muda é essa questão da vaidade. A gente percebe também quando aparece a TV aberta. Quando tem televisão o comportamento é um, quando não tem é outro.

**Quadro 6.6.2**

Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa					
Seleção categoria “aparência / estética”					
Parlamentar	Cargo	Partido	Menção		
			1º	2º	3º
Toninho Garmes	Presidente CM Bauru	PSDB	Aparência	Qualificação discurso	Mudanças positivas
Diana Cury	Presidente CM São Carlos	PMDB	Aparência	Qualificação discurso	Aumento presença
Henrique Nunes	Presidente CM Taubaté	PPS	Aparência	Mudanças positivas	Qualificação discurso
Arselino Tatto	Ex-presidente CM São Paulo	PT	Aparência	Qualificação discurso	Sem menção
Celso Jatene	Ex-vice pres. CM São Paulo	PTB	Aparência	Querer aparecer	Sem menção
Nelo Rodolfo	Ex-presidente CM São Paulo	PMDB	Aparência	Postura	Sem menção
<b>Total</b>			<b>06</b>		
Parlamentar	Cargo	Partido	1º	2º	3º
Paulo Barbosa	Presidente CM Santos	PSDB	Mudanças positivas	Aparência	Qualificação discurso
Roberto Trípoli	Ex-presidente CM São Paulo	PV	Postura	Aparência	Qualificação discurso

Continua.

**Quadro 6.6.2 (cont.)**

<b>Total</b>				<b>02</b>	
<b>Parlamentar</b>	<b>Cargo</b>	<b>Partido</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>
Edmir Chedid	Líder ALESP	DEM	Aumento presença	Mudanças positivas	Aparência
<b>Total</b>					<b>01</b>

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

Por outro lado, a categoria, também considerada negativa, “querer aparecer / busca de visibilidade”, apesar de apresentar frequência menor, total de seis<sup>139</sup> menções, em três delas não há menção a nenhuma outra categoria. Assim, como indicam os dados do quadro 6.6.3 abaixo, para o deputado estadual Arthur Alves Pinto (PL) e para os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, Carlos Apolinário (DEM) e Dr. Faraht (PTB), a única mudança observada no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa foi a busca por visibilidade. Para o deputado estadual Arthur Alves Pinto (PL) é constrangedor falar sobre uma mudança que, na sua avaliação, é apenas de caráter superficial, sem outros efeitos para a responsabilização do parlamentar no exercício do mandato. Para descrever a sua opinião sobre o impacto da TV legislativa no comportamento dos deputados, o deputado Arthur Alves Pinto (PL) traduz o que Thompson (1995) argumentou em relação ao impacto da televisão cuja “existência dá origem a uma categoria, ou categorias, de ação que é levada a efeito com o objetivo de ser televisada, isto é, capaz de ser tomada como digna de transmissão através da televisão para uma audiência espacialmente distante e potencialmente ampla” (p.303)

Houve uma mudança...Você sabe, de estar em frente as luzes...É como eu falei no início, às vezes a pessoa se comporta querendo agrada o futuro eleitor, ou o eleitor dele, então ele não é aquilo que está passando. Ele se mostra uma pessoa que não é a realidade dele e tem muito desse negócio. A senhora veja, se a senhora coloca umas pessoas aí, **basta chegar alguém com uma filmadora que o cara já muda de atitude** (grifo meu). Olha, quando tem pessoas na galeria lá em cima assistindo (sessões

<sup>139</sup> O vereador Celso Jatene foi contabilizado no quadro 6.6.2.

plenárias), todo mundo (deputados) vai lá falar. Não importa se é eleitor dele ou não, o cara (deputado) quer ir lá falar. Eu acho que esta mudança existe. Não é maldade, mas é uma mudança que existe no comportamento da pessoa que está na frente da câmera, aquele negócio todo. Eu acho isso. (Deputado estadual Arthur Alves Pinto, PL).

### Quadro 6.6.3

Mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa					
Seleção categoria “querer aparecer / busca de visibilidade”					
Parlamentar	Cargo	Partido	Menção		
			1º	2º	3º
Arthur Alves Pinto	Líder ALESP	PL	Querer aparecer	sem menção	sem menção
Carlos Apolinário	Ex-1º Secret. CMSP	DEM	Querer aparecer	sem menção	sem menção
Dr. Faraht	Líder CM São Paulo	PTB	Querer aparecer	sem menção	sem menção
Myriam Athiê	Líder CM São Paulo	PPS	Querer aparecer	Qualificação discurso	sem menção
<b>Total</b>			<b>04</b>		
Parlamentar	Cargo	Partido	1º	2º	3º
Baleia Rossi	Líder ALESP	PMDB	Mudanças positivas	Querer aparecer	sem menção
Gustavo Hermman	Presidente CM Piracicaba	PSB	População cobra mais	Querer aparecer	Mudanças positivas
Celso Jatene	Ex-vice pres. CM São Paulo	PTB	Aparência	Querer aparecer	sem menção
<b>Total</b>				<b>03</b>	

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

Por fim, a tabela 6.6.3 abaixo apresenta a somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares para a questão aberta sobre as mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após o início das atividades da TV legislativa. Os dados indicam que a categoria “qualificação do discurso” aparece em primeiro lugar na amostra total na somatória das respostas com 22% das menções, em segundo lugar, com 19% das menções, aparece “mudanças positivas

/ para melhor” e, em terceiro, “melhoria na postura / no comportamento” com 16% da somatória das respostas.

**Tabela 6.6.3**

Quais as mudanças percebidas no comportamento dos parlamentares após início das atividades da TV Legislativa<sup>1</sup>  
amostra total e região – somatória<sup>2</sup> das respostas

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Qualificação do discurso	20	22	5	16	6	23	9	28
Mudanças positivas / para melhor	17	19	9	29	2	8	6	19
Melhoria na postura / no comportamento	14	16	7	23	5	19	2	6
Preocupação com aparência / estética	9	10	1	3	4	15	4	13
Aumento comparecimento em plenário	7	8	5	16	1	4	1	3
Preocupação em aparecer / busca de audiência	7	8	2	6	4	15	1	3
Sessões mais longas	5	6	0	0	0	0	5	16
Preocupação em divulgar trabalho	4	4	2	6	2	8	0	0
População cobra mais	3	3	0	0	1	4	2	6
Mais dinamismo / maior produção	2	2	0	0	0	0	2	6
Outras	1	1	0	0	1	4	0	0
Total (menções)	89	99	31	99	26	100	32	100

Nota. (1) Questão espontânea e de múltipla resposta. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares da Tabela 6.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Ainda com base na tabela 6.6.3 acima, é possível observar variações expressivas no cruzamento com a variável região. No entanto, para além das variações regionais observadas nas três primeiras categorias na somatória das respostas, chama atenção, na análise comparativa entre as regiões, a variação na frequência de algumas categorias específicas; resultado importante no sentido de que pode ser indicativo de tendência de impactos distintos da TV legislativa sobre as diferentes esferas do Poder Legislativo, federal, estadual, municipal de grandes municípios e de municípios menores.

Nesta direção, cabe destacar as variações regionais para a categoria “aumento do comparecimento em plenário” que aparece com 16% da somatória das respostas entre as menções dos deputados estaduais entrevistados, contra 4% dos vereadores da capital e 3% dos vereadores do interior. É interessante observar que a “síndrome da cadeira vazia”, ou seja, a ausência de parlamentares no plenário durante as sessões, sempre foi uma questão mais presente para o Legislativo estadual do que para a esfera municipal; isto porque, entre outros fatores, muitos dos deputados têm sua base eleitoral e trabalho político concentrado no interior. O aumento no comparecimento dos deputados também pode ter significado, além de uma imagem de “casa cheia”, uma associação com mais trabalho na medida em que se fez uso de tempos regimentais para expor idéias, defender posições, enfim, se comunicar com o cidadão. Segundo o deputado estadual Edmir Chedid (DEM), a TV legislativa trouxe não só o aumento da assiduidade, mas, também, do uso dos tempos de fala em plenário

Sem dúvida os deputados estão muito mais assíduos às sessões ordinárias, extraordinárias...Estão mais interessados do que se está discutindo em plenário. A disputa para utilizar os tempos regimentais também é grande, para poder passar para o público, para o telespectador qual é o pensamento do deputado. Mudou muito com a TV. (Deputado estadual Edmir Chedid, DEM, Assembléia Legislativa de São Paulo).

Já a categoria “preocupação em aparecer / busca de visibilidade” aparece entre os vereadores da capital com 15%, percentual que cai para 6% entre os deputados estaduais e cai ainda mais entre os vereadores do interior, com 3% da somatória das menções em primeiro, segundo e terceiro lugares. Cabe ressaltar que alguns entrevistados, como é o caso do vereador por São Paulo, Dr. Faraht<sup>140</sup> (PTB), mencionam a relação entre visibilidade midiática e eleições, inclusive a proporcionada pela TV legislativa. Nas palavras do vereador Dr. Faraht (PTB), o interesse dos vereadores pela TV legislativa foi aumentando conforme estes foram percebendo que a aparição na TV tinha impacto

---

<sup>140</sup> Parlamentar do tipo “profissional da mídia”.



Eu acho que os vereadores foram se interessando gradativamente pela TV Câmara. Eu acho que eles foram percebendo que a TV lhes dá retorno, que tem audiência. Se ele faz (participa) de uma programação, uma entrevista, na rua ele vai sempre ouvir ‘te vi lá na TV’. Então, ele (vereador) vai entender que a TV Câmara é um canal importante de divulgação, para divulgação pessoal e também para o Parlamento. Por isso que ele vai (participar da programação da TV) Eu sei disso porque eu sou oriundo da TV, eu fui eleito por causa da TV, por causa da mídia. Eu aceito isso, mas os vereadores não tinham essa dimensão, do que é o resultado de participar de uma programação (de TV).

Para os vereadores do interior, a categoria “sessões mais longas” é a que aparece em destaque com 16% da somatória das respostas, enquanto, tanto entre os vereadores da capital, como entre os deputados estaduais, esta categoria não é sequer mencionada. Este resultado pode ser indicativo de que nos legislativos municipais do interior não se verifica um problema de presença nas sessões plenárias; por outro lado, a presença das câmeras incentivou o uso da palavra e, assim, as sessões passaram a ficar mais longas. No entanto, como mencionado, quando não há comentários do entrevistado especificando sua resposta, não há elementos para avaliar esta categoria que, assim, é classificada como “neutra”.

Para o presidente da Câmara Municipal de Araçatuba, Dunga (PSDB), a mudança no comportamento dos vereadores após o início das atividades da TV legislativa não foi só quantitativa, já que passaram a usar mais tempo nas sessões plenárias; mas, também, qualitativa, na medida em que começaram a se interessar pelos assuntos e a debatê-los, atitudes definidas, neste estudo, como responsivas em relação ao exercício do mandato

A mudança foi radical. Uma sessão que terminava em duas horas, duas horas e meia, eles (os vereadores) passaram a pedir prorrogação de prazo até as duas horas da manhã. Os vereadores passaram a se interessar, discutir os assuntos, expor suas idéias, as suas opiniões. Reivindicar, requerer... Hoje, depois do advento da TV, uma sessão nunca termina antes do prazo, raramente.

Os resultados do quadro 6.6.4 abaixo reforçam a idéia de que o impacto da entrada em cena da TV legislativa tem efeitos distintos sobre o comportamento dos representantes nas

esferas do Poder Legislativo do estado, da capital e de municípios do interior, apesar de que talvez não existam elementos suficientes, no âmbito desta pesquisa, para explicar este fenômeno. O quadro 6.6.4 apresenta a somatória das categorias, classificadas em “contribuem”, neutras ou “não-contribuem” para estimular comportamento responsivo dos representantes, no cruzamento com a variável região, com base no qual é possível observar variações significativas entre as regiões. Curioso observar que os vereadores da capital entrevistados apresentam, simultaneamente, o maior percentual, comparativamente ao da amostra total, dos deputados e dos vereadores do interior, de menções que contribuem, 54%, e de menções de categoria que não-contribuem, 30%. Já os deputados estaduais somam o maior percentual, 45%, de categorias neutras, contra apenas 12% dos vereadores da capital e 38% dos vereadores do interior. Os vereadores do interior apresentam frequências, para as três categorias, muito próximas às frequências da amostra total.

#### Quadro 6.6.4

Somatória das categorias mudanças no comportamento dos parlamentares após TV Legislativa, por classificação: contribui, neutra e não-contribui - Amostra total e região

Categoria	Amostra total		Estado		Capital		Interior		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Contribui	Qualificação do discurso	20	22	5	16	6	23	9	28
Contribui	Melhoria na postura / no comportamento	14	16	7	23	5	19	2	6
Contribui	Preocupação em divulgar trabalho	4	4	2	6	2	8	0	0
Contribui	População cobra mais	3	3	0	0	1	4	2	6
Contribui	Mais dinamismo / maior produção	2	2	0	0	0	0	2	6
<b>Total categorias contribui</b>		<b>43</b>	<b>47</b>	<b>14</b>	<b>45</b>	<b>14</b>	<b>54</b>	<b>15</b>	<b>46</b>
Neutra	Mudanças positivas / para melhor	17	19	9	29	2	8	6	19
Neutra	Aumento comparecimento em plenário	7	8	5	16	1	4	1	3
Neutra	Sessões mais longas	5	6	0	0	0	0	5	16
<b>Total categorias neutras</b>		<b>29</b>	<b>33</b>	<b>14</b>	<b>45</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>38</b>
Não-contribui	Preocupação em aparecer / busca de audiência	7	8	2	6	4	15	1	3
Não-contribui	Preocupação com aparência / estética	9	10	1	3	4	15	4	13
<b>Total categorias não-contribui</b>		<b>16</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>30</b>	<b>5</b>	<b>16</b>
<b>Total geral</b>		<b>88</b>	<b>98</b>						

#### 6.7. O aspecto do custo da TV legislativa

Como já discutido no capítulo 2 desta tese, a TV legislativa, no Brasil, é inteiramente financiada com verba pública e, tendo em vista o regime presidencialista das Casas Legislativas, o seu orçamento é definido pelos presidentes das Casas legislativas, dessa forma, este aspecto tem enorme relevância, o que justificou que ele fosse incluído na pesquisa<sup>141</sup>.

<sup>141</sup> Para investigar o aspecto do custo da TV legislativa foram elaboradas duas perguntas, a primeira, do tipo fechada, oferecia como alternativa de resposta as opções “muito cara”, “cara”, “barata”, “muito barata”; as opções “nem cara, nem barata”, “nenhuma” e “não tem opinião” não foram lidas como alternativas, ou seja, foram respondidas espontaneamente.

**Tabela 6.7.1**  
Opinião sobre o custo da TV Legislativa – amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Muito cara	4	10	2	13	1	8	1	8
Cara	5	12	3	19	1	8	1	8
Nem cara, nem barata	8	19	1	6	4	31	3	23
Barata	16	38	7	44	5	38	4	31
Muito barata	2	5	0	0	0	0	2	15
Nenhuma	1	2	1	6	0	0	0	0
Não tem opinião	3	7	1	6	2	15	0	0
Não respondeu	3	7	1	6	0	0	2	15
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.  
Tabulação da autora.

Trinta entrevistados, o equivalente a 71% da amostra total, fizeram comentários espontâneos, no sentido de justificar ou complementar sua resposta e, considerando a contribuição dos mesmos para a análise da opinião dos entrevistados sobre o custo da TV legislativa, estes comentários foram discutidos nesta seção.

Como apontam os dados da tabela 6.7.1 acima, os dois extremos da escala, “muito barata” com 5% e “muito cara” com 10%, obtiveram as menores frequências de respostas que se concentraram na opção “barata”, com 38% das respostas na amostra total, chegando a 44% entre os deputados, voltando a 38% entre os vereadores da capital e caindo para 31% entre os vereadores do interior.

Comparativamente, entre os três níveis de parlamentares entrevistados, deputados estaduais, vereadores da capital e vereadores do interior, ainda com base na tabela 6.7.1 acima, os deputados estaduais são os que consideram a TV legislativa mais cara, com 32% na somatória das opções “muito cara” e “cara”, contra 16% dos vereadores da capital e 16% dos vereadores do interior. Segundo o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Rodrigo

Garcia (DEM), a TV legislativa não só é cara, ela é também o item orçamentário que representa o segundo maior gasto da Assembléia

Mas a TV legislativa é algo caro. Se eu pegar o orçamento, o maior investimento da Assembléia é a TV. A maior despesa que eu tenho é com pessoal, na seqüência é com a TV. A TV é o maior contrato que existe na Assembléia Legislativa de São Paulo (a gestão da TV legislativa é terceirizada para a Fundação Padre Anchieta). Então, é algo que custa bastante, mas acho que é um custo, pelo que ela (TV) proporciona, que a sociedade tem que bancar.

Do total dos cinco parlamentares que responderam que achavam a TV legislativa cara, quatro entrevistados complementaram suas respostas com a mesma fala, de que a TV legislativa, considerando a sua importância para a democracia, representava um custo que a sociedade precisava arcar. No entanto, como se pode interpretar com base na fala do deputado Fausto Figueira (PT), primeiro-secretário da Mesa, a justificativa do “custo da democracia” não está, necessariamente, desacompanhada de uma visão crítica, que pondera outros aspectos da TV legislativa, como sua abrangência e programação para avaliar o seu custo

Eu acho que é cara, mas não dá para responder só assim. A questão do custo, custo do parlamento, custo do salário dos deputados, custo da TV..... Eu acho assim, ela é cara ou barata dependendo do que ela produz. Tem que ser eficaz. Ela será tanto mais cara, quanto menos gente ela atingir. Quer dizer, se com toda essa estrutura que você tem, que hoje é cara, você ampliasse para o sinal aberto e a parabólica, eu acho que ela deixaria de ser cara porque você teria a mesma programação atingindo todo o espectro. Quero dizer relação custo-benefício, hoje ela é cara porque atinge ainda um universo restrito.

A resposta “nem cara, nem barata” apareceu com maior frequência entre os vereadores da capital, com 31% das respostas, 23% entre os vereadores do interior e apenas 6% entre os deputados estaduais. Entre os vereadores da capital, encontramos justificativas opostas para a mesma resposta como, por exemplo, a do presidente da Câmara Municipal, Roberto Trípoli (PV), que afirma que o custo da TV acompanha valores de mercado, e a do vereador Aurélio

Miguel (PR) que alega ser preciso conhecer, além dos preços de mercado, as bases do contrato feito com a TV Câmara e esta informação só é acessível para os membros da Mesa

Eu não sei te responder isso porque eu não sei o que custa no mercado. Eu não sei hoje qual é o contrato da Câmara, eu não estou na Mesa e por isso não saberia dizer. Mas eu acho a TV importante, logicamente não pode ter abusos, mas estando de acordo com o que se cobra no mercado, eu acho que não há problema algum. Acho sim que a Câmara tem que ter a sua programação, assim como outros legislativos. Acho importantíssimo.

Apesar da somatória das opções “barata” e “muito barata” apresentar um valor muito próximo para os deputados estaduais e para os vereadores do interior, entre estes últimos estão os dois únicos parlamentares entrevistados que responderam “muito barata”, e usaram o mesmo argumento do benefício da divulgação, o presidente da Câmara Municipal de Santos e o presidente da Câmara Municipal de Araçatuba, nas palavras deste último “A TV é muito barata, pelo seu tamanho. Se fôssemos pagar os gastos da divulgação que ela faz, o custo dela é irrisório, assim, ela é barata, extremamente barata, pela programação, pelo que ela produz”.

Na tentativa de criar mecanismos que possibilitassem checar a consistência das respostas em relação ao custo da TV legislativa e complementar a investigação sobre este aspecto, foi elaborado um par de frases com conteúdos opostos para que o entrevistado escolhesse qual delas estaria mais próxima da sua opinião<sup>142</sup>. Como mostram os dados da tabela 6.7.2 abaixo, a primeira frase destaca que a TV legislativa é uma iniciativa cara, independentemente da sua importância e, a segunda, enfatiza a importância da TV legislativa, independentemente do seu custo. A segunda frase, como seria de se esperar pelos resultados da pergunta sobre a escala de custo formulada anteriormente, obteve 88% das respostas na amostra total. No sentido de indicar a consistência no conteúdo das entrevistas, é interessante observar

---

<sup>142</sup> Esta questão foi formulada mais à frente na entrevista. Para detalhes na ordem das perguntas no questionário, ver capítulo 4 e consultar o questionário que consta como anexo desta tese.

que os dois únicos entrevistados que responderam que “a TV legislativa é uma iniciativa importante, mas é muito cara”, o deputado estadual Arthur Alves Pinto (PL) e o presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, vereador Waldomiro (DEM), estavam entre os quatro entrevistados que haviam respondido que achavam a TV legislativa “muito cara”.

**Tabela 6.7.2**  
Relação entre importância e custo da TV legislativa - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Relação entre importância e custo da TV Legislativa</i>								
A TV Legislativa é uma iniciativa importante, mas é muito cara	2	5	1	6	0	0	1	8
Considerando a importância da TV Legislativa, seu custo é uma questão menor	37	88	13	81	12	92	12	92
Ambas	0	0	0	0	0	0	0	0
Não respondeu	3	7	2	13	1	8	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.  
Tabulação da autora.

## 6.8. Avaliação da TV legislativa

A avaliação dos entrevistados em relação ao papel da TV legislativa entendido, nesta formulação em específico, como o de divulgar a atividade parlamentar, foi medida a partir de uma escala de grau de satisfação. Assim, foi perguntado aos parlamentares se, em sua opinião, a TV legislativa vinha cumprindo seu papel de forma “plenamente satisfatória”, “satisfatória”, “insatisfatória” ou “totalmente insatisfatória”. Chama atenção que, como mostram os dados da tabela 6.8.1 abaixo, as opções que representam tanto o extremo da satisfação, “plenamente satisfatória”, quanto o extremo da insatisfação, “totalmente insatisfatória”, não foram

mencionadas por nenhum entrevistado; bem como não houve registro da resposta, neste caso espontânea, relativa a uma avaliação regular, “mais ou menos satisfatória”.

Cabe ressaltar que o nível de satisfação com as respectivas TVs legislativas é significativo, o que ser um indício de que esta “mídia da fonte” já foi absorvida no cenário legislativo e, atualmente, é vista mais como aliada do que como inimiga do parlamentar; primeiro, porque ela se propõe a fazer uma cobertura isenta e sem edições e, segundo, porque a TV legislativa não deixa de se configurar como espaço de visibilidade, onde é permitido aparecer sem a necessidade de pagar por esse espaço.

**Tabela 6.8.1**  
Avaliação do cumprimento do papel da TV Legislativa de divulgar atividade parlamentar - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Plenamente satisfatória	0	0	0	0	0	0	0	0
Satisfatória	30	71	13	81	9	69	8	62
Mais ou menos satisfatória	0	0	0	0	0	0	0	0
Insatisfatória	4	10	2	13	1	8	1	8
Totalmente insatisfatória	0	0	0	0	0	0	0	0
Não se aplica/Não perguntado	8	19	1	6	3	23	4	31
Total	42	100	16	100	13	100	13	101

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Entre os quatro entrevistados que responderam que o desempenho da TV legislativa é “insatisfatório” no cumprimento do seu papel de divulgar a atividade parlamentar, os deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Baleia Rossi (PMDB), o vereador da capital Carlos Apolinário (DEM) e o presidente da Câmara Municipal de Santos, vereador Paulo Barbosa (PSDB); apenas o deputado Baleia (PMDB) fez comentário explicando sua avaliação que, na realidade, trata da



restrição do acesso ainda limitado aos assinantes da TV a cabo, “Eu acho a TV legislativa satisfatória para quem assiste, acompanha e insatisfatória no sentido da divulgação porque o acesso<sup>143</sup> é restrito, mas eu acho que é satisfatória”.

A TV Senado<sup>144</sup> é citada pelos profissionais da área como referência de programação de qualidade, um modelo a ser seguido; nesta direção, é interessante conhecer a opinião dos entrevistados, já que estes têm poder de decisão sobre as suas respectivas TVs legislativas.<sup>145</sup> A primeira etapa consistiu numa aferição direta, com resposta do tipo “sim” ou “não”, se o entrevistado assistia à TV Senado; em seguida, foi perguntado a frequência com que o entrevistado assistia à TV Senado.

---

<sup>143</sup> Referência ao fato da TV legislativa não ser transmitida por sinal aberto.

<sup>144</sup> Para detalhes sobre a TV Senado ver capítulo 2 desta tese.

<sup>145</sup> A primeira etapa consistiu numa aferição direta, com resposta do tipo “sim” ou “não”; quando o entrevistado respondia que “sim”, era perguntado com qual frequência.

**Tabela 6.8.2**

Frequência com que assiste à TV Senado - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Assiste TV Senado</i>								
Sim	39	93	13	81	13	100	13	100
Não	3	7	3	19	0	0	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	100
<i>Frequência com que assiste TV Senado</i>								
Todo dia	5	13	0	0	1	8	4	31
Algumas vezes por semana	16	41	7	54	5	38	4	31
Uma vez por semana	8	21	3	23	3	23	2	15
Menos de uma vez por semana	9	23	3	23	4	31	2	15
Só quando tem transmissão de sessão de CPI	1	3	0	0	0	0	1	8
Não sabe/Não respondeu	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	39	101	13	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Como mostram os dados da tabela 6.8.2 acima, a TV Senado já faz parte do controle remoto (“zapping”) dos parlamentares entrevistados. Por fim, os entrevistados foram sondados com o objetivo de avaliarem a TV Senado para fechar a investigação sobre a mesma. Os dados da tabela 6.8.3 abaixo confirmam a hipótese inicial de que a TV Senado tem uma imagem positiva entre os parlamentares; no cruzamento com a variável região, os vereadores do interior são os que têm a melhor avaliação da TV Senado, com 31% de respostas “ótimo”, contra 15% dos vereadores da capital e 13% dos deputados estaduais.

**Tabela 6.8.3**

Avaliação da TV Senado - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Como avalia TV Senado</i>								
Péssima	0	0	0	0	0	0	0	0
Ruim	0	0	0	0	0	0	0	0
Regular -	3	7	1	6	1	8	1	8
Regular +	5	12	2	13	0	0	3	23
Boa	24	57	10	63	9	69	5	38
Ótima	8	19	2	13	2	15	4	31
Não conhece	0	0	0	0	0	0	0	0
Não sabe/Não resp.	2	5	1	6	1	8	0	0
Total	42	100	16	101	13	100	13	100
Total	42	101	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

**6.9. Audiência da TV Legislativa**

Muito se discutiu, até aqui, a respeito da abrangência restrita e da limitação de acesso à TV legislativa já que sua transmissão é feita, na maioria das Casas Legislativas, via cabo, tecnologia disponibilizada apenas para assinantes nos municípios cabeados; mas, até que ponto estes fatores que, inegavelmente, influenciam na audiência, são determinantes para a opinião dos entrevistados sobre a importância da TV legislativa? Para responder esta questão, os entrevistados foram indagados sobre a importância da audiência na avaliação da TV legislativa, conforme indicado na tabela 6.9.1 abaixo.

**Tabela 6.9.1**

Opinião sobre a importância da TV legislativa - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Canais de televisão do Legislativo não têm importância, pois não têm audiência</i>								
Discorda muito	14	33	4	25	3	23	7	54
Discorda um pouco	7	17	3	19	3	23	1	8
Nem concorda, nem discorda	1	2	0	0	0	0	1	8
Concorda um pouco	9	21	4	25	3	23	2	15
Concorda muito	9	21	4	25	3	23	2	15
Não respondeu	2	5	1	6	1	8	0	0
Total	42	99	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Tanto deputados, quanto vereadores da capital e do interior apresentaram resultados que apontam para o reconhecimento da importância da TV legislativa, independentemente da sua audiência direta; no entanto, mais uma vez, as variações regionais mostraram-se significativas e os vereadores do interior foram os que apresentaram o maior percentual na somatória das opções “discorda muito” e “discorda um pouco”, 62%.. Cabe destacar, ainda, que os comentários dos entrevistados indicam razões diferentes para avaliarem a TV legislativa como importante, independentemente da audiência direta.

Para o deputado estadual Edmir Chedid, líder do DEM, a audiência da TV da Assembléia Legislativa está em franco processo de ampliação e a transmissão das audiências públicas itinerantes<sup>146</sup> sobre a lei de diretrizes orçamentárias tem contribuído para este processo, inclusive disseminando a informação de que as Câmaras Municipais dos municípios cabeados podem ter acesso a este recurso de comunicação

<sup>146</sup> Na gestão do presidente Rodrigo Garcia, DEM, houve um processo de descentralização da discussão da lei de diretrizes orçamentárias do estado, com a realização de audiências públicas regionais, em municípios-sede de regiões administrativas do estado.

Acho que a audiência está aumentando cada vez mais. Pessoas que eu pensei que nunca tivessem visto qualquer coisa na TV da Assembléia estão vendo, estão perguntando. Eu vi a elaboração do relatório do orçamento de 2006, da LDO e da LDO de 2005, nós tivemos nestes dois períodos sessenta e três audiências públicas no estado e elas foram feitas em Câmaras Municipais. Não só os parlamentares dos municípios estavam ali, mas a população também e a população cobrava quando que a Câmara Municipal iria instalar a TV legislativa lá. Então, a gente está percebendo que o pessoal está se interessando mais.

O acesso à TV a cabo<sup>147</sup>, uma modalidade de TV paga, até o momento, está limitado às classes sociais de maior poder aquisitivo que, por sua vez, correspondem, também, às classes com maior escolaridade representadas, entre outros segmentos, por empresários, altos executivos, funcionários públicos de nível superior e profissionais da política; ou seja, classes sociais de um público “formador de opinião” que, em certa medida, contrabalança a audiência restrita. De qualquer forma, para o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Ricardo Trípoli (PV), já existem segmentos sociais que tem conhecimento da existência da TV legislativa da CMSP e sabem ser possível acessá-la como fonte de informação e mecanismo de acompanhamento em momentos de crise política

Eu não posso dizer que a TV da Câmara de São Paulo tem audiência porque ela não tem. A audiência é pequena, na maioria de funcionários públicos, como eu falei, mas tem. Tem também cabos eleitorais e familiares de parlamentares. De qualquer forma, é uma inserção forte na sociedade. Num momento de crise do município ou do parlamento, as pessoas vão até esses canais (canais legislativos), então, eu discordo um pouco (da frase da tabela 6.9.1 acima).

O principal instrumento de sondagem de audiência<sup>148</sup> de que dispõem as Casas Legislativas com TV, se é que se pode falar em sondagem, é o chamado “boca-a-boca”, dito de outra forma, os comentários que os representantes recebem através do contato, direto ou indireto,

---

<sup>147</sup> Para detalhes ver capítulo 2 desta tese.

<sup>148</sup> A metodologia para a realização de pesquisa de audiência de televisão é complexa e cara e, assim, a contratação das mesmas está restrita às grandes empresas de comunicação. Porém, empresas de comunicação de menor porte, apresentadores de programas de rádio e TV, muitos dos quais políticos, e até Casas Legislativas, buscam fazer algum tipo de sondagem de audiência usando técnicas de pesquisa de opinião pública; nas palavras do presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, “Nós temos feito pesquisas que indicam que a nossa audiência, não bate a Globo claro, tem novela na hora das nossas sessões, mas ela é uma audiência considerável”.

com os representados. Nesta direção, esta pesquisa buscou investigar a existência e a relevância destes comentários, perguntando aos entrevistados qual das frases que constam da tabela 6.9.2 abaixo estaria mais próxima da situação que ele vive no seu cotidiano como parlamentar.

**Tabela 6.9.2**  
Comentários recebidos pelos parlamentares das pessoas sobre a TV Legislativa amostra<sup>1</sup> total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Nunca recebo comentários	0	0	0	0	0	0	0	0
Recebo comentários com pouca frequência	9	24	4	29	3	23	2	20
Recebo comentários com frequência	18	49	10	71	7	54	1	10
Recebo comentários com muita frequência	5	14	0	0	2	15	3	30
Fico impressionado com o número de comentários que recebo	5	14	0	0	1	8	4	40
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>101</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Nota. (1) A pergunta não foi formulada para os Deputados estaduais Rodrigo Garcia e Vanderlei Macris e não se aplicava aos presidentes das Câmaras Municipais de Presidente Prudente, desativada, e Santo André e Marília, sem TV.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Chama atenção o fato de que a situação de “nunca receber comentários” não ter recebido registro em nenhuma região, como mostram os dados da tabela 6.9.2 acima. Por outro lado, “ficar impressionado com o número de comentários que recebe” é uma situação que aparece quase que exclusivamente no interior, já que apenas um vereador da capital mencionou esta frase e nenhum deputado estadual entrevistado. É importante destacar que apesar do

percentual de entrevistados que falaram ficar impressionados com o número de comentários que recebem ser comparativamente pouco expressivo, entre eles, no entanto, todos mencionaram a influência da TV legislativa nos processos eleitorais

Nós temos que considerar a audiência no universo do cabo. Teve CPI que participei que foi acompanhada como se fosse novela! Então, a TV legislativa dá muito retorno aos parlamentares, e os que têm sensibilidade aprendem o que é bom e o que é ruim, o que devem fazer ou não diante das câmeras. É uma nova realidade de comunicação e tem os que não têm nenhuma percepção disso e acabam expondo-se indevidamente.

O presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, vereador Waldomiro (DEM), fica tão impressionado com o número de comentários que ele recebe sobre a TV legislativa local que decidiu sugerir a criação de mais um dia de sessão plenária. Cabe chamar atenção para o fato de que o presidente faz a sugestão porque está convencido do retorno eleitoral proporcionado pela visibilidade da TV legislativa, não em função do aumento da demanda do trabalho legislativo

(Na sessão de hoje) Eu ia tentar convencer os vereadores a criarem mais um dia de sessão plenária, que seria a quarta-feira, hoje temos de terça-feira e quinta-feira. Meu argumento principal, e eu vou tentar matá-los com ele, é que enquanto eles ficam correndo por aí ‘ah, chega na hora da campanha, nós vamos perder (votos) se não sairmos por aí’. Eu vou falar que ele (vereador) não precisa sair durante uma semana visitando o eleitor, porque com cinco minutos de TV ele visita todos eles, ou outros que não sejam aqueles. Então, você tem que aliar duas coisas, você fica na TV até meio dia e depois você visitar aquele (eleitor) que talvez não tenha TV. A quantidade, o número de pessoas que me param na rua e que me fazem perguntas, que me cumprimentam, que me abraçam, mulheres, senhoras... a minha mulher fica abismada e pergunta ‘quem é essa?’ e eu também não sei quem é. Os vereadores não conhecem o poder da TV, se esse ano de 2006 fosse ano eleitoral, eu tinha sido eleito sem sair daqui (das dependências da Câmara Municipal).

Por fim, ainda com base na tabela 6.9.2 acima, os dados indicam outras variações significativas no cruzamento com a variável região, como a de que nenhum deputado estadual declarou receber comentários com muita frequência, contra 15% dos vereadores da capital, e chegando ao dobro, 30%, entre os vereadores do interior; resultado que pode ser indicativo da

idéia de que é menor a distância entre representantes e representados nos municípios do interior, talvez, entre outros fatores, porque sejam beneficiados pela proximidade local.

### **6.10. Modelo de Gestão da TV legislativa**

Conforme discutido detalhadamente no capítulo 2, não existe no Brasil, pelo menos até o momento, nenhum tipo de legislação ou órgão regulador que determine ou indique um modelo de gestão a ser adotado pelas TVs legislativas; aliás, não existe nem a obrigatoriedade de criação das mesmas onde existam condições técnicas<sup>149</sup> para tanto. Quando da realização da pesquisa de campo, foi possível observar que este contexto legal contribui para a existência de uma diversidade de arranjos de modelos de gestão administrativa, mas é possível classificá-los, basicamente, em dois tipos, um modelo terceirizado e outro próprio.

A questão central que se coloca é se o tipo de modelo adotado, próprio ou terceirizado, interfere na independência e isenção da programação e, principalmente, do conteúdo transmitido. Novamente, como apontam os dados da tabela 6.10.1 abaixo, o cruzamento com a variável região apresenta variações significativas. Assim, na somatória das opções “concorda muito” e “concorda pouco” com a afirmação de que o modelo de gestão adotado pode interferir na isenção e independência da TV legislativa, os deputados estaduais entrevistados somam 94% das respostas, contra 69% dos vereadores da capital e 50% dos vereadores do interior.

---

<sup>149</sup> Como condição técnica entende-se o município dispor de sistema de rede de transmissão de TV a cabo ou de concessão de canal de transmissão de TV em baixa frequência, UHF.



**Tabela 6.10.1**

Opinião sobre adoção de modelo de gestão e isenção e independência da TV legislativa amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Modelo de gestão da TV legislativa pode interferir em sua isenção</i>								
Discorda muito	6	15	1	7	3	23	2	17
Discorda um pouco	3	8	0	0	1	8	2	17
Nem concorda, nem discorda	2	5	0	0	0	0	2	17
Concorda um pouco	13	33	7	47	2	15	4	33
Concorda muito	16	40	7	47	7	54	2	17
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>101</b>	<b>15</b>	<b>101</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>101</b>

Nota. (1) Pergunta não formulada ao presidente da ALESP, Rodrigo Garcia e ao presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

No entanto, uma análise mais detida dos comentários espontâneos a esta pergunta fechada, indicam que, na realidade, não se trata do modelo de gestão em si, mas do sistema presidencialista e centralizador de direção do Poder Legislativo, em todas as suas esferas. Nesta direção, para que a TV legislativa exerça o seu papel de meio de comunicação não-mediada entre representante e representado, dito de outra forma, para que ela tenha independência e isenção para ser considerada *accountable*, depende muito mais do presidente da Mesa do que do modelo de gestão adotado; aliás, por decisão deste mesmo presidente.

Porém, não existe obrigação, nem mesmo tradição, de apresentação de planos nas campanhas para as eleições para a presidência dos legislativos brasileiros. O que se observa é que estes cargos de direção são, na maioria das vezes, definidos em acordos políticos e disputas entre partidos que envolvem, também, a complexa relação do Legislativo com o Executivo<sup>150</sup>.

<sup>150</sup> Apesar da relevância do tema, não faz parte dos objetivos desta pesquisa a discussão da relação entre Poder Legislativo e Executivo.

Segundo o ex-presidente da ALESP, deputado Ricardo Trípoli (PSDB), ele elaborou uma proposta quando disputou a presidência da Casa, da qual fazia parte um plano para a TV legislativa, plano que, na opinião do deputado, deveria tornar-se obrigatório<sup>151</sup>

Quando você (parlamentar) elege o presidente do Legislativo, você está elegendo um modelo de gestão, você está elegendo uma proposta. Eu, quando fui eleito, apresentei uma proposta de governabilidade para a Assembléia. (...) quando os partidos lançassem os seus candidatos, eles teriam que também lançar uma proposta. Eu acho que isso é uma coisa que a sociedade tem que cobrar. Quer dizer, qual que é a proposta de governabilidade da chapa 'A' ou da chapa 'B', ou do deputado '1' e do deputado '2'?

A existência de um conselho, formado por representantes dos profissionais, dos parlamentares e até da sociedade civil, é sugerido por alguns entrevistados como alternativa para a influência da figura do presidente na gestão da TV legislativa. Por outro lado, cabe destacar que há sempre a ressalva de que, apesar da existência do Conselho, o órgão responsável pela gestão da TV deveria continuar sob responsabilidade direta da Mesa, realidade diametralmente oposta à do modelo americano<sup>152</sup>, onde os canais legislativos são administrados por uma empresa pertencente às operadoras de TV a cabo.

O líder do PTB na CMSP, vereador Dr. Faraht, fez parte da experiência do Conselho da TV que foi criado na gestão do presidente José Eduardo Cardozo (PT), atualmente ele não está em funcionamento. Para o vereador, a experiência foi positiva e deveria ser retomada, o conselho era formado por profissionais da TV Câmara, vereadores e assessores de imprensa dos vereadores

O Conselho era ouvido e debatia os problemas. Esse Conselho ainda existe só que não funciona mais, não se reúne. Os vereadores que discutiam a programação, a grade, trocavam idéias, cada vereador de um partido. E nas reuniões vinham também os assessores de imprensa, porque cada vereador pode ter um assessor de imprensa. O assessor vinha debater porque, às vezes, o vereador não era muito ligado à área

---

<sup>151</sup> A sugestão do ex-presidente da ALESP da exigência de que os candidatos à presidência da Casa apresentem um plano de “governabilidade” é, sem dúvida, importante para a transparência da administração pública, com ganhos para as práticas democráticas.

<sup>152</sup> Para detalhes ver capítulo 2 desta tese.

(de TV), mas o assessor sim, ele vinha com idéias. Então, eu realmente acho que essa comissão deveria ser retomada.

Segundo o deputado Fausto Figueira (PT), primeiro secretário da ALESP na gestão do presidente Rodrigo Garcia (PFL), as mesas anteriores foram responsáveis por interferências na gestão da TV legislativa a ponto de comprometerem a isenção e a independência da mesma; situação que se comprovava no comportamento dos profissionais e na cobertura tendenciosa dos fatos, mostrando apenas o lado que interessava ao presidente da Mesa, ligado politicamente ao governador do estado. Apesar de apontar falhas no modelo de gestão da TV legislativa da ALESP, o deputado Fausto Figueira (PT) não apresenta alternativas para uma gestão transparente deste meio de comunicação que faz a mediação entre representantes e representados com financiamento público. Nesta direção, é possível afirmar que a independência e isenção da TV legislativa continuam dependentes da boa vontade do presidente em exercício

Como a TV está ligada, fundamentalmente ao presidente da Casa, acho que se exerceu no passado, de uma maneira muito acintosa, de divulgar a vontade do partido do presidente, ou evento do presidente. Acho que na própria linha dos funcionários da TV tinha uma atitude de vassalagem em relação ao deputado, não uma atitude de serviços; isso existia muito. A própria relação do repórter, era quase uma relação de subserviência. Porque eu acho que tem que ter.... Quem manda efetivamente é o deputado da Casa, é o deputado que é a figura que representa o poder, mas isso não significa você ter subserviência a ele (deputado).

No entanto, não se pode deixar de destacar a fala de alguns entrevistados que identificam nos seus pares que, por sua vez, estão lá como representantes, a função de exercer o controle sobre a programação e o conteúdo da TV legislativa. Para o ex-presidente da ALESP, deputado Vanderlei Macris (PSDB), as reclamações dos deputados funcionam como uma espécie de termômetro da gestão; se a temperatura está alta, com muitas reclamações de todos os lados, é sinal de que a gestão está sendo imparcial. Apesar de não se constituir como um mecanismo de controle social, ou seja, com estrutura permanente e que possibilite a participação

de membros externos, não deixa de ser um tipo de controle, pelo menos para coibir os abusos mais gritantes de uso indevido da TV. Segundo o ex-presidente, responsável por recolocar no ar a TV da ALESP, a questão do controle sobre a TV passa pela fiscalização dos deputados

Eu acho que os próprios deputados se encarregam de fiscalizar um eventual pêndulo a favor de um espectro ideológico ou de outro. A gente fica muito atento Se não está aqui vendo, vê em casa à noite, os amigos informam. Então, isso aí estabelece um equilíbrio, até porque senão, não teria condições de ficar no ar. A Assembléia é um poder democrático, aqui está a representação da sociedade de maneira mais clara. Você tem desde um deputado que representa uma minoria de um partido menor, até os grandes partidos, você tem todo o espectro ideológico e eles (os deputados) se utilizam da TV Assembléia com frequência e você tem segurança que esse processo é fiscalizado permanentemente. O controle se dá naturalmente, nem precisa de muita coisa, claro, não dá para ser 100% até porque o processo é dinâmico, mas, com certeza, não tem nenhum tipo de exagero nesta programação que privilegie este ou aquele ou algum tipo de interesse interno.

Cabe ressaltar, ainda, que não houve em nenhuma das quarenta e duas entrevistas, entre deputados estaduais, vereadores da capital e vereadores do interior, nenhum tipo de menção a um modelo de gestão para a TV legislativa independente, administrativa e financeiramente, das Casas Legislativas, a exemplo do modelo americano ou canadense. Também é importante que se diga que a separação, processada neste capítulo, dos aspectos modelo de gestão, direção e programação deve-se, exclusivamente, a um recurso metodológico para facilitar a análise das entrevistas. No entanto, estes três aspectos da TV legislativa – gestão, direção e programação – estão intimamente ligados e são absolutamente vulneráveis às mudanças da Mesa diretiva das Casas Legislativas às quais pertencem.

### **6.11. Direção das TVs legislativas**

Em relação ao aspecto da direção das TVs legislativas existe uniformidade nos diversos arranjos administrativos encontrados no Brasil, já que o cargo de direção é considerado como cargo de confiança e os diretores são indicados por nomeação, direta e exclusiva, do presidente,

o que significa que não há necessidade de aprovação de outros membros da Mesa. Neste sentido, os diretores são nomeados sem exigência de votação, ou de plano de trabalho e, assim, podem ser desde conceituados profissionais da área, éticos e comprometidos com a comunicação pública, até pessoas indicadas na base da troca de favores com o presidente. A tabela 6.11.1 abaixo mostra a opinião dos parlamentares entrevistados sobre o perfil do profissional para o exercício do cargo de direção da TV legislativa, quanto ao critério da exigência de ser funcionário público.

**Tabela 6.11.1**  
Opinião sobre a direção da TV legislativa - amostra total e por região<sup>1</sup>

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Sobre a direção da TV Legislativa</i>								
Deveria ser exercida por funcionário concursado da Casa	1	2	0	0	0	0	1	8
Pode ser dirigida por qualquer profissional	39	98	14	100	13	100	12	92
Ambas	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	40	100	14	100	13	100	13	100

Nota. (1) Pergunta não formulada aos deputados Rodrigo Garcia e Vanderlei Marcris.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Com exceção do presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, vereador Silvio Martins (PMDB), todos os demais entrevistados responderam que a direção da TV legislativa pode ser exercida por qualquer profissional. Muitos fizeram ressalvas de que deveria ser um profissional qualificado para o cargo, talvez em alusão a nomeações de pessoas escolhidas por outros critérios que não o de competência profissional. De certa maneira, este aspecto do perfil do diretor tem relação com uma característica da TV legislativa que não é exclusiva dela, trata-se

da necessidade de inovação constante que esta mídia eletrônica requer, o que, por outro lado, representa uma necessidade de investimentos em tecnologia<sup>153</sup> e treinamento de profissionais.

Uma última questão sobre o aspecto da direção das TVs legislativas que merece ser abordado diz respeito a continuidade, neste caso, da descontinuidade administrativa, com efeitos sobre a grade de programação e o conteúdo das TVs legislativas que, na maioria das vezes, ficam a mercê da “dança das cadeiras” no cargo de direção, conforme a alternância<sup>154</sup> dos presidentes das Casas legislativas. Segundo o vice-presidente da Mesa da CMSP, vereador Carlos Apolinário (DEM), o ideal seria que a alternância de poder da Mesa Diretora, aspecto positivo, não ameaçasse a continuidade administrativa da TV, aspecto negativo

Infelizmente, no Brasil, quando troca o presidente da República, o governador, um prefeito, eles trocam toda a equipe, todo o secretariado. Bom seria se fosse como na Europa, lá, troca o primeiro escalão mas mantém o segundo e a gestão continua e a máquina nunca pára de funcionar; a maioria é de cargos efetivos. Então, nessa mudança de presidente, o que entra acaba nomeando um novo diretor e contratando outra produtora que está preocupada em ganhar dinheiro. O Lancha (diretor da TV da Câmara de São Paulo) é um jornalista do meu coração. Ele me ajudou muito na minha campanha para governador, publicou matéria de página inteira, me ajudou de forma correta, mas eu não sei se o Lancha é um homem de televisão, eu nunca perguntei. Cada um tem talento para uma coisa. Para dirigir uma televisão tem que ser da área, agora, eu também não sei se o salário é compatível.... Seria melhor se, mesmo mudando a Mesa, se mantivesse o diretor da TV para dar continuidade ao trabalho”. (Vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Carlos Apolinário, DEM).

## **6.12. Programação das TVs legislativas: o conteúdo que se vê na ‘telinha’**

Além da importância que o aspecto da programação apresenta porque envolve a questão do formato e do conteúdo das transmissões da TV legislativa, com efeitos sobre o potencial de estimular comportamento responsivo dos representantes e de ser *accountable* para os

---

<sup>153</sup> A mudança para o padrão digital de transmissão é um exemplo desta necessidade de constante renovação tecnológica dos meios de comunicação.

<sup>154</sup> O mandato da Mesa Diretora das Casas Legislativas é definido pelo Regimento Interno de cada uma, com diferentes combinações entre mandato e possibilidade de reeleição para o mesmo cargo, variando, em média, de um a dois anos.

representados; este é o único aspecto regulamentado por lei. Trata-se do artigo 23 da Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, conhecida com “Lei do Cabo”, que, ao criar a TV legislativa, determina a obrigatoriedade da transmissão, ao vivo e sem cortes, das sessões plenárias.

Acontece que a Lei do Cabo não traz outras especificações ou detalhamento sobre o perfil da grade de programação das TVs legislativas e, esta ausência, explica, pelo menos em parte, a diversidade de grades de programação no universo das TVs legislativas brasileiras. Assim, é possível classificar as TVs legislativas com base na sua grade de programação, desde as “restritas”, por transmitirem tão somente as sessões plenárias, às “amplas”, que chegam a transmitir até programa de auditório com as escolas locais.

Como indicam os dados da tabela 6.12.1 abaixo, apenas o presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, vereador Silvio Martins (PMDB), respondeu que a grade de programação da TV legislativa deve ser restrita à transmissão das sessões plenárias e das reuniões das comissões; porém, ele justificou a sua opinião, em função, principalmente, da administração do uso do espaço televisivo pelos vereadores que, na realidade, nada mais é do que a questão da visibilidade e do enquadramento. Segundo o presidente da CM de Ribeirão Preto, a isenção e a igualdade são as preocupações centrais que envolvem o funcionamento da TV legislativa de Ribeirão Preto que, assim com a de Campinas<sup>155</sup> e São Carlos, só transmite as sessões plenárias ordinárias, as extraordinárias e as solenes

Nossa grande preocupação é com a isenção. Quando estamos fazendo a retransmissão das sessões sem cortes é justamente para que não haja discriminação, para que todos possam ter a sua atuação demonstrada em público. Se você não quer fazer o discurso, seu discurso não vai aparecer, mas se você quiser seu discurso vai estar lá. Agora, à medida que eu começo a fazer entrevistas eu posso direcionar mais tempo para um ou para outro, a melhor postura, dirigir a entrevista, inclusive do comportamento do entrevistado, deixando algumas pessoas numa posição inferiorizada, essa é a minha preocupação. (...) O que nós achamos melhor foi fazer a transmissão das sessões direto e sem cortes porque quem faz, quem

---

<sup>155</sup> Quando da realização do campo, a Câmara Municipal de Campinas estava com processo de licitação em andamento para ampliar a programação da TV legislativa.

trabalha, quem ocupa os microfones, independentemente da profissão, de timbre de voz, de postura frente às câmeras vai aparecer perante a comunidade que o elegeu.

**Tabela 6.12.1**  
Opinião sobre a grade de programação da TV legislativa  
amostra total e por região<sup>1</sup>

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
<i>Sobre a programação da TV Legislativa</i>								
Deve transmitir as sessões plenárias ao vivo e as reuniões das comissões	1	2	0	0	0	0	1	8
Deve ser mais ampla do que a transmissão das sessões plenárias e das comissões	39	98	14	100	13	100	12	92
Ambas	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Nota. (1) Pergunta não formulada aos deputados Rodrigo Garcia e Vanderlei Marcris.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Sem dúvida, a definição de critérios para a utilização do espaço em programas que não sejam as sessões, que têm o uso do tempo definido pelo regimento interno<sup>156</sup> de cada Casa, é tarefa bastante complexa e envolve, também, o controle da aplicação destes critérios no dia-a-dia da TV legislativa; realidade que pode ser desestimulante para os presidentes que estejam pensando na possibilidade de ampliarem a grade de programação, mas, por outro lado, não querem entrar em conflito com seus pares. O fato é que os parlamentares têm diferentes perfis, sendo que uns, de alguma forma, por diferentes razões, como a origem profissional, a escolaridade e a personalidade, conseguem beneficiar-se mais da visibilidade proporcionada pela TV legislativa; no entanto, conforme Meyrowitz (1985), alguns políticos podem até dominar mais a mídia TV do que outros, mas não existe mais o mesmo controle sobre a própria imagem

<sup>156</sup> Para detalhes ver capítulo 4 desta tese.



que existia na época da exclusividade da mídia impressa, “Alguns políticos, naturalmente, tem melhor ‘imagem na mídia’ do que outros, mas poucos conseguem manipular suas imagens tão facilmente quanto os políticos conseguiam na era da imprensa”<sup>157</sup> (p.274). Pelo menos parte da explicação para a TV legislativa de Ribeirão Preto, no ar desde 1998, em um município com mais de 300.000 eleitores, encontra-se na fala do seu presidente que aponta para o perfil e origem dos vereadores do seu município

Eu não sei como funciona em outras cidades, mas Ribeirão Preto é uma cidade radiofônica, o povo escuta rádio e nós temos um grande número de vereadores que são de rádio, eu acredito que 50% ou mais. Esse pessoal (os vereadores oriundos do rádio) fala o dia inteiro no rádio e se você deixar eles falam o dia inteiro no microfone da Câmara, você (o presidente da sessão) tem que ficar cortando o microfone, senão eles falam o dia inteiro. Porque os que gostam de falar no microfone vão querer falar mais que os outros que não são tão ligados ao meio, então, nós temos dificuldade em controlar a utilização destes espaços. (Vereador Silvio Martins, PMDB, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto).

Com base nas falas dos entrevistados e na avaliação positiva que fizeram da TV Senado, é possível afirmar que a programação desta TV figura como uma importante referência, um padrão de qualidade a ser seguido. Segundo o primeiro secretário da Câmara Municipal de São Paulo, vereador José Américo (PT), a programação diversificada e de qualidade cumpriria a importante função de “formar público”, dito em outras palavras, de criar uma audiência fiel, visão que norteou a montagem da grade da TV CMSP que

Além dos programas mais específicos do legislativo, tem o ‘Cidade em Foco’, o ‘Diálogo’ e até programas musicais, sábado de manhã tem programação cultural muito rica. Chama-se formação de público, como tem uma programação diversificada, diferente, atrai público para a cultura, para o jornalismo com qualidade. O jornal, à uma hora da tarde, antes da sessão, dá um resumo do que aconteceu no legislativo no dia anterior e o que vai fazer, não precisa assistir à sessão inteira e dá uma qualidade jornalística para conquistar um público.

---

<sup>157</sup> Tradução da autora. “Some politicians, of course, have better ‘media images’ than others, but few can manipulate their images as easily as politicians could in a print era”.

Por outro lado, tem a situação do alto custo envolvido na produção televisiva, sem dúvida restritiva para a montagem da grade de programação e, para complicar ainda mais, fazer gastos no setor público implica, na maioria das vezes, em burocracias com licitações e prestação de contas.

Outra questão da máxima relevância envolvida no aspecto da programação da TV legislativa diz respeito ao conteúdo dos programas, se o mesmo é considerado de caráter legislativo ou, na realidade, trata-se de conteúdo de promoção pessoal. Mais uma vez, como mostra o relato do presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, os pares parecem exercer a função de controle sobre o conteúdo que aparece na ‘telinha’ da TV legislativa. No entanto, não há elementos para avaliar se este controle é feito com base em critérios isentos, que visem o interesse público, ou se com base em interesses políticos particulares. De qualquer forma, existem evidências de que os parlamentares estão atentos ao conteúdo que vai ao ar nas “telinhas legislativas” e partem para a ação quando se sentem prejudicados, mesmo que isto implique em acionar outras instituições e enfrentar confrontos com os pares, como aconteceu em Piracicaba onde um vereador solicitou a retirada do ar de um programa que, na sua avaliação, fazia promoção pessoal

Um vereador entrou com uma ação no ministério público dizendo que o programa ‘Aparte’ (programa de entrevistas com os vereadores) era uso da máquina para promover a imagem, caso de promoção pessoal. O ministério público não acatou, disse que estava tudo regular, que a TV Câmara podia fazer o programa, mas por excesso de zelo nós cortamos o programa, nós estamos fazendo só o Jornal institucional da Câmara de meia hora. O vereador deu um tiro no pé, pode ser que a gente volte..... (Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, vereador Gustavo Hermman, PSB).

Ainda em relação à programação das TVs legislativas, é interessante observar a existência de críticas explícitas destacando o grande ausente da grade de programação da TV da

ALESP, os programas de debates, como, por exemplo, na fala do ex-presidente, Ricardo Trípoli (PSDB)

Você tem um projeto, você tem quem é contra e quem é a favor. Aqui na Assembléia você não tem um programa com um entrevistador e um deputado que defende e outro que é contrário a determinada matéria. Daí, o telespectador ouviria as duas opiniões e diria 'poxa, eu sou mais a favor dessa tese, ou daquela, ou de nenhuma das duas'. Enfim, é uma maneira de você criar a tal transparência legislativa.

Por sua vez, a programação<sup>158</sup> da TV da Câmara de São Paulo também é alvo de críticas e, na realidade, desde a sua criação, a definição da grade de programação está envolvida em polêmicas sobre o formato e o conteúdo dos programas que expressam, claramente, as contradições que a ausência de regulamentação produz. O exemplo mais recente é a discussão sobre um programa de esportes que, para o presidente da Câmara, Roberto Trípoli (PV), não deveria fazer parte da grade de programação porque não corresponde ao papel de uma TV legislativa, e sim comercial

O que eu procurei fazer foi democratizar a televisão da Câmara, no sentido de todos pudessem participar, inclusive convidando todos os vereadores para participarem com seus projetos. Nós criamos um programa de debates em que o vereador trás um convidado para debater o projeto dele, o convidado ele pode escolher. Tudo sem censura nenhuma. Não tinha cortes nas sessões, todas filmadas, tanto as ordinárias, quanto as extraordinárias e as sessões das comissões. Por exemplo, falar da comissão de justiça que está analisando cinco projetos, mostrar quais são os cinco projetos; a jornalista entrevista o relator, entrevista o autor do projeto, entrevista a população. Enfim, eu queria sair um pouco fora das TVs que a gente tem no Brasil, eles (os vereadores) queriam, e acho que querem até hoje, um programa de esportes. Eu sou contra. Quem quiser ver programas de esportes vai ver na Globo, não na TV Câmara e a gente não vai conseguir as informações necessárias, nós não vamos disputar ibope. A TV Câmara é uma prestadora de serviços.

Já o vereador Celso Jatene (PTB), vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, defende a existência do programa por acreditar que o esporte faz parte da vida da cidade, o que

---

<sup>158</sup> Para detalhes sobre a grade de programação e os programas da TV Câmara de São Paulo, ver capítulo 4, seção 4.4.

justifica a sua presença na grade de uma TV que vem tornado-se mais profissional. O fato de serem cinquenta e cinco vereadores e somente alguns ligados à área de esportes fazerem parte do programa, como é o caso do vereador Celso Jatene (PTB), reconhecidamente ligado à área porque pertence à torcida Jovem do Santos Futebol Clube, não representaria um problema porque programas de outras áreas poderiam ser criados e outros vereadores poderiam ser convidados a participar

Eu participo do programa de esporte e eu acho importantíssimo, porque o esporte tem pouco espaço e eu sou um defensor do esporte. É normal, porque quando a grade da TV Câmara (sic) resolve fazer um programa sobre saúde da mulher, vai convidar só vereador médico. Eu não sou médico. Quando faz um programa sobre segurança na cidade de São Paulo, vão convidar os vereadores que tem mais afinidade com o assunto segurança, talvez daí eu seja convidado. É uma grade onde todos acabam participando de alguma forma, cada um no seu setor.

Outro aspecto da programação da TV legislativa é a cobertura do chamado “trabalho externo” do parlamentar, ou seja, as atividades que o parlamentar desenvolve fora do espaço físico da Casa Legislativa como reuniões com a população, visitas a órgãos públicos e vistorias de fiscalização das ações do Poder Executivo local. São duas as questões, ambas relevantes, que se colocam em relação a este aspecto da programação, a primeira diz respeito ao conteúdo e, a segunda, é de caráter financeiro, ou seja, o custo deste tipo de cobertura. A questão do conteúdo está centrada na necessidade de critérios para definir em que consiste a atividade parlamentar e qual a forma mais adequada, no sentido do interesse público, para a atuação da TV legislativa na cobertura destas atividades. Considerando os altos custos envolvidos na produção de filmagens externas, não há como desprezar a questão do custo quando se fala em filmagens externas, porém, nem sempre esta questão tem sido tratada com a transparência que merece, tendo em vista que ela é totalmente financiada com verba pública.

Por fim, no cenário de indefinições em relação à grade de uma TV legislativa, talvez um exemplo radical seja a TV Câmara de Araçatuba que, na gestão do presidente Dunga, acabou acumulando os papéis de TV universitária e TV comunitária, produzindo uma grande variedade de programas, inclusive com a construção, nas dependências da Câmara Municipal de auditório e estúdio de TV

Para você ter uma noção, eu faço escola contra escola aqui, programa de auditório. A minha televisão tem auditório, o primeiro auditório do Brasil. Um programa em parceria com a TV Educação, os professores fazem as perguntas e a TV Câmara apresenta. Aqui nós fazemos com as Emei's, então, eu faço programa de auditório. Eu estou, também, com uma parceria com o COC, para fazer a TV universitária. Nós faremos outro horário para a comunidade, através da TV comunitária, não que seja TV comunitária porque tem a TV comunitária... Daremos espaço para as universidades e a comunidade, você entendeu? É o seguimento das associações de bairro, com participação direta. Nós fazemos programa de auditório.

### **6.13. Campeões de audiência: as transmissões das comissões parlamentares**

#### **de inquérito - CPIs**

O aspecto das transmissões, ao vivo e sem cortes, de sessões de comissões parlamentares de inquérito, CPIs, é, nesta pesquisa, analisado separadamente do restante da programação tendo em vista ser esta, como mostram levantamentos da TV Senado e da própria mídia, uma das transmissões da TV legislativa de maior impacto, tanto em relação aos representantes, quanto em relação aos representados, alcançando elevados índices de audiência. Por outro lado, as exhibições das sessões das CPIs são, de longe, as transmissões que provocam o maior número de críticas, seja dos parlamentares entrevistados, ou da mídia que noticia a elevada audiência e enfatiza o comportamento “espetacularizado” da maioria dos membros que, segundo as críticas mais comuns, transformou um procedimento investigativo em palco para performances com interesses político-eleitoral.

Em 2005, uma crise política envolvendo membros do Congresso e da equipe do Presidente Lula, deflagrada a partir de denúncias de corrupção que deram origem às CPIs do “Bingo” e do “Mensalão”, tiveram suas sessões transmitidas pelas TVs legislativas ao vivo e sem cortes, com depoimentos que duravam horas e invadiam a madrugada, com suspense e revelações que lembravam capítulo final de novela exibida em horário nobre. Considerando a dimensão dos desdobramentos e conseqüências da crise política, as sessões foram alvo de uma extensa cobertura da Mídia, o que, sem dúvida, contribuiu para dar publicidade às TVs legislativas. Emblemático deste momento de inclusão das TVs legislativas na agenda pública foi a capa da Revista<sup>159</sup> da Folha de São Paulo, “Vai pipoca, Excelências?”

A partir do agravamento da crise política, com a cobertura dos acontecimentos pelas emissoras comerciais de rádio e TV, com matérias e entrevistas, os membros das CPIs ganhavam ainda mais visibilidade; lembrando que TV Senado e TV Câmara transmitiam todas as sessões ao vivo e sem interrupções. Assim, sob os holofotes da TV legislativa e da mídia comercial, a transmissão de sessões de CPIs constituiu-se em polêmica e a questão da transmissão ou não das sessões passou a ser debatida pelos parlamentares, por profissionais da mídia e até, pela primeira vez, pela sociedade.

Interessante destacar que nem entre os próprios atores envolvidos, representantes, representados e mídia, há consenso sobre a transmissão das sessões das CPIs. É curioso o fato de que, no limite, os argumentos usados tanto para defender como para criticar as transmissões fazem uso do mesmo princípio, a democracia.

Apesar da polêmica em torno das transmissões das sessões das CPIs, os dados da tabela 6.13.1 mais adiante mostram que somente 10% dos entrevistados mudaram de opinião, o presidente da Assembléia Legislativa, Rodrigo Garcia (DEM), o deputado Rogério Nogueira

---

<sup>159</sup> Revista do Jornal Folha de São Paulo, edição de 17 de julho de 2005 – ano 14, nº 678.

(PDT), o deputado Arthur Alves Pinto (PL), o ex-presidente da CMSP, Ênio Tatto (PT) e o presidente da Câmara Municipal de Bauru, Toninho Garmes (PSDB). Os cinco parlamentares que mudaram de opinião em relação à transmissão das sessões das CPIs justificaram a mudança em função dos excessos cometidos por membros das CPIs que transformaram, na opinião dos entrevistados, um procedimento investigativo em palco ou palanque eleitoral, chegando ao ponto de comprometer a investigação e influenciar a imagem que o eleitor tinha dos membros das comissões e do trabalho realizado no Poder Legislativo

Olha, eu acho que isso trouxe para nós uma reflexão. Quer dizer, expor a sociedade a um volume tal de informações não necessariamente com um julgamento isento dos membros, com base em um levantamento prévio, não é saudável. Então, eu não acho que a melhor forma seja a transmissão ao vivo, do ponto da própria CPI, uma exposição conforme foi feita. Acho que se expôs muito e se chegou a pouco. (Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Rodrigo Garcia, DEM).

**Tabela 6.13.1**

Mudança de opinião em relação à transmissão das sessões das CPIs depois das CPIs do Bingo e Mensalão - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Mudei de opinião	5	12	3	19	1	8	1	8
Não mudei de opinião	37	88	13	81	12	92	12	92
Total	42	100	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Como indicam os dados da tabela 6.13.2 mais abaixo, dentre os cinco entrevistados que mudaram de opinião em relação às transmissões das sessões das CPIs, quatro parlamentares se declararam contrários às transmissões e o deputado Arthur Alves Pito (PL) disse não ter opinião formada sobre o assunto. Cabe destacar que, apesar da visão predominantemente negativa das transmissões das sessões das CPIs, de alguma forma, para o deputado Arthur Alves Pinto (PL), a crise serviu para se pensar neste aspecto da TV legislativa

De opinião eu mudei, acho que todo mundo mudou um pouco de opinião. Eu mudei de opinião, agora, se positiva ou negativa.... A opinião foi mudada. Eu acho que teve os pontos importantes, mas, na maioria, acho que não contribuiu muito não; mas todo mundo pensou um pouco.

**Tabela 6.13.2**

Opinião sobre transmissão de sessões de CPIs - amostra total e por região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
A favor	37	88	13	81	12	92	12	92
Contra	4	10	2	13	1	8	1	8
Não tenho opinião formada	1	2	1	6	0	0	0	0
Total	42	100	16	100	13	100	13	100

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Tabulação da autora.

Na codificação das respostas à pergunta aberta sobre as razões pelas quais é favorável às transmissões das sessões das CPIs, chama atenção a alta incidência de menções a aspectos negativos, mesmo quando o entrevistado é favorável às transmissões, como as categorias “existem excessos”, “eleitor não distingue / percebe excessos” e “presidência da CPI é falha”, como mostra o quadro 6.13.1 abaixo.

No entanto, a análise dos dados da tabela 6.13.3 mais adiante, que apresenta as menções em primeiro, segundo e terceiro lugar, pode contribuir para explicar esta aparente contradição de defender as transmissões das sessões das CPIs e, ao mesmo tempo, apontar efeitos negativos nas mesmas. A primeira observação é que dos trinta e sete entrevistados que afirmaram ser favoráveis às transmissões, vinte e oito mencionaram pelos menos duas razões e vinte e um mencionaram até três razões para serem favoráveis às transmissões das sessões das CPIs; o que pode ser indicativo de que os entrevistados percebem a complexidade da questão. A segunda observação é que do total das menções em primeiro lugar, apenas três entrevistados responderam



uma categoria<sup>160</sup> que pode ser classificada como negativa, no caso, excessos no comportamento dos membros das CPIs.

#### Quadro 6.13.1

Significado das categorias criadas para a codificação da pergunta sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões das CPIs		
<b>Categoria</b>	<b>Significado</b>	<b>Valência</b>
Acesso à informação / transparência	Acompanhar as sessões das CPIs é direito do cidadão.	Positiva
Eleitor percebe excessos	Eleitores percebem comportamento inadequado dos membros das CPIs (espetacularização, manipulações, desrespeito, oportunismo).	Positiva
Caráter pedagógico	Transmissão das sessões das CPIs contribui para aprendizagem de práticas democráticas.	Positiva
Existem excessos	Menção a excessos no comportamento dos membros das CPIs, mas sem referência à percepção dos eleitores	Negativa
Eleitor não distingue / não percebe excessos	Independentemente de qualquer fator, eleitor não percebe comportamento inadequado dos membros.	Negativa
CPI tem dois lados	CPI sempre vai ter lado positivo da transparência e negativo do comportamento inadequado de alguns membros.	Neutra
Clivagens na percepção	Alguns eleitores percebem comportamento excessivo dos membros das CPIs e outros não, dependendo de fatores como escolaridade e renda.	Negativa
Presidência da CPI é falha	O efeito negativo da transmissão está na condução dos trabalhos pela presidência da sessão e não na transmissão em si.	Negativa

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

<sup>160</sup> As quatro respostas em primeiro lugar codificadas como outras, porque não atingiram o mínimo de 2% de citações da amostra total, não foram codificadas como categorias com valência negativa.

**Tabela 6.13.3**

Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa<sup>1</sup>  
amostra total<sup>2</sup> e região

	Amostra total				Estado				Capital				Interior			
	n		%		n		%		n		%		n		%	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Acesso à informação / transparência	30	0	81	0	10	0	77	0	10	0	77	0	10	0	91	0
Existem excessos	3	13	8	46	2	4	15	40	1	4	8	44	0	5	0	56
Eleitor percebe excessos	0	4	0	14	0	2	0	20	0	2	0	22	0	0	0	0
Caráter pedagógico	0	1	0	4	0	0	0	0	0	1	0	11	0	0	0	0
Eleitor não distingue / não percebe excessos	0	1	0	4	0	1	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0
CPI tem dois lados	1	3	3	11	0	2	0	20	0	0	0	0	1	2	9	22
Clivagens na percepção	0	5	0	18	0	1	0	10	0	2	0	22	0	1	0	11
Presidência da CPI é falha	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11
Outras	3	0	8	0	1	0	8	0	2	0	15	0	0	0	0	0
Total	37	28	100	101	13	10	100	100	13	9	100	99	11	9	100	100

Nota (1) Questão espontânea e de múltipla resposta. (2) Questão formulada aos entrevistados que responderam 'não mudei de opinião'.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. Tabulação da autora.

Ainda com base na tabela 6.13.3 acima, trinta entrevistados responderam ser a favor das transmissões porque elas representavam possibilidade de acesso à informação e transparência nos processos investigativos realizados pelo Poder Legislativo. Dos três parlamentares, o primeiro secretário da ALESP, Fausto Figueira (PT), o presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, Gustavo Hermman (PSB), e o presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Ed Thomas, que mencionaram, em primeiro lugar, a existência de excessos no comportamento dos membros das CPIs acrescentaram, em seguida, as suas justificativas. Segundo o deputado Fausto Figueira (PT), os efeitos dos excessos se traduzem em desrespeito e humilhação contra os investigados, atitudes inadmissíveis em uma democracia

É que muitas vezes existe a tendência de alguns parlamentares atuarem muito mais como atores do que como investigadores. Você vê sessões de humilhação, de aberrações do ponto de vista jurídico, quer dizer, muitas vezes transforma-se uma sessão de CPI em circo, é um desrespeito às pessoas que estão sendo investigadas, não importa o crime que, eventualmente, tenham cometido. O fato de estar sendo transmitida (as sessões das CPIs) tem um subproduto que é um horror, quer dizer, você utilizar a exposição pública para fazer disso autopromoção.

Para o presidente da Câmara de Piracicaba, vereador Gustavo Hermman (PSB), o problema com as transmissões das sessões das CPIs é que elas contribuíram para a formação de uma imagem maniqueísta dos políticos, como se existissem os bons e os maus políticos, os bons na posição de investigadores e, os maus, na de investigados, situação que não corresponderia à verdade, e que representa o uso que alguns parlamentares fazem da visibilidade proporcionada pelas transmissões

A gente vê muito (nas sessões das CPIs) o sujeito falando do mal lavado, nós, que conhecemos um pouquinho a política, vemos um processo desses que não contribui para a conscientização. Mas eu sou a favor porque eu acho que não é culpa da transmissão, é culpa do uso que os políticos fazem da transmissão. Então, tem aquele cara que você sabe que roubou até a mãe dele e está lá, inquirindo o réu como se ele fosse o mais puro dos seres humanos... (as transmissões das sessões das CPIs) demonizou uma parte da política e beatificou outra, acho que esse processo foi muito ruim. Mas acho que tem que transmitir mesmo, tem que ser aberto.

Por fim, o presidente da Câmara de Presidente Prudente, Ed Thomas (PMDB), fala que, apesar da espetacularização que alguns membros das CPIs fazem, não se poderia proibir a transmissão das sessões, sob pena das Casas legislativas serem apontadas como omissas

É difícil, mas eu não posso privar uma parcela da sociedade por ter um ou dois que queiram dar show e queiram aparecer. Então, se eu não transmitir, eu vou ser omissos, porque na hora dos bons projetos tem transmissão. Quando eu preciso mostrar transparência, mostrar as caras, os nomes, daí eu vou desligar? Falar para não transmitir? Não, senão eu vou ser omissos, não vou ser democrático. Eu estaria sendo um canalha porque eu estaria escondendo do eleitor.

Se, por um lado, são apenas três os entrevistados que falaram existir excessos nas sessões das CPIs na primeira menção, por outro, este número pula para treze na segunda menção, como apontam os dados da tabela 6.13.3 acima. Para o ex-presidente da Assembléia Legislativa, Walter Feldman (PSDB), os excessos cometidos são efeitos das transmissões televisivas que produziram distorções na comunicação entre representantes e representados, que não percebem estas distorções, e a solução para evitar estes efeitos indesejados seria a edição das sessões e, posteriormente, a transmissão gravada. No entanto, o deputado Walter Feldman (PSDB) não menciona critérios claros, nem procedimentos factíveis para a edição das sessões

Eu acho que há excessos. O comportamento dos parlamentares foi modificado em função destas transmissões, o que não é bom. As CPIs, em muitos aspectos, demoravam mais do que o necessário e viravam, para muitos, instrumentos de palanques. Então, as CPIs, como instrumentos de investigação, em muitos aspectos, perdeu o seu valor. (Eu faria) uma edição democrática, recolhendo o que fosse de maior importância no trabalho da CPI. Não tem sentido você ficar integralmente numa transmissão de parlamentares repetindo exatamente tudo, ou que buscavam naquele momento um espaço para mostrar sua virulência, sua capacidade de oratória. Isso não é comunicação. Buscaria um conjunto de profissionais que pudesse introduzir a edição das CPIs. Difícil, mas faria. Não deixaria solto assim. Não é correto, do ponto de vista da comunicação, dos resultados (das investigações). Muitos achavam que as CPIs estavam prestando uma grande contribuição e uma boa parte do que foi feito e dito nenhuma contribuição deu.

Com base na tabela<sup>161</sup> 6.13.4 abaixo, classificada por ordem decrescente da somatória das menções, mesmo com algumas variações no cruzamento com a variável região, o dado mais significativo é a diferença de 15 pontos percentuais entre a categoria que ficou em primeiro lugar, “acesso à informação / transparência” com 35%, e o segundo lugar, “existem excessos” com 20%. A segunda observação é que as duas primeiras categorias concentram, tanto na amostra total, quanto nos cruzamentos por região, mais de 50% das menções.

**Tabela 6.13.4**

Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa<sup>1</sup> - somatória<sup>2</sup> das respostas amostra total e região

	Amostra total		Estado		Capital		Interior	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Acesso à informação / transparência	30	35	10	32	10	36	10	37
Existem excessos	17	20	7	23	5	18	5	19
Caráter pedagógico	8	9	3	10	2	7	3	11
Clivagens na percepção	7	8	2	6	3	11	2	7
Eleitor percebe excessos	6	7	3	10	2	7	1	4
Eleitor não distingue / não percebe excessos	6	7	3	10	1	4	2	7
CPI tem dois lados	6	7	2	6	2	7	2	7
Presidência da CPI é falha	2	2	0	0	0	0	2	7
Outras	4	4	1	3	3	11	0	0
<b>Total (menções)</b>	<b>86</b>	<b>99</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>101</b>	<b>27</b>	<b>99</b>

Nota. (1) Questão aberta e de múltipla resposta. (2) Somatória das respostas em primeiro, segundo e terceiro lugares.

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007. - Tabulação da autora.

Apenas dois entrevistados, o presidente da Câmara de Araçatuba, Dunga (PSDB), e a presidente da Câmara de São Carlos, Diana Cury (PMDB), responderam que a questão central envolvendo as transmissões das sessões das CPIs pelas TVs legislativas está na condução da

<sup>161</sup> Na tentativa de agregar mais elementos para a discussão da relação deste aspecto da TV legislativa com o estímulo de comportamento mais responsivo dos representantes, adotou-se o recurso da somatória das menções em primeiro, segundo e terceiro lugar, como recurso para dimensionar o peso de cada categoria.

presidência da sessão e não na transmissão em si, questão que mereceria maior reflexão. Se existem exageros e excessos por parte dos membros das CPIs, com efeitos sobre o andamento das investigações e o respeito aos direitos dos depoentes. Por que o presidente das sessões não estabelece limites? Segundo a vereadora Diana Cury (PMDB), três fatores contribuem para tornar polêmica a transmissão das sessões das CPIs, a começar pela instalação, muitas vezes, de CPIs sem base jurídico-legal, a criação de fatos e não a apresentação de evidências e a direção falha dos presidentes que, por sua vez, também podem estar preocupados com seus interesses políticos, ou seja, nenhum dos fatores está diretamente relacionado com a transmissão em si que, mas muito mais com questões de interesses e disputas políticas

Tem que transmitir! O que não pode é ter CPI fraudulenta, quando inventam motivos, criam fatos apenas para construir uma CPI. O problema não é da transmissão ao vivo e sem cortes, o problema é de natureza parlamentar, quando os parlamentares manipulam o que vai para a população. Pude perceber em muitas CPIs a criação de fatos, não só o evidenciamento de fatos. Muitas vezes, criam-se fatos para gerar uma CPI. É isso que forma uma opinião deturpada da população com relação ao parlamentar. É jogo de força política. É para destituir um grupo político em favorecimento de outro grupo político. Caberia ao presidente avocar quebra de decoro parlamentar. O presidente sabe, não o presidente da Câmara ou da Assembléia, mas o presidente da comissão, ou deveria saber quando está fazendo espetáculo ou quando está evidenciando um fato concreto. (Presidente da Câmara de São Carlos, Diana Cury, PMDB).

A ordenação e a somatória dos dados da tabela 6.13.4 acima por tipo de categoria, positiva, negativa e neutra, indicam que as categorias com valência positiva apareceram como as mais citadas, com 52% do total das menções na amostra total, as negativas tiveram 36% e as neutras 7%, conforme o quadro 6.13.2 abaixo.

### Quadro 6.13.2

Razões para não ter mudado de opinião sobre as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões de CPI pela TV legislativa<sup>1</sup> - Somatória<sup>2</sup> das respostas por categoria

Amostra total e região									
	Amostra total		Estado		Capital		Interior		
	n	%	n	%	n	%	n	%	
<b>Categoria c/ valência positiva</b>									
Acesso à informação / transparência	30	35	10	32	10	36	10	37	
Caráter pedagógico	8	9	3	10	2	7	3	11	
Eleitor percebe excessos	6	7	3	10	2	7	1	4	
<b>Sub-total</b>	<b>44</b>	<b>51</b>	<b>16</b>	<b>52</b>	<b>14</b>	<b>50</b>	<b>14</b>	<b>52</b>	
<b>Categoria c/ valência negativa</b>									
Eleitor não distingue / não percebe excessos	6	7	3	10	1	4	2	7	
Existem excessos	17	20	7	23	5	18	5	19	
Clivagens na percepção	7	8	2	6	3	11	2	7	
Presidência da CPI é falha	2	2	0	0	0	0	2	7	
<b>Sub-total</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>12</b>	<b>39</b>	<b>9</b>	<b>33</b>	<b>11</b>	<b>40</b>	
<b>Categoria c/ valência neutra</b>									
CPI tem dois lados	6	7	2	6	2	7	2	7	
<b>Sub-total</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	
<b>Total (menções)</b>	<b>82</b>	<b>95</b>	<b>30</b>	<b>97</b>	<b>25</b>	<b>90</b>	<b>27</b>	<b>99</b>	

Fonte: Pesquisa "Antenas do Legislativo", 2007.

Como mostram as totalizações do quadro 6.13.2 acima, a opinião dos vereadores da capital é, comparativamente, menos negativa, com 33% de menções, contra 40% dos vereadores do interior e 39% dos deputados estaduais. A totalização das categorias positivas não apresenta diferenças expressivas no cruzamento com a variável região.

No entanto, não deixa de ser significativo que mais de um terço do total da amostra, 37%, são menções a categorias de valência negativa e, das quatro categorias negativas encontradas, duas dizem respeito ao comportamento dos parlamentares e as outras duas ao comportamento dos eleitores. É importante deixar claro que o estudo do comportamento eleitoral não faz parte dos objetivos desta pesquisa, mas, a questão que se coloca é que a opinião dos

parlamentares entrevistados, representantes, sobre os eleitores, representados, pode significar um importante indicativo da preocupação do representante em ter um comportamento responsivo. Dito de outra forma, se, na opinião do representante, o representado exerce a *accountability* vertical, o representado pode sentir, de alguma forma e em alguma medida, pressão para exercer um mandato responsivo com vistas a uma avaliação positiva dos representantes no processo eleitoral.

Nesta direção, se o representante acredita que o representado não é capaz de discernir entre um parlamentar que busca exercer um mandato responsivo e outro com comportamento não-responsivo, por razões éticas ou políticas, o representante pode sentir-se pouco motivado a ser responsivo e usar as transmissões das sessões das CPIs apenas para aparecer, como diz a vereadora da capital Myriam Athiê (PPS), “nós tivemos aqui um presidente que não podia ver câmera de TV que queria aparecer, eu falei que ele não podia nem abrir a geladeira em casa porque ia ver a lâmpada e pensar que era a Rede Globo”.

Por outro lado, as transmissões, ao vivo e sem cortes, das sessões das CPIs, poderiam funcionar, também, como um mecanismo de estímulo para um comportamento responsivo dos representantes; no entanto, apenas dois entrevistados mencionaram, explicitamente, a possibilidade das transmissões das CPIs terem este, o deputado Ênio Tatto, líder do PT, e o deputado Arnaldo Jardim, líder do PPS, para quem a transmissão das sessões das CPIs é necessária na medida em que

Além de ser um fator de esclarecimento para o público, o fato de ser transmitida agrega valor político às próprias sessões porque constringe as pessoas, os parlamentares e os depoentes ficam mais zelosos em relação àquilo que falam. Realmente, em alguns momentos, ocorreram excessos e a Mídia entrou nesse jogo, mas é como um processo eleitoral, a depuração, o esclarecimento, sempre será fruto da própria vivência dos problemas.



Por fim, outras duas questões chamam atenção, primeira são os resultados<sup>162</sup> eleitorais pós transmissões das sessões das CPIs do “Bingo” e do “Mensalão” e, a segunda, a opinião contraditória da maioria dos entrevistados em relação ao trabalho de cobertura da mídia, editado e gravado, ou seja, fora do contexto, e as transmissões das TVs legislativas, ao vivo e sem cortes. Interessante observar que, ao mesmo tempo em que os entrevistados criticam a cobertura que a mídia faz do trabalho parlamentar, editado e gravado, eles criticam as transmissões ao vivo e sem cortes das sessões das CPIs.

#### **6.14. Quando a luz vermelha, ‘no ar’, assusta: relatos de resistências de parlamentares à introdução da TV legislativa**

Se, hoje, mais de dez anos após a inauguração da primeira TV legislativa no Brasil, é praticamente unânime entre os parlamentares a opinião de que ela deve existir em função do potencial que apresenta para diminuir a distância entre representantes e representados, nem sempre foi assim. No início, não foram poucas as resistências diante da novidade que, ao mesmo tempo em que deslumbrava uns pela possibilidade de visibilidade, assustava outros pela invasão das câmeras em espaços anteriormente protegidos dos olhares do eleitor. Para Meyrowitz (1985), estas resistências têm razão de ser na medida em que na presença da TV, “os políticos perdem grande parte do controle sobre suas mensagens e performances. Quando eles pedem para que as câmeras ou os gravadores sejam desligados, os políticos parecem querer esconder algo”<sup>163</sup> (p.272).

Segundo o responsável pela criação da TV da Assembléia Legislativa de São Paulo, o ex-presidente Ricardo Trípoli (PSDB), a reação inicial dos deputados não foi de euforia, pelo

---

<sup>162</sup> Como o caso da deputada federal Ângela Guadagnin (PT-SP), para detalhes ver capítulo 2 desta tese, seção 2.6.

<sup>163</sup> Tradução da autora. “With electronic coverage, politicians lose a great deal of control over their messages and performances. When they ask that the television camera or tape recorder be turned off, the politicians appear to have something to hide”.

contrário, foi de resistências e questionamentos em relação a uma TV que seria transmitida apenas para a capital e alguns municípios, quando aproximadamente 70% dos deputados tinham sua base eleitoral em regiões do interior do estado; mas esta questão escondia outra, a ameaça que a acessibilidade proporcionada pela TV legislativa representava

No início, houve certo preconceito porque eles (os deputados) entendiam que essa TV seria restrita à cidade de São Paulo e não seria um produto de divulgação que atingiria e abrangeria o estado todo. Como nós tínhamos, naquela época, 70% dos deputados do interior e 30% da capital e grande São Paulo eles entendiam que estariam de fora do seu público. O segundo aspecto, obviamente que menos ostensivo, mas mais introspectivo, eram daqueles (deputados) que diziam, ‘poxa, mas daí eu vou ficar aberto na minha atuação, no meu trabalho’. Aqueles que detiam as informações, os chamados ‘deputados arquivos ambulantes’, não queriam passar essas informações.

Para o deputado Vanderlei Macris (PSDB), também ex-presidente da Assembléia Legislativa e responsável por ter recolocado<sup>164</sup> a TV da ALESP no ar, a dificuldade para aceitar a TV legislativa não era novidade e estava, na realidade, ligada ao receio da perda de poder

Um agrupamento político muito significativo (na Assembléia) achava que isso (a TV) era uma demonstração de fragilidade, que os deputados poderiam perder poder com a exposição, democratizando as questões internas. Eu pensava completamente diferente. Eu conhecia esse debate interno sobre ter ou não TV e, quando fui candidato a presidente, defendi a TV e recoloquei no ar.

O processo de implantação das TVs legislativas foi avançando para os municípios<sup>165</sup>, começando pela capital e seguindo para o interior, mas as resistências iniciais persistiam e abrir mão do domínio da informação e enfrentar a exposição pública não foi tranquilo; como indica a declaração do presidente da Câmara de Campinas, vereador Dário (PSDB), “Eu percebi resistência de alguns vereadores em relação à TV legislativa porque eles queriam que seus posicionamentos ficassem distantes do público”.

No entanto, outra questão da maior relevância trata do potencial de espaço que a TV legislativa oferece para a bancada de parlamentares que fazem oposição ao Poder Executivo,

---

<sup>164</sup> Para detalhes sobre o período que a TV da Assembléia Legislativa de São Paulo ficou fora do ar, ver capítulo 3.

<sup>165</sup> Para detalhes sobre o mapa das TVs legislativas no estado de São Paulo, ver capítulo 2, seção 2.7.

principalmente no uso dos tempos para pronunciamentos<sup>166</sup> pessoais que são previstos conhecido entre os parlamentares como a “tribuna eletrônica da oposição” que, para o presidente da Câmara de Santo André, vereador Luis Zacarias (PL), não deixa de ser uma questão polêmica

Da outra vez que a TV funcionava, nós tivemos atritos com alguns vereadores que entendiam que as transmissões não seriam interessantes. Primeiro, porque é fácil você fazer oposição, quer dizer, quando a bancada do governo é maioria, a oposição, sabendo que está sendo transmitido, vai lá (fazer uso da palavra) para detonar, então, vira uma questão muito política. Quer dizer, fica o receio de quem está no poder porque é uma forte arma para a oposição. Por isso alguns parlamentares tiveram essa preocupação e eu acho pertinente.

Também merece destaque a questão das resistências às mudanças na grade de programação que, diferentemente da discussão do item 6.12 deste capítulo, que trata do aspecto da programação das TVs legislativas; as resistências de parlamentares às mudanças na grade podem, também, conter outros significados, como o receio de que determinado formato de programa possa favorecer determinado perfil de parlamentar, beneficiando uns e expondo outros, como fala a presidente da Câmara de São Carlos, vereadora Diana Cury (PMDB)

Quando eu assumi a presidência (da Câmara) eu pensei em aumentar a grade. Eu pensei em colocar no ar, com edição, entrevistas com vereadores, vereadores falando de suas ações no mandato, reportagens sobre as coisas da cidade. Foi feita uma proposta de grade e de orçamento, mas não fomos para frente porque não houve consenso na Mesa. Com franqueza, alguns vereadores têm facilidade com o vídeo, tem presença, eloquência, falam bem e outros não. Seria a exposição de uma incompetência, ao vivo e a cores, com a imagem, o que é muito mais forte. Então, houve um bloqueio, a fogueira das vaidades predominou, eu estava na presidência, sofri resistência, também, porque era a primeira mulher em cento e quarenta anos na história da Câmara a ser presidente”.

### **6.15. Considerações Finais**

Este capítulo apresentou os resultados das entrevistas realizadas com os quarenta e dois parlamentares que fizeram parte da amostra, abordando diferentes aspectos da TV legislativa e alguns temas mais gerais da relação dos parlamentares com a mídia comercial.

---

<sup>166</sup> Para detalhes sobre a existência de tempos de pronunciamento nos regimentos internos das Casas legislativas com TV que fazem parte deste estudo, ver capítulo 4, seção 4.3.2.

O jornal aparece como o principal meio que os entrevistados usam para se informar, no entanto, a mídia impressa, como demonstrado por vários estudos, faz uma cobertura do Poder Legislativo com enquadramento predominantemente negativo, conteúdo este que é acessível tanto para representantes, quanto para representados. Cabe destacar a baixa incidência registrada para o uso da internet como fonte de informação dos entrevistados, levando à hipótese de que eles também não fazem uso deste meio para se comunicarem com os representados.

Em relação aos efeitos da atuação da mídia na política, mais de 70% da amostra total concorda com a afirmação de que “A mídia brasileira contribui mais para aumentar a rejeição do que para informar o cidadão” e 62% acham que “Os jornalistas desconhecem o funcionamento do Poder Legislativo”. O trabalho da mídia é percebido por 88% dos parlamentares entrevistados como sensacionalista, ao mesmo tempo em que ela é vista como uma estrutura de poder. Em termos numéricos, em uma escala de 0 a 10, a força da mídia na construção da imagem do Poder Legislativo obteve média 8,1 e moda e mediana iguais a 8. Quanto ao aspecto do sigilo das fontes, 70% dos entrevistados são favoráveis à sua preservação. Para 74% da amostra total a responsabilidade pela divulgação dos trabalhos legislativos é do Poder Legislativo, são significativas variações por região, sendo que para 31% dos deputados a responsabilidade é de ambas, para 15% dos vereadores da capital é da mídia e para a unanimidade dos vereadores do interior a responsabilidade é do Poder Legislativo.

As opiniões dos entrevistados sobre os efeitos da atuação da mídia, se contribuem para a conscientização do cidadão ou para a descrença na política, mostraram-se divididos, já que 43% disseram que ela favorece a conscientização e 45% responderam a descrença. A visão, predominante entre os entrevistados, de que o eleitor não tem memória, pode ser um desestímulo para um comportamento responsivo.

A TV legislativa é definida, nesta tese, como uma “mídia da fonte” e com base no fato dos entrevistados serem líderes partidários ou membros da Mesa diretiva, elaborou-se a hipótese

de que eles conheciam as “mídias das fontes” das respectivas Casas Legislativas, através das quais poderiam comunicar-se com os cidadãos. Além dos resultados não terem comprovado a hipótese, chama atenção que apenas 45% dos entrevistados mencionaram a TV legislativa como um meio de comunicação para a divulgação do trabalho parlamentar, mais surpreendente ainda é o resultado para internet, 10% entre os deputados, 29% entre os vereadores da capital e 28% do interior. Interessante pensar estes resultados em relação à questão da comunicação entre representantes e representados, tendo em vista que 28% da amostra total afirmam que depois de eleito o parlamentar fica sem canal de comunicação com o eleitor. Também neste caso são significativas as variações por região, já que 38% dos deputados concordam, contra 23% dos vereadores da capital e apenas 16% dos vereadores do interior, reforçando a idéia de que estes últimos são os representantes mais próximos da população.

A partir do perfil dos entrevistados, das falas e dos resultados obtidos foi possível construir uma tipologia, bastante rudimentar e com caráter ilustrativo, da relação que os parlamentares estabelecem com a mídia para explicar aspectos da relação entre representantes e representados, com base no pressuposto de que ela é mediada pelos meios de comunicação. Foram definidos quatro tipos, “profissional da mídia”, “voto difuso”, “temático” e “origem nos movimentos sociais”, sendo que cada um apresenta uma necessidade específica de comunicação com o eleitor, sendo um dos fatores que determina a sua relação com a mídia. O tipo “profissional da mídia” é aquele que deve sua eleição, em grande parte, à transferência da visibilidade do trabalho na mídia, rádio ou TV, para as urnas; entre os vereadores entrevistados da capital temos o radialista Nelo Rodolfo (PMDB) e o advogado do programa do Ratinho, Dr. Farhat (PTB). O parlamentar do tipo “voto difuso” tem como característica principal uma votação espalhada e, dentre todos os tipos, é o que mais depende da mídia para se comunicar, é o caso do ex-presidente da CMSP, vereador José Eduardo Cardozo (PT). Quando a identificação de um parlamentar dá-se principalmente através de um tema e sua eleição conta com o apoio de

entidades ligadas a este tema e que depois fazem o monitoramento do mandato, ele será considerado como do tipo “temático”, como o ex-presidente da CMSP, vereador da capital Ricardo Trípoli (PV) ligado ao meio-ambiente. O parlamentar do tipo “origem nos movimentos sociais”, como o nome sugere, tem sua base eleitoral nos movimentos sociais e ele se relaciona diretamente com o seu representado através de reuniões.

Para analisar o papel da TV legislativa, evitou-se a classificação de categoria por valência, positiva ou negativa, optando-se por um processo que se mostrou mais robusto e que teve por base a noção de *accountability*, identificando categorias que poderiam ser consideradas “*accountables*”, na medida em que apresentassem potencial para estimular comportamento responsivo; ou do tipo “relações públicas” porque tinham principalmente um caráter de divulgação, aproximando-se do modelo de agência de notícias. Como resultado, mais da metade (57%) das menções para definir o papel da TV legislativa foram de categorias classificadas como do tipo “relações públicas” (RP), apontando para uma visão limitada dos entrevistados sobre o potencial da TV legislativa. Cinco categorias foram classificadas como “*accountable*”, “acompanhamento mandato” (12%), “interação c/ cidadão/diminuir distância (9%), “promover debates/discussões” (6%), “dar transparência ao trabalho parlamentar” (5%) e “fiscalizar / avaliar trabalho parlamentar” (4%) que, somadas, totalizaram 36% das menções.

Praticamente a unanimidade dos entrevistados, com exceção de um vereador da capital (Marcos Zerbini, PSDB, com origem nos movimentos sociais), afirmaram ter observado mudanças no comportamento parlamentar após as atividades da TV legislativa. Com o objetivo de explicar a natureza e dimensão destas mudanças e a partir do olhar da *accountability*, as respostas foram classificadas em dez categorias que, por sua vez, foram identificadas com práticas que poderiam contribuir ou não para estimular comportamento responsivo dos representantes no exercício do mandato.

Das dez categorias todas apresentaram importantes variações por região e cinco foram consideradas práticas que estimulam comportamento responsivo, “qualificação do discurso”, “melhoria postura / comportamento”, “mais dinamismo / maior produção”, “preocupação em divulgar trabalho” e “população cobra mais”. A categoria “melhoria postura / comportamento”, aparece em 1º lugar entre os deputados e os vereadores da capital, mas não houve sequer uma menção entre os vereadores do interior. Em 1º lugar entre os vereadores do interior está a categoria “preocupação com aparência / estética” com 27% das menções, 23% entre os vereadores da capital e sem citações entre os deputados. Ainda entre os deputados, e somente entre estes, aparece em 2º lugar a categoria “aumento comparecimento plenário”.

Com uma única exceção, o vereador da capital Celso Jatene (PTB), todas as demais menções a categorias classificadas como “não-contribuem” para estimular comportamento responsivo dos representantes foram combinadas com outras menções, “contribuem” ou “neutras”, permitindo sugerir que a visão crítica destes entrevistados pode estar associada, também, ao comportamento dos parlamentares e não exclusivamente à TV legislativa em si.

No caso da amostra dos deputados estaduais paulistas, chama atenção a somatória das categorias “neutras” com 51% das menções, número muito superior às duas outras regiões, 12% na capital e 38% no interior, sendo que é justamente uma categoria “neutra” que, comparativamente às demais regiões, distingue o impacto da TV legislativa junto aos deputados. Trata-se da categoria “aumento comparecimento em plenário” que tem quatro vezes mais incidência na região “estado” (16%) do que na “capital” (4%) e no “interior” (3%). Historicamente, a frequência dos deputados estaduais às sessões plenárias sempre foi baixa, por várias razões, entre elas a distância até suas bases eleitorais, no entanto, com o início das atividades da TV legislativa registrou-se um aumento no comparecimento dos deputados. Com base nas entrevistas, é possível explicar este aumento da presença como uma reação dos

deputados à imagem negativa da transmissão do plenário com as cadeiras vazias, mas é preciso considerar, também, a atração que a TV exerce como espaço de visibilidade.

Em relação aos vereadores da capital, são dois os destaques principais. Primeiro, os vereadores da capital apresentam praticamente o dobro de menções de mudanças do tipo “não-contribui” para comportamento responsivo (30%) em comparação com os vereadores do interior (16%) e mais de três vezes do que os deputados (9%). Segundo, a categoria “preocupação em aparecer/busca de audiência” aparece com 15% entre os vereadores da capital, 3% entre os vereadores do interior e 6% entre os deputados. Sugiro como uma das possíveis explicações para esta variação a dificuldade crescente dos representantes para estabelecerem alguma forma de comunicação com os representados em um município do porte de São Paulo que conta com mais de 8 milhões de eleitores. Nesta direção, a TV legislativa pode ser percebida como uma opção de fácil acesso e sem custos diretos para o parlamentar, basta ele comparecer às sessões plenárias ou contatar a direção da TV solicitando a participação em algum programa.

O aspecto do custo da TV legislativa gerou muitos comentários dos entrevistados que apontaram para a dificuldade de se fazer uma avaliação mais precisa pela falta de critérios e referências. Os dois extremos, de que a TV pode ser considerada uma iniciativa “muito barata” ou “muito cara”, tiveram as menores incidências e as respostas concentraram-se na opção “barata” com 38% das menções. Na somatória das opções “cara” e “muito cara”, o percentual dos deputados (32%) é o dobro dos vereadores da capital (16%) e do interior (16%).

O cenário inicial de resistências às atividades da TV legislativa parece estar superado, com base na avaliação satisfatória dos entrevistados, indicando uma visão da TV legislativa como um meio de comunicação “aliado”, comparativamente à atuação da mídia comercial que faz edições e enquadramentos predominantemente negativos do Poder Legislativo. A TV Senado está entre os canais assistidos pelos entrevistados e é avaliada positivamente, com 57% de “boa” e 19% de “ótima”.



A TV legislativa ainda é transmitida majoritariamente via rede de cabo, com acesso para assinantes, restringindo-a a um público de maior poder aquisitivo e escolaridade, porém, formador de opinião. A audiência da TV legislativa foi sondada através do retorno “boca-a-boca” que os parlamentares entrevistados recebem e, na comparação dos resultados por região, os vereadores do interior recebem pelo menos o dobro de comentários sobre alguma sessão ou programa visto na TV.

O modelo de gestão adotado em uma TV legislativa, para mais da metade dos entrevistados, pode interferir na sua isenção e independência. Também neste caso as variações por região mostraram-se relevantes, considerando que 94% dos deputados concordaram com esta interferência, 69% dos vereadores da capital e apenas 50% dos vereadores do interior, porém a variação encontrada não altera a interpretação dos resultados. Os comentários livres a esta formulação fechada falavam da ausência de conselhos e do regime presidencialista das Casas Legislativas.

Quanto ao perfil do profissional para ocupar o cargo de diretor da TV legislativa praticamente a totalidade dos parlamentares entrevistados afirmou que ela não precisa, necessariamente, ser dirigida por profissional concursado; com muitos comentários destacando, por um lado, a necessidade de competência para o exercício do cargo e, por outro, a instabilidade do mesmo em função da descontinuidade administrativa provocada pela duração dos mandatos da Mesa e do cargo ser de confiança do presidente.

Também em relação à programação da TV legislativa não existe divisão entre os parlamentares entrevistados, considerando que 98% responderam que a programação deve ser mais ampla do que apenas as transmissões ao vivo das sessões plenárias prevista no artigo 23 Lei do cabo. Com base nas falas dos entrevistados, pode-se afirmar que existe percepção de que determinados parlamentares, seja pelo perfil ou origem profissional, apresentam maior potencial para se beneficiar da presença das câmeras não só no plenário, mas em outros espaços da

programação; apesar das queixas neste sentido, não houve menção a critérios para equacionar a situação. No caso da TV CMSP, o programa “Câmara Esporte Clube”, que trata do esporte na cidade, é alvo de polêmica entre os vereadores se deveria constar ou não da grade. Por outro lado, existe demanda entre os entrevistados, em todas as regiões, para que a TV legislativa dê maior cobertura ao que definem, de forma um tanto vaga, como “trabalho externo do vereador” que inclui, segundo os entrevistados, desde fiscalização da atuação do Poder Executivo do tipo “blitz”, até reuniões com moradores e visitas a órgãos governamentais.

A transmissão de sessões de CPIs não é consensual entre os entrevistados que apontam para excessos e os riscos de transformar um processo investigativo em palco para performances com interesses eleitorais. As transmissões das CPIs do “Bingo” e do “Mensalão”, em função da grande audiência que tiveram e da repercussão na mídia, contribuíram para colocar na agenda o tema da TV legislativa. Apesar das críticas, 88% dos entrevistados permanecem com a opinião de que as reuniões das CPIs devem ser transmitidas porque representam acesso à informação e transparência. Apenas dois entrevistados, ambos presidentes de Câmaras Municipais do interior, levantaram o aspecto, que não deixa de ser relevante, da condução dos trabalhos da CPI pela presidência das sessões e, até mesmo, da justificativa para a criação da comissão, já que estão envolvidos interesses políticos do próprio presidente e relator da CPI.

## CONCLUSÃO

Esta tese teve como pano de fundo a preocupação com o sistema de representação em uma sociedade onde a política é mediada pela mídia. A partir da idéia do impacto da mídia eletrônica sobre o comportamento social esta tese buscou, com base no conceito de *accountability* e em pesquisa empírica, estudar os efeitos da TV legislativa sobre o comportamento dos representantes. Apesar das limitações que serão apresentadas ao longo desta conclusão, acredito ser possível afirmar que esta tese tem como uma das suas principais contribuições a discussão de um referencial teórico-metodológico para a análise da TV legislativa e seus desdobramentos para o estudo da relação entre mídia e política. Três aspectos principais justificaram este trabalho sobre a TV legislativa brasileira, o financiamento público, a condição de “mídia da fonte” de uma instituição com a prerrogativa de deliberar sobre assuntos de interesse público e a carência de estudos na área.

O primeiro desafio enfrentado nesta tese foi definir um referencial teórico que possibilitasse estudar o impacto da TV legislativa sobre o comportamento dos representantes e na relação destes com os representados, a partir de uma abordagem com foco no meio, e não no conteúdo, e nos efeitos sobre o comportamento dos representantes, e não na medição da audiência. A questão do conteúdo das TVs legislativas não foi uma preocupação porque um dos pressupostos desta tese é que a TV legislativa configura-se como uma “mídia da fonte” e, enquanto meio de comunicação do Poder Legislativo, transmite informações de interesse do cidadão. O problema central desta tese foi investigar as possibilidades da TV legislativa realizar ou não *accountability* e verificar a sua eventual contribuição para a democracia brasileira.

Nesta direção, a análise de Joshua Meyrowitz sobre o impacto da mídia eletrônica no comportamento social mostrou-se adequada para estudar a TV legislativa, na medida em que vai além do argumento da acessibilidade à informação proporcionada pela televisão; ele demonstra que o emissor muda o seu comportamento porque sabe que, com a mediação da TV, aquele conteúdo poderá ser acessado pelo público.

Da mesma forma, nesta tese, comprovou-se que o fato do representante ter conhecimento da existência de câmeras no plenário e nas salas de reuniões das comissões é suficiente para mudar o seu comportamento, pelo menos nestes espaços; já que, com a introdução das câmeras, os representantes estão cientes de que os representados poderão ter acesso às suas posições e atuação.

No entanto, era necessário explicar a natureza das mudanças ocorridas no comportamento dos parlamentares após a criação da TV legislativa, identificá-las, qualificá-las e, para tanto, apenas a abordagem de Meyrowitz não era suficiente. Dessa forma, recorreu-se à noção de *accountability* para complementar o quadro de referências teóricas e criar condições para responder às questões se a TV legislativa apresentava potencial para estimular comportamento responsivo dos representantes e para aperfeiçoar a relação de representação política. Pensar a TV legislativa do ponto de vista da *accountability* levou a dois percursos, o da responsabilização pelo mandato e o do controle social.

A mediação operada pela TV tem como um dos seus efeitos a diluição da fronteira entre esfera pública e privada, aproximando emissor de receptor, no caso da TV legislativa, representante e representado; modificando o padrão de acesso que deixa de ter a exigência do compartilhamento do mesmo espaço. Dessa forma, o conteúdo dos processos decisórios do Poder Legislativo que estava “privatizado”, apesar de pertencer ao domínio da esfera pública, tornou-se “mais público” com a TV legislativa.

A TV legislativa tem uma presença constante, ao contrário da mídia comercial que não possibilita este tipo de acompanhamento porque só está presente eventualmente, quando há decisão, tomada com base em critérios e interesses que não são divulgados para o público, de cobrir determinada votação ou acontecimento político, cobertura feita com enquadramentos predominantemente negativos. Como uma “mídia da fonte”, ela contribui para democratizar a esfera pública ao ampliar as vozes em circulação, oferecer informação útil para os cidadãos e estimular o debate sobre assuntos de interesse público.

A TV legislativa passou a integrar de forma permanente a cena legislativa, podendo ser *accountable*, contribuindo para a informação e formação do cidadão, e com potencial para estimular práticas responsivas dos representantes. Através da realização do mapeamento das TVs legislativas (cap. 2) para definir se a TV é *accountable*, a modalidade de transmissão das sessões plenárias, o tipo de tecnologia disponibilizada para o acesso, o modelo de gestão e o perfil da programação são aspectos potenciais, não se observando variação significativa entre o quadro das TVs legislativas estaduais e municipais neste contexto da radiografia.

Alguns aspectos devidos à transmissão ao vivo se destacaram na pesquisa: o respeito à obrigatoriedade legal que define as transmissões, a relação contraída com o sistema de votação e a visibilidade proporcionada aos parlamentares. Neste sentido, foi feito um levantamento junto aos regimentos internos das Casas Legislativas com o objetivo de identificar a existência e o formato de espaços para a manifestação dos representantes, e da sociedade civil, sobre assuntos que não estejam necessariamente em discussão na ordem do dia.

Quanto à tecnologia disponibilizada para o acesso do cidadão à programação, esta pesquisa mostrou que, da origem restrita à transmissão via cabo, o cenário atual é o da convergência tecnológica através de um mix de tecnologias, satélite, ondas curtas em sinal aberto e internet (web TV), que amplia o acesso e a abrangência das TVs legislativas. Observa-se uma tendência das Casas Legislativas, principalmente no nível municipal, de investimento na

tecnologia de transmissão de TV por internet, já que, atualmente, a criação de uma TV legislativa não depende mais da existência de rede de transmissão via cabo.

O modelo de gestão adotado pelas Casas Legislativas brasileiras para as suas TVs pode ser definido como sendo do tipo fechado porque não possui conselho editorial. Além do mais, independentemente da gestão ser do tipo institucional ou terceirizada, a forma de indicação do diretor é por nomeação do presidente. A questão que se coloca é que não existem critérios para a nomeação, muito menos um plano de trabalho que possa justificar a escolha por este ou aquele profissional e, muitas vezes, é possível estabelecer conexão do profissional indicado com a campanha eleitoral do presidente responsável pela sua indicação.

A pesquisa mostrou que este o cargo de diretor é extremamente vulnerável às mudanças no comando da Mesa. Assim, a regra tem sido que, a cada novo presidente, um novo diretor é nomeado, contribuindo para um clima de instabilidade, de descontinuidade administrativa e de falta de identidade das TVs que têm sua programação alterada com muita frequência, dificultando a formação da sua identidade.

A falta de transparência no gasto das TVs legislativas, o modelo de gestão, a falta de um conselho editorial e de garantias de continuidade administrativa, além do processo de nomeação para o cargo de diretor, de confiança do diretor e sem exigência de um plano de trabalho, representam limites importantes para o potencial de *accountability* da TV legislativa brasileira, com efeitos, também, sobre a programação.

Não existem variações significativas entre as grades de programação, apesar de não haver uniformidade na linguagem. O formato de um programa do tipo “debate” pode envolver parlamentares com diferentes posicionamentos sobre determinada questão, ou reunir parlamentares e representantes da sociedade civil ou especialistas no tema em pauta. O relato dos profissionais entrevistados é de que a produção destes programas é difícil porque muitos parlamentares não aceitam participar deste formato de programa e eles não podem ficar repetindo

os parlamentares que sempre se mostram disponíveis para qualquer participação; no entanto, não há elementos suficientes na pesquisa para explicar as razões para esta recusa, questão sem dúvida relevante do ponto de vista da *accountability*.

Quanto ao aspecto da visibilidade dos parlamentares na TV legislativa, que envolve as falas nas sessões plenárias e a participação nos programas, a pesquisa mostrou que ela está associada a três fatores principais, o perfil do parlamentar, uma atuação identificada com alguma causa e as disputas políticas entre a base de apoio ao Poder Executivo e a oposição.

Por outro lado, a natureza da TV legislativa, se estadual, da capital ou do interior, mostrou-se importante para seu impacto sobre o comportamento dos parlamentares. A principal mudança no comportamento dos vereadores do interior, que os diferenciam dos vereadores da capital e dos deputados, após o início das transmissões da TV legislativa, é a duração das sessões que passaram a ser mais longas. Em relação aos vereadores, destaca-se a preocupação em buscar audiência e uma possível explicação para esta variação pode ser a crescente dificuldade de comunicação dos representantes em um município com mais de 8 milhões de eleitores e cinquenta e cinco vereadores, eleitos sem voto distrital. Já os deputados estaduais passaram a comparecer mais nas sessões plenárias depois da TV legislativa, um dos fatores que explica este aumento no comparecimento é a reação à imagem negativa da transmissão do plenário com cadeiras vazias, mas é preciso considerar, também, a atração que a TV exerce como espaço de visibilidade.

Esta tese realizou uma sondagem da opinião com parlamentares sobre aspectos da mídia comercial, com o objetivo de explicar a relação dos representantes com a TV legislativa. Os resultados indicaram que o jornal continua sendo o meio de comunicação usado em primeiro lugar para se informar sobre os assuntos políticos e chama atenção a baixa incidência para a opção internet, resultado que sugere a hipótese de que este meio de comunicação ainda é pouco usado pelos parlamentares para se comunicarem com os cidadãos.

A pesquisa também mostrou que os parlamentares têm uma visão da mídia como estrutura de poder e apontam como efeitos da sua atuação predominantemente negativa um dos fatores para a rejeição aos políticos e a descrença na política de um eleitorado que, na avaliação dos parlamentares, não tem memória. É razoável supor que, em conjunto, estas visões podem desestimular um comportamento responsivo dos representantes.

No entanto, partindo do pressuposto de que a mídia é constitutiva da nossa experiência, é possível afirmar que o representante, em algum momento, acaba por estabelecer alguma forma de interação com os meios de comunicação para se comunicar com os representados, inclusive as “mídias da fonte” da Casa Legislativa. A hipótese de que os parlamentares entrevistados, por serem líderes partidários ou membros da Mesa, conheceriam a estrutura comunicacional das suas respectivas Casas Legislativas não se comprovou, o que leva à reflexão sobre a relação de comunicação que os representantes estabelecem com os representados.

É interessante observar que ao mesmo tempo em que os parlamentares alegam que a mídia faz uma cobertura negativa do trabalho legislativo e falam da importância de se contrapor a este contexto, eles desconhecem as “mídias da fonte” às quais têm acesso, como a própria TV legislativa e, de forma mais acentuada, o sítio na internet; canais de comunicação com os representados que, pelo desconhecimento dos representantes, deixam de ser explorados.

Assim, com o objetivo de contribuir para explicar esta interação entre parlamentares e mídia, foi elaborada uma tipologia com base no perfil do parlamentar, nas falas dos entrevistados e nos resultados da pesquisa. Foram definidos quatro tipos, sendo que cada um descreve uma necessidade específica do representante em relação à mídia, “profissional da mídia”, “temático”, “voto difuso” e “origem nos movimentos sociais”.

A noção de *accountability* esteve presente também na análise da opinião dos entrevistados sobre o papel da TV legislativa, orientando a identificação de duas categorias, a saber, “*accountable*”, aquelas com potencial para estimular comportamento responsivo, e



“relações públicas”, voltadas para a divulgação, semelhante a uma agência de notícias. Os resultados apontam para uma visão ainda limitada da TV legislativa, na medida em que mais da metade menções foram classificadas como “relações públicas”. A relevância deste dado é que a visão dos parlamentares sobre a TV legislativa é um dos fatores que orienta a relação que os representantes estabelecem com esta “mídia da fonte”, com efeitos diversos para estimular comportamento responsivo, dependendo da visão adotada.

É, portanto, a noção de *accountability* que define o lugar das CPIs nesse espaço. Uma CPI, desde o processo para a aprovação da sua criação, passando pela indicação dos seus membros e eleição do presidente e relator, consiste em uma esfera de disputa de poder onde vários interesses estão em conflito e não há razão, em sociedades democráticas, para que este processo não seja público. Dessa forma, a transmissão das reuniões das CPIs pela TVs legislativas não parece ser o problema, muito menos a solução seria a proibição das mesmas; talvez o encaminhamento mais adequado, do ponto de vista da *accountability*, seja o debate sobre o papel de uma CPI e de normas para o seu funcionamento e condução dos trabalhos.

Nesta tese, longe de procurar esgotar a discussão sobre TV legislativa, o objetivo foi incluir esta importante “mídia da fonte” na agenda de pesquisas e contribuir com a discussão através da construção de um instrumental teórico-metodológico para estudá-la. Assim, mais do que responder às questões colocadas inicialmente, essa conclusão tem a intenção de lançar outras indagações que, por sua vez, podem levar a novas pesquisas sobre o mesmo objeto. No entanto, antes de arriscar algumas recomendações de mudanças no modelo de TV legislativa brasileira com o objetivo de torná-la mais *accountable*, cabe apontar alguns desdobramentos desta pesquisa.

A idéia de que o impacto da TV legislativa é diferente nas esferas federal, estadual, na capital e no interior merece um tratamento mais sistemático para explicar as diferenças encontradas. Um estudo que leve em consideração a questão partidária, com o objetivo de

identificar diferenças ou semelhanças entre partidos em relação ao papel e modelo de TV legislativa, bem como a forma de se relacionar com a mesma, pode contribuir para a discussão da relação entre mídia e política. De qualquer forma, a pesquisa mostrou que, independentemente da esfera legislativa, o regime presidencialista e o sistema de colégio de líderes partidários comandam a Casa Legislativa.

Em relação à programação, um recorte que privilegia a análise do conteúdo dos programas e o enquadramento dos noticiários pode ter muito a “falar” sobre o funcionamento da TV legislativa e da relação dos parlamentares com os profissionais; por outro lado, a pesquisa mostrou que são dois os grandes ausentes da “telinha legislativa”, os debates com parlamentares e o cidadão. A grade de programação, até em cumprimento ao artigo 23 da Lei do Cabo, é tomada em grande parte pela transmissão das sessões plenárias e o tempo restante é dividido, basicamente, entre os telejornais, programas de entrevistas e documentários e sobra pouco tempo para programas de debates.

Pensar em conteúdo e enquadramentos remete-nos, quase que imediatamente, ao receptor destes conteúdos, ou seja, ao telespectador e, em relação a esses, ainda não há registro de pesquisas. Esta pesquisa não se propôs a um estudo de recepção, mas este é um desdobramento importante. São inúmeras as questões sobre o telespectador que podem ser colocadas, afinal, informá-los é o objetivo declarado das TVs legislativas. Qual a audiência das TVs legislativas? Existe diferença significativa nos índices de audiência das TVs federais, estaduais e locais? Em caso afirmativo, por quê? Qual a avaliação do telespectador sobre a TV legislativa brasileira, ele a considera uma TV “chapa branca”? Na opinião do telespectador, a TV legislativa deve existir? E os que não assistem à TV legislativa, o que pensam da TV legislativa? Por que eles não assistem?

Outro desdobramento diz respeito ao papel da TV legislativa, questão tratada, nesta tese, principalmente com base na fala dos parlamentares, no entanto, outros atores – profissionais,

sociedade civil organizada e experiências internacionais – precisam ser ouvidos para, a partir de um amplo e democrático debate, pensar o modelo de gestão e a grade de programação.

O momento atual tem sido o de grandes inovações tecnológicas na área das telecomunicações com a previsão da chamada “convergência tecnológica” que, ao interconectar TV, telefonia e internet, traz a promessa de equacionar antigas questões como a disponibilidade de espaço no espectro eletromagnético de transmissão aberta. Nesta direção, não só o modelo de TV legislativa, mas também o modelo comercial irão sofrer profundas transformações. Resta saber, e só o tempo responderá, se a interatividade, desejável para a ampliação das práticas democráticas, será viabilizada. Os trabalhos futuros sobre TV legislativa não poderão deixar de considerar a convergência da TV com a internet que já é realidade na forma da Web TV, no entanto, não existem estudos que analisam o impacto desta interação de meios.

Aos profissionais das TVs legislativas, co-responsáveis pelo conteúdo veiculado, teria que ter sido dedicado um capítulo inteiro da tese e existia material para isso, já que os diretores dos municípios que fizeram parte da amostra também foram entrevistados. A discussão sobre a formação destes profissionais é bastante recente e cabe indagar se existe o “jornalismo legislativo”, assim como tem se falado de “jornalismo cívico”.

Apontadas as contribuições e deficiências da tese no espaço desta conclusão, proponho algumas recomendações para aumentar o potencial da TV legislativa para estimular comportamento responsivo dos parlamentares. Duas medidas contribuiriam significativamente para tornar as TVs legislativas mais *accountable* e podem ser implantadas imediatamente, tendo em vista não exigir nenhum tipo de investimento, nem representar aumento de gastos, a existência de um Conselho Editorial, com representação dos parlamentares, dos profissionais e da sociedade, e a eleição do diretor da TV, com base em plano de trabalho, por uma Comissão de parlamentares, a exemplo do modelo francês. Por outro lado, a dificuldade reside no fato de que

implantar essas medidas significa abrir mão de poder político, prática pouco comum entre os detentores de poder.

Outras duas questões precisariam ser enfrentadas: o modelo de financiamento e a criação das TVs legislativas. Em relação ao financiamento, exclusivamente público, o principal aspecto é a falta de transparência nos gastos e de mecanismos de controle social. A precariedade de informações é tão grande que fica difícil estabelecer qualquer tipo de parâmetro para avaliar se a TV legislativa brasileira é cara ou barata, especialmente porque o discurso do “custo da democracia” serve como justificativa para a ausência de dados consistentes.

A questão da criação de novas TVs legislativas é relevante porque o financiamento é público e é pertinente na medida em que TVs são criadas em municípios de pequeno porte, em que a Câmara Municipal faz, em média, duas reuniões semanais no período noturno, além de ser localizada, na maioria dos municípios, na região central. O ponto crucial é que não existem critérios para a criação de uma TV legislativa que, como mostrou a pesquisa, é criada, muitas vezes, por decisão do presidente.

Dessa forma, algumas perguntas ficam em aberto: qualquer Câmara Municipal, independentemente do número de vereadores, pode criar uma TV? Uma importante recomendação, válida para todas as TVs legislativas em funcionamento, é estabelecer um percentual sobre o orçamento da Casa para limitar o gasto com a TV, definido pelo Conselho Editorial e com aprovação do pleno da Casa. Ainda em relação às TVs legislativas municipais, não seria o caso de se pensar em seguir a tendência de formação de redes comunicacionais com o objetivo de diminuir custos, ampliar a programação e integrar os legislativos municipais? Na realidade, a TV legislativa municipal não deixa de ser uma emissora local de televisão e, neste sentido, será que ela não deveria democratizar o acesso a esta “antena”, tendo em vista os altos custos envolvidos para a instalação e manutenção de um canal de TV, compartilhando espaço para garantir voz à sociedade civil?

Como consideração final, depois de recapitular as contribuições, apontar as deficiências, sugerir uma agenda de pesquisa e fazer recomendações, gostaria de declarar uma pretensão, a de que a trajetória percorrida nesta tese sobre a TV legislativa brasileira estimule muitos debates, novas pesquisas e ações que estimulem a sua transformação em uma tele-visão; ou seja, um meio de comunicação que amplie as práticas democráticas, aproximando representantes de representados, talvez um dos principais desafios das democracias contemporâneas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Afonso. 2003. “O anfitrião ausente: a televisão nos estudos sobre a propaganda política na televisão”. Texto apresentado no XXII Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação, Compós, Recife.
- \_\_\_\_\_. 1998. “Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil”. Texto apresentado no VIII Compós – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação, Belo Horizonte.
- ALDÉ, Alessandra e VEIGA, Luciana F. 2004. “Recepção da Comunicação política”. In: RUBIN (Org.) *Comunicação e política – conceitos e abordagens*. Salvador, Editora da UFBA.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. 2003. *Telenovela, consumo e gênero*. Bauru, SP: EDUSC.
- ANASTÁCIA, Fátima et alli. 2004. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. São Paulo: Ed Unesp.
- ARATO, Andrew. 1994. “Sociedade Civil e Teoria Social”. In: AVRITZER (org.) *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- \_\_\_\_\_. e COHEN, Jean L. 1999. “Esfera Pública y Sociedad Civil”. *Revista Metapolítica*, v.3, nº9.
- \_\_\_\_\_. 2002. “Representação e *Accountability*”. In: Revista Lua Nova, nº55-56.
- AZEVEDO, Fernando; Chaia, Vera L. M. “A imagem do Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004)”.  
\_\_\_\_\_. 2005. “Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de São Paulo sobre o Senado (2003-2004)”. Texto apresentado no XIV Compós – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, RJ.
- \_\_\_\_\_. “Espaço Público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil”. Texto apresentado no Compós – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação.
- \_\_\_\_\_. 2004. “Agendamento da Política”. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.). *Comunicação política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Editora Unesp, p. 41-72.
- \_\_\_\_\_; RUBIM, Antonio A. C. 1998. “Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa”. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, nº43, p. 189-216.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. 2004. “Teoria crítica, democracia e esfera pública; concepções e usos na América Latina”. Texto apresentado na Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, MG.
- \_\_\_\_\_. 1994. “Sociedade Civil: além da dicotomia Estado-Mercado”. In: AVRITZER (org.) *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- \_\_\_\_\_. 1994. “Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro”. In: AVRITZER (org.) *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- \_\_\_\_\_. 2000. “Teoria Democrática e deliberação pública”. In: Revista Lua Nova, nº 50.
- \_\_\_\_\_. 1999. “Diálogo y Reflexividad: acerca de la relación entre la esfera pública y médios de comunicación”. *Revista Metapolítica*, v.3, nº9.
- \_\_\_\_\_. 2000. “Entre o diálogo e a reflexividade”. In: AVRITZER e DOMINGUES (org.) *Teoria Social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte; Ed. UFMG.
- BAZI, Rogério E. R. 2001. *TV Regional*. São Paulo. Campinas, SP: Alínea.
- BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. 2002. “Dados sobre a concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil”. Documento on-line, disponível em <http://www.>, acessado em março 2005.

- BLAZOTO, Silmara Regina. 1999. *Um perfil da TV local no estado de São Paulo. A programação e a relação com a comunidade*. Dissertação (Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- BOHMAN, James. 2004. "Expanding dialogue: the Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy". *Sociological Review*, Oxford: Blackwell Publishing.
- BOLAÑO, César R.S. "A economia política da televisão brasileira". *Revista Latina de Comunicación Social*, nº 17, maio de 1999, disponível on-line em <http://www.ull.es/publicaciones/latina>.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BRAGA, Sérgio Soares. 2007. "Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul". *Revista Opinião Pública*, v.13, nº1, p.1-50.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. 2004. *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BRITTOS, Valério Cruz. 2000. *Recepção e TV a cabo: a força da cultura local*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- BURKE, P. 2002. "A esfera pública 40 anos depois". São Paulo: Folha de São Paulo, Caderno Mais, p.13-14.
- BUCCI, Eugênio. 2000. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Antropofagia patriarcal". In: BUCCI (org.) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CABRAL, Eula Dantas T. 2005. "A mídia brasileira sob o ângulo constitucional". Texto apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicação, do XXVIII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ.
- CAIAFA, Janice. 1994. "Mídia e poderes: algumas notas e breve esboço de estratégias". *Revista Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.73-88.
- CANCLINI, Nestor Garcia. 2002. "Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação". *Opinião Pública*, v. VIII, nº1, p.40-53.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CAPPARELLI, Sérgio e LIMA, Venício 2004. *Artur de. Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker.
- CARDOSO, Adalberto M. 1995. "Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão (um survey entre jornalistas brasileiros)". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 42, p130-140.
- CHAIA, Vera L. M. 2004. *Jornalismo e Política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Hacker Editores.
- \_\_\_\_\_. 1991. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga, SP: Humanidades.
- \_\_\_\_\_. 2001. "Escândalos Políticos e Mídia: casos na vida política brasileira". Texto apresentado no X Compós – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação.
- \_\_\_\_\_. 1995. "A Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo". *Revista de Ciências Humanas*, v. 13, nº 17 e 18, p.67-81, Florianópolis.
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Marco A. 2001. "Democracia e escândalos políticos". *Revista São Paulo em Perspectiva*, nº 15(4).
- CHISHOLM, Elinor. 2005. "MPs, the Media and the Televising of Parliament". (recebido por e-mail em junho de 2007).

- COELHO, Marja Pfeifer. 2005. “Midiatização das CPIs: os escândalos do Leite e da Segurança, entre a notícia e o espetáculo”. Texto apresentado no Compôs – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, RJ.
- COMPARATO, Fábio Konder. 2000. “A democratização dos meios de comunicação de massa”. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- COSTA, Paulo Celestino Filho. 2006. “Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos”. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, ano 3, nº 4, p.124-143.
- COSTA, Sérgio. 1997. “Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, nº 25, p. 121-134.
- \_\_\_\_\_. 1997b. “Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.IV, n.2, ns, maio-ago, p.117-136.
- \_\_\_\_\_. 1997c. “Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”. *Cadernos de Pesquisa*, nº8, jan.
- \_\_\_\_\_. 1997d. “Contextos da Construção do Espaço Público no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, nº47, p. 179-192.
- \_\_\_\_\_. 1999. “La Esfera Pública y las mediaciones entre Cultura y Política: el caso de Brasil”. *Revista Metapolítica*, v.3, nº9.
- COSTA, Sylvio & BRENER, Jayme. 1997. “Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história”. *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro, n.s., v.4, n.2, p.29-53.
- DAGNINO, Evelina. 2002. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades” In: DAGNINO (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin. 1991. *Communication and citizenship: journalism and the public sphere*. London and New York: Routedge.
- DEBORD, Guy. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ESTEVEVES, João Pissarra. 2003. *Espaço Público e Democracia*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- \_\_\_\_\_. “Espaço público”. In: RUBIN (Org.) *Comunicação e política – conceitos e abordagens*. Salvador, Editora da UFBA, 2004.
- FAUSTO NETO, Antonio e VERÓN, Eliseo (orgs.). 2003. *Lula Presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. Hacker Editores e Unisinos.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. 2001. “Instituições e política no controle do Executivo”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.44, nº4.
- FRANTZICH, Stephen; SULLIVAN, John. 1996. *The C-Span Revolution*. Norman: University of Oklahoma.
- \_\_\_\_\_. 1982. “*Communications and Congress*”. In: *Politics*, v.34, nº4, p.88-101.
- FRASER, Nancy. 1995. “Rethinking the Public Sphere – A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy”. In: Robbins, Bruce (ed), *The Phantom Public Sphere*. University of Minnesota Press.
- FREIRE, João Filho. “2004. Uma nova agenda de investigação da história da TV no Brasil”. In: *Revista Contracampo*10/11. Edição especial/ número duplo. *Revista do Programa de Pós-graduação em comunicação*. Niterói: Instituto de arte e comunicação social.



- FREITAS, Luiz Carlos Santana de. “A televisão legislativa e o aumento da atividade político-parlamentar”. Documento on-line, disponível em <http://www.interlegis.gov.br/comunidade> acessado em maio de 2005.
- GEERTZ, Clifford. 1998. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes.
- G., José Miguel Pereira. 2004. “Comunicación y Ciudadanía – Apuntes para comprender los procesos de las Rádios y Televisiones locais e comunitárias em Colômbia”. In: PERUZZO (org.) *Vozes Cidadãs*. São Paulo: Angellara Editora.
- GOMES, Wilson. 1998. “Esfera pública política e *media*: com Habermas, contra Habermas” \_\_\_\_\_ . In: RUBIM, Antonio A. C. e et alli (orgs). *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos* Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- GUIMARÃES, César; VIEIRA, R.A. Amaral. 1989. “Meios de comunicação de massa e eleições: um experimento brasileiro”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v1, n.9, p.147-157, jan-abr.
- \_\_\_\_\_. 1985. “A Televisão brasileira na transição. Um caso de conversão rápida à nova ordem”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.3, n.6. jan-dez.,
- GRABER, Doris. 2003. “The Media and Democracy: Beyond Myths and Stereotypes”. *Annual Review of Political Science*, v.6, p.139-160.
- HABERMAS, Jurgen; 2003. tradução de Flávio R. Kothe. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALLIN, Daniel C. 1996. “Dos instituciones, um camino: a televisão e o Estado na eleição de 1994 no México”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.III, nº 2, ns, maio-ago.
- \_\_\_\_\_. 1994. *We keep America on top of the World: Television and the Public Sphere*. London & New York: Routedge.
- HAMBURGER, Esther. 2005. *O Brasil Antenado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- HERZ, Daniel. “Contribuição ao Grupo de Trabalho criado pelo Conselho de Comunicação Social para analisar a TV a Cabo, a partir da aprovação do Parecer no.2 apresentado ao Projeto de Lei 175/2001, do Senador Ney Suassuna”, 2003.
- HOLBROOK, Thomas. *Do Campaigns Matter?* Sage Publications, 1996.
- JACKS, Nilda; NUNES, Canto; FRANKE, Felipe. “A televisão por assinatura e os estudos brasileiros de recepção na década de 90”. Texto apresentado ao NP 07 – Comunicação Audiovisual, do XXVIII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- JARDIM, Márcia. 2002. *O Mapa da Mídia Eletrônica em Eleições Locais no Estado de São Paulo*. (Dissertação, Ciência Política). Campinas: Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 2004. “Palanque Eletrônico em Eleições Locais” XIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, São Bernardo do Campo, 12p.
- \_\_\_\_\_. 2005. “Televisão e Espaço Público Transnacional: o caso da televisão Al Jazeera”. Texto apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicação, do XXVIII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ.
- JORGE, Wladimir Lombardi. 2003. Meios de Comunicação de massa e Poder Legislativo. Uma análise da cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros (1985-1990). Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- KEANE, John. 1996. “Transformações estruturais da esfera pública”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.III, n.2, ns, maio-ago, p.6-28.
- KELLNER, Douglas.1990. *Television and the crisis of democracy*. Oxford, Westview Press.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 2003. “Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil”. ABREU, Alzira Alves et alli (orgs). *Mídia e Política no Brasil – Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_. 2002. “Mídia e Poliarquia: Denuncismo e oligarquia, ou, como tornar a mídia (também) ‘accountable’”. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós.

\_\_\_\_\_. 2001. “Mídia e Accountability: Dimensões e condições da poliarquia”. X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós.

LEAL FILHO, Laurindo. 2000. “A TV pública”. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. 1988. *Atrás das câmeras*. São Paulo: Summus.

\_\_\_\_\_. 1997. *A melhor TV do mundo – o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus.

LIMA, Venício Artur de. 1989. “The State, television, and political power in Brazil”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.1, n9, p. 159-183.

\_\_\_\_\_. 1996. “A pesquisa sobre os mídia eletrônicos: velhas e novas questões”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.III, n.2, ns, maio-ago, p.6-28.

\_\_\_\_\_. 1998. “Os mídia e a política”. In: RUA, Maria das Graças et. Alli (orgs.). *O Estudo da política – tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15.

LOBATO, E. e CABRAL, O. 2000. “Governo deve criar 180 emissoras de TV”. São Paulo: Folha de São Paulo, p.A-6.

LOPES, Vera de Oliveira Nusdeo. 2000. “A lei da selva”. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MAIA, Rousiley C. M. 2004. “Visibilidade e “accountability”: o evento do ônibus 174”. XIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, São Bernardo do Campo, 26p.

\_\_\_\_\_. 2003. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós.

\_\_\_\_\_. 2004. “Videopolítica e similares”. In: RUBIN (Org.) *Comunicação e política – conceitos e abordagens*. Salvador, Editora da UFBA.

\_\_\_\_\_. “Mídia e Domínio de Mediação na Esfera Pública Política”.

\_\_\_\_\_ e SANTIAGO, Daniela. 2005. “Entre o mercado e o fórum: debate anti-tabagismo na cena midiática”. Trabalho apresentado no XIV Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, RJ.

MALTZMAN, Forest; SIGELMAN, Lee. 1996. “The Politics of Talk: Unconstrained Floor Time in the U.S. House of Representatives”. *Journal of Politics*, v.58, n°3, p.819-830.

MANIN, Bernard. 1995. “As Metamorfoses do Governo Representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 29, ano 10.

\_\_\_\_\_; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. 2006. “Eleições e Representação”. In: *O Futuro da Representação*. *Revista Lua Nova*, n°67, p.105-138.

MARTIN-BARBERO, Jesus e REY, Germán. 2004. *Os Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

MATOS, Heloíza et alli. 1994. *Mídia, Eleições e Democracia*. São Paulo: Scritta.

\_\_\_\_\_. “Globalismo e Localismo: encontros e desencontros”. *Revista Libero*, n.1. São Paulo

\_\_\_\_\_. 1998. “Comunicação Política e Dimensão Mercadológica no Espaço Público”. *Revista Libero*, ano 1, n. 2. São Paulo: 2º semestre.

- \_\_\_\_\_. 2006. “Comunicação Política e Comunicação Pública”. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, ano 3, nº 4, p. 58-73.
- MATTOS, Sérgio. 2002. *História da Televisão Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MELO, José Marques. 2004. “Exclusión comunicacional y democracia: dilema brasileño en el umbral de la sociedad de la información”. In: *Revista Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo. SP. Umesp. Ano 26, nº 43.
- MENEGUELLO, Rachel. “Percepções públicas do Congresso Nacional: o paradoxo da democracia brasileira”. Documento on-line, disponível em [http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/14\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/14_impr.shtml), acessado em agosto de 2005.
- MELUCCI, Alberto. 1999. “Esfera Pública y democracia en la era de la Información”. *Revista Metapolítica*, v.3, nº 9.
- \_\_\_\_\_. 1994. “Movimentos Sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento”. (Entrevista). In: AVRITZER (org.) *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- MEYROWITZ, Joshua. 1985. *No Sense of Place*. Nova York: Oxford University Press.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2002. “Os meios de comunicação e a prática política”. In: *Revista Lua Nova*, nº 55-56.
- \_\_\_\_\_. 2003. “Representação Política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.18, nº51, fevereiro.
- \_\_\_\_\_. 2003b. “Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 20, p.115-134, junho.
- \_\_\_\_\_. 2005. “Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política”. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 25, p.25-38, novembro.
- MIXON, Franklin G. Jr; GIBSON, M. Troy; UPADHYAYA, Kamal P. 2003. “Has legislative television changed legislator behavior? C-Span2 and the frequency of Senate filibustering”. *Public Choice*, 115, p.139—162.
- MORAES, Filomeno. 2001. “Executivo e Legislativo no Brasil pós-constituente”. *Revista São Paulo em perspectiva*, 15 (4), P.45-5.
- MONTEIRO, Carlos Jorge B. 2004. *TV Câmara de Bauru. Papel social do canal legislativo e suas relações com a comunidade local*. Dissertação (Comunicação Social). São Bernardo do Campo: Umesp – Universidade Metodista de São Paulo
- MOTTER, Paulino. 1994. “O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, n.s. p.89-116, ago-nov.
- MUGHAN, Anthony; SWARTS, Jonathan P. 1997. “The Coming of Parliamentary Television: The Lords and the Senate Compared”. *Political Study*, XLV, p.36-48.
- NORRIS, Pippa. 2000. “A Virtuous Circle? The impact of Political Communications in Post-Industrial Democracies”. Texto apresentado no Encontro annual da Associação de Estudos Políticos do Reino Unido.
- NOVELLI, Ana Lúcia C. R. 1999. *Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional*. Tese de Doutorado. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes – USP.
- \_\_\_\_\_. 2006. “O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança”. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, ano 3, nº 4, p. 74-89.
- O’DONNELL, Guillermo. “1998. Horizontal Accountability in New Democracies”. *Journal of Democracy*, 9.3, p.112-126.
- PANABIANCO, Ângelo. 2005. *Modelos de partido – organização e poder os partidos políticos*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. 2002. *A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano*. São Paulo: SENAC.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. 2004. “TV Comunitária no Brasil: Histórico e Participação Popular na Gestão e na Propaganda”. In: PERUZZO (org.) *Vozes Cidadãs*. São Paulo: Angellara Editora.
- \_\_\_\_\_. “Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências”. In: Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo. SP. Umesp. Ano 26. nº 43.
- PICCINI, Mabel. 2003. “Sobre a comunicação nas grandes cidades”. *Opinião Pública*, v. IX, nº2, p.1-19.
- PIERANTI, Octavio P. “2005. O Estado e as Comunicações no Brasil: Reflexões acerca da Constituição Federal de 1988”. Texto apresentado ao 2º Colóquio Brasil-Estados Únicos de Ciências da Comunicação do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ.
- PORTO, Mauro P. 2007. *Televisão e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- PRIOLLI, Gabriel. “Um olhar sobre a Cultura Brasileira: Rádio e Televisão”. Documento on line, disponível em <http://www.>, acessado em março, 2002.
- \_\_\_\_\_. 2000. “Antenas da brasilidade”. In: BUCCI (org.) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- PRZEWORSKI, Adam. 1997. “Democracy and Representation”. II Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Isla Margarita, Venezuela, 26p.
- RABOY, Marc. 2005. “Mídia e democratização na sociedade da informação”. In: MELO e SATHLER (Orgs.). *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo: UMESP.
- RAMOS, Murilo César. “Comunicação, direitos sociais e políticas públicas”. In: Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo. SP. Umesp. Ano 26. n. 43
- REIMÃO, Sandra. (org.) 2000. *Televisão na América Latina: 7 estudos*. São Bernardo do Campo, SP, Universidade Metodista de São Paulo.
- RENAULT, Letícia. 2004. *Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- RIVERA, Marcio A. P. e AMARAL, Sergio F. “Pantallas comunitárias: conquistar uma televisión dada”. In: Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo, SP, Universidade Metodista de São Paulo, Ano 26, nº 43.
- RODRIGUES, Malena Rehbein. 2002. *Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- ROLDÃO, Carlos G. 2005. “TV Câmara: a possibilidade de comunicação entre vereadores e cidadãos”. Texto apresentado ao NP 10 – Políticas e Estratégias de Comunicação do XXVIII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ.
- ROSA, Mário. 2003. *A Era do Escândalo*. São Paulo: Geração Editorial.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. 1994. “Política, media e eleições: 1989 e 1994”. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, n.s., p.53-62.
- \_\_\_\_\_. 2000a. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker.
- \_\_\_\_\_. 2000b. (org.) *Mídia e Eleições 98*. Salvador: Facom/UFBA.
- \_\_\_\_\_. 2002. “Das Viabilidades das Eleições de 2002: Uma reflexão acerca dos enlaces entre política, mídia e cultura”. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, 22p.
- \_\_\_\_\_. 1998. et alli (orgs). *Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos* Petrópolis, RJ: Vozes.

- SANT'ANNA, Francisco. 2006. "Quem faz a notícia no parlamento brasileiro? As rotinas dos newsmakers do Senado Federal". *Revista Líbero*, ano IX, nº18, p.105-118.
- SILVEIRINHA, Maria João. 2004. "Opinião pública". In: RUBIN (Org.) *Comunicação e política – conceitos e abordagens*. Salvador, Editora da UFBA.
- SILVERSTONE, Roger. 2002. *Por que estudar a Mídia?* São Paulo: Edições Loyola.
- SIMÕES, Inimá. 2000. "Nunca fui santa (episódios de censura e autocensura)". In: BUCCI (org) *A TV aos 50 – criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_. 2004. *A nossa TV brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- SKIDMORE, Thomas. 1993. "Television, Politics and the Media in a Democratizing Latin America". In *Television, Politics, and the Transition to Democracy in Latin América*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- STRAUBHAAR, Joseph D; OLSÉN, Orjan & CAVALLARI, Márcia Nunes. 1991. "The Role of Television in the 1989 Brazilian Presidential Election". In *Occasional Papers*, The Thomas J. Watson Jr. Institute for International Studies.
- \_\_\_\_\_. 1983. "O declínio da influência americana na televisão brasileira". In: *Comunicação e Sociedade*, nº 9, IMS/Cortez, São Paulo.
- THOMPSON, John B. 2002. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. 1998. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- URBINATI, Nádia. 2006. "O que torna a Representação Democrática?". In: *O Futuro da Representação. Revista de Cultura e política*, nº67, p.19-228.
- VERÓN, Eliseo. 1997. Esquema para el analisis de la mediatización. *Diálogos*, nº48, p. 9-17, Lima: Felafacs.
- VIDAL, Dominique. 1998. "Categorias morais, mídia e voto numa favela do Recife". *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, n.s., v.5, n.2, p.103-121.
- WELS, Ana Maria Córdova. 2006. "Estudo sobre assessorias de comunicação social na esfera pública estadual: práticas profissionais e processo comunicacional". *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, ano 3, nº 4, p.144-163.
- WILLIAMS, Raymond. 1974. *Television: Technology and Cultural Form*. Nova York: Schoken Books.
- WOLTON, Dominique. 1996. *Elogio do grande público*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática.

## ANEXO 1

### ROTEIRO DE ENTREVISTA EX-PRESIDENTES DE CASAS LEGISLATIVAS

01. ANTES DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DA CASA, O SR. JÁ HAVIA EXERCIDO MANDATO COMO DEP/VEREADOR. NAQUELE PERÍODO, QUAL ERA A SUA OPINIÃO SOBRE A TV DA ASSEMBL/CÂMARA? POR QUE O SR TINHA ESTA OPINIÃO?

02. QUANDO O SR. ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA CASA, EM (ANO), O SR TINHA ALGUM PROJETO ESPECÍFICO, ALGUMA IDÉIA PARA A TV?

02B) QUAL?

03. NA SUA OPINIÃO, QUAL A MISSÃO DA TV DA CÂMARA MUNICIPAL? QUAL O SEU PAPEL?

03B) COMO FAZER ISSO?

04. NO GERAL, COMO FOI A RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES COM A TV LEGISLATIVA DURANTE A SUA GESTÃO À FRENTE DA PRESIDÊNCIA DA CASA?

04B) QUAIS AS CRÍTICAS QUE ELES FAZIAM?

04C )E AS SUGESTÕES?

05. LOGO NO INÍCIO DA TV LEGISLATIVA, COMO OS PARLAMENTARES PERCEBERAM A TV LEGISLATIVA? COMO UM INSTRUMENTO MAIS POSITIVO OU NEGATIVO PARA A IMAGEM DO PARLAMENTAR?

06. APÓS A ENTRADA NO AR DA TV LEGISLATIVA, O SR PERCEBEU MUDANÇAS NO COMPORTAMNTO DOS PARLAMENTARES?

06B) QUE TIPO DE MUDANÇAS? MAIS ALGUMA?

07. HOJE, DEZ ANOS APÓS AS PRIMEIRAS TRANSMISSÕES, NA SUA OPINIÃO, COMO OS PARLAMENTARES PERCEBEM A TV LEGISLATIVA?

08. FALANDO, AGORA, DE MODELO DE GESTÃO, COMO DEVE SER O MODELO PARA A GESTÃO DE UMA TV LEGISLATIVA?

08B) E O CARGO DE DIRETOR/COORDENADOR DA TV? COMO DEVE SE DAR A SUA INDICAÇÃO?

09. QUAL DEVE SER O PERFIL DA PROGRAMAÇÃO DA TV LEGISLATIVA?

10. APÓS DEZ ANOS, COMO O SR VÊ A TRAJETÓRIA DA TV LEGISLATIVA DESTA CASA? ACONTECERAM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS?

11. QUAL O PROGNÓSTICO DA TV PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA QUE SE INICIOU EM JANEIRO DE 2007?

## ANEXO 2

### ROTEIRO DA ENTREVISTA COM DIRETORES TV's LEGISLATIVAS

1. Quando a TV Assembléia de (nome) iniciou as suas atividades? Aconteceu alguma interrupção nas transmissões desde então?

2a. Qual a atual estrutura da TV Legislativa de (nome)? Como ela está organizada?

2b. Qual o número de empregados diretamente ligados às atividades da TV? Existe algum tipo de regulamentação para o preenchimento dos cargos de direção, ou qualquer outro, no sentido, por exemplo, de que sejam funcionários públicos concursados?

2c. Em termos hierárquicos, a quem a TV Assembléia está subordinada, a quem ela responde? Existe algum tipo de Conselho de Comunicação na Casa? (Em caso afirmativo) Quais são as suas atribuições?

2d. Com relação à continuidade das transmissões da TV Assembléia, existe algum dispositivo legal que garanta a permanência no ar da TV, ou ela pode vir a ser desativada como resultado de alguma deliberação da mesa diretora ou de votação do plenário? (Aguardar resposta) Na sua opinião, qual é a probabilidade desta situação vir a acontecer?

2e. Existe uma dotação orçamentária específica para a TV, ou as despesas da TV estão contempladas em outro departamento? Aproximadamente, qual o orçamento anual da TV Assembléia (NOME)?

3. Na sua opinião, qual a “missão” de uma TV legislativa? Qual o seu papel?

4a. Pensando na atual grade de programação da TV Assembléia de (nome), quais os programas que são de produção própria? Aproximadamente, quanto isto representa da grade total?

4b. Quando falamos de programas televisivos, estamos falando de formato e de conteúdo. Com relação ao formato, quem “pensa” os programas da TV Assembléia de (nome)? E com base em



quê estes programas são pensados? Existe algum tipo de orientação ou modelo a ser seguido? De quem é a decisão final?

4c. Agora em relação ao conteúdo dos programas, quem é o responsável pela definição da “pauta” dos programas? E no caso do telejornal, como funciona a definição da pauta?

5a. Como se dá a participação dos parlamentares da Casa nos programas veiculados? Qual o canal de comunicação que a TV estabelece com os parlamentares? (Ele é direto ou através da mesa e/ou das lideranças partidárias)?

5b. Existe algum critério de convite para a participação dos parlamentares nos diferentes programas? Existe alguma variação em função do programa?

5b2. E para a sociedade civil organizada, como ela é convidada a participar da programação?

5b3. E os chamados “especialistas”, como funciona no caso deles?

5c. Já aconteceu de algum parlamentar solicitar uma participação na programação, por exemplo, para falar de determinado projeto ou tema de sua área de atuação? (Em caso afirmativo) Como a direção da TV lida com este tipo de demanda? Ela é comum? São sempre os mesmos parlamentares que solicitam a participação?

5d. A TV já recebeu alguma reclamação de parlamentar por julgar que esta esteja privilegiando algum colega? (Em caso afirmativo) Como a TV lida com este tipo de queixa?

5e. Existe alguma preocupação por parte da TV em controlar a quantidade de vezes que determinado parlamentar aparece na programação?

5f. Na sua opinião, existem parlamentares que, de alguma forma, fazem um uso que poderíamos classificar como sendo de “interesse individual” da presença das câmaras no plenário e nas comissões? (Aguardar resposta) Quais? Existiria um perfil ou trajetória específica que favorecesse esse tipo de uso da TV legislativa?

6. Na sua opinião, por que as tv's legislativas tendem a ampliar a sua programação para além da transmissão das sessões plenárias, incluindo em sua grade programas que podem ser classificados como culturais? (Isto tem mais a ver com a necessidade de completar a grade, fidelizar o público, ou seria, de fato, papel das tv's legislativas?)

7b. Pensando agora na autonomia da TV em relação à mesa diretora, que nota de zero a dez você daria para a autonomia da TV com relação à definição dos programas, sendo que dez é autonomia total e zero nenhuma autonomia? E para a sua autonomia editorial, ou seja, para a definição das pautas?

8. As operadoras de TV a cabo periodicamente realizam pesquisas junto aos seus assinantes. Você tem conhecimento de alguma questão que, de alguma forma, tratasse da TV Assembléia? Vocês já fizeram algum tipo de pesquisa?

9. Atualmente, como pode se dá participação do cidadão na TV legislativa? Existe algum serviço de correio, telefone ou correio eletrônico? Qual o conteúdo e o destino do material enviado pelos telespectadores?

10. Considerando o período de existência da TV e o tempo que você está nela, você acha que a existência da TV mudou o comportamento dos deputados? (Em caso afirmativo) Em quais aspectos?

10b. Como você qualifica estas mudanças que os parlamentares sofreram com a introdução das câmaras da TV legislativa? Como positivas ou negativas? Por quê?

11a. Pensando agora na Assembléia enquanto instituição do Poder Legislativo, como você vê a introdução das câmaras de TV no cotidiano do legislativo, para o funcionamento do legislativo? Como positivas ou negativas? Por quê?

11b. E para a imagem do Poder Legislativo junto ao cidadão?

12. Você é a favor da transmissão das sessões de CPIs? Na sua opinião, qual o impacto destas transmissões para a imagem do Poder Legislativo?

12b. E para a imagem dos parlamentares?

13a. Na sua opinião, quais os principais aspectos positivos da TV Assembléia?

13b. E quais os principais aspectos negativos?

13c. Na sua opinião, como a TV Assembléia pode melhorar em termos da:

1. Programação
2. Estrutura organizacional
3. Relação com os parlamentares
4. Relação com a sociedade organizada
5. Relação com o cidadão.

14. Como última pergunta eu gostaria de saber sobre o sinal aberto para as TV's legislativas. Qual a sua opinião sobre isso? (Aguardar resposta) E quais são as perspectivas, qual o atual "estado das artes" da concessão de canais? (Aguardar resposta) Na sua opinião, qual o papel que o padrão digital pode desempenhar neste processo?

### ANEXO 3

#### Perfil dos parlamentares entrevistados

<b>Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>Mand.</b>	<b>Cargo</b>	<b>Casa</b>	<b>Mídia</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolarid.</b>
Ana Maria Martins	PC do B	4	Líder	Alesp	Não	Mov Social	+ 66	Serv Soc
Afonso Lobato	PV	2	Líder	Alesp	Não	Igreja	45 - 50	Direito
Arnaldo Jardim	PPS	5	Líder	Alesp	Não	Mov Estud	51 - 55	Engenhar
Arthur Alves Pinto	PL	+ 5	Líder	Alesp	Não	Funcional.	Nr	Direito
Baleia Rossi	PMDB	1	Líder	Alesp	Sim	Militância	25 - 34	Direito
Edmir Chedid	DEM	3	Líder	Alesp	Sim	Empresário	35 - 44	Direito
Ênio Tatto	PT	1	Líder	Alesp	Não	Mov Social	Nr	Contabili
Rogério Nogueira	PDT	1	Líder	Alesp	Não	Esportes	Nr	2º Grau
Salim Curiati	PP	+ 5	Líder	Alesp	Não	Mov Estud	+ 66	Medicina
Vinícius Camarinha	PSB	1	Líder	Alesp	Sim	Mov Estud	25 - 34	Direito
Fausto Figueira	PT	1	1 Secret	Alesp	Não	Sindicalist	61 - 65	Medicina
Ricardo Trípoli	PSDB	4	Ex PRE	Alesp	Não	Mov Estud	51 - 55	Direito
Rodrigo Garcia	DEM	2	PRE	Alesp	Não	Militânica	25 - 34	Direito
Sidney Beraldo	PSDB	3	Ex PRE	Alesp	Não	Mov Social	56 - 60	Adm Empr
Wanderlei Macris	PSDB	+ 5	Ex PRE	Alesp	Não	Funcional.	56 - 60	Direito
Walter Feldman	PSDB	4	Ex PRE	Alesp	Não	Mov Social	45 - 50	Medicina

Continua.

**Perfil dos parlamentares entrevistados (cont.)**

<b>Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>Mand.</b>	<b>Cargo</b>	<b>Casa</b>	<b>Mídia</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolarid.</b>
Dunga	PSDB	4	PRE	Araçatuba	Não	Outros	51 - 55	Direito
Toninho Garmes	PSDB	3	PRE	Bauru	Não	Prof Libera	61 - 65	Direito
Dário	PSDB	4	PRE	Campinas	Não	Militância	35 - 44	Medicina
Herval Rosa	PMDB	+ 5	PRE	Marília	Não	Prof Liber	56 - 60	Direito
Gustavo Hermman	PSB	2	PRE	Piracicaba	Não	Militância	25 - 34	Agronom
Ed Thomas	PMDB	2	PRE	Pres Prud.	Sim	Prof Mídia	35 - 44	2º Grau
Silvio Martins	PMDB	4	PRE	Ribeirão Pr	Não	Prof Libera	56 - 60	Direito
Luis Zacarias	PL	4	PRE	S. André	Não	Prof Libera	45 - 50	Contabil
Paulo Barbosa	PSDB	3	PRE	Santos	Não	Empresário	+ 66	Direito
Diana Cury	PMDB	2	PRE	São Carlos	Sim	Mov Estud	61 - 65	Biologia
Eduardo	PPS	3	PRE	S J R Preto	Não	Mov Social	66 - 60	2º Grau
Waldomiro	DEM	3	PRE	Sorocaba	Não	Prof Libera	+ 66	Direito
Henrique Nunes	PPS	2	PRE	Taubaté	Não	Empresário	45 - 50	Sup inc
Arselino Tatto	PT	+ 5	Ex PRE	Capital	Não	Militância	51 - 55	Direito
Aurélio Miguel	PR	1	LÍDER	Capital	Não	Esportes	35 - 44	Sup inc
Carlos Apolinário	DEM	5	LÍDER	Capital	Sim	Igreja	51 - 55	Direito
Celso Jatene	PTB	2	LÍDER	Capital	Não	Militância	45 - 50	Direito

Continua.

**Perfil dos parlamentares entrevistados (cont.)**

<b>Parlamentar</b>	<b>Partido</b>	<b>Mand.</b>	<b>Cargo</b>	<b>Casa</b>	<b>Mídia</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolarid.</b>
Domingos Dissei	DEM	3	LÍDER	Capital	Não	Empresário	51 - 55	Engenhar
Dr Faraht	PTB	2	LÍDER	Capital	Sim	Prof Mídia	Nr	Direito
José Américo	PT	2	1 Secret	Capital	Não	Militância	51 - 55	Jornalism
José Eduardo Cardoso	PT	4	Ex PRE	Capital	Não	Mov Social	45 - 50	Direito
Marcos Zerbini	PSDB	2	LÍDER	Capital	Não	Mov Social	35 - 44	Direito
Myriam Athie	PPS	3	LÍDER	Capital	Sim	Prof Mídia	45 - 50	Direito
Nelo Rodolfo	PMDB	2	Ex PRE	Capital	Sim	Prof Mídia	45 - 50	Jornalism
Roberto Trípoli	PV	5	Ex PRE	Capital	Não	Mov Estud	51 - 55	Publicid
Milton Leite	PMDB	3	LÍDER	Capital	Não	Empresário	51 - 55	Engenhar

Fonte: Pesquisa “Antenas do Legislativo”, 2007.

## Pesquisa "ANTENAS DO LEGISLATIVO" – 2006/2007

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Quest.: |\_\_\_\_|\_\_\_\_| (1-2)

REGIÃO: 1. Estado 2. Capital 3. Interior |\_\_\_\_| (3)

Parlamentar: 1. Vereador 2. Deputado Estadual |\_\_\_\_| (4)

Considerando o ano de 2006, qual o cargo que o(a) Sr(a) exerceu durante a maior parte do ano? |\_\_\_\_| (5)

1. Líder Partidário	2. Presidente da Casa
4. Ex-Presidente da Casa	5. Outro cargo na Mesa

Atualmente, o(a) Sr(a) está no exercício de qual mandato parlamentar? |\_\_\_\_| (6)

1. Primeiro	2. Segundo	3. Terceiro
4. Quarto	5. Quinto	6. Mais de cinco mandatos

Sexo: 1. Masc. 2. Fem. |\_\_\_\_| (7)

O(a) Sr(a) poderia me dizer sua idade.

- |                 |                    |           |
|-----------------|--------------------|-----------|
| 1. 21a 24 anos  | 2. 25 a 34 anos    | 9. N.R.   |
| 3. 35 a 44 anos | 4. 45 a 50 anos    |           |
| 5. 51 a 55 anos | 6. 56 a 60 anos    |           |
| 7. 61 a 65 anos | 8. 66 anos ou mais | ____  (8) |

Qual foi o último ano que o(a) Sr(a) estudou? |\_\_\_\_| (9)

1. Primário incompleto (até 3ª)	2. Primário completo (até 4ª)	3. Ginásial inc./comp. (1º grau)
4. Colegial incompleto (2º grau)	5. Colegial completo (2º grau)	6. Superior incompleto
7. Superior completo	8. Pós-graduação	9. Ns./Nr. ( <i>espontânea</i> )

Se Superior completo: Qual o curso? \_\_\_\_\_ |\_\_\_\_| (10)

(Cartão 1) Das atividades que constam neste cartão, antes do(a) Sr(a) ingressar na vida pública, qual era a sua atividade principal, aquela que ocupava a maior parte do seu tempo? (RM)

1. Sindicalista	2. Movimento Estudantil	3. Movimentos Sociais	____  (11)
4. Empresário	5. Profissional Liberal	6. Funcionário Público	____  (12)
7. Profissional de Mídia	8. Militância Partido Político	9. Entidades de Classe	____  (13)

Q01. Atualmente, o(a) Sr(a) está filiado a qual partido político?

- |                  |         |                 |                  |
|------------------|---------|-----------------|------------------|
| 01. PMDB         | 02. DEM | 03. PSDB        | ____ ____  14-15 |
| 04. PL           | 05. PPS | 06. PT          |                  |
| 07. PTB          | 08. PDT | 09. PSB         |                  |
| 10. PV           | 11. PP  | 12. PR          |                  |
| 13. Outro: _____ |         | 98. Sem partido |                  |

**Q02.** O(a) Sr(a) tem ou participa como convidado regular de algum programa de rádio ou TV, mesmo que em outro município? (RM)

1. Sim. (Formule Q02B)

2. Não (Pule p/ Q03)

|\_\_| (16)

**Q02B.** (Se sim na Q02) E onde o seu programa é veiculado? Mais algum programa? (RM)

	VEÍCULO	NOME	DIAS	
1	Rádio AM			__  (17)
2	Rádio FM			__  (18)
3	TV aberta			__  (19)
4	TV paga			__  (20)
9	Outros:			

**Q03. (Cartão 2)** Falando do seu dia-a-dia como Deputado Estadual, dos meios que constam neste cartão, qual deles o(a) Sr(a) recorre em 1º lugar para se informar sobre assuntos políticos? (Anotar na casela abaixo) E em 2º lugar? (Anotar na casela abaixo) E em 3º lugar? (Anotar na casela abaixo) (Use dois dígitos).

Em 1º lugar: |\_\_| |\_\_| 21-22

Em 2º do lugar: |\_\_| |\_\_| 23-24

Em 3º lugar: |\_\_| |\_\_| 25-26

01. Televisão aberta	07. Internet
02. Televisão fechada	08. Revistas Semanais
03. Canal de TV da AL	09: Clipping da Assembléia
04. Rádio AM	10. Conversas com amigos e colegas
05. Rádio FM	11. TV Senado
06. Jornais	12. Outros: _____
	99. Não sabe/Não resp. (espontânea)

**Q04.** O(a) Sr(a) tem acesso à TV paga em casa ou escritório?

1. Sim

2. Não

9.Ns/Nr. (espontânea)

|\_\_| (27)

**Q05.** Agora vamos falar sobre a Assembléia Legislativa do estado de São Paulo. Considerando o período regular de atividades, ou seja, fora do período de recesso ou de períodos eleitorais; quais são os meios de comunicação que esta Casa dispõe para a divulgação do trabalho parlamentar? (ESPONTÂNEA) (RM) Mais algum?

1. Jornal

2. Emissora de Rádio

|\_\_| (28)

3. Revista

4. Canal de TV

|\_\_| (29)

5. Assessoria de Imprensa

6. Site na Internet

|\_\_| (30)

7. Outros (especificar) \_\_\_\_\_

9. Não sabe/Não respondeu (espontânea)

|\_\_| (31)



**Q06. (Cartão 3)** Com base neste cartão, como o(a) Sr(a) avalia a importância dos meios de comunicação da Assembléia Legislativa de SP na divulgação do trabalho dos Deputados? O(a) Sr(a) acha que o (*ler item obedecendo rodízio*), é extremamente importante, importante, mais ou menos importante, pouco importante ou nada importante na divulgação do trabalho dos Deputados na AL? (RU)

	<i>Extremam. Importante</i>	<i>Importante</i>	<i>+/- Importante</i>	<i>Pouco Importante</i>	<i>Nada Importante</i>	<i>Não Conhece</i>	<i>Ns./ Nr.</i>	
Jornal	5	4	3	2	1	8	9	(32)
Emissora de Rádio	5	4	3	2	1	8	9	(33)
TV Assembléia	5	4	3	2	1	8	9	(34)
Revista	5	4	3	2	1	8	9	(35)
Assess de Imprensa	5	4	3	2	1	8	9	(36)
Site na Internet	5	4	3	2	1	8	9	(37)
Outros:	5	4	3	2	1	8	9	(38)

**Q07.** Desde 1996, com base na Lei do Cabo, que ficou conhecida como “Lei do Cabo”, os assinantes de TV a cabo no estado de São Paulo tem acesso à TV Assembléia. Qual a sua opinião sobre a TV Legislativa? Na sua opinião, qual a missão de uma TV Legislativa? (Espontânea). (Estimular). Mais alguma?

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 39-40

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 41-42

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 43-44 \_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 45-46

**Q08. (Permanece com cartão 3)** Agora vamos falar um pouquinho sobre a TV Assembléia. Ainda com base neste cartão, como o(a) Sr.(a) avalia a importância deste canal de televisão para a imagem da Assembléia Legislativa de São Paulo junto à opinião pública? (RU) (*espontânea*)

	<i>Extremam. Importante</i>	<i>Importante</i>	<i>+/- Importante</i>	<i>Pouco Importante</i>	<i>Nada Importante</i>	<i>Não Conhece</i>	<i>Ns./ Nr.</i>	
TV Legislativa	5	4	3	2	1	8	9	(47)

**Q09.** E por que o(a) Sr(a) acha que a TV da AL de São Paulo é (*resposta da Q08 acima*) para a AL? Mais alguma coisa? (RM)

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 48-49

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 50-51

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 52-53

\_\_\_\_\_ |\_\_|\_\_| 54-55

**Q10.** O canal de televisão da Assembléia tem custos fixos mensais que são cobertos pelo orçamento da Casa. Eu vou ler quatro opiniões sobre este assunto e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse com qual delas concorda mais. A TV Paulista, da Assembléia Legislativa é muito cara, cara, barata ou muito barata? **(RU)**

01. Muito cara

02. Cara

03. Nem cara, nem barata **(espontânea)**

04. Barata

|\_\_\_| (56)

05. Muito barata

97. Nenhuma **(espontânea)**

98. Não tenho opinião **(espontânea)**

99. Não resp. **(espontânea)**

**Q11.** Dados recentes de pesquisas de opinião mostram uma avaliação predominantemente negativa do Poder Legislativo. Por que o(a) Sr(a) acha que grande parte da população tem uma imagem negativa do Poder Legislativo? Quais seriam as razões que levaram a isso? Mais alguma? **(RM)**

\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 57-58

\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 59-60

\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 61-62

**Q12. (Cartão 4)** As recentes denúncias de corrupção envolvendo o governo federal e o partido do Presidente Lula, receberam grande atenção por parte da mídia. Para cada frase que eu falar gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. **(Ler itens obedecendo rodízio)**

5 Concorda muito

4 Concorda um pouco

3 Nem concorda, nem discorda **(espontânea)**

2 Discorda um pouco

1 Discorda muito

	<b>ITEM</b>	<b>Resp.</b>	<b>NR</b>	
1	Em geral, o tipo de cobertura que a mídia brasileira faz das denúncias de corrupção no poder público contribui mais para aumentar a rejeição aos políticos, do que para informar o cidadão		<b>9</b>	(65)
2	O eleitor brasileiro não tem memória		<b>9</b>	(66)
3	Quando se trata de denúncias de corrupção, a busca por audiência e vendagens faz com que o sensacionalismo fale mais alto do que o rigor e a isenção exigidos na prática jornalística		<b>9</b>	(67)
4	A mídia tem poder para “fazer” e “desfazer” um presidente		<b>9</b>	(68)
5	No jornalismo, o sigilo das fontes deve ser sempre preservado		<b>9</b>	(69)
6	Depois de eleito, o Deputado fica sem canal de comunicação com o eleitor		<b>9</b>	(70)
7	Os jornalistas, em geral, não sabem como funciona o Poder Legislativo e por isso acham que ele é ineficiente e pouco ágil		<b>9</b>	(71)
8	De modo geral, a mídia não tem interesse em divulgar matérias positivas sobre o Poder Legislativo.		<b>9</b>	(72)
9	Os canais de televisão do legislativo não têm importância porque eles não têm audiência.		<b>9</b>	(73)
10	Em geral, os canais de televisão legislativos estaduais são mais vulneráveis do que a TV Câmara e a TV Senado.		<b>9</b>	(74)
11	O modelo de gestão adotado para o canal de televisão legislativo pode interferir na sua independência e isenção.		<b>9</b>	(75)

**Q13.** Qual a frase que mais se aproxima da sua opinião:

				<i>Ambas</i>	
<i>I</i>	É obrigação do Poder Legislativo divulgar as suas atividades, mesmo que isto implique em custos.	2	Nas sociedades democráticas, é papel da mídia divulgar as atividades parlamentares.	8	(76)
<i>I</i>	O trabalho da mídia brasileira favorece a conscientização do cidadão.	2	O trabalho da mídia brasileira contribui para a descrença na política e nos políticos.	8	(77)
<i>I</i>	Acho a TV AL uma iniciativa importante, mas é muito cara.	2	Considerando a importância da TV AL, o seu custo é uma questão menor.	8	(78)
<i>I</i>	A programação da TV AL deve transmitir as sessões plenárias ao vivo e as reuniões das comissões.	2	A programação da TV AL deve ser mais ampla do que a transmissão das sessões plenárias e das comissões.	8	(79)
<i>I</i>	A direção da TV AL deveria ser exercida por funcionário da Casa.	2	A TV AL pode ser dirigida por qualquer profissional.	8	(80)

**Q14.** O(a) Sr(a) costuma assistir a TV Senado? (RU)

1. Sim                                      2. Não (**PULE PARA Q17**)                                      |\_\_\_\_| (81)

**Q14B.** (**Cartão 5**) Com que frequência o(a) Sr(a) costuma assistir a TV Senado? (RU)

1. Todo dia                                  2. Algumas vezes por semana                                  3. Uma vez por semana  
4. Menos de uma vez por semana                                  5. Só quando tem transmissão de sessão de CPI                                  9. Ns/Nr (**espont.**)                                  |\_\_\_\_| (82)

**Q15.** E o canal de televisão da Assembléia Legislativa de São Paulo, o(a) Sr(a) costuma assistir a TV Assembléia? (RU)

1. Sim                                      2. Não (**PULE PARA Q18**)                                      |\_\_\_\_| (83)

**Q15B.** (**Cartão 5**) Com que frequência o(a) Sr(a) costuma assistir a TV Assembléia? (RU)

1. Todo dia                                  2. Algumas vezes por semana                                  3. Uma vez por semana  
4. Menos de uma vez por semana                                  5. Só quando tem transmissão de sessão de CPI                                  9. Ns/Nr (**espont.**)                                  |\_\_\_\_| (84)

**Q16.** (**Cartão 6**) Usando este cartão, e pensando em termos gerais, como o(a) Sr(a) avalia a TV Senado? (**Aguardar resposta**) (**Se responder regular, perguntar se regular para mais ou para menos**) E o canal de televisão da Assembléia Legislativa de São Paulo? (RU)

	<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i> +	<i>Regular</i> -	<i>Ruim</i>	<i>Péssimo</i>	<i>Não</i> <i>Conhe</i>	<i>Ns./</i> <i>Nr.</i>	
TV Senado	6	5	4	3	2	1	8	9	(85)
TV Assembléia SP	6	5	4	3	2	1	8	9	(86)

**Q17.** A TV Assembléia foi criada com o objetivo principal de divulgar a atividade parlamentar. Na sua opinião, a TV Assembléia Paulista vem cumprindo este papel de forma *plenamente satisfatória, satisfatória, insatisfatória ou totalmente insatisfatória?* (RU)

1. Plenamente Satisfatória
2. Satisfatória
3. Mais ou menos satisfatória (*espontânea*) |\_\_\_| (87)
4. Insatisfatória
5. Totalmente insatisfatória
9. Não sabe/não respondeu (*espontânea*)

**Q18.** Após o início das atividades da TV Assembléia, o(a) Sr(a) percebeu alguma mudança, ou ouviu falar de alguma mudança, qualquer que seja, no comportamento dos Deputados? (RU)

1. Sim
2. Não (*PULE PARA Q20*)
9. Ns/Nr. (*espontânea*) (*PP Q20*) |\_\_\_| (88)

**Q19.** (*Se sim na Q18*) E quais mudanças o(a) Sr(a) percebeu, ou ouviu falar, no comportamento dos Deputados após a entrada no ar da TV Assembléia? Mais alguma? (RM)

	___	___	89-90
	___	___	91-92
	___	___	93-94
	___	___	95-96

**Q20.** (*Cartão 8*). Das opções que constam neste cartão, qual delas melhor descreve a frequência de comentários que o(a) Sr(a) costuma receber das pessoas em relação à TV Assembléia? (*Ler itens de 1 a 5*) (RU)

1. Nunca recebo comentários
2. Recebo comentários com pouca frequência
3. Recebo comentários com frequência |\_\_\_| (97)
4. Recebo comentários com muita frequência
5. Fico impressionado com o número de comentários que recebo
9. Não sabe/não respondeu (*espontânea*)

**Q21.** A lei que prevê os canais de televisão do Poder Legislativo, a chamada Lei da TV a Cabo, não prevê mecanismos que garantam a continuidade dos canais instalados, ou seja, a existência de um canal legislativo não constitui garantia legal de que ele não possa vir a ser fechado em outras legislaturas por determinação, por exemplo, da Mesa Diretora. Com relação ao canal de televisão da Assembléia Legislativa de São Paulo, qual frase se aproxima mais da sua opinião

				<i>Ns</i> <i>/Nr</i>	<i>NA</i>	
<b>1</b>	O canal de televisão da AL-SP é vulnerável porque não tem garantia legal de continuidade e, assim, pode vir a ser fechado, a qualquer momento, por decisão do Presidente da Casa.	<b>2</b>	O canal de televisão da AL-SP já faz parte da cultura política paulista e, assim, não pode ser fechado, a qualquer momento, por decisão do Presidente da Casa.	<b>8</b>	<b>9</b>	(98)

**Q22.** Para finalizar, por favor, gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de zero a dez para representar a força da mídia na construção da imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública. Zero significa que a mídia não tem força nenhuma neste processo e dez que ela é o fator mais importante e decisivo neste processo. Na sua opinião, a força da mídia na construção da imagem do Poder Legislativo junto à opinião pública é representada por qual número?

<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	(99)
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	------

**Q23.** As recentes CPIs que investigam denúncias de corrupção envolvendo políticos e membros do Governo, como a CPI do “Bingo” e do “Mensalão”, ganharam grande visibilidade em função da cobertura da mídia, inclusive através das transmissões, ao vivo e sem cortes, dos canais de televisão do Poder Legislativo. Por favor, gostaria que dissesse, se depois desta crise política, o(a) Sr(a) mudou de opinião em relação à transmissão, ao vivo e sem cortes, das sessões das CPIs pelos canais de televisão do Legislativo, como TV Senado, TV Câmara e TV da Assembléia.

1. Mudei de opinião    2. Não mudei de opinião    |\_\_\_| (100)

**Q23B.** Atualmente, sobre a transmissão, ao vivo e sem cortes, das sessões das CPIs pelos canais de televisão do Legislativo, como TV Senado, TV Câmara e TV da Assembléia; o(a) Sr(a) é a favor, contra ou não tem opinião formada sobre o assunto? (**RU**)

1. A Favor    2. Contra    3. Não tem opinião formada    |\_\_\_| (101)

**Q24.** (*Se respondeu “mudei de opinião” na Q23*) E por que o(a) Sr(a) *mudou de opinião* com relação à transmissão ao vivo e sem cortes das CPIs pelos canais de televisão do Legislativo? (**RM**)

\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 102-103  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 104-105  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 106-107  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 108-109

**Q25.** (*Se respondeu “não mudei de opinião” na Q23*) E por que o(a) Sr(a) é (*resposta Q23B*) às transmissões, ao vivo e sem cortes, das CPIs pelos canais de televisão do Legislativo? (**RM**)

\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 110-111  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 112-113  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 114-115  
\_\_\_\_\_ |\_\_\_|\_\_\_| 116-117